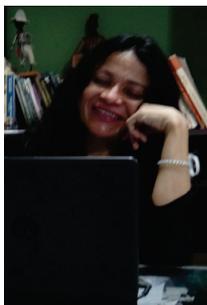
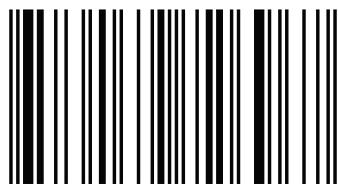


Os caminhos do sol:

A migração campo cidade é um fenômeno investigado por pesquisadores de diversas áreas. É talvez o “objeto” mais interdisciplinar que se conhece perpassando a história, a antropologia, a linguística, a geografia, a psicologia, a economia, a educação, entre outras. A migração estudada é defendida numa perspectiva política de luta para reverter o sistema de moradia e de trabalho livre dependente da propriedade privada da terra e de suas normas jurídicas estabelecidas no Brasil com a Lei da Terra de 1850, embora se observe outras leis instituídas no Século XX que objetivaram reverter as regras estabelecidas então. Mas não apenas isto pois as razões alegadas para a migração abrangem secas, regras familiares, dissidências com vizinhos, esgotamento da terra no caso de pequenos proprietários e posseiros, necessidade de estudar ou colocar os filhos para estudar e busca por empregos fora do sistema agrário. E no que diz respeito à moradia e permanência no centro urbano, é outro campo fecundo de análises e de investigação das formas de lutas assumidas pelos camponeses para superar suas dificuldades e estabelecerem novas territorialidades, novas espacialidades, novos significados culturais.



Doutora em História Social Universidade Federal do Ceará com intercâmbio Universidade Estadual de Campinas bolsa CAPES/PROCAD, Mestre em História Universidade Federal de Pernambuco, Licenciada em História Universidade Estadual Vale do Acaraú atuando na formação de professores na área de Ensino de História.



978-613-9-72696-7

Os caminhos do sol

Veiga Adrião



Maria Antonia Veiga Adrião

Os caminhos do sol:

atravessar veredas na cidade escurece a vista (migração campo cidade)

Maria Antonia Veiga Adrião

Os caminhos do sol!

Maria Antonia Veiga Adrião

Os caminhos do sol:

**atravessar veredas na cidade escurece a vista
(migração campo cidade)**

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-613-9-72696-7

Zugl. / Aprovado/a pela/pelo: Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Teses, 2017.

Copyright © Maria Antonia Veiga Adrião

Copyright © 2018 International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

A ti, e aos que me amaram no percurso das ausências...

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de partilhar sentimentos, e neste ato de “tecer manhãs” e o amanhã foram necessários muitos professores e professoras, alguns deles nunca frequentaram uma escola, mal conseguem verbalizar com palavras suas recordações e impressões a não ser com gestos e lágrimas. Parte desse professorado se compõe dos migrantes que entrevistamos, outra parte de familiares, sobretudo nossos pais e avós a quem devemos o enraizamento deste propósito que ora finalizamos, entre outras questões, pelas narrativas que sempre nos envolveram sobre o sertão e sobre as cidades e sobre as diferenças que entrecortam estes mundos.

Voltando aos migrantes, foi gratificante ver paulatinamente a suspeição transformar-se em confiança e aos poucos tomarmos o lugar de ouvinte de suas narrativas do passado, mas também do presente, de seus problemas familiares, de saúde, da intranquilidade da vida que se esvai. Às vezes como se tivéssemos alguma fórmula mágica que pudesse prorrogar suas vidas ou aliviar suas dores, suas angústias. Sentimo-nos muito agradecidos pelo privilégio de partilharem conosco o aprendizado de suas vidas.

Igualmente faz-se importante agradecer aos professores Osmar, Assis e Hermínia pela contribuição com o contexto educacional. Aos diretores do Correio da Semana em especial Sr. Pachele e Sr. Macildo. Ao Sr. Celisvaldo diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral. À secretária e ao presidente do Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de Sobral Rosinha e Sr. Antonio Fernandes. Aos funcionários do Departamento Humano Operacional da Votorantim Cimentos. À professora Hilce Girão diretora do Museu Dom José de Sobral, e ao Sr. Alberto Dias Lopes os quais nos ensinaram sobre o amor dos sobralenses por sua terra. Igualmente inestimável a contribuição dos diretores Aurélio e Lílian e de Alarico secretário da Escola Jarbas Passarinho.

Agradecemos às professoras Adriane Veras e Ednete Tomás que colaboraram como apenas os amigos colaboram. À professora Tozinha, amiga de todas as horas que contribuiu com algumas transcrições, assim como nos sentimos ternamente grata à generosidade de Nara e Nágila (filhas queridas) que estearam com transcrições, edições de entrevistas, de fotografias e mapas. Sem elas teria saído mais dispendioso do que foi assumir o compromisso de realizar dezenas de

entrevistas gravadas em áudio e vídeo. E a Anastácio por ter assumido o difícil papel de pai e mãe nas nossas ausências além de nos auxiliar com seu conhecimento sobre mapas também.

À coordenação do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) distintamente aos Professores Raimundo Souza e Carlos Augusto por compreenderem nossas ausências, assim como agradecemos a generosidade imensurável e professoral de nossos colegas de trabalho abrangendo aqui Júlio Cesar, e em especial à atenção benfazeja de Telma Bessa.

À Coordenação, aos professores e à secretária Luciana do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), sobretudo aos professores que participaram da Banca de Qualificação com suas orientações insofismáveis Eurípes Funes e Kênia Rios. E aos colegas de curso do Ceará, Piauí e Bahia que deixaram saudades.

À Coordenação, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), particularmente à professora Margareth Rago e aos professores Michael Hall e Claudio Batalha pela acolhida generosa e sugestões de leitura. E aos colegas do Programa, nomeadamente aos ligados ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES): Adalberto; Lara e Jonas.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e PROCAD pela bolsa de incentivo que nos oportunizou a ida à UNICAMP. E à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UVA, igualmente à Fatinha pelos protocolos (des)protocolizados.

Ao professor Fred que teceu conosco as manhãs frias e solitárias deste trabalho, manhãs que muitas vezes pareceram intermináveis, acima de tudo pela sua tranquilidade e por ter acreditado que poderíamos chegar a este momento final.

A nossa família que assumiu o ônus dos últimos anos com quem dividimos nossos dias e nossas noites de estudos, que sofreu nossa ausência e nossa presença omissa, que assumiu nossos compromissos cotidianos e como os migrantes, exorcismou o tempo para que ora finalizássemos.

A todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram com este momento.

“Nasci no sertão num lugar que chamava Riacho Seco! Porque chamava Riacho Seco? Porque tinha um rio que quando fosse no inverno num dava passagem a ninguém, enchia, à noite enchia num dava passagem a ninguém, quando amanhecia o dia tava seco! Por isso chamava Riacho Seco!” (Raimunda do Nascimento Souza, 2014, *in memoriam*).

“Eu gosto muito daqui, gosto muito daqui! É difícil até eu andar na Serra Grande, gosto muito daqui, até no sertão mesmo, na Cachoeira (Cariré), é difícil eu ir!” (Terezinha Sousa Fernandes, 2014, *in memoriam*).

Ambas faleceram em 2015.

RESUMO

Esta pesquisa investigou a migração realizada por agricultores moradores de fazendas, sítios e povoações situadas na região do Sertão Norte do Estado do Ceará até a cidade de Sobral entre as décadas de 1950 e 1980, objetivando conhecer, segundo suas percepções, os motivos deste movimento e as possibilidades para a permanência nesta cidade. Realizou, para isto, vinte e sete entrevistas que se diferenciaram entre si conforme a situação exigia, e as analisou escolhendo algumas que melhor representavam as questões propostas. Utilizou também fontes escritas (relatórios governamentais, registros pessoais de uma empresa, leis, artigos de um jornal), textos literários e fontes iconográficas (fotografias, mapas). Concluiu que os deslocamentos e os modos como se estabeleceram em Sobral podem ser vistos como ações políticas de resistência, na busca por alterarem suas posições sociais e culturais ligadas à convivência com a propriedade privada da terra, secas, desemprego, dissensões familiares e sociais.

Palavras-chave: Migrações. Resistência. Ocupação do espaço urbano.

ABSTRACT

This research investigated the migration performed by residents of farms and villages located in the region of the Interior of Ceará state, north to the city of Sobral, between the decades of 1950 and 1980, with the intent to find out their reasons, according to their own perceptions, for this move and the possibilities for staying in that city. In order to accomplish that, twenty-seven interviews were conducted, which differed among themselves as the situation demanded; afterwards, they were analysed and some, the best that represented the issues proposed, were chosen. The research also made use of written sources (governmental reports, a company personnel records, laws, and newspaper articles), literary texts and iconographic sources (photographs, maps). The investigation concluded that the migrations and the ways in which people settled in Sobral could be seen as political acts of resistance, in the pursuit for changing their social and cultural status related to the coexistence of the private land, droughts, unemployment, social and family dissensions.

Keywords: Migration. Resistance. Occupation of Urban Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	– Dona Conceição Lima e sua primeira turma do Mobral em Itapipoca-CE/1973.....	47
Imagem 2	– Sr. Antonio Sousa.....	54
Imagem 3	– Sr. Matias Santos.....	61
Imagem 4	– Dona Maria das Graças Silva.....	91
Imagem 5	– Sr. Raimundo Mendes.....	99
Imagem 6	– Dona Maria da Conceição Aguiar.....	118
Imagem 7	– Dona Zenite Soares.....	129
Imagem 8	– Dona Mariana Sousa – [década de 1960].....	142
Imagem 9	– Dona Teresinha Sales.....	166
Imagem 10	– Arredores de Sobral [entre 1950 e 19.....	180
Imagem 11	– Sr. Raimundo Mendes com familiares.....	186
Imagem 12	– Sr. Valmir Moura em reunião.....	191
Imagem 13	– Sr. Valmir Moura celebrando sua formação universitária	191
Imagem 14	– Dona Rosa Soares.....	197
Imagem 15	– Reportagem “Sobral se Transforme e Cresce”	208
Imagem 16	– Sr. Luís Arruda.....	214
Imagem 17	– Sr. Antonio Elói.....	220
Imagem 18	– Dona Neusa Silva.....	222
Imagem 19	– Dona Nésia Félix.....	226
Imagem 20	– Canoeiros no Rio Acaraú.....	228
Imagem 21	– Leito do Rio Acaraú - Sobral, jul. 2016.....	230

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– Censo Demográfico de 1960, IBGE – Ceará: municípios, população total e total de migrantes e residentes não naturais.....	30
TABELA 2	– Censo Demográfico de 1950, IBGE – Ceará: população presente no município e distritos, segundo o sexo e a situação do domicílio.....	173
TABELA 3	– Censo Demográfico de 1960, IBGE – Ceará: população presente nos municípios e distritos, segundo o sexo e a situação do domicílio.....	174
TABELA 4	– Censo Demográfico de 1970, IBGE – Ceará: população residente segundo o município e a situação de domicílio...	233

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPASA	Chapéus Artesanato de Palha S/A
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEPAMI	Centro de Estudos e Pastoral dos Migrantes
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e óleo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DHO	Departamento Humano Operacional
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LABOME	Laboratório das Memórias e Práticas Cotidianas
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEB	Movimento de Educação de Base
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PSF	Posto de Saúde da Família
PMS	Prefeitura Municipal de Sobral
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SUDENE	Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste

USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAPÍTULO - NOS CAMINHOS DO SERTÃO	36
2.1	“No sertão valia à pena porque aprendemo a trabalhar”	36
2.2	“Essa terra lá num era vendida, era uma posse”	49
2.3	“Fechei os olhos e vim, vim de olho fechado”	60
2.4	“Onde é sua terra?”	71
3	CAPÍTULO — NOS CAMINHOS DA CIDADE	87
3.1	“A gente veio, com muita saudade”	87
3.2	“Aqui era coisa pouca, só assim, de gente passando”	106
3.3	“Ela num era muito gostadeira da cidade, num gostava não!”	114
3.4	“Assim a sociedade era muito boa!”	129
4	CAPÍTULO - A CIDADE DO DESEJO	141
4.1	“Aí veio procurar o giro aqui”	141
4.2	“Acaso a gente pedia explicação a um e a outro”	151
4.3	“Ele sentiu aquele prazer, aquela força”	157
4.4	“Levando, levando, até que o tempo passou, nós tamo aqui”	171
5	CAPITULO - A CIDADE SE TRANSFORMA	180
5.1	“Umas taperinhas, num tinha casa não	180
5.2	“Eu mesmo fiz aquela casinha, só com a coragem e a vontade!”	189
5.3	“Trabalhei 56 ano de areia de rio e ferro de brasa!”	203
5.4	“Foi a cidade que mais aturei!”	208
5.5	“Aqui a cidade é muito hospitaleira”	219
5.6	“Nada disso a gente tinha na casa da gente”	226
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
	REFERÊNCIAS	249
	ANEXO	276

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir de duas questões: primeiro foi um exercício de ego-história,¹ nosso pai que nasceu em um sítio na serra da Meruoca estado do Ceará, mas deslocou-se algumas vezes para morar em fazendas de outros municípios, gostava de advertir que se não tivesse aprendido a profissão de motorista e “mudado para Sobral”, teríamos vivido como ele, isto em contraponto ao nosso avô com seus relatos sobre seus deslocamentos bem-sucedidos pelo sertão.

Ele diferentemente, depois de casado não quis permanecer na agricultura e arriscou-se em Rio de Janeiro primeiro, não dando certo, retornou e apostou em Sobral, conseguindo nesse meio tempo aprender a profissão de motorista, o que lhe oportunizou um emprego nesta cidade. Desse modo, diante das dificuldades que sentira para estabelecer-se em Rio de Janeiro e em Sobral na década de 1970, decidiu que não queria criar os filhos no sertão. Relatos semelhantes foram ouvidos de alguns dos migrantes entrevistados.

Crescemos em Sobral desenvolvendo um sentimento de não-pertença a esta cidade porque passávamos as principais datas no sertão, e estes momentos possibilitavam nosso avô paterno re-narrar seus deslocamentos e, sobretudo, recontar envaidecido como superara sua fase de “cativo” – deixando de ser morador da fazenda onde trabalhara por quase duas décadas no município de Santa Quitéria e passando a “morar na rua” – em uma casa própria. No entanto, outra questão chamava atenção na sua narrativa: sua aversão às cidades, sendo que reprovava nossos pais por terem emigrado.

Essas circunstâncias somaram-se a outras do ponto de vista acadêmico, porque havia a necessidade de investigar os deslocamentos realizados pela população camponesa moradora da região Norte do Ceará que vivenciou o período pós-abolição, o que nos levou à pesquisa de Mestrado² para investigar a mobilidade de camponeses que nasceram na primeira metade do século XX, nesse território.³

¹ CHAUNU, Pierre (et al.). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

² ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. *Memórias do Sertão: a migração sertaneja entre imagens e discursos literários*. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

³ Tomamos como referência a povoação de Lisieux localizada em Santa Quitéria-CE., onde moravam os 63 camponeses entrevistados entre homens e mulheres que para lá se dirigiram sozinhos ou com suas famílias à procura de trabalho nas fazendas situadas neste município, os quais como nosso avô nasceram em municípios das adjacências.

Grosso modo, concluímos que a aversão às cidades desenvolvida por nosso progenitor e por outros camponeses que tivemos a oportunidade de entrevistar à época, correspondia a experiências com centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza, onde residiam filhos seus. Aos visitá-los, voltavam acabrunhados, combalidos, angustiados com seus locais de moradia, sobretudo pela localização, porque situados em bairros de difícil acesso, onde a cidade tornava-se ilusória: “[...] a gente passa pela cidade grande, assim, mas é isolado, lá eles mora naquela favela, né!”⁴

A outra questão corresponde aos resultados preliminares de uma pesquisa a respeito da urbanização de Sobral, partindo das recordações de moradores idosos dos bairros desta cidade,⁵ proposição movida pelas defesas de Bosi (1994, p. 82) em “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, quando ela conclui que: “Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos.”.

Não obstante, as experiências que nos chegaram com as entrevistas que realizamos⁶ não foram de sobralenses, mas de migrantes, moradores que viviam indiferentes à urbanização dessa cidade, ressaltando a cultura rural que conheceram e não a urbana, saudosos de seus roçados, por exemplo. E quando indagados a respeito da profissão, apesar de apresentarem outras posições aprendidas nesta cidade, chamou atenção que tenham se colocado ainda como agricultores.⁷ Dos

⁴ FRANCA, 2000 *apud* ADRIÃO, 2002, p. 177.

⁵ Referente ao projeto: ADRIÃO, M. A. V. *Memória e Experiência...* Sobral, Jan. 2006. Bolsistas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP): Francisco Pereira de Abreu substituído em 2007 e Paulo Henrique de Souza Martins em 2008, estudantes do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); bolsistas PIBIC/Júnior Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Samara Costa Silva; Luciléa Diogo de Sousa em 2007 somadas a Maria Erbênia Gonçalves da Costa; Maria Jociane Vasconcelos Freire; Benedita Marcela Santos Nascimento em 2008, estudantes da Escola de Ensino Médio Ministro Jarbas Passarinho.

⁶ A pesquisa consistiu inicialmente no mapeamento da população idosa do Terrenos Novos com o preenchimento de um questionário. Realizamos apenas três entrevistas, não foi possível continuar porque a FUNCAP encerrou as bolsas de iniciação científica para estudantes coordenados por professores assistentes. Importante assinalar ainda que recebemos o apoio técnico do Laboratório das Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

⁷ Segundo E. Thompson “A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambigüidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde.” THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costume e cultura. *In*: _____. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 20.

entrevistamos trouxemos a experiência de Elias Souza,⁸ que se apresentou também como pedreiro.

Neste sentido, ocorreu-nos investigar: por que depois de décadas morando em Sobral esses moradores ainda se colocavam como agricultores, e por que nomeavam o lugar onde moravam de sertão? Seria uma reivindicação cultural para diferenciar seus lugares dessa cidade? Teria relação com as dificuldades encontradas nessa urbe? Haveria outros moradores em situação semelhante?

Sem pretender comparar Sobral com os grandes centros urbanos, no entanto, ocorreu-nos que estudiosos dos deslocamentos de camponeses às grandes cidades brasileiras assinalaram problemas enfrentados com a moradia, à qual se realiza para o migrante sem-posses nos lugares mais inóspitos, igualmente são recorrentes problemas vinculados ao trabalho ou à dificuldade de colocar-se em um posto satisfatório, circunstância que por outro lado se conjuga à qualificação profissional ou à escolarização, ou a preconceitos sofridos, de modo geral, às dificuldades de adaptação à nova realidade. (DURHAN, 1973; TAUBE, 1986; LUCENA, 1999; FONTES, 2008; SANTANA, 2009).

E no que respeita àqueles que emigraram para Sobral: como resolveram esses problemas, ou não os vivenciaram? Como solucionaram circunstâncias intrínsecas à moradia, ao trabalho, à profissionalização, a apoios necessários? Haveria diferença entre essa cidade e as capitais aludidas?

Com essas conjecturas propusemos investigar a migração de **camponeses moradores da região do Sertão Centro Norte do Estado do Ceará a cidade de Sobral no período de 1950 a 1980**, buscando entender os motivos desse movimento do ponto de vista dos migrantes considerando, como exemplo, a narrativa de Elias Souza (2007):

Nós plantava era de meiação né, nós plantava na terra é de quem tinha legume, era de metade né! [...]. Não, eu já tou acostumado aqui! Tô acostumado; faz tempo que moro aqui! Eu tenho uns irmão lá, rapais, tu acha bom em Sobral? Não, eu acho bom não, mas, pra quem num tem nada, tanto faz ser num lugar como noutro, tudo é bom!

Este excerto traz indícios das circunstâncias vivenciadas no sertão que causavam insatisfação e que podem ter provocado à emigração, e por outro lado,

⁸ SOUZA, Elias Gomes de. *Elias Gomes de Souza*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2007. Entrevista concedida a [Paulo Henrique de Souza Martins: \(et. al.\)](#). Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

indícios dos motivos de ele permanecer em Sobral mesmo sem gostar, embora não esclareça os motivos de ter escolhido esta cidade e não outra.

Assim, optamos por estudar essa mobilidade partindo das recordações e interpretações dos entrevistados, pois se o sertão representava o espaço da saudade, do ressentimento, do desejo de retorno, e a cidade seu oposto, por que Elias Souza não retornou? Por que fixou residência em Sobral, por que não recuou ou não seguiu para outro lugar? Ainda ficamos nos perguntando se encontraríamos diversidade de perspectiva entre quem emigrou na década de 1970 como esse senhor, para quem emigrou em décadas anteriores ou posteriores?

Interessava, portanto, citando Bourdieu (2000, p. 164-165), conhecer suas “percepções” e formas de “expressão do mundo social”, no por que deslocar-se para Sobral e no por que permanecer, o que estavam elegendo como importante “no campo de forças e como campo das lutas” políticas.

Trouxemos as concepções desse autor atentando à sua crítica ao “monopólio dos profissionais” que conceituam o que é política, o que é tensão política e as suas características, logo, quais lutas ou quais movimentos políticos são merecedores de atenção. Nesse sentido, elegem quem pratica a luta política, como e quem “consome” os resultados.⁹

Contudo, acreditamos que os camponeses não se restringiam a simples consumidores da política institucional no campo de luta em que se colocaram. Inversamente, constituíram sua própria produção de paradigmas políticos indiferentes à complexidade das manipulações ideológicas e oficiais, e assim, demonstraram estar atentos às possibilidades que os levaram a superar os estágios de desemprego, de secas, de conflitos com patrões, de exaustão da terra, de dissensões familiares, entre outros problemas que nos chegaram das suas narrativas como motivadores da migração que realizaram para Sobral.

Essas “práticas” ou “táticas” lembrando Certeau (1994), são formas de lutas emudecidas, silenciadas pelas representações hegemônicas que não as reconhecem como tal, mesmo porque não estão defendidas em tratados, atas de

⁹ Para Bourdieu “[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção.”. BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder Simbólico*. 3 ed., trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.164.

reuniões, noticiários. Não há teses escritas sob matrizes teóricas que facilitem compreender como diligenciaram suas expectativas, assim como não estão ligadas a nenhuma instituição que pudesse registrá-las, organizá-las, autenticá-las ou inscrevê-las no movimento político oficial, portanto, na memória escrita.

Não obstante, suas práticas políticas surgiram-nos não como verdades eclipsadas às vivências, mas como verdades exteriorizadas, buscadas, perseguidas pelos caminhos abertos às perspectivas várias que estão sempre em relação com o contexto maior, fora do controle pessoal conforme Revel (1998).

Deste ponto de vista, acreditamos que a migração de agricultores como Elias Souza (2007), e a migração daqueles que entrevistamos para a pesquisa que ora finalizamos, são ações políticas analisadas, cogitadas, matutadas no cotidiano como forma de solucionar seus problemas. No caso de Elias Souza, uma maneira de combater seu fado, de ter nascido filho de sertanejo realizando roçados em terras alheias e, embora desejasse permanecer morando no sertão, optou pelo deslocamento, e em Sobral, embora desejasse retornar, escolheu permanecer por concluir que sua condição de trabalhador não se alterara nem se alteraria regressando ou encaminhando-se a outro lugar.

Dessa maneira, pode-se cogitar apressadamente que emigrar para Sobral, a maior cidade da região,¹⁰ seria uma forma de mirar o futuro, ou melhor, de empregar-se e tentar prosperar para quem sabe regressar quando as coisas melhorassem.

E quais outros motivos provocaram a migração de camponeses para Sobral, e por que não uma das capitais mencionadas acima?

Nesse campo da produção de narrativas sobre a cidade e sobre o sertão, optamos pela fonte oral como central porque segundo Ferreira (1994, p. 9-10), essa metodologia “[...] privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história”; e por outro lado “[...] a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos”.

No entanto, é importante esclarecer que, noções como memória, representação, subjetividade, entre outras ligadas à fonte oral vamos explicar no

¹⁰ Para BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; (et al.). Introdução. In: _____. *Sobral: Patrimônio Nacional*. Prefeitura Municipal de Sobral, 2000, p. 9: “Estando Sobral localizada na várzea do Rio Acaraú e no centro de uma área cruzada por dois importantes rios – o Coreaú e o Aracatiçu – dos quais mantém privilegiada equidistância, teve facilitada a sua ascensão a núcleo hegemônico da região.”.

decorrer da escrita, porque como chama atenção Schmidt (2012), não devem ser naturalizadas.

Contatamos a maior parte dos migrantes participando de reuniões promovidas pela Secretaria de Saúde de Sobral com idosos de diversos bairros assistidos pelos Postos de Saúde da Família (PSF). Reuniões que acontecem em locais estratégicos da cidade objetivando cuidados com a saúde preventiva. De tal modo, foi-nos concedida à oportunidade de apresentar o projeto e convidá-los a participarem.

Os entrevistados nasceram na primeira metade do século XX e emigraram entre as décadas de 1950 e 1980, e a exemplo de Elias Souza (2007), ao recordarem suas ocupações no sertão colocaram-se, grosso modo, como “agricultores”, ou seja: “trabalhava na agricultura”, “era lavrador”, “ajuda meu pai na agricultura”, “era renteiro”, “trabalhava plantando roçado”, ou, “era pequeno proprietário”, no caso dos filhos de proprietários.¹¹

Deixando claro que não optamos por famílias de migrantes porque majoritariamente vieram jovens e solteiros, e deste modo, compuseram suas famílias já morando nesta cidade.

Outro esclarecimento importante é que, nem todos que aceitaram participar da pesquisa foram entrevistados uma vez que a quantidade de aceites paulatinamente ultrapassou a nossa condição de realização, porque as entrevistas precisaram ser divididas em várias sessões que se constituíam do primeiro contato nas residências até a conclusão, e neste sentido, evitamos como advertiu Khoury (2001, p. 82): “[...] trabalhar com quantidades exaustivas de entrevistas, ou com amostragens tidas como representativas de diferentes grupos de pessoas.” No entanto, foi preciso escolher ainda seguindo esta autora, as entrevistas que melhor respondiam a questão colocada.

Porquanto, percebemos as experiências dos narradores como realidades em relação com outras realidades, sem contar que estamos falando de recordações

¹¹ Não foi possível indagá-los a respeito da dimensão das propriedades para entendermos o que anunciavam como “pequena propriedade” ou “pequeno proprietário”, porque havia uma desconfiança explicitada a respeito de nossa pesquisa. As terras de João Emílio Vasconcelos na Serra da Meruoca estão à venda, mas segundo ele: “ninguém quer comprar terra naquelas quebradas”. João Emílio. *João Emílio Vasconcelos*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

pretéritas vivenciadas em dois espaços de convergências de suas vivências, as quais se diferenciam pelas perspectivas como “realidades descontínuas e heterogêneas” conforme Ginzburg (2007, p. 269).

Neste sentido, também foram importantes as conclusões de Revel (1998, p. 26-27), pois este autor defendeu a “redefinição da noção de contexto”, ou o deslocamento de “[...] um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas”, para “contextos”, porque para este autor, as vivências se inserem em situações diversas que vão do “macro ao micro” e *vice-versa*, e por este motivo é preciso: “[...] constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados.”.

Possibilidade que nos levou a outras fontes, não objetivando redarguir as narrativas ou por outra, autenticá-las, contudo, porque os entrevistados não viviam contidos em si mesmos, vivenciaram situações diversas que correspondiam a esse contexto maior ao qual para explicarmos, algumas vezes foi preciso reconstituir um universo fora de seus parâmetros narrativos, embora sem perder a conexão com estes como recomendou Khoury (2001).

Na expectativa de refletir criticamente as diversas temporalidades indo do micro ao macro, recorremos aos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou a relatórios da Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), a mapas cartográficos, à legislação do período, aos artigos e matérias do Jornal Correio da Semana (semanário dirigido pela Diocese de Sobral, fundado em 1918, único que atravessou ininterruptamente o período).

Igualmente contamos com fotografias sugeridas pelos migrantes de seus arquivos pessoais, e as que capturamos no ato das entrevistas, e ainda cópias de fotografias desta cidade que assinalam alterações urbanas em sua paisagem e infraestrutura no decorrer do século XX, além da própria urbe que assim como as fotografias e as outras fontes aqui assinaladas, passou a ser vista como um “documento monumento” transformada pelas recordações e pela análise histórica que ora fazemos conforme as conclusões de Le Goff (1996, p. 540-545). Somando-se a uma bibliografia interdisciplinar.¹²

¹² A respeito do diálogo interdisciplinar na pesquisa histórica Ginzburg ao sugerir a aproximação metodológica entre o historiador e o antropólogo assinalou que os conjuntos de registros dos arquivos, informam sobre os indivíduos e suas ações, no entanto, se nos ativermos apenas a isto: “[...] corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo e uma sociedade determinada.”. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*:

Realizamos vinte sete entrevistas perfazendo uma média de 65 (sessenta e cinco) horas gravadas em áudio e vídeo, considerando que os primeiros encontros não eram gravados, e mais seis entrevistas com pessoas indicadas para nos ajudarem a refletir sobre o contexto da época estudada, destas citamos apenas duas.

Quanto ao método de abordagem, Paul Thompson (1998, p. 254) sugeriu que pode ser diverso conforme a situação exija, porque em alguns momentos como veremos, foi preciso que intervíssemos com perguntas mais objetivas, em outros, as narrativas seguiram com a liberdade necessária ao “narrador” reclamada por Benjamin (1994).

Dessa maneira, o questionário estruturado limitou-se à identificação pessoal: nome, endereço, local e quando nasceu, profissão, se aposentado, se ainda trabalhava, se havia estudado, se casado, etc., as outras indagações emergiram conforme as questões abordadas pelo entrevistado requeriam maiores explicações.

Portanto, sempre que foi necessário interferimos com perguntas, porém, o fizemos na perspectiva do que estava sendo acentuado pelo entrevistado, e dessa maneira, não conduzimos nenhum roteiro de perguntas pré-dispostas. O aprofundamento das narrativas diversificou-se consoante as experiências, as interpretações e os interesses dos entrevistados.

A questão colocada aos migrantes se era possível relatar **“sua história de vida partindo de onde nasceu até Sobral** era retomada no início da entrevista formal, embora já a houvéssemos explanado nas conversas antecedentes, quando éramos entrevistados também com questões bem objetivas que nos foram acentuadas como: “por que a senhora precisa gravar nossa voz aí” ou, “você vai ganhar alguma coisa com isto”, oportunidade em que esclarecíamos as implicações éticas da pesquisa e o que pretendíamos realizar.

Uma vez imersos no universo cotidiano dos migrantes, conhecendo suas rotinas, suas residências, suas famílias, seus sofrimentos, suas queixas, seus sentimentos, porque falar dos motivos da migração causava amargura para muitos deles, seus tratamentos de saúde com seus tópicos, ou seja: com suas listas de

medicamentos, horários e indicações, pormenores que precisamos nos inteirar uma vez que alguns não se encontravam bem de saúde quando iniciamos as visitas, e porque de uma forma ou de outra foram abrangidos nas conversas informais. Por fim, estas circunstâncias apequenaram nosso objetivo e ampliaram nossa responsabilidade, que pareceu bem maior do que tínhamos em mente.

Desse modo, à medida que a desconfiança transformou-se em confiança, e mãos calejadas nos acolheram, um mundo de gestos e palavras entrecortado por lágrimas em alguns momentos nos ameaçou, porque havia sempre a dúvida se tínhamos o direito de invadir suas lembranças, mais ainda, seus silêncios, seus desejos contidos. Aquilo que precisava ser esquecido, ou que adormeceu sem que pudessem refletir com outra pessoa pela pouca importância que lhe foi dado.

Por fim, a respeito da metodologia utilizada na pesquisa ainda consideramos importante destacar:

- a) o emprego do computador no processamento desse trabalho de investigação, ou na sistematização de algumas fontes, sobretudo às entrevistas, que foram gravadas em áudio e vídeo e depois repassadas diretamente para um *software* desse dispositivo; as quais depois de armazenadas foram gravadas em um DVD-R (*Digital Versatile Disc-Recordable*) – sem perda ou alteração de informações – onde as imagens e sons foram compactados para arquivamento e trabalhos futuros, inclusive, re-visão pelos entrevistados;
- b) a transcrição e edição das narrativas facilitada por esse trabalho inicial, porque o áudio de um computador, ou de um aparelho de Televisão unido ao retransmissor do DVD-R é muito superior ao do simples gravador, e pode ser manuseado até por mais de uma pessoa concomitante;
- c) o processamento de fotografias capturadas no decorrer da pesquisa ou que nos chegaram de outros arquivos – às quais a exemplo da gravação em audiovisual foram sistematizadas em outro *software* através da técnica de escaneamento, o que facilitou a transposição direta para o texto escrito e quando necessário, foi possível melhorar sua qualidade com outro programa, de “formatação”, ou seja, ampliando ou diminuindo tamanho, cor, brilho, contraste. Somando-se a isto, a reprodução em DVD-R também para fins futuros;

d) e por último, o uso da *Internet* (rede mundial de conexão de computadores) na coleta de informações e publicações através da *Web* (“teia ou rede que conecta computadores pela *Internet*”) – os relatórios do IBGE, como exemplo, foram baixados (*download*) diretamente para nosso arquivo no computador, o que foi sugerido pelos funcionários deste órgão quando estivemos *in loco* para a realização da pesquisa.

Sabemos neste sentido que não estamos inovando ou renovando técnicas de pesquisa, nem a relação interdisciplinar da história com outros campos como a semiótica¹³ e a informática,¹⁴ porque essas possibilidades já são bastante fecundas no atual estágio do uso metódico desses paradigmas tecnológicos na prática historiográfica.

Certeau (2002, p. 84) defendeu que: “O *estabelecimento* das fontes (pela mediação de seu aparelho atual) não provoca apenas uma nova repartição das relações razão/real ou cultura/natureza; ele é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica.”.

Compreendemos neste sentido que, ao compactarmos as fontes em um programa de computador, ou ao realizarmos os deslocamentos das gravações das entrevistas, das fotografias e dos textos (relatórios), não apenas deslocamos as fontes de um arquivo ao outro, mas refizemos estas fontes, no sentido de atribuir-lhes novos significados e usos, porque seu arquivamento duplo no computador e no DVD-R, além de não oferecer perda de qualidade e oportunizar a sua reprodução outras vezes, facilita a transcrição, edição, análise, escrita e socialização para outras investigações.

Não obstante, nunca é demais redundar que essa gravação em áudio e vídeo registrada em DVD-R – apresenta às falhas do equipamento e do entrevistador, a condição de recepção do entrevistado (a residência ou o local indicado para a realização da entrevista), o estado físico e psicológico do entrevistado, entre outras circunstâncias do cotidiano, capturadas –, não como uma

¹³ Sobre o uso sistemático de “Semióforos” na análise histórica: POMIAN, Krzysztof. De La Comparación Em La Historia. In: _____. *Sobre La Historia*. 2 ed., trad. Magali Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007, p.107-124.

¹⁴ Chartier concluiu neste sentido que: “Agora se trata de novas modalidades de construção, publicação e recepção dos discursos históricos”. CHARTIER, Roger. A história na era digital In: _____. *História ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 59. *Idem*, Linguas e leituras no mundo digital. In: _____. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. Loretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p.11-32.

comprovação objetiva, porém, como uma produção mesmo de indícios que se associam às técnicas de pesquisa, e no extremo, trata-se de uma fabricação sofisticada de memórias sobrepostas, e até mesmo, uma forma desviada, transgressora diria Certeau (2002), de interlocução cultural.

Esse ordenamento facilitou não há dúvidas, a análise das entrevistas e demais fontes, e assim, facilitou o nosso trabalho que se concentrou em várias etapas iniciando com a transcrição dos relatos, passando pela edição dos excessos e repetições das falas, pela análise das imagens, relatórios e documentos diversos, até chegar à escrita, e neste meio tempo, ainda precisamos repassar cópias das entrevistas àqueles que aceitaram fazer parte dessa empreitada por dias, como já assinalamos.

Assim, concordamos que se trata de outro paradigma, por abranger fontes que não podem ser comparadas com aquelas depositadas em arquivos onde os inquiridos estão mortos. Porque dispor-se diante de uma câmara fílmica sob observação, sendo indagado a propósito de um passado assimétrico transformado em resquícios, que em Paul Thompson (1998) ganha *status* de “evidência oral”, é algo que precisa ser ressaltado como contribuição importante para a “memória coletiva” (HALBWACHS, 2006), e para a escrita da história, ainda que isto não isente essa fonte, ou seja, esses vestígios de memória deslocados, porque somados às influências e interpretações do presente, da crítica historiográfica.¹⁵

Quanto aos entrevistados, optamos por classificá-los como camponeses concordando com Pereira de Queiroz (1973a); Heredia (1979); Manoel de Andrade (1980); Garcia Jr. (1983); Woortmann (1995); Candido (2001), Menezes (2002), pois estes estudiosos defenderam a noção de “camponês”, como uma categoria social que se desloca pela diversidade de posições sociais que nos chegaram através das entrevistas, ou seja: agricultor, lavrador, morador, agregado, renteiro, arrendatário e pequeno proprietário.¹⁶

Embora não totalmente no nosso caso se ponderarmos que, grosso modo, além da relação com a terra servindo à produção familiar de subsistência independentemente da posição social em que se encontre: se morador, agregado,

¹⁵ Importante conferir a análise de PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter; (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 3reimp., trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 163-198.

¹⁶ Interessante neste sentido a reflexão de HOBBSAWM, Eric. Os Camponeses e a Política. In: _____. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2 ed., trad. Irene Hirsch; Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 217.

rendeiro, pequeno proprietário, o camponês igualmente tem sua existência marcada pela relação com sua comunidade, que como veremos, não corresponde à realidade de alguns daqueles que se colocaram como moradores das propriedades.¹⁷

De tal modo, a noção de camponês ou campesinato envolve as múltiplas frações que inquirimos, sendo que todos estavam ligados a grande ou a pequena propriedade privada da terra, e por sua vez, aos “costumes”¹⁸ em voga nas relações de trabalho, moradia, comunidade e com “os detentores do poder econômico e político” como defendeu (SHANIN, 1965, p. 23, *apud* Menezes, 2002, p. 45).

Importante perceber que, enquanto o agricultor constituía sua família, ou seja, enquanto seus filhos eram crianças sem condições de assumirem responsabilidades conjuntamente nas fazendas, resultava em uma família indesejada, já que nem os filhos nem sua esposa somavam à produção, não o suficiente para comporem força de trabalho em posição de disputarem espaço nas propriedades. Nestes casos, os trabalhadores contavam com o apoio de parentes, situação vivenciada por Raimundo Mendes (2015) quando era criança.

Neste sentido, é preciso assinalar que, a fração de maior risco era o morador sem posse material de espécie alguma, o que o caracterizava igualmente como andarilho ou “andarino”, posição trazida por este migrante, justificando seus deslocamentos pelo sertão.

Filhos crescidos representavam trabalhadores à disposição para as diversas necessidades patronais. Não obstante, no que diz respeito à produção do roçado, não estava submetida somente ao número e idade dos trabalhadores, o tamanho do roçado era uma proposição do proprietário, o qual determinava quais terras podiam ser utilizadas para a plantação de subsistência.

Essas possibilidades todas oportunizaram alterar as relações com a cidade de Sobral antes e após a migração, porque os pequenos proprietários pelo

¹⁷ Vejamos a situação deste senhor: “[...] depois de 57 nós saímo de lá [...] aí em 1957 fomo pra fazenda Santa Rita que meu pai trabalhava de vaqueiro, e de lá, viemo morar aqui, na fazenda Logradouro, aqui perto do doutor Adatao, de lá seguimo, viemo morar perto de Groairas, nos anos de 62, no mesmo ano, nós vóltemo pra morar em Bom Soares [...] Sou bastante andarino [...]”. MENDES, Raimundo Bernardino. *Raimundo Bernardino Mendes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R

¹⁸ Entendendo por costumes o que Edward Thompson (1998, p. 16-17) defendeu: “um campo para a mudança e a disputa”, como vamos poder perceber nas tentativas de alteração das posições vividas.

que percebemos, por já negociarem o excedente da produção familiar no mercado público dessa cidade, apresentaram mais facilidade para superar os transtornos respectivos à moradia, ao trabalho e apoios pretendidos.

No que pese a região do Sertão Centro Norte do Ceará, percebemos esse território como espaço de disputa política e social considerando as definições realizadas no período da pesquisa (1950 – 1980) pelo IBGE, da divisão territorial atribuída ao estado do Ceará sobre a área onde nasceram e viveram os migrantes, quando em 1950 e mais claramente explicitado no Censo Demográfico de 1960, esse território do percurso dos migrantes insurge abrangendo três “regiões fisiográficas” distintas: Litoral, **Sertão Centro Norte** (que tomamos como referência) e Ibiapaba.¹⁹

Contudo, no Censo de 1970²⁰ esse território assumiu outra orientação política e surgiu subdividido agora em “microrregiões homogêneas”, quando a região do Sertão Centro Norte desapareceu do mapeamento oficial e Sobral, ao contrário, emergiu dando nome a uma das microrregiões homogêneas compondo um conjunto de treze cidades que a continha.²¹

Já no Censo de 1980, outra orientação representando novos parâmetros governamentais novamente trabalhou no sentido de apagar de vez o Sertão Centro Norte do Ceará como região, trazendo mais divisões a esta região, ao tempo em que foram deslocados municípios de um território a outro, sendo todos compreendidos

¹⁹ **Litoral** representava um conjunto de 18 municípios: Acaraú, Aquiraz, Aracati; Beberibe; Bela Cruz; Camocim; Carnaubal; Caucaia; Chaval; Fortaleza; Granja; Itapipoca; Marco; Martinópolis; Morrinhos; Pacajús; Paracuru, Santana do Acaraú; já a região do **Sertão Centro Norte** um contíguo de 24 cidades: Alcântaras, Apuiaries, Batoque, Canindé, Caridade, Cariré, Coreaú, Frecheirinha, General Sampaio, Groairas, Irauçuba, Itapagé, Massapê, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Novas Russas, Paramonte, Pentecoste, Reriutaba, Santa Quitéria, Senador Sá, Sobral, Tamboril; e a **Ibiapaba** com 12 municípios: Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Ibiapaba; Ipu; Ipueiras; Mucambo; Pacujá; Poranga; São Benedito; Tianguá; Ubajara; Viçosa do Ceará. (IBGE, 1960, p. 80; 90).

²⁰ Em 1970 podemos observar a seguinte reorganização que substituiu a noção de “região fisiográfica” por “Microrregião Homogênea”, quando o Estado foi recortado em diversas microrregiões, senão vejamos: a antes região **Litorânea** foi subdividida em: Fortaleza, Litoral de Pacajus e Litoral de Camocim e Acaraú, A **Sertão Centro Norte** nas microrregiões de Sobral, Uruburetama; Sertões de Canindé; Baixo-Médio Acaraú, consequentemente, a Ibiapaba foi revolvida para Ibiapaba e Ibiapaba Meridional. (IBGE, 1973, p. LXXII- LXXVI).

²¹ Bastante esclarecedora essa passagem de Contel: “Além da definição das Grandes Regiões do país, esta divisão regional proposta no final da década de 1960 buscou ‘demarcar **espaços homogêneos e espaços polarizados**’ no território brasileiro [...]. Em relação à definição dos espaços homogêneos, pode-se dizer que estes foram tidos como uma ‘forma de organização em torno da produção’ e seriam expressos ‘por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos’”. CONTEL, Fabio Betioli. As Divisões Regionais do IBGE no Século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis*: (nova série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Rio de Janeiro, v. 3, 2014, p. 8. Disponível em: <<https://terrabrasiliis.revues.org/990-3-document-sans-titre.pdf>>. Acesso em: fev. 2016. (grifo nosso).

em conjuntos de microrregiões homogêneas que se somaram para compor “Mesorregiões” igualmente consideradas homogêneas.²²

Portanto, apesar desses paradigmas governamentais ou manipulações, como advertira Bourdieu (2000, p. 108-115), na luta pelas “representações regionais”; ou da necessidade de reinventar o território, uma vez que essas noções estejam ligadas “diretamente às relações de poder e sua espacialidade” como defendeu Albuquerque Junior (1999, p. 25), percebemos essa região com suas classificações em duas frentes.

Porque se o Estado através de seus “dispositivos”²³ recria suas regiões, apresentando-as não como espaços fixos, porém, como espaços móveis, possíveis, abertos às intervenções, consoante os interesses presentes, ou se quiser, as necessidades administrativas,²⁴ no entanto, também os migrantes o fizeram de certa forma, forjando um **território próprio**, onde novos caminhos foram possíveis, seguindo seus interesses e necessidades.

Contudo, não podemos deixar de assinalar a ambiguidade governamental, pois os ordenamentos aparecem quase como metáforas políticas, porque em um dado relatório um município está compreendido em uma microrregião homogênea e em outro recenseamento insurge em outra, cabendo à pergunta: como um município ora pode ser da região litorânea ora não, ora da região serrana ora não, e como o sertão norte pôde deixar de ser sertão em uma década?

Outro ponto dissonante é a noção de adjacências que segundo Faria (1962, p. 32; 245), identifica “vizinhança, circunvizinhança, jazer perto, estar deitado

²² Desta vez o IBGE apresentou o Estado dividido em 4 e 23 “Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas” respectivas: **Mesorregião Noroeste do Estado** (Litoral de Camocim e Acaraú, Baixo-Médio Acaraú, Uruburetama, Ibiapaba e Ibiapaba Meridional, Sobral, Sertões de Canindé, Sertões de Crateús; **Mesorregião Fortaleza** (Fortaleza); **Mesorregião Centro Leste Cearense** (Litoral de Pacajus, Baixo Jaguaribe, Serra do Baturité, Sertões de Quixeramobim, Sertões de Senador Pompeu, Médio Jaguaribe, Serra do Pereiro; e **Mesorregião Sul Cearense** classificada em: Sertão dos Inhamuns, Iguatu, Sertão do Salgado, Serrana de Caririçu, Sertão do Cariri, Chapada do Araripe, Cariri. (IBGE, 1982, p. XXVI).

²³ “[...] entendendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.”. FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. 13ª ed., trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 244.

²⁴ Conferir os relatórios do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) que podem ser observados no Anuário Estatístico do Ceará 2010, que apresentam várias divisões político-administrativas e suas macrorregiões de planejamento e microrregiões administrativas. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuário/anuário_2010/fisiografia/divisao.htm>. Acesso em fev. 2016.

ao lado” ou “estar situado perto, estar contíguo”.²⁵ E sendo assim, confirma nossa proposição de vizinhança na ação governamental transformar-se em metáfora política, porque nesse remexer, renascer, refazer territórios, um município ora emerge vizinho a outro, ora não.

As colocações de Albuquerque Junior (1999, p. 26) sobre região corroboram com o que estamos trazendo porque para ele: “A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais”.

Por outro lado, Neves (1994, p.75) em seu estudo sobre “a construção da memória regional” defendeu que: “Na composição deste magma de significações imaginárias sociais, que procura disciplinar o homem pobre e trabalhador no mundo da produção capitalista, importante papel é desempenhado pelas dissonâncias.”

Dessa maneira, optamos por essa nomenclatura “**Sertão Centro Norte**” porque era a denominação adotada pelo IBGE até a década de 1970, que por sua vez, compreendia a maior parte dos municípios de origem dos migrantes, também porque estes preferem nominar de “Sertão” ou “sertãozim”, seus lugares de origem.

Destarte, concordamos com Ivone Barbosa (1998) que o espaço é elaborado nas escolhas, nas experimentações, nas tensões que se estabelecem recriando percursos em busca de outra ordem. E é nesta perspectiva que vemos esse movimento migratório, como criação de espaços ou de espacialidades próprias.

Não obstante, Sayad (1998) ressalta que emigração é concomitante imigração. Quem emigra, imigra, e quem imigra, emigra. Deste modo, os lugares de onde partiram os migrantes têm relevância tanto quanto o lugar para onde se deslocaram e decidiram fixar residência. Assim sendo, essa região insurge como espaço de confluência de interesses, onde nasceram, cresceram e de onde se deslocaram os entrevistados, no entanto, também aonde decidiram permanecer residindo, sendo que, alguns poucos como veremos, só depois de tentarem se estabelecer noutras cidades.

Porque é interessante perceber que todas as cidades estavam, como ainda estão em movimento de entrada e de saída de pessoas, e neste sentido,

²⁵ FARIA, E. (org.); (et. al.). *Dicionário Escolar Latino*: Português. 3ª ed. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1962, p. 32; 245. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

trouxemos uma amostra na Tabela abaixo da mobilidade presente em algumas das cidades das recordações dos entrevistados, correspondendo à década de 1960, período em que o IBGE (1962, p.80-82; 92-93) passou a computar a mobilidade populacional não apenas entre estados e grandes regiões, mas entre municípios, deixando evidente que a migração interna no Brasil não acontecia de forma linear, ou seja, intrínseca das zonas rurais às zonas urbanas, menos apenas, das regiões pobres às regiões ricas.

Tabela 1 – Municípios, População Total e Total de “Pessoas Não Naturais do Município Onde Residem”.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	TOTAL DE MIGRANTES OU RESIDENTES NÃO NATURAIS	
			+ TAXA DE MOBILIDADE
Acaraú	55.053	7.021	3.0%
Itapipoca	78.770	2.313	3.0%
Meruoca	10.456	374	3.5%
Santana do Acaraú	19.943	227	1.1%
Santa Quitéria	28.475	1.618	5.6%
Sobral	72.511	3.228	4.5%
Tianguá	21.798	1.819	8.3%

Fonte IBGE Ceará 1960 – Organizado pela autora

Como podemos observar, o percentual de mobilidade se apresentava com alguma diferença entre os municípios, mas estava presente em todos, logo, uma constatação óbvia é que, também todos os estados e todas as regiões brasileiras estavam em movimento, assim como algumas receberam mais população que outras, e no efeito contrário, algumas perderam mais população.

Schaefer (1985, p. 33), para citar apenas este autor como representativo do pensamento dominante a respeito das causas do movimento migratório *intra* e inter-regional, atribui esse descompasso aos “ciclos econômicos”. Para ele, a economia orienta o movimento migratório e nesta perspectiva, dependendo de seus interesses, ou dizendo melhor, dos interesses estatais e patronais no respectivo a esse setor – as populações se guiam na mesma direção. ²⁶

Mas voltando à Tabela, é interessante perceber que essa pesquisa do IBGE é intermunicipal, os moradores que emigraram fazendo o movimento cidade-campo, ou cidade-campo, ou campo-campo dentro do mesmo município não foram computados como não naturais, nesse sentido, àqueles que trouxemos como

²⁶ Outro estudo que corrobora no mesmo sentido: SANTOS, Milton. A Evolução Recente da População Urbana, Agrícola e Rural. In: _____. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 31-36.

migrantes que se deslocaram do sertão ou povoações diversas do município de Sobral ao seu centro urbano estão nesta categoria.

Com efeito, estamos nos contrapondo ao IBGE, considerando parâmetros assinalados pelos próprios migrantes, por se sentirem deslocados nessa cidade, como veremos.

Ainda no concernente aos indicativos da Tabela, um traço importante a observar é que, a taxa de mobilidade entre os municípios citados é bem distinta, constatando-se facilmente que uns receberam mais população que outros, no entanto, é interessante comparar entre uma década e outra essa mobilidade.

Assim, vamos conferir Sobral, o município mais populoso que em 1950 (IBGE, p. 19) somou 70.011 residentes naturais e não naturais e em 1960 conforme a tabela totalizou 72.511, com o município de Tianguá que em 1950 (IBGE, p. 19) apresentou uma população de 20.989 residentes e em 1960 perfaz 21.798, com um percentual de mobilidade quase duplicado se comparado com Sobral. Todavia, no Censo IBGE (1970, p. 170; 172) este município somou 102.178 moradores naturais e não naturais, enquanto aquele 26.200. Portanto, a taxa de mobilidade entre esses municípios inverteu-se.

No entanto, é bom salientar que estamos analisando apenas os apontadores que trouxemos da mobilidade intermunicipal indicada neste tópico do IBGE, sem incluir as taxas de natalidade, mortalidade e deslocamentos temporários. A despeito disso, de uma década à outra a taxa de crescimento de Sobral duplicou se comparada com Tianguá.

Não obstante, o argumento que ressalta Sobral desde sua criação como o “maior núcleo urbano” e comercial da região norte do Ceará, questão que favoreceu seu ingresso em uma economia industrial ainda na segunda metade do século XIX – pode justificar seu crescimento demográfico e urbano, entretanto, Roncayolo (1986, p. 409) adverte que: “As exigências da industrialização não são as únicas determinantes” das migrações.

Este autor ressalta aquilo que já sublinhamos, pois a migração não ocorre apenas às cidades industrializadas, nem das zonas não industrializadas às industrializadas, dessa maneira: “Não se pode afirmar com certeza que, quer nas conjunturas européias dos séculos XVIII e XIX, quer nos países actualmente subdesenvolvidos, o emprego na indústria corresponda, direta e globalmente, a esta absorção.” Ressalta também que: “Falta ainda analisar corretamente o papel

respectivo do aumento do sector terciário e da constituição do exército de reserva do proletariado, da subprodutividade e do desemprego.”. (*Idem*, 1986, p. 410)

Essa questão pode ser percebida em vários estudos que se dedicaram a migração campo-cidade no Brasil numa perspectiva de temporalidades diversas (LUCENA, 1999; MENEZES, 2002; FONTES, 2008; SANTANA, 2009), e nossa pesquisa traz indícios igualmente da sua relevância, porque parte dos camponeses que entrevistamos dirigiu-se a Sobral, mas objetivando negociar no seu mercado público, e embora não compusessem seus objetivos, a prestação de serviços assegurou suas permanências, sobretudo, das mulheres.

Logo, não podemos desobrigar a economia, representada não nas formas como os governos e segmentos proprietários diligenciam o capital, o lucro e suas formas de multiplicação de riqueza, no entanto, representada nas maneiras como a população trabalhadora diligencia ou racionaliza seus interesses, em como se guia à procura de promoção social inclusive, utilizando-se sim da migração que surge assim, como campo de tensão política desses tempos simultâneos.

No concernente ao espaço temporal, optamos por não relacionar este período de 1950 a 1980 com a fase, por exemplo, da renovação do parque industrial dessa cidade com os incentivos da SUDENE –, o que provavelmente atraiu parte da população que aparece nos relatórios do IBGE para esta cidade, porque também os mesmos relatórios como notamos na Tabela acima, confirmam que havia deslocamentos populacionais em todas as direções, não apenas para essa urbe.

Outro fato importante foi à seca de 1958, alguns entrevistados vieram em decorrência dessa estiagem (quatro no total). No entanto, mais três dos inquiridos emigraram na década de 1950, o primeiro chegou em 1951 justificando dissensão familiar, e o segundo em 1954 em pretexto da terra onde morava encontrar-se exaurida. Portanto, o período de 1950 – 1980 compreende os anos de chegada dos entrevistados a Sobral – e não em razão de termos feito essa opção, ou seja, de termos perscrutado pessoas que se deslocaram nesses anos.

Outro ponto importante a destacar é que, os motivos declarados pelos entrevistados apresentam uma diversidade de possibilidades que dizem mais sobre eles e suas perspectivas de bem-viver, que abrangia morar em uma cidade com um mercado pujante onde pudessem negociar ou que oferecesse opções de assalariamento, não necessariamente em fábricas, e concomitante, moradia onde pudessem ausentar-se da urbanidade estando nela, desse modo, criando animais

domésticos, plantando o roçado costumeiro, e por outro lado, ainda permanecerem próximos às pessoas e coisas conhecidas.

Neste sentido, o tempo que estamos estudando é o tempo inextrincável da recordação, que oscila entre as experiências do presente e o esquecimento. Experiências que nos ensinaram como refaziam o tempo, como o enganavam, como caminhavam contra ele esconjurando-o, e dessa maneira, como conseguiram superar o desejo de retorno e estabelecer-se em Sobral: “com a continuação do tempo né, nós se acostumamos aqui, porque foi o jeito mesmo né, era coisa de precisão mesmo, porque nós num tinha mais nada [...], com a continuação do tempo nós tava assim, gostando, gostando”. (AGUIAR, M., 2014).²⁷

Um tempo que demarca “descontinuidade”, mas como adverte Prins (1992, p. 194), sobretudo, “continuidade”, o que parece ambíguo, mas porque através de uma oralidade que reflete na recordação do vivido uma “variação de escalas” em diálogo com o contexto observado, e está sempre em relação com outras temporalidades fora da existência individual, ou do grupo pesquisado.

No entanto, o ponto agudiza quando o alternar ações temporais aparece no paradoxo do viver escolhas ininteligíveis, que não estão prontas ou dadas à análise histórica, quando situações antes ignoradas pelos historiadores aparecem como decisões e estas como estratégias, obrigando-nos a não realização de leituras simplificadas dos movimentos sociais, menos dos vestígios que possam responder aos objetivos da crítica histórica, ou servir como fontes.

É preciso lembrar, desse modo que, no campo dos movimentos sociais os historiadores têm elegido o **tempo social** que se opõe ao tempo político oficial demarcado pela cronologia e pelo grande acontecimento, e nessa perspectiva, encontramos o tempo da “experiência vivida” (POMIAN, 2007, p. 176), ou o “tempo cultural” observado em Edward Thompson (1998, p. 270).

Embora este autor refira-se mais especificamente às diversas formas de mensuração do tempo do trabalho e de outras situações do cotidiano, anteriores à disciplina da fábrica, no entanto, adverte que esse tempo cultural ainda permeia as relações sociais, sobretudo, das “sociedades tradicionais” e das “donas de casa”.

²⁷ AGUIAR, M^a da Conceição. *Maria da Conceição Aguiar*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Gostaríamos de esclarecer por fim que, devemos o título à eloquência de Sr. Romão de Sousa (2013) a quem passamos a referendar como “poeta da vida”. De memória extraordinária, do tipo que narra “casos” contextualizados com data, local e quem contara; é um pequeno proprietário apaixonado pelo seu sertão, inclusive, conserva a casa onde residiu. Sua constatação: “atravessar veredas no sertão escurece a vista” corresponde a sua experiência de caminhar sob o sol causticante, no entanto, trocamos pelo “atravessar veredas na cidade escurece a vista”, e tornamos sua constatação uma metáfora, considerando os deslocamentos e as reflexões dele e dos demais inquiridos sobre o viver na cidade, um viver angustiado, repleto de apreensões e aprendizagens inesperadas que obscureciam o futuro.

“Os caminhos do sol: atravessar veredas na cidade escurece a vista”: migração sertão – cidade de sobral 1950 – 1980 está estruturada em **quatro Capítulos**.

NOS CAMINHOS DO SERTÃO trouxemos algumas narrativas orais que puseram em discussão a convivência dos trabalhadores com a propriedade privada da terra, e, por conseguinte, a questão agrária da região do Sertão Centro Norte do Ceará, e concomitante, o problema agrário brasileiro, assim como as soluções alvitradas a nível governamental e a nível social, incluindo as perscrutadas pelos migrantes. Essa reflexão abrangeu as proposições modernizantes da estrutura agrária nordestina que levaram à criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

NOS CAMINHOS DA CIDADE historiamos as experiências de alguns camponeses que se deslocaram a Sobral, contudo, sem desejar fazê-lo, vieram obrigados por circunstâncias como os problemas decorridos da seca de 1958. A maior parte desse grupo que saiu “chorando de saudades” era de pequenos proprietários, no entanto, também compõe-se de trabalhadores que mesmo vivendo em situação de risco, “ainda voltaria se pudesse”. Refletimos a respeito das dificuldades de morar nessa cidade e aprender a conviver com uma economia de fome produtora de tristeza e de solidão.

Em **A CIDADE DO DESEJO** historiamos as experiências de agricultores que extenuados de problemas vivenciados no campo, optaram por refazer a vida em Sobral. Contudo, distintamente daqueles que vieram contrariados que historiamos no Capítulo 2, não havia reclamação, morar várias famílias sob o mesmo domicílio de

forma “sofrida”, precária, foi relatado como um estágio necessário. E habitar nos arredores facilitava alugueis e aquisições de casas e terrenos, também porque eram bairros servidos de água suficiente às necessidades domésticas. Portanto, a cidade desejada era a que podia ser habitada da forma como entendiam o bem-viver, distante do olhar disciplinador urbano.

Por fim em **A CIDADE SE TRANSFORMA** historiamos algumas das alterações urbanas que se configuraram entre 1960 e 1980 que implicaram na vida dos migrantes. Foi importante perceber que, enquanto a cidade ampliava e zoneava seu espaço urbano, e modernizava seus serviços, imprimindo também novos parâmetros de habitação com o saneamento básico, os migrantes também convertiam seus valores e passaram a, por um lado, desejar esses novos parâmetros urbanos, por outro, foram constrangidos a se incluírem, como encerrar os portões de currais e tanger os animais que mantinham como complemento orçamentário de volta ao sertão. Outras alterações culturais igualmente foram percebidas, porque à proporção que a cidade alterava sua urbanidade, alterava as mentalidades desenvolvendo novas sensibilidades e espacialidades.

2 NOS CAMINHOS DO SERTÃO

A atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos). (BAKHTIN, 2011, p. 312).

– Sim, eu nasci lá no Chora como eu digo, e lá nós, vivia numa posse de terra. Essa terra lá num era vendida, era uma posse, e a gente se apossava, meu pai se apossou-se dessa terra, dessa garra de terra, lá no Chora, e lá nós se criemo, lá se criou-se 15 filho, geraram 15 filho e nós passemos a viver da roça, vivia plantando. A gente plantava, e a gente num tinha estudo, então a gente vivia era da roça: plantando milho e feijão, capinando! Era 15 pessoas, mas trabalhava 14, mulher e homem! E ninguém nunca teve estudo, e nosso pai fazia questão de nem ninguém estudar, era trabalhar, trabalhar e trabalhar. [...]. Eu cheguei aqui com 14 ano de idade no 54! E fiquei aqui, no caso é essa família todinha! Isso aqui já têm três família morando aqui, aliás, quatro né, porque um não quis ficar. Então lá onde nós morava era bom, a gente plantava né! [...] O papai lá tinha até umas duas vaquinha, mas a terra foi enfraquecendo como eu tô dizendo, e foi preciso a gente vir embora! (SOUSA, A., 2015).²⁸

2.1 “No sertão valia apena porque aprendemo a trabalhar”

Nesta primeira parte, vamos refletir sobre alguns relatos orais que puseram em discussão a convivência com a propriedade privada da terra, por conseguinte, a questão agrária da região do Sertão Centro Norte do Estado do Ceará, o problema agrário brasileiro, assim como as soluções nomeadas a nível governamental e a nível social, incluindo as perscrutadas pelos inquiridos trazidos neste Capítulo.

Nesse sentido, cabe entender através dos indícios percebidos nestes relatos, como os trabalhadores lidavam com as circunstâncias relacionadas à propriedade privada da terra, que soluções perquiriam e como a cidade de Sobral ingressou como parte da solução de problemas como os narrados por Sr. Antônio Sousa na epígrafe, considerando que, após a terra onde morava ter-se tornada inapropriada à agricultura, seu pai decidiu emigrar. No entanto, colocamo-lo na posição de despossuído uma vez que, essa terra não fora adquirida legalmente, situação que o distingue de quem se colocou como pequeno proprietário.

²⁸ SOUSA, Antônio Lopes de. *Antônio Lopes de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral. Jan.2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Dizendo de outra forma, buscamos analisar neste Capítulo: como os agricultores pobres combatiam sua posição na relação com os proprietários de terra, como confrontavam os problemas, como se desviavam deles e como elaboravam suas táticas de sobrevivência.

Realizar uma reconstituição histórica das migrações praticadas para essa cidade décadas atrás, por camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, moradores ou agregados das fazendas)²⁹ todos moradores do sertão, termo como preferem nomear seus lugares situados em municípios circunvizinhos à cidade de Sobral, no período de 1950-1980 do século XX, através de suas narrativas orais, tornou-se um projeto bastante arrojado e desafiador.

Estudar o subjetivo que pode ser observado nos relatos, representativo das posições assumidas na “realidade social”, para conforme observou Khoury (2001, p. 82),³⁰ não “correr o risco de aplainar a realidade” refletida nas narrativas, atentando também para o aspecto levantado por Schmidt (2012, p.87), que chama atenção para a forma como muitas vezes tratamos a subjetividade da fonte oral: “[...] como uma figura ou uma dimensão a-histórica ou trans-histórica, [...] uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral [...]”.

Essas recomendações são importantes para não perdermos a dimensão crítica na análise dos relatos, porque as recordações não representam essências intactas a serem “resgatadas” ou reconstituídas, uma vez que são resultados de vivências passadas, mas também da interpretação dessas vivências, e deste modo, devemos observar como o sujeito reelabora suas recordações enquanto se reelabora como sujeito. (SCHMIDT, 2012, p. 87).

Recordações que dizem respeito ao passado ou às vivências dos inquiridos, mas igualmente às vivências daqueles que não entrevistamos, mas

²⁹ Utilizamos aqui a classificação apresentada por: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Sítio Tradicional Brasileiro e o Problema do Campesinato. In:_____. *O Campesinato brasileiro: Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil*. Petrópolis, R.J: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 28, contudo, constatada entre os entrevistados.

³⁰ Buscamos a noção de grupo observada em KHOURY, Lara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 22, p. 82, jun. 2001, “[...] não buscávamos trabalhar com quantidades exaustivas de entrevistas, ou com amostragens tidas como representativas de diferentes grupos de pessoas. Para nós, lidar com médias poderia significar correr o risco de **aplainar a realidade**. [...] os entrevistados eram selecionados e as narrativas consideradas representativas por sua capacidade de expressar e delinear possibilidades e limites presentes na realidade social, quer como realidades consumadas, quer como horizontes ambicionados ou perigos temidos.”. (grifo nosso).

estiveram presentes em suas experiências e assim, foram-nos apresentados de forma reminescente ou indiciária,³¹ como pais, irmãos, tios, avós, primos, vizinhos, amigos. Dessa forma, parafraseando Lowenthal (1998, p. 81), os relatos correspondem não apenas às lembranças daqueles que lembraram, contudo, às lembranças recordadas a partir das recordações e vivências daqueles que foram lembrados.³²

Ainda esclarecemos que, procuramos desenvolver com os inquiridos uma “relação dialógica”, noção que nos chegou da teoria de “história oral” desenvolvida por Portelli (2001, p. 10-11; 24), da sua própria experiência de pesquisa, quando recomenda uma relação de reciprocidade entre pesquisador e entrevistado como resultado de todo o entendimento que precisamos estabelecer que possam perpassar nossos interesses, mas também os do entrevistado. Porquanto, colocamos nossos parâmetros e o entrevistado coloca os dele, e a narrativa constitui-se em parte o que indagamos e em parte o que ele considerou relevante relatar.³³

Neste ponto, acreditamos que a teoria da linguagem de Bakhtin (2011, p.311; 332) em destaque na epígrafe, pode contribuir para este esclarecimento de nosso propósito porque um diálogo acontece não porque existem duas pessoas em posições: uma de ouvir e outra de falar, todavia, porque pressupõe uma “compreensão *responsiva*” ou uma “atitude humana” com responsabilidade mútua, ou podemos dizer, com desejo de coautoria textual.³⁴

³¹ Concordamos com as proposições de Ginzburg quando compara a investigação à tessitura de um tapete, a sua arte ou criação: “Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegados a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com olhos em várias direções.”. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 170.

³² Para Lowenthal “[...] Raramente podemos distinguir entre lembranças primárias e secundárias, lembrando as coisas a partir de lembranças das lembranças delas [...]”: LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n. 17, nov.1998, p. 81.

³³ Para Portelli (2001, p. 12) é “Assim, [que] uma entrevista da história oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes; e o falante tende a lutar pela melhor dicção possível. A novidade da situação e o esforço da dicção acentuam uma característica de todo discurso oral: a de ser um ‘texto’ em elaboração, que inclui seus próprios esboços, materiais preparatórios, tentativas descartadas.”.

³⁴ “A complexidade da história oral, como uma seqüência dos processos e construções verbais gerados pelos encontros culturais e pessoais no contexto do campo de trabalho entre o narrador (ou narradores) e o historiador, deriva em larga extensão da rica **heteroglossia** que resulta de uma forma dialógica do discurso”. PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. Trad. Maria

Considerando essa possibilidade, podemos concluir que, aquele que aceita a entrevista está assumindo corresponsabilidade e coparticipação consciente do que gostaria de relatar a respeito de sua experiência de vida, portanto, do que gostaria que fosse escrito a seu respeito. E essa atitude diria Bakhtin (2011, p. 309) é de coparticipação responsiva e “textológica”.

Para este autor “textologia” é a “inter-relação” que existe entre textos compreendendo com isto, ao que é dito pelo “falante (o autor)” e ao que é refletido pelo “ouvinte”, porque para ele: “A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem os seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos”. Contudo, este autor adverte que a relação dialógica é ainda mais complexa, ou seja: “[...] têm também os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono). A palavra é um drama do qual participam três personagens.”. (BAKHTIN, 2011, p. 328).

Tomando como exemplo a narrativa de Sr. Antonio Sousa trazida na epígrafe, aposentado de 78 anos de idade, podemos observar que ele iniciou acentuando sua experiência familiar de “posseiro” ou de filho de posseiro, dentro de uma família de “15 filhos”. Esclareceu seu trabalho: “a gente vivia era da roça: plantando milho e feijão, capinando”, e que por sua vez, não teve oportunidade de estudar. No entanto, deixando claro que, a proposição de não estudar era de seu genitor: “nosso pai fazia questão de nem ninguém estudar, era trabalhar, trabalhar e trabalhar.” (SOUSA, A., 2015).

E qual a relação desse excerto da entrevista desse migrante, com as reflexões que trouxemos a respeito dessa construção textual e dialógica que se torna a pesquisa com história oral, mas, sobretudo, qual a relação que os enunciados trazidos por ele têm com a cidade de Sobral para que ela se tornasse a cidade da procura de lavradores como Sr. Antônio?

Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 22, p. 10, jun. 2001, (grifo nosso). E a respeito da “**forma dialógica do discurso**” proposta por Portelli (2001) e os tipos de gêneros de discursos possíveis: “oral e escrito”, e de outros “signos textuais” que possibilitam uma “compreensão responsiva” porque “sempre dialógica”, ver: BAKHTIN, Mikhail. O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em Outras Ciências Humanas. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. 6ª Ed., trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 316-317. *Idem*. *Os Gêneros do discurso*. 1ª ed., trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

Podemos iniciar a reflexão realizando outras indagações como: por que esse migrante inicia a entrevista enfatizando que não estudou? Por que a ênfase nesse ponto? Por que assinalar que seu pai não permitiu que ele e seus irmãos estudassem já que não fazia parte da orientação geracional que ele e eles receberam na infância? Por que enfatizar que o princípio básico de seu genitor era: “trabalhar, trabalhar e trabalhar”? E por que o esgotamento da terra foi resolvido com o deslocamento para Sobral?

É preciso esclarecer que, iniciamos a entrevista solicitando que ele nos falasse a respeito de **“sua história de vida partindo de onde nasceu até Sobral”**, procurando neste sentido, deixá-lo livre na sua narrativa como foi nosso propósito em todas as entrevistas, embora no decorrer interferíssemos com indagações como explicamos na Introdução, não porque sua narrativa estivesse desinteressante,³⁵ mas exatamente ao contrário, como veremos mais adiante. Deste modo, pelo que esse senhor relatou, a fase marcante de sua experiência familiar foi o viver em Chora aprendendo a trabalhar na roça e sem estudar.

É relevante o fato de ele colocar em relação trabalho e falta de escola, educação para o trabalho e educação para não estudar, bem no início de sua entrevista. Por conseguinte, campo *versus* cidade, ou seja, sua experiência no campo com seus familiares *versus* sua experiência na cidade de Sobral que lhe exigiu um aprendizado que ele não recebera. Por outro lado, foi orientado na direção contrária.

No entanto, antes da entrevista formal com esse senhor, estivemos algumas vezes em sua residência como acontecera com os demais entrevistados, contudo, não para contatá-lo e iniciarmos nosso diálogo, mas para contatar sua esposa dona Ana Gomes,³⁶ e foi ela quem sugeriu que poderíamos inquiri-lo também.

Acreditamos que as conversas com essa senhora, e as situações relatadas por ela possam ter corroborado com esse postulado de Sr. Antônio,

³⁵ Paul Thompson aconselha evitar “interromper uma narrativa” mesmo que o ponto a ser interrompido seja considerado “irrelevante”, isso porque nunca sabemos a sequência do pensamento do entrevistado e o que pode ser irrelevante pode também nos levar a pontos interessantes que se perderiam com a interrupção. THOMPSON, Paul. A Entrevista. In: *A voz do Passado: História oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 263.

³⁶ SOUSA, Ana Maria Gomes de. *Ana Maria Gomes de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada audiovisual, editada em DVD-R

embora que, seu relato no que pese a educação escolar diga respeito apenas a ela e aos filhos do casal, não a ele. Isso porque esse migrante deixa transparecer que havia refletido antes a respeito do que gostaria de narrar, do que gostaria de destacar no primeiro plano da conversa.³⁷

Um dos pontos foi sua condição de analfabeto, em eleger este fato como justificador de sua situação cultural e social no presentemente vivido, mas também no que respeita à posição que ocupou como trabalhador em Sobral. Isso porque é neste sentido que orienta sua narrativa.

Sr. Antônio não foi o único a trazer a instrução escolar como problema. Os inquiridos de forma unânime reclamaram-na como parte *sinequa non* da posição de trabalhador que ocuparam antes de se aposentarem, e elegeram, portanto, a falta de formação escolar como a principal dificuldade enfrentada no campo do trabalho em Sobral e noutras cidades, onde alguns como veremos mais adiante, tentaram se estabelecer. Neste sentido, observemos que ele praticamente inicia sua narrativa com essa tônica: “A gente plantava, e a gente num tinha estudo, então a gente vivia era da roça.” (SOUSA, A., 2015).

A formação escolar foi apresentada sem sombra de dúvidas como um problema dos mais abstrusos nas experiências desses migrantes, não apenas de Sr. Antônio. Em que pese à experiência deste senhor, acreditamos que esse enfrentamento foi sentido de imediato ao candidatar-se ao emprego na Companhia Industrial de Algodão e Óleos (CIDA),³⁸ um cargo que perdurou até sua aposentadoria como veremos.

Importante é entender o que envolvia esse pleito e a relação provável de ser feita com a escolaridade, porque como advertiu Durhan, existem diferentes relações de trabalho no campo e nem todos os trabalhadores chegam à cidade despreparados para as novas relações de trabalho: “De qualquer modo, apesar da

³⁷ Cabe aqui a sugestão metodológica de Ginzburg: “Os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim como as hesitações e os silêncios do protagonista diante das perguntas dos seus perseguidores – ou das minhas. Desse modo, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta).” GINZBURG, Carlo. *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. In: _____. *O Fio de os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d’Águiar; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 265.

³⁸ A CIDA “[...] Começou com uma fábrica de beneficiamento de algodão em 1924. Em 1926 foi aumentada, passando a extrair o óleo de algodão. Em 1936 passou a extrair o óleo de oiticica e em 1949 o óleo de mamona.”. LIRA, Padre João Mendes. *As Fábricas de Sobral*. In: _____. *De Caiçara a Sobral*. Sobral, 1971, p. 91. **Essa fábrica esteve em funcionamento até 1980.**

variação na natureza da experiência pessoal anterior à migração, é necessário reconhecer que o trabalho agrícola raramente qualifica o trabalhador para os empregos urbanos melhor remunerados.”, (1973, p.148-149).³⁹

Os empregos antes da migração a essa cidade para agricultores como Sr. Antônio, firmavam-se pela palavra empenhada, pela confiança e pela ação desenvolvida. E para àqueles que chegaram jovens a Sobral, pelas obrigações para com seus genitores, não com os patrões. Isso porque os trabalhadores firmavam moradia e trabalho para eles e seus filhos e estes, apesar de trabalharem a terra também e responderem ao proprietário quando solicitados, entretanto, a relação era intermediada pelos genitores e a estes deveriam responder caso houvesse algum problema. Portanto, quem tomava as decisões na relação patronal eram os pais.⁴⁰

No que se refere à situação desse migrante e a dos pequenos proprietários entrevistados, como João Emílio Vasconcelos (2013),⁴¹ a relação de trabalho era exclusivamente familiar. Portanto, passar deste estágio onde quem não emigrasse para fora do Estado nem precisaria de registro de identidade ou de outro registro formal, ao regime urbano, industrial, com outra forma de disciplinar as relações de trabalho, provavelmente ainda sentia mais dificuldades com os trâmites das empresas e seus departamentos pessoais.

Não é difícil imaginar o estranhamento vivenciado por esse senhor e por outros nas mesmas posições porque são sistemáticas de trabalho distintas, com requisições dessemelhantes, e podemos acrescentar que independentemente do tamanho da urbe. Porque o que estava em perspectiva eram os tipos de empregos ofertados nas fábricas, que requeriam dos migrantes, habilidades às quais os

³⁹ Analisamos essa questão em: ADRIÃO, Maria Antônia Veiga. “Pra botar os filhos no colégio”: educação escolar na perspectiva de um migrante. *Cadernos do CEOM: Acervos para História da Educação*, v. 29, n. 44, Chapecó (SC), Jun. 2016a, p. 89-97. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em: ago. 2016.

⁴⁰ “[...] porque o patrão se aborreceu com um irmão meu, que o meu irmão tinha passado o dia no roçado, matando, afoliando com uma máquina pra matar formiga de roça, e a máquina era quente né? Aí quando viemo da roça, quando viemo do roçado, tinha um rio, tinha um riacho no meio, aí ele queria obrigar o meu irmão passar o rio, com a máquina na cabeça, com a máquina no ombro, ele disse que num passava! A máquina tava quente! Aí ele teimou, [...] o meu irmão teimou com ele que num podia passar o rio com uma máquina quente no ombro! E chegou em casa, falou, pro meu pai, aí o meu pai disse que ia arrumar outra moradia, num dava certo não! Morar, numa terra que o patrão queria, fazer dos empregado escravo, ele num aceitava! O morador de escravo! [...]”. PAIVA, Raimunda. *Raimunda Paiva*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

⁴¹ VASCONCELOS, João Emílio. *João Emílio Vasconcelos*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual editada em DVD-R.

mesmos não dispunham e que desse modo, foram associadas à falta de estudos ainda na época.⁴² Porque não podemos afirmar que se trata de uma questão atualizada apenas.

E por que as empresas pareceram tão complicadas a trabalhadores como Sr. Antônio? Qual a relação com a escola? Estivemos no arquivo inativo do Departamento Humano Operacional (DHO) da Companhia Cearense de Cimento Portland, fundada em 1968 nessa cidade, mais conhecida como “Fábrica de Cimento”, para verificarmos as solicitações que eram feitas aos candidatos a empregos. Tivemos acesso aos conjuntos de documentos pessoais da década de 1970,⁴³ e percebemos que quanto maior o cargo, mais inteiradas eram suas informações pessoais.⁴⁴

Identificações como endereço, escolaridade, estado civil, etc., em colocações como as de “servente”, aparecem não preenchidas ou realizadas de forma incompleta. O endereço, por exemplo, às vezes constava apenas o bairro⁴⁵ e não havia anotações sobre escolaridade, e quando havia estava escrito: analfabeto. E o documento que precisava ser assinado, evidenciava melhor a situação do pleiteante porque constava o carimbo do polegar, ou a assinatura apresentava-se incompleta, apenas o primeiro nome e a inicial do segundo, caracterizando quem não aprendeu a escrever ou estava em processo de aprendizagem.

E o que isso nos indica? Indica que ao candidatar-se a um emprego desse gênero, um agricultor como Antônio Sousa iniciava sua jornada intranquila de colocar-se em seu lugar de analfabeto, em seu lugar de inabilitado para o cargo almejado, posições entendidas desde o primeiro instante como inferiores e contraproducentes para sua jornada de trabalhador. Porque precisaria apresentar documentos os quais ele ainda não dispunha e para consegui-los, precisaria

⁴² Para Durhan (1973, p. 148)[...] isto se dá especialmente na medida em que a passagem da zona rural para a urbana implica na passagem para um sistema econômico capitalista-industrial que requer do trabalhador conhecimentos, atitudes e valores diferentes dos que são necessários para um ajustamento satisfatório ao meio rural.”

⁴³ O conjunto de documentos e registros iniciava-se com o contrato temporário de três meses, mesmo para o cargo de servente, em seguida, o registro de efetivação do emprego. Em anexo observamos variadas ocorrências como: empréstimos solicitados, afastamentos, férias, até a exoneração. Deu para perceber certa estabilidade em muitos cargos. Daí ser um emprego tão almejado. Uma informação interessante é que os contratos de trabalho da década de 1960 e parte da década de 1970 não se encontravam mais na empresa, “foram enviados para depósito em São Paulo”, informação prestada pela diretora do setor.

⁴⁴ Tentamos o arquivo da Cidao, mas só conseguimos informações desencontradas de seu paradeiro e como a questão poderia ser resolvida em outra empresa, fomos à Fábrica de Cimento.

⁴⁵ Pode-se interpretar no que pese ao endereço incompleto, que o bairro estivesse iniciando, portanto, materializava-se na primeira rua.

perseverar por espaços descontínuos que lhe exigiriam também dados de sua identidade pessoal que até então não haviam tido relevância como: nome completo; data de nascimento; nome completo dos genitores; local de nascimento, endereço atualizado, entre outras informações.

Uma vez com os documentos em mãos, apresentar-se ao departamento requerente e prestar essas informações e ainda outros esclarecimentos quando indagado, como sua profissão, neste caso: agricultor e, em seguida, informar que não estudara. Nessas alturas ele já respondia constrangido, porque até aquele momento já dispusera de tempo para refletir que sua área de trabalho: a agricultura, e que sua orientação para o trabalho: “trabalhar, trabalhar e trabalhar”, de seu aprendizado geracional tão-somente, não seria suficiente para um cargo que não fosse ligado ao que já sabia fazer.

Essas junções e disjunções de sua experiência que se materializaram nas negativas do emprego que almejava, e sugestões de vagas para analfabetos, tipo: temos para carregador de saco (leia-se para quem não estudou), o senhor aceita? Assimiladas rapidamente, deixaram-no de alerta.

– O senhor falou que não estudou e seus irmãos estudaram?

– Algum irmão meu ainda chegou a estudar né, eu tinha um irmão que era cantador, chamava Zé Maria Lopes, ele chegou a aprender uma coisinha né, pouquinho mas, ele estudou! Uns dois andou estudando ainda, mas ele num queria não, ele queria que a pessoa fizesse era trabalhar mesmo: ‘eu quero é que trabalhe’ [muda a voz imitando-o]. Então nós vivemo nossa vida! Chegemo aqui, cheguei aqui analfabeto, né! **Aí fui trabalhar, fui trabalhar carregando peso! Trabalhava na CIDAO carregando saco na cabeça**, [gesticula, mostrando como fazia]; carregando carro, era carregando carro lá! Então vivi essa vida aqui! [...].

– O Sr. quer dizer que não arranjou outro emprego porque não sabia ler é isso?

– É o caso, mas é que’u não sabia ler né, e quem não sabia ler, não pôde arrumar um emprego, não pôde arrumar um emprego melhor, então a minha vida foi essa. Eu sou completamente analfabeto, porque aprendi, um cunhado meu botou o meu nome num pedaço de papel, ficou fazendo, fácil de ir, aí eu fiz! E hoje eu sei assinar o meu nome! Mas nessa época mesmo nem o nome eu sabia fazer! Toda parte que’u chegava só botava, eu punha era o dedo no papel né! Então no sertão valia à pena porque aprendemo a trabalhar, mas por outra parte aqui? Quando chegemo aqui, num foi melhor porque ninguém sabia ler! [...]”. (SOUSA, A., 2015, grifo nosso).

Esta sequência da narrativa deste senhor, esclarece sua trajetória difícil de inclusão e de reinclusão na cidade de Sobral que se principiara como já frisamos, com a candidatura a um emprego. Perceber que seu conhecimento de família e que sua disciplina para o trabalho, tão relevantes no ofício com a terra onde morava não

tinham valor na cidade, não às posições de trabalho ensejadas, era uma conclusão difícil: “Quem não sabia ler, não pôde arrumar um emprego, não pôde arrumar um emprego melhor, então a minha vida foi essa.”.

Esses enfrentamentos foram formando e reformando a perspectiva de agricultores como Sr. Antônio, foram refazendo sua sensibilidade. Foram alterando os valores de seu aprendizado geracional. O significado dessa formação familiar foi ficando no passado, passado este que ele recorda de forma ressentida: “Mas nessa época mesmo nem o nome eu sabia fazer! Toda parte que’u chegava só botava, eu punha era o dedo no papel né! Então no sertão valia à pena porque aprendemo a trabalhar, mas por outra parte aqui?”.

Sentimentos que ele nutriu não contra um sistema classificador de trabalhadores e de suas competências, ou mesmo contra aqueles que lhe disseram: “não, o senhor não serve para o cargo, mas temos carência de carregador de sacos serve?”, sendo esta uma suposição. Ou que cometeram indiscrição com sua posição senão com palavras, mas com gestos, porquanto, mesmo sem verbalizarem deixaram transparecer: “mais um analfabeto!”. Ou que lhe pediram o polegar para assentar no lugar da assinatura, e expuseram sua posição.

“Por outra parte aqui foi diferente”, assinala esse senhor porque ele aprendeu fácil que trabalhar nessa cidade demandava outros parâmetros, exigia especificidades que ele não dominava. Contudo, talvez se tivesse insistido teria conseguido ingressar no sistema interno da fábrica, ou de outra, porque o aprendizado em alguns setores precisava apenas da oportunidade para adquirir experiência como constatou Fontes (2008, p. 64).

Importa dizer que, chama atenção o direcionamento que esse migrante deu à entrevista, assim como seu interesse acentuado e incisivo na sua situação escolar, e mais ainda, em como responsabiliza seu genitor, reprovando-o pelo modo como foi educado. Tomando aqui sua ênfase discursiva novamente: a pensar exclusivamente em “trabalho, trabalho, trabalho”.

É possível, no entanto que, esse destaque à escola tenha também relação com políticas e campanhas educativas vivenciadas no período que se seguiu ao seu aprendizado como “carregador de sacos na cabeça” na cidade de Sobral, entre as décadas de 1950 e 1970, período longo que envolve várias conjunturas políticas. Momento em que diversos setores da sociedade “de direita e

de esquerda” somaram forças com o Estado Brasileiro em prol da alfabetização de jovens e adultos como concluiu Paiva (1987).⁴⁶

Situação que contribuiu no nosso entendimento, para desenvolver uma sensibilidade social em desfavor de trabalhadores como Sr. Antônio e os demais inquiridos, considerando que, a ênfase na falta que fez a educação escolar em suas vidas foi unânime entre eles. (ADRIÃO, 2016b, p. 200).

Algumas iniciativas foram desenvolvidas na região Norte do Ceará e pretenderam alcançar a população trabalhadora do campo e da cidade. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi uma delas. Criado em 1961, conquistou espaço na cidade de Sobral através da comunicação radiofônica (Rádio Educadora do Nordeste, emissora de orientação católica), e em municípios circunvizinhos a esta cidade, sobretudo pelo apoio que recebeu de frações da Igreja Católica.⁴⁷ Embora nenhum dos migrantes recorde de ter participado dos momentos educativos realizados por essa instituição.

Seguido da campanha realizada pelo regime militar, ou seja: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, que se orientou por uma perspectiva política distinta do MEB, considerando a tônica de cerceamento do pensamento político no período. Pois segundo Bezerra (2008, p.29), o MEB atuou com uma “prática política pedagógica” tencionada pela “Doutrina Social da Igreja” objetivando promover “justiça social, dignidade humana e melhores condições de vida para os pobres.”.

Já o Mobral, contrariamente, propôs-se a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos (15 a 30 anos), entretanto, desobrigado desse tipo de conteúdo político que como já assinalamos, sofreu censura no período. Não obstante, esta instituição foi na contramão da ação que o MEB realizava antes da coerção política do regime militar, porque se propunha apenas “[...] a tarefa de alfabetização funcional e educação continuada dos adultos [...]”. (PAIVA, 1987, p. 293).

⁴⁶ Conforme PAIVA, Vanilda Pereira. O período 1946/1958: primeiras iniciativas oficiais de âmbito nacional. In: _____. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987, p. 175-202.

⁴⁷ Ver a respeito: BEZERRA, Viviane Prado. Caminhar lado a lado: escolarização, evangelização e promoção humana no MEB. In: _____. *Porque se nós não agir o pudé não sabe se nós isiste nu mundo: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008, p. 64-131.

Não cabe aqui analisar o desempenho desses movimentos considerando que, os inquiridos reclamantes de sua condição escolar não participaram dos mesmos como estudantes.⁴⁸ No entanto, cabe abrir um parêntese breve para destacar a inserção de dois migrantes no MOBREAL, no entanto, como colaboradores: um deles Antônio Rodrigues Fernandes⁴⁹ foi “monitor” quando ainda estudante do “primeiro grau” em seu município Meruoca, e recorda que “ganhava uma bolsa” que o “ajudou muito”, não dispondo de documentos desta experiência. E outra foi “professora de jovens e adultos” no sítio onde morava em Itapipoca, Ceara.⁵⁰

Imagem 1 – Conceição Lima com sua primeira turma do Mobral, Itapipoca-CE, 1973.



Fonte: Arquivo pessoal.

Dona Maria da Conceição de Lima tinha essa memória maravilhosa de uma de suas turmas do Mobral, que anexamos de forma mesmo ilustrativa. Não obstante, precisamos assinalar que trata-se de uma narrativa visual daquela conjuntura, à qual contribui para tomar tangível seu trabalho de professora alfabetizadora de jovens e adultos do Mobral, e para de certa forma, materializar a atuação deste instrumento governamental, sugerindo que conseguiu engendrar interesse na sua localidade e por sua vez, no interior do Brasil.

Ou mesmo que não tenha gerado diretamente interesse, mas deixa dito que o Mobral conseguiu formas de inserção em comunidades as mais distantes do seu centro de proposição, ou seja, Brasília. E traz indícios de que engodava pessoas

⁴⁸ O trabalho de Paiva (1987, p. 165-298) faz uma análise de ambos os movimentos MEB e MOBREAL.

⁴⁹ FERNANDES, Antônio Rodrigues. *Antônio Rodrigues Fernandes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

⁵⁰ LIMA, Maria Conceição Moura de. *Maria Conceição Moura de Lima*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

de ambos os sexos, de idades variadas, e, arriscamos dizer, de situação social distinta.

E ainda é possível analisar o local, situado em meio a uma vegetação espessa típica da região serrana de Itapipoca. Ela falou que a captura foi realizada em frente à “escolinha da Prefeitura [desse município], onde trabalhava como professora de crianças manhã e tarde”, conquanto, à noite no mesmo local, funcionava a turma do Mobral. (LIMA, 2015).

Essa senhora é a segunda pessoa à esquerda. Interessante ainda que, além dessa fotografia, ela conserva os certificados do período: um do “treinamento de Alfabetizadores” realizado pelo Mobral (março de 1972), e dois do Ministério de Educação e Cultura (MEC), porque “colaborou como Alfabetizador, ministrando o curso de Alfabetização Funcional”, nos anos de 1973 e 1974 em seu município.⁵¹

Relatou que aceitou participar do “programa” porque “amava ensinar” e porque acreditou que estava dando sua “contribuição para melhorar o mundo”. Não via problema com a proposição de “alfabetização funcional”, ao contrário, pelo que recorda, foi “a melhor coisa que já fiz”. Maiormente porque entendia como um ato de “caridade ensinar jovens e adultos que não sabiam ler nem escrever”, coisa bastante comum na sua comunidade (LIMA, 2015).

Nessa perspectiva, acreditamos que essas proposições governamentais e sociais, uma ligada à comunicação e objetivos sociais da Igreja Católica de então, outras ao Estado brasileiro, em destaque o Mobral, somadas às restritivas do campo do trabalho, fundamentaram a interpretação de Antônio Sousa (2015) a respeito da relevância na formação escolar, e da pouca ou nenhuma importância que seu campo de trabalho e que sua formação para o trabalho tinham na cidade.

Razão pela qual acreditamos que ele passe a impressão de ter estado totalmente suscetível à cultura urbana e às suas exigências de hierarquização e segmentação social, passando a ser um crítico da educação para o trabalho que recebera de seu genitor, apesar de ele ressaltar também tanto a moradia em Chora, como o trabalho que realizavam: “Então lá onde nós morava era bom, a gente plantava né!”.

⁵¹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Movimento Brasileiro de Alfabetização: Fundação MOBRAL. Caucaia, 1972; *Idem. Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Maio 1974. *Id.*, *Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), nov. 1974.

2.2 “Essa terra lá num era vendida, era uma posse”

Outro ponto significativo da narrativa de Antônio Sousa foi sua recordação correspondente a “posse” da terra da família. E mais significativo ainda foi ter-nos relatado essa sua circunstância social. Isso porque estar como “morador ou agregado”, “parceiro” ou “arrendatário”, categorias sociais citadas por autores estudiosos das experiências camponesas como Pereira de Queiroz (1973a, p. 28).⁵² Ou, estar como “parceiro”, “arrendatário” ou “assalariado”, noções destacadas por Manuel de Andrade (1980, p. 68-69), e submeter-se às normas estabelecidas à convivência com o patrão-proprietário e com outros empregados e moradores, apresenta uma grande distância de estar como posseiro,⁵³ nas circunstâncias apresentadas por Antonio Sousa, dispoendo de seus próprios códigos de condução do trabalho, usufruto e compartilhamento da terra.

Woortmann (1995, p. 217)⁵⁴ constatou em seu estudo sobre “sitiantes posseiros” “em dois municípios [do Estado] de Sergipe” que –, a partilha do sítio ou da terra ocupada acontecia sem que houvesse “qualquer divisão formal” entre os herdeiros⁵⁵ –, correspondendo ao que nos relatou esse migrante: “[...] lá foro

⁵² Pereira de Queiroz (1973a, p. 28) não negou a existência de posseiros em seus estudos, ao contrário, para ela “Além dos camponeses proprietários, existiram sempre os posseiros, localizados em terras devolutas ou em terras já apropriadas mas sem autorização do proprietário”.

⁵³ A visão de posseiro apresentada por estudiosos como CÂNDIDO, Antônio. A vida caipira tradicional. In: _____. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 78, merece um estudo a parte, porquanto, ignora o fato que ser “proprietário” de uma terra nem sempre significa estar em situação legal ou regularizada consoante determina a legislação, porque para ele “O posseiro não tem permissão e freqüentemente ignora a situação legal da terra que ocupa: pode ser terra sem proprietário, pode ser terra com proprietário, pode ser terra que virá a ter proprietário.”

⁵⁴ Sobre “A posse da terra sem base legal” partindo da narrativa de Sr. Antônio supracitado, pode representar muito do que aconteceu no decorrer dos séculos XIX e XX com a população trabalhadora, assim como nos remete aos conflitos que advieram após a publicação da “Lei de Terras” em 1850 entre posseiros pobres e ricos, e as representações governamentais, a respeito WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Os Sitiantes do Nordeste. In: _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília EDUNB, 1995 p. 224; 228-230. Também sobre “posseiros”, mas em sistema de “enfiteuse” ocupando “sítios” ou porções de terras doadas pelos “grandes sesmeiros” no sertão setentrional a partir do século XVIII ver: ANDRADE, Manuel Correia de. O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no sertão e no litoral setentrional. In: _____. *A terra e o homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed., São Paulo: Cortez, 2005, p. 187.

⁵⁵ “Ao nível de bairro rural teríamos a ‘parentela’; ao nível do sítio, teríamos a família extensa, e da casa/roçado, a família elementar. Em épocas anteriores, de maior disponibilidade de terras, havia a utilização em comum de áreas não compreendidas por nenhum sítio em particular.” (WOORTMANN, 1995, p. 223). Também contribui o estudo de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relações entre bairros rurais e zona urbana... In: _____. Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural - cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973b, p. 38.

casando, cada qual se apossando dum pedacim de terra pra fazer uma casinha e plantar!”.

Situação que assinalou com alegria porque possibilitava que a família permanecesse vivendo de forma satisfatória e conjuntamente: “[...] a gente plantava né! Roça, milho, fazia feijão, a farinha, o arroz, e plantava [faz reticência], o papai lá tinha até umas duas vaquinha, mas a terra foi enfraquecendo [...]” (SOUSA, A., 2015). Portanto, percebemos que o trabalho era realizado pela “família extensiva” como defendeu Woortmann (1995, p. 223), e que havia uma renda satisfatória da produção familiar porque seu genitor passou a criar gado.

O empobrecimento da terra como atestou esse senhor pode ter provocado de forma mais imediata a migração da família para Sobral. Conquanto, os problemas de partilha embora não relatados por ele, do mesmo modo podem ter contribuído, isto porque entre as dificuldades arroladas nos estudos que trazem as experiências de pequenos proprietários está o esgotamento da terra também pela divisão entre herdeiros.⁵⁶

Garcia Junior (1983, p. 9; 61)⁵⁷ que estudou experiências de “pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco”, assinalou que o “pequeno proprietário”, a exemplo dos trabalhadores, precisa também assegurar as necessidades consideradas básicas da família. Nessa perspectiva, submete-se a estratégias semelhantes às utilizadas pelos moradores das grandes propriedades e pelos que trabalham nelas mas, “moram na rua”, e com um agravante, ainda precisa lutar para manter-se proprietário. Isso porque a terra em sua posse pode tornar-se tão exígua diante das partilhas que apenas serve às moradias.

Nesse sentido, o pequeno produtor diversamente do posseiro aparece livre do ônus da ilegalidade, mas não da luta pela sobrevivência, estando sujeito a problemas semelhantes aos enfrentados pelos “moradores” das propriedades e pelos “empregados residentes na rua”, conforme constatou Garcia Junior (1983, p.

⁵⁶ Sobre o esgotamento da terra por divisão, ver o interessante estudo de GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Trabalho Familiar no Roçado. In: _____. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 61.

⁵⁷ Para este autor o “pequeno proprietário pode tentar obter o complemento necessário vendendo sua força de trabalho ou através do pequeno comércio. Ao morador, estão vedadas as formas de intensificação do uso da força de trabalho familiar fora do domínio da grande propriedade” sendo que o “trabalhador residente na rua” igualmente livre no sentido de procurar sua subsistência, pode ser comparado ao pequeno produtor. (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 60; 61). A respeito das noções de grande, média e pequena propriedade ver ANDRADE, Manuel Correia de. *Latifúndio, expropriação e miséria*. In: _____. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 24-25.

59-60). E deste modo, podemos concluir que na mesma categoria encontra-se o posseiro, consoante relato de Sr. Antônio Sousa que assistiu a terra exaurir-se sem condições mais de uso.

Situações como as relatadas por esse estudioso, no sentido das propriedades tornarem-se mínimas ao ponto de não possibilitarem à feitura de um roçado, levaram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e seu sucessor o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) segundo Manuel Andrade (1980, p. 25), a disciplinar o uso da terra pelos pequenos proprietários caracterizando: “uma medida básica, o módulo, como a área do imóvel capaz de ocupar dois homens trabalhando durante todo o ano”.

Assim sendo, para este autor: “As propriedades menores que têm um módulo seriam consideradas como minifúndios e, para se sustar a formação de minifúndios, estabeleceu-se que os imóveis rurais só podem se subdividir até chegarem ao tamanho de um módulo.” Questão que na prática arriscamos dizer, não deve ser respeitada. Com efeito, sabemos que o problema da pequena propriedade e suas divisões na região do Sertão Centro Norte do Ceará exige uma pesquisa a parte.

Voltando a Garcia Junior (1983), ele contrastou a experiência dos camponeses assinalando que a situação do pequeno proprietário por mais complicada que fosse ainda diferia pela liberdade de procurar alternativas de sobrevivência que não estivessem subordinadas diretamente ao grande proprietário ou patrão. Distintamente dos outros trabalhadores submetidos diretamente ao sistema de “sujeição” da terra e do trabalho.⁵⁸

Corroborando nesse sentido a pesquisa de Menezes (2002, p. 23), que analisou a migração sazonal para o sudeste do país de camponeses como estratégia de sobrevivência, incluindo “os pequenos proprietários, os moradores que não possuem terra, mas trabalham e vivem na propriedade e os rendeiros”. Porquanto, ela constatou que: “Todas as três categorias têm acesso precário à terra, e, conseqüentemente, exercem alguma outra atividade, tal como pequenos

⁵⁸ Para Garcia Junior (1983, p. 60): “A sujeição se refere à obrigatoriedade de trabalhar para o grande proprietário, sob as ordens deste, segundo uma periodicidade dada, submetendo-se ao pagamento que o grande proprietário se dispuser a oferecer. A obrigação refere-se aos deveres quanto ao destino da produção própria à unidade doméstica do morador, seja de lavouras, seja criação de animais. Ambas as categorias significam limitações quanto à livre disposição da força de trabalho da unidade familiar e/ou do produto por ela obtido.” Ainda sobre esse sistema ver: (ANDRADE, M., 2005, p. 205).

negócios, empregos de meio período como servidores do município, ou trabalho assalariado na localidade ou em outras regiões.”.

Não obstante, voltando aos posseiros e a Antônio Sousa (2015), eles colocaram-se frente ao sistema fundiário e demarcaram um campo de tensão socialmente diferenciado por terem se proposto a ignorar a jurisprudência em torno da aquisição da terra.⁵⁹ E no primeiro momento pelo que dá para perceber, não com propósitos políticos maiores, embora não possamos afirmar com certeza a não ser que nos dedicássemos a uma investigação específica a esse respeito.⁶⁰

Isto considerando a análise de Beserra (2015) que investigou a situação de posseiros no estado do Ceará e seus confrontos com “pequenos e médios proprietários” a partir dos anos de 1950, somando-se à relação destes posseiros com instituições apoiadoras da luta pela posse de terra como o Partido Comunista do Brasil (PCB),⁶¹ a Igreja Católica⁶² e sindicatos de trabalhadores rurais

⁵⁹ BRASIL, Presidência da República. “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. In: *Lei Nº 601 de 18 set. de 1850*. Império do Brasil: Rio de Janeiro: 18 set. 1850. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument>. Acesso em: jun. 2015. E como resolver o problema de posses anteriores? A lei é bastante ambígua, vejamos: “Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente”, e apresenta algumas normas correspondentes, que apenas corroboravam no sentido das possessões permanecerem sob os parâmetros do estado colonial, alijando trabalhadores sem posses que não tinham como adquirir uma medida legalmente.

⁶⁰ Outra pesquisa interessante que apresenta problemas enfrentados pelo “campesinato negro” (grupo investigado pelo autor) com o esgotamento da terra como provocador de migração campo-cidade e a de WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Geração de Migrantes. In: _____. *Felisberta e Sua Gente*: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 139; 144-147.

⁶¹ A respeito da atuação do PCB e sua base teórica são importantes os trabalhos de: GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio 1963. In: STEDILE, João Pedro; (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-77; _____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro 1960. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 89-110. PRADO JUNIOR, Caio. A questão Agrária. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 79-87. SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil – 1962. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 111-125. VINHAS, Moisés. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil 1968. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127-168.

⁶² Sobre a ação da Igreja Católica na região norte do Estado do Ceará objetivando uma reforma agrária e a criação de sindicatos rurais: CETRESO, Coluna do. Despertando para o Campo. *Correio da Semana*. Sobral, ano 18, n. 2, abr. 1965, p. 4. “[...] O papa Pio XII em sua rádio mensagem de natal de 1952, disse que o sindicato é uma afirmação prática de que o homem é sujeito e não objeto das relações sociais, de proteger o indivíduo diante das irresponsabilidades coletivas dos proprietários anônimos, de defender a pessoa do trabalhador daqueles que consideram o operário como uma mercadoria de preço determinado. [...]”. Ainda sobre a atuação da Igreja no debate político dos anos de 1950 e 1960 nessa região ver Bezerra (2008).

assinalando que, a apropriação de terras devolutas por trabalhadores no Ceará correspondia às primeiras décadas do século XX e não dependeu inicialmente de apoio institucional.

Neste sentido, a contribuição dessas instituições, cada uma do seu modo e no seu tempo, aconteceu a partir do aforamento e venda,⁶³ naquele período, de terras ocupadas por trabalhadores posseiros em cidades da “Chapada do Araripe” na região sul do Estado a “grandes e médios proprietários” pelo “Departamento de Terras e Colonização.”⁶⁴ (BESERRA, 2015, p. 32-33).

Assim, insurgem os posseiros no cenário político cearense, objetando sua situação de expropriação da terra. No atinente à região norte do Estado essa autora analisa os confrontos de trabalhadores que ocuparam parte das terras da região da Ibiapaba e que também foram expulsos. (BESERRA, 2015, p. 85-93).⁶⁵

Podemos concluir que, Antônio Sousa (2015) faz parte de um contexto de luta silenciosa e silenciada pela apropriação de terras devolutas, que sem dúvida, merece outra investigação. É interessante que entrevistamos alguns que se colocaram como moradores ou agregados,⁶⁶ outros como proprietários ou filhos

⁶³ Sistema que funciona desde o período colonial utilizado por sesmeiros que doavam “sítios” ou partes de suas terras em “**enfiteuse**” ou pagamento de um foro. (ANDRADE, M., 2005, p. 187, grifo nosso). Desse modo, a ideia do governo para desapossar os agricultores lá instalados por contra própria foi “**aforar**” essas terras a grandes e médios fazendeiros segundo BESERRA, Bernadete de L. Ramos. Origens da organização camponesa no Ceará. In: _____. *Movimentos sociais no campo do Ceará* (1950-1990). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015, p. 25-46. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19648/1/2015_liv_blrbeserra.pdf>. Acesso em: dez. 2016, (grifo nosso).

⁶⁴ Tratava-se de órgão do Estado do Ceará criado em 1937 para gerenciar as terras devolutas do estado. Passou por várias legislações até a criação da Lei de Terras do Estado do Ceará (decreto-lei n. 1676 de 20 de mar. de 1946) que vai propor especificamente e inicialmente a ocupação das terras da chapada do Araripe e Apodi, a respeito: ADERALDO, Mozart Soriano. Colonização das Terras Devolutas do Ceará: subsídios para a solução de um problema. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1948, p. 299. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1948/1948-ColonizacaodasTerrasDevolutasdoCeara.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

⁶⁵ A propósito de “conflitos e a luta pela terra no Sertão do Ceará” um levantamento importante que apresenta alguns conflitos pela terra que aconteceram no Brasil no decorrer do século XX e que sofreram a intervenção do Estado e de outras organizações e os resultados, uma espécie de enciclopédia ver: LEITE, Sérgio; (Coords.; et al.). A questão Agrária no Brasil e o Histórico dos Assentamentos nas áreas estudadas. In: _____. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 51.

⁶⁶ “[...] Eu trabalhava na agricultura né? Plantando milho, algodão, feijão, mamona! [...] Era agregado, nós era morador! [...]” SANTOS, Manuel Matias dos. *Manuel Matias dos Santos*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

destes, e dois que se apresentaram um como arrendatário, outro como rendeiro.⁶⁷ Entretanto, esse migrante foi o único que se apresentou como posseiro.

Apesar disso, quando solicitamos que esclarecesse como acontecera a ocupação da “garra de terra”, ele orientou seu relato noutra sentença, vejamos:

Imagem 2 – Sr. Antônio Sousa - Frente de sua residência



Fonte: Arquivo da autora.

– O senhor pode explicar como aconteceu essa posse [...].

– Não era, ele, (arrazoou um pouco), ele, comprou, viu! Ele comprou lá, dum pessoal lá né? Era chamado posse de terra né, porque não era passado escritura, num era passado escritura, assim, como ninguém chegou vendendo, ele se apossou-se lá né? E, recebeu um dinheiro lá, sei que nós ficamos lá, ficamos lá e vivemos muito tempo, eu mesmo quando saí, pra vir embora pra cá já tinha 14 anos de idade, já vivia capinando, mas os mais velho eram tudo criado [...]. (SOUSA, A., 2015).

Sr. Antônio Sousa tem um tipo físico que se sobressai. É alto, robusto e tem uma aparência disciplinada, diríamos que de um policial inativo. Possivelmente pelos treinamentos que realizou como “vigia”, uma das artes de sobrevivência que aprendeu na cidade de Sobral na tentativa de superar as fases de desemprego que precisou enfrentar no período que esteve como operário da CIDAO.

Esse migrante trabalhou nesta corporação como carregador de carros até aposentar-se, em um regime de trabalho temporário que finalizava quando segundo suas palavras: “terminava a safra das sementes, a gente era demitido e passava um bocado de tempo fora.” (SOUSA, A., 2015).

Essa fábrica operava no beneficiamento de sementes de algodão, oiticica e mamona, sendo que seu regime de empregabilidade deixava esse agricultor

⁶⁷ Os termos variaram entre os entrevistados (rendeiro, arrendatário), mas ambos representavam experiências com o usufruto de determinado lote de terra pelo pagamento de uma “renda fixa” (ou aluguel), firmado com um fazendeiro, conforme Pereira de Queiroz (1973a, p. 28), ou com o Estado, no caso de terras devolutas, consoante acordo (ou contrato) que inclui o período de estadia na terra.

vulnerável ao desemprego depois de cada colheita. Entendemos que essa experiência negativa o levou a confrontar sua educação para o trabalho por não ter sido suficiente para colocar-se em um emprego aceitável nessa cidade: “Cheguei aqui analfabeto né, aí fui trabalhar, fui trabalhar carregando peso! Trabalhava na Cidao carregando saco na cabeça, carregando carro [...], vivi essa vida aqui! [...]. Aí vivia mais era desempregado!” (SOUSA, A., 2015).

Como já havíamos sublinhado, Sr. Antônio direcionou sua entrevista para o problema da formação escolar e profissional. Foi uma espécie de catarse desta experiência ou de expurgação de um fantasma que o perseguiu pela vida.

Quanto à fotografia que trouxemos, foi capturada quando realizamos sua entrevista. Ele estava sentado em frente a sua residência situada em uma das avenidas mais agitadas da cidade. Onde encontra-se posicionado dá para avistá-la há alguns metros acima. A casa está localizada num declive, isso porque na década de 1950 quando seu genitor já falecido adquiriu o “terreno” e ergueu a residência da família, onde esse senhor ainda reside, o bairro não era urbanizado. Quando a urbanização finalmente chegou, a área encontrava-se abaixo do nível projetado e lá permaneceu, considerando o alto custo à sua elevação.

No entanto, esse espaço que separa as residências da avenida, onde nos encontrávamos, funciona como uma extensão das casas ali localizadas, onde ele, sua esposa, alguns filhos, netos e outros parentes e amigos, todos vizinhos, reúnem-se diariamente. Quase sempre pela manhã tem uma prévia desse encontro diário e, à tarde muito cedo, por volta das 16h00 (dezesesseis horas) já é possível encontrar alguns ali reunidos.

E foi num clima de descontração e convívio familiar que tivemos nossos primeiros encontros com dona Ana Gomes, sua esposa, e posteriormente com esse senhor. As residências ali construídas são todas conjugadas, algumas na forma de *duplex* de modo a satisfazer aos propósitos dos residentes, sobretudo, desse senhor, o único descendente direto a permanecer com sua família no terreno adquirido pelo seu genitor.

Espaço familiar que causa muita exultação: “[...] tenho vivido aqui, nesse pedaço de chão, depois de nós vir de lá né. [...] Aqui tem o resto da rua pros meus filho tudim, já casou duas e vive tudo no mesmo terreno, construiu o casinha vizim e aqui vive todo mundo morando aqui!”. (SOUSA, A., 2015).

Essa ideia de permanecer contíguo aos filhos ou aos pais, inclusive, reformando as residências para abrigar várias famílias concomitantes, pelo que percebemos, faz parte do modo de viver partilhando a terra e o resultado do roçado, relatado por esse senhor. Modo de viver que sofreu as alterações correspondentes da vida urbana, no entanto, ainda conservado em seu cerne, necessário à racionalização de situações do cotidiano ligadas à economia doméstica, sobretudo à moradia.

Uma cultura que se renovou na cidade, sofrendo, portanto, as alterações correspondentes às novas experiências, já que não se tratava mais da terra a ser compartilhada entre os que iam se casando. É um modo de adaptação à vivência na cidade que surge com outras requisições, com outras aprendizagens. Nesse sentido, sem abandonar totalmente a experiência precedente.

Voltando à questão, Antônio Sousa (2015) foi o único a trazer o problema dos posseiros dessa região, grosso modo, daqueles lavradores que não nasceram herdeiros de nenhum domínio, todavia, fizeram a opção de permanecer no campo, e uma vez sem condições de adquirir formalmente ou legalmente uma medida de terra, arriscaram-se a tomar posse de alguma disponível, ou que assim ajuizaram. Isso hipoteticamente falando, porque como vimos, ele não nos esclareceu sobre o processo.

Nesse contexto, podemos cogitar que, trabalhadores como Antônio Sousa, ou como seu progenitor, sem recursos financeiros para aquisição da terra almejada, e aqui acreditamos que sua experiência possa ser representativa de muitas outras, tiveram a disposição de realizar essa pugna com patrões-proprietários, e apossaram-se de uma fração de terra para usufruto familiar até sua exaustão ou “enfraquecimento”, motivo pelo qual esse migrante justificou o deslocamento para Sobral, consoante vimos acima na epígrafe.

Não obstante, na sequência da entrevista, ele de certo modo tentou negar o enunciado⁶⁸ anterior. Talvez pela forma como o inquirimos, abordando a questão logo em seguida a sua colocação, sem oportunizá-lo tempo para dirimir sua narrativa. De todo modo, sua explicação trouxe indícios das tensões que existiam

⁶⁸ Bakhtin defendeu que “O enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria idéia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento.” (BAKHTIN, 2016, p. 59).

entre proprietários e trabalhadores. Trouxe indícios das possibilidades criadas para a sobrevivência e convivência com o sistema fundiário pós-abolição; e trouxe indícios de que as dificuldades não se restringiam à posse da terra, contudo, à sua manutenção. E seu colapso abriu espaço à migração.

Lembrando que, Antônio Sousa (2015) nasceu em 1938 e pelo que recorda, já sobre a terra ocupada por seu genitor, aonde cada filho ia casando e tomando posse daquilo que lhe cabia como herdeiro de uma terra que não foi adquirida legalmente.

É interessante notar que, como esse migrante nasceu em 1938 e dentro de uma família de quinze filhos, sendo ele o último, a ocupação ou a posse da terra ocorrera nas primeiras décadas do século XX. Por conseguinte, se fôssemos até a fonte do problema que levou o genitor desse senhor a ocupar a terra, excedendo talvez a possibilidade de ele não possuir pecúlio para adquiri-la legalmente; possivelmente descobriríamos que seus antepassados foram nativos da região e, portanto, viveram em um momento em que não havia porque comprar terras dos brancos. Porquanto, é razoável pensar que, seus ancestrais foram nativos que estiveram sob a dominação de colonizadores, ou fugindo deles.⁶⁹

Ou por outro lado, podem ter sido escravos libertos que passaram de um sistema de exploração da terra e do trabalho, ao outro após o fim do cativeiro. Situação que como sabemos, sem uma reforma agrária, embora esta tenha sido cogitada pelo movimento abolicionista (GUIMARÃES, 2005, p. 55-56), deixou os recém-libertos vulneráveis a essas circunstâncias.

Com efeito, podemos conjecturar que, os antepassados de Antônio Sousa (2015) participaram da transição do regime de exploração da terra e do trabalho escravo, com uma “agricultura latifundiária” como defendeu Guimarães (2005, p. 50); ao regime de trabalho livre, contudo, assistindo a propriedade da terra permanecer como mecanismo de exclusão e de dominação.

⁶⁹ Segundo Andrade “Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construíam casas levantavam currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d’água durante quase todo o ano.” (ANDRADE, M., 2005, p. 186), portanto, Sr. Antônio pode muito bem descender desses grupos afugentados das ribeiras que fugiam para outras ribeiras, já que a terra ocupada por seu genitor está situada em um dos municípios banhados pelo Rio Acaraú, ou seja, Santana do Acaraú.

Portanto, a propriedade da terra permaneceu como objeto de especulação daqueles que podiam açambarcá-la cada vez mais, independentemente dos propósitos sociais e econômicos, ou da situação dos remanescentes da escravidão. Nesse sentido, aparece como “capital simbólico” diria Bourdieu (2000, p.190-191), servindo para açambarcar “capital político” e “pessoal” junto ao Estado e suas instituições, reputando, por exemplo, estudos como o de Beserra (2015) ou de Woortmann (1995, p. 229) já refletidos aqui, no que concernem às relações do Estado com “pequenos lavradores e grandes criadores”.

Desse modo, sem terra e sem recursos para adquiri-la, trabalhadores como o pai de Antônio Sousa (2015) buscaram a alternativa relatada por ele, ou seja, a de tomar uma “posse de terra”: “Era chamado posse de terra né, porque não era passado escritura, num era passado escritura, assim, como ninguém chegou vendendo, ele se apossou-se lá né?”.

Podemos perceber facilmente certo escárnio neste excerto da narrativa desse migrante. Não obstante, toda a situação contorna escarnecimento, ou noutro sentido, é como se ele nos dissesse ou pretendesse esclarecer que, se a terra estivesse à venda, seu pai poderia tê-la adquirido legalmente.

Por outro lado, Guimarães (2005, p. 51) advertiu que as relações trabalhistas que se estabeleceram no campo entre fazendeiros e trabalhadores no período pós-abolição⁷⁰ podem ser consideradas de tipo coercitivas.⁷¹ Nesta perspectiva, sem que esses trabalhadores pudessem ter garantias ou direitos trabalhistas e, assim sendo, ter a possibilidade de acumular rendimentos para aquisição legal de seu próprio sítio.

Importante é perceber que a noção de posseiro ou de proprietário⁷² defendida na jurisprudência aprovada em 1850 “conhecida como Lei das Terras”,

⁷⁰ Sobre o período “pós-Abolição”, é interessante a perspectiva levantada por: (WEIMER, 2015, p. 37).

⁷¹ “[...] estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras. Estes últimos determinam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhe convêm, sem o mínimo respeito às leis vigentes.” (GUIMARÃES, 2005, p. 51-52).

⁷² Segundo Andrade (1980, p. 47), “Em 1850, a Lei nº 601 de 18 de setembro, conhecida como Lei das Terras, veio eliminar o sistema de posse gerando propriedades e substituí-lo pela venda das terras devolutas, permitindo a colonização [...]. Com a proclamação da República passou aos Estados o direito de legislar sobre as terras devolutas e estes adotaram critérios os mais diversos,

precisaria ser analisada sob parâmetros não oficiais, quando caberia como já assinalamos, uma investigação exclusiva para conhecermos outras experiências afora a de Antônio Sousa.

Isso porque a legislação da terra foi aprovada consoante os interesses do Estado brasileiro e dos grupos proprietários; corroborando para que os trabalhadores caíssem no campo da marginalidade ou da ilegalidade, por não disporem de pecúlio nem desse “capital simbólico” ou “pessoal” empregado pelos fazendeiros, como já acentuamos, de modo a transformar essa conjuntura a seu favor.⁷³

Apesar disso, os camponeses buscavam seu próprio “sistema de desvios” tomando ainda Bourdieu (2000, p. 178), considerando assim, o escárnio observado na narrativa de Sr. Antônio, e outras possibilidades desenvolvidas para superação das dificuldades encontradas no campo de luta, desde a tomada da terra realizada por seu genitor, à forma como lidavam com isso: “lá nós se criemo, lá se criou-se 15 filho, geraram 15 filho e nós passemos a viver da roça, vivia plantando”. (SOUSA, A., 2015). Desse modo, numa perspectiva de proprietário, dividindo o sítio conforme cada um ia casando. E quando não foi possível mais lidar com a situação, deslocou-se para Sobral.

Esse senhor compõe o grupo de pequenos proprietários que pode adquirir ao chegar nessa cidade seu terreno e construir sua casinha. Com efeito, escolheu morar nos arredores da cidade, porque não possuía condições de outro pleito é provável, mas, maiormente, porque lá poderia elaborar seu conceito de moradia o qual não abrangia apenas o espaço físico. E o bairro do Junco na década de 1950 correspondia a essa noção de espaço em elaboração, próprio para sentir-se na cidade e fora dela concomitante.

todos eles porém favorecendo a concentração da propriedade, beneficiando os grandes proprietários.”.

⁷³ Woortmann (1995, p. 229) esclarece que: “Resultado da recuperação da economia agrícola exportadora, a lei de 1850 impõe um novo modelo de apropriação do solo, na medida em que deslegitima as aquisições por outra forma que não a mercantil. Ao mesmo tempo, dificulta a aquisição de terras, pois eleva o preço da unidade fundiária e a subordina a entraves burocráticos [...] gerada a partir dos interesses das áreas mais dinâmicas da economia brasileira, como salvaguarda da política de imigração europeia, ela busca dificultar que imigrantes se tornem proprietários, ou que isto só viesse a ocorrer bem longe do setor cafeeiro hegemônico. [...] No sertão do São Francisco e, provavelmente, em outras partes da Província, a Lei de Terras agudiza o conflito entre pequenos lavradores e grandes criadores, pois tornava os primeiros ‘expropriáveis’.”.

Como conseguimos poucas informações do apossamento da terra, não podemos cogitar que o progenitor desse senhor ao sair estivesse resolvendo um enfrentamento local com um proprietário. No entanto, independentemente disso, Sobral aparece como solução do cansaço da terra e é bem provável, de outros problemas não relatados.

Outra questão que pode ser refletida é que, quem se deslocava para essa cidade na condição de Sr. Antônio Sousa não pretendia ir mais distante. Arriscar a vida nesta urbe foi o mais longínquo que ele conseguiu. O que não quer dizer que outros não tentaram morar noutros lugares. Circunstâncias diversas levaram alguns entrevistados para mais distante, entretanto, todos retornaram e na nossa interpretação, está relacionado com ideais de bem-morar, questão que exploraremos melhor noutro capítulo.

Portanto, os motivos de Sobral ter ingressado como parte da solução dos problemas vivenciados no sertão, diz mais sobre os migrantes, de seus sistemas de signos,⁷⁴ de desvios, de valores sociais e culturais, ou de percepção de mundo, que da cidade de Sobral.

2.3 “Fechei os olhos e vim, vim de olho fechado”

Neste Tópico, trouxemos a experiência de outro migrante, Sr. Manuel Matias dos Santos, outro agricultor que aprendeu a desviar-se da sua situação, que aprendeu a redarguir o que poderia ser considerado seu destino, ou seja: permanecer como morador de uma fazenda em Itapipoca-Ceará como seus pais. Entretanto, ele contesta, arrisca-se, desvia-se de seu aprendizado geracional procurando solução no deslocamento.⁷⁵

Vejamos esse trecho de sua entrevista:

⁷⁴ Referimo-nos a Deleuze quando defendeu que: “[...] A Unidade de todos os mundos está em que eles formam sistemas de signos emitidos por pessoas, objetos, matérias; não se descobre nenhuma verdade, não se aprende nada, se não por decifração e interpretação [...]”. DELEUZE, Gilles. *Os Signos*. In: _____, *Proust e os Signos*. 1 ed., trad. Antônio Carlos Piquet; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 5.

⁷⁵ “O mundo não tem conteúdos significantes, pelos quais se poderia sistematizá-lo, nem significações ideais, pelas quais se poderia ordená-lo hierarquizá-lo. Tampouco o sujeito possui uma cadeia associativa que possa contornar o mundo ou conferir-lhe unidade.” (DELEUZE, 1987, p. 161).

Imagem 3 – Sr. Matias Santos – Interior de sua residência onde o entrevistamos



Fonte: Arquivo da autora.

– Família? De lá, tudo de lá, nós chegemo aqui só nós dois mesmo e a família, cinco filho! Nós viemo, fiquemo aqui no meio dos estranho! Eu trabalhava na agricultura né? Plantando milho, algodão, feijão, mamona! [...] Era agregado, **nós era morador!** [...] **Não, salário num tinha não, nosso salário era o que a gente fazia né?** [...] **Terra? Terra tem, que plantava, num tinha salário!** Não! Que naquela época não sabia o que era empregado né? Trabalhava por conta própria [...] Saí pra Fortaleza, passei uns oito mês lá, passei dez mês em Pentecoste [Ceará] [...]. Mas não tinha estudo, como ainda hoje não tenho! Isso no 56 [...], fui mas quando cheguei lá não gostei porque não tinha [ficou contemplativo]. **Achei muita gente boa, que me ajudou, mas eu num tinha estudo!** Ai pra me empregar, pra trabalhar no pesado? Voltei pra ajudar, trabalhar mais o meu pai que'le tinha condições. [...] Ai me apresentei ao Exército, [...] me abusei lá, quis vir embora, aí fiquei bolano por aqui. [...] Ai fui procurar o exército e imaginei de ficar por lá, mas num deu pra mim não viu? [...] mas era gente legal, gente de Missão Velha, gente boa! [...] Ai certo que' u bolei, bolei, aí foi quando eu me casei, em 57, aí [...] voltei de novo pro mesmo lugar, ajudano, mais eles [os pais]. Até que me casei, ainda passei oito anos ainda lá, casado; aí vim pra cá [...]. vim arriscar, lá num tinha, lá num tinha, onde eu morava num tinha emprego, hoje já tem né, mas nessa época num tinha. [...] Eu vim assim, **eu vim, atrás de emprego na Fábrica de Cimento!** Um doutor lá disse, venha daqui a dois mês! Eu vim em maio! Ele: 'venha com dois mês que depois eu lhe emprego'. E eu nem vim! Ai quando eu vim em setembro, aí encontrei um rapaz que vinha no trem mais eu que disse: '**bora Manuel me acompanhar no pé da Serra?** [aponta para Meruoca]. Lá tem muito algodão, vamos apanhar lá?' Eu vim e fui! Ai o velho me deu uma morada, aí eu fiquei lá, aí eu fiquei, num fui mais atrás do emprego, lá fiquei [...] na agricultura, agricultura de novo sabe! [...] na Meruoca [...], Sítio Santa Clara, Santa Clara [...] ficava no pé da Serra, [...]. O certo é que eu fui, passei três ano, aí vim pra Sobral! Em 70, no 70 [...]. Passei três ano aí vim me bora no 70, pra Sobral! [...] Não, **porque num dava pra gente ficar, o patrão era, num me dava com ele não viu?** Ai deixei lá [...]. **Ele chamava minha terra né? Eu me invoquei um dia e disse: onde é sua terra?** Ele disse: vai pra terra de quem? – Pra terra de Deus! Deus num deu nada a ninguém, graças a Deus! **Eu disse numa hora boa: Num vou ser mais empregado de ninguém, ou, morador de ninguém!** Trabalhei de empregado né? Mas do 70 pra cá [...] não na agricultura, plantando né [...]. Ele? **Ele vivia lá por pirraça, e eu tinha a família pra, sustentar!** Num tinha condições né? [...]. É porque num tinha dinheiro, num tinha pra pagar, num tinha dinheiro pra pagar [...], mas ele num deixava a gente plantar, ele queria tudo pra ele, aí

um dia, me invoquei graças a Deus, num me arrependi não, deixei lá! E viemo, tamo aqui graças a Deus! (SANTOS, Matias, 2013, grifo nosso).⁷⁶

Sr. Matias como prefere ser nomeado é um senhor de semblante cansado e até melancólico, mas que não aparenta seus 83 anos como podemos observar nessa fotografia. Passa as manhãs em sua varanda observando “o movimento da rua”, usufruindo de sua aposentadoria como “operário” de outra importante fábrica da cidade fundada na década de 1960, ainda em funcionamento.⁷⁷

Dessa forma, colocou-se satisfeito com seu atual estágio de vida, porque suas filhas encarregam-se de todos os cuidados domésticos e: “nem pra botar uma telha dessas não querem que eu tire!” apontou para o telhado de sua cozinha onde conversávamos e tiramos a fotografia acima. O restante da residência é conjugada em forma de *duplex*. (SANTOS, Matias, 2013).

Nasceu no sítio Assunção no município de Itapipoca-CE, casado com dona Maria Soares dos Santos⁷⁸ que igualmente entrevistamos, inclusive, antes dele, porque enquanto o mesmo se acautelava de nosso escopo ela ao contrário, já nos relatava suas impressões sobre o deslocamento para Sobral, e sua experiência de mãe, esposa e trabalhadora distante de todos àqueles que poderiam lhe dar apoio inclusive de Sr. Matias, porque antes da colocação na Moageira Serra Grande e de tentar algumas atividades menos rendosas, empregou-se fora dessa cidade.

O diálogo que realizamos foi bastante profícuo e, a exemplo de Antônio Sousa, esse migrante colocou um *acento grave* na sua situação escolar e na sua condição de desempregado ou subempregado, situação que o levou a procurar alternativas fora da cidade de Sobral enquanto tentava acostumar-se à nova realidade.

Dessa forma, experimentou por algum tempo a arte de negociar no mercado público e em sua residência (vendendo banana e cachaça), mas também

⁷⁶ SANTOS, Manuel Matias dos. *Manuel Matias dos Santos*. Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R. O excerto em referência da entrevista desse senhor e algumas reflexões a respeito analisamos em: ADRIÃO, Maria Antônia Veiga. 'Lá onde eu tava num tinha futuro': migração sertão – cidade de Sobral 1950 – 1980. *AEDOS: Revista do Corpo Discente do PPG – História Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 322-341, dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/61077>>. Acesso em: dez. 2015.

⁷⁷ Moageira Serra Grande LTDA produtora de café e similares, fundada em 1961, compreende o conjunto de fábricas que foi criado no período na cidade de Sobral.

⁷⁸ SANTOS, Maria Soares dos. *Maria Soares dos Santos*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago.2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, edição em DVD-R.

se envolveu com outras atividades possíveis de serem encontradas nos arredores dessa cidade quando chegou em 1970, como “criar porcos” por encomenda. (SANTOS, Matias, 2013).

Apesar disto, acentuou também sua satisfação com suas realizações na cidade de Sobral considerando que, ultrapassou esses tirocínios com muita obstinação até conseguir o “emprego fixo” na “Moageira” Serra Grande onde permaneceu até sua aposentadoria. (SANTOS, Matias, 2013).

Com efeito, seguiu se esforçando para não retornar à Itapipoca, possibilidade que o perseguiu por muitos anos, sobretudo nos primeiros tempos quando “a precisão apertava” e “não sabia se teria o que comer no dia seguinte”. Isto porque esse senhor já estava um tanto calejado de tentar estabelecer-se em outras cidades conforme sua narrativa acima, entretanto, não conseguia encarar as dificuldades e retornava com poucos meses ao ponto inicial. (SANTOS, Matias, 2013).

E foi por esta razão que se munuiu de disposição e contrariando dona Maria e sua própria angústia, permaneceu apostando no êxito de sua empreitada: “Senti diferença! Senti muita viu? Muita diferença! Porque lá, o terreno num era nosso não, mas era mesmo que ser nosso né? [...] A barriga da gente lá era farta, e aqui, pra me chegar ao ponto que tô hoje aqui, foi um sofrimento!” (SANTOS, Matias, 2013).

Podemos analisar a narrativa deste migrante salientando sua ambivalência, porque se compararmos este trecho de sua entrevista com o supracitado é possível observar que, sua peleja para conseguir se situar noutra centro foi grande até o deslocamento para Sobral. No entanto, uma vez nesta cidade passou a cotejar sua angústia e as circunstâncias difíceis vivenciadas, com sua situação anterior em Itapipoca. Os problemas em Sobral nesse sentido pareceram bem maiores e possivelmente o foram porque se encontrava longe dos lugares e das coisas conhecidas, assim como das pessoas.

Deste modo, os motivos que o levaram ao deslocamento pareceram insignificantes. Em algum momento pareceu que se perguntara por que quis sair se onde morava não lhe faltava terra para plantar e morar, assim como mesa farta? Conforme a narrativa acima, em algum momento esquecera-se de que saíra a procura de emprego e salário: “arriscar, lá num tinha, lá num tinha, onde eu morava num tinha emprego”.

Todavia, esse estranhamento com a nova realidade, esse sofrimento inicial e até esse esquecimento momentâneo dos problemas anteriores, provocadores da migração, ou essa aversão ao novo estágio de vida, correspondia a uma somatória de possibilidades que abrangiam as novas experiências na cidade e as experiências deixadas no campo, logo, abrangiam o que ficou e o que foi encontrado.

A nostalgia do distanciamento, as decepções e expectativas frustradas, como perceber que, o emprego tão almejado dependia novamente de pré-requisitos que ele não dispunha considerando que, sua condição escolar foi o grande estorvo das outras tentativas: “Achei muita gente boa, que me ajudou, mas eu num tinha estudo! Aí pra me empregar, pra trabalhar no pesado?”.

As novas vivências se amalgamavam às lembranças das anteriores e apaziguavam o sofrimento decorrido na terra agora distante. Estamos falando de um corte difícil na vida desse senhor. Ele que já vinha ensaiando essa mudança desde muito jovem sem nunca conseguir. No entanto, sua nova experiência envolvia esposa e filhos, isto numa viagem sem volta até onde podia perceber, até onde podia medir no horizonte.

Essas “rupturas sociais e emocionais” segundo Lucena (1999, p. 17; 65) que analisou a condição de “um grupo de sítiantes da região de Barbacena” Minas Gerais, que se deslocou para São Paulo “na década de 1950”, significavam uma intensa perda, imensurável mesmo, porque intrínsecas a “identidade” com a vida construída até então ligada a parentes, a amigos e a vizinhos, aos lugares comuns, ao trabalho, conseqüentemente, significavam um rompimento com tudo o que importava até então que ficara para trás.⁷⁹

Lembremos suas palavras iniciais na citação acima: “Família de lá, tudo de lá, nós chegemo aqui só nós dois mesmo e a família, cinco filho! Nós viemo, fiquemo aqui no meio dos estranho!”. Quando vale indagar: por que sublinhar essa questão? Neste sentido, por que a ênfase no morar no meio “dos estranhos”?

⁷⁹ “A mudança nunca é fácil, seja para outro país, continente, região diferente [...]. A mudança, a viagem provocam rupturas sociais e emocionais. As pessoas, quando se deslocam, deixam para trás traços e vestígios de sua própria vida e de sua identidade. Migrar sempre implica em ‘cortar laços’, começar do zero, enfrentar o desconhecido, enfim, mudar de vida. Mesmo quando o trajeto é curto e o destino é, de certo modo, semelhante à origem, o ato de migrar significa sempre corte de laços.”. LUCENA, Célia Toledo. A trajetória de mineiros: São Paulo, ‘lugar de aventuras’. In: _____. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999, p. 65.

Lembremos também das vezes que se deslocou para outras cidades e ao desistir retornava para trabalhar/morar com seu genitor. Essas questões trazem indícios de sua convivência familiar, provavelmente de uma família extensiva aos moldes da refletida no Primeiro Tópico com Sr. Antônio Sousa, mesmo que sua relação com a terra fosse outra, porque ele nem era posseiro nem proprietário, era “morador”. (SANTOS, Matias, 2013).

Por conseguinte, podemos pensar que, morar no meio de estranhos na cidade de Sobral foi o ponto mais difícil, foi o desafio capital de seu estágio de resistência ao retorno, foi à experiência representativa da ruptura.

O município de Itapipoca está entre os mais distantes dentre os que encontramos migrantes originados. Sua distância de Sobral é de 98 quilômetros, ainda que, tenhamos entrevistado agricultores de Canindé 154 km, Acaraú 113 km, Granja 120 km, Tianguá 92 km e Martinópole 90 km, ou seja, alguns até mais afastados de Sobral.

Apesar disto, a maior parte deslocou-se de municípios contíguos como os que vieram de Santa Quitéria 85 km, Santana do Acaraú 38 km; Meruoca 21 km, ou mesmo de distritos do Município de Sobral como Jaibaras, Rafael Arruda, Jordão e Bonfim, que possuem em média a distância de Sobral a Meruoca 21 km.⁸⁰ Portanto, interessante perceber que, as distancias que separaram os migrantes de seus familiares eram muito distintas.

Aqueles que residiam no próprio município como Luis Arruda⁸¹ e Raimundo Romão⁸² nem são considerados residentes não-naturais pelo IBGE –, o qual considera migrante apenas as pessoas que estão fora do município de origem. No entanto, vale indagar: fora essa questão importante sem dúvida do órgão governamental, qual a distância que caracteriza um migrante? Quem, exceto esse aparelho estatal está autorizado a apresentar uma pessoa como migrante ou não-migrante?

⁸⁰ Sendo que Sobral possui 2.122,989km² de território; e por ordem de distanciamento desse município estão: Canindé 3.218,481 Km²; Granja 2.663,034 Km²; Acaraú 842,559 Km²; Itapipoca 1.614,159 Km²; Tianguá 908,888 Km²; Martinópole 298,962 Km²; Santa Quitéria 4. .479 km²; Santana do Acaraú 969,326 Km²; Meruoca 149,845 Km². Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_EN&coduf=23&search=ceara>. Acesso em: jan. 2017.

⁸¹ ARRUDA, Luís Carlos. *Luís Carlos Arruda*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

⁸² SOUSA, Raimundo Romão de. *Raimundo Romão de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, out.2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

No nosso caso, foi o estranhamento com a vida urbana relatado pelos entrevistados e as dificuldades que enfrentaram, sendo que, a cultura urbana foi apresentada em oposição à cultura sertaneja ou camponesa independentemente da distância, quando é importante refutar a partir da ambiguidade que essa questão revela, porque a cidade se constitui também de “descontinuidades” como advertiu Lefebvre (1991, p. 51-57), onde é possível observar em correlação ou em confronto várias temporalidades, como ainda veremos, no entanto, foram essas questões que caracterizaram os migrantes.

Voltando a Matias Santos, o distanciamento físico do território percorrido por si só não era suficiente para conformar as preocupações deste senhor. Não foi difícil perceber que a maioria dos migrantes teve dificuldade de se colocar nessa cidade sem este sofrimento inicial, com exceção de alguns como João Emílio Vasconcelos e Raimundo Romão supracitados que permaneceram até certo ponto em trânsito, porque possuíam seus sítios e não precisaram desfazer-se deles e por sua vez, retornavam a passeio ou para plantar roçados caso a necessidade lhes obrigassem, ou de Luís Arruda⁸³ que recorria a seus familiares no sertão quando se via desempregado.

Não obstante, quem morava nos municípios mais longínquos como esse senhor, sentia esse distanciamento de forma mais contundente, afinal, ele veio de trem e de tal modo pagando condução, o que dificultava visitas de ambos os lados, enquanto àqueles que se deslocaram de municípios contíguos vieram a pé ou a cavalo trazendo a bagagem em comboios de animais.⁸⁴

Com efeito, podemos afirmar que a parceria com sua consorte para essa empreitada foi exitosa, a despeito da persistência dela para regressar à Itapipoca. E enquanto ele provia algumas necessidades domésticas por um lado, ela provia por outro:

– Eu nunca tive isso não, ela é que ajeitava né? Coisa de colégio dos filho, das filha, ela é que tomava de conta disso, eu era trabalhando no mundo, passava de 30 dias sem vir em casa. Coisa de colégio ela tomava de conta, tomava de conta! Ela é que levava pro colégio, fazia matrícula, fazia tudo

⁸³ ARRUDA, Luís Carlos. *Luís Carlos Arruda*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

⁸⁴ “[...] nós viemo um dia, com o comboio, num tinha carro, num tinha nada, aí nós viemo a cavalo, eu e ela [uma cunhada] num cavalo. [...] Nós vinha na frente do comboio, o comboio era com os meninos que vinha, uns irmão meu [...]”. SOUSA, Mariana Ximenes de Melo. *Mariana Ximenes de Melo Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

[...]. Sofri muito, mas hoje tou bem né? Hoje a terra lá que'u tou falando [Assunção Itapipoca] onde morei, me dando, dada eu num quero morar lá! (SANTOS, Matias, 2013).

Este trecho da narrativa deste migrante conduziu-nos de volta à questão à qual nos propusemos a refletir, portanto, analisar como os migrantes combatiam a propriedade privada da terra, como confrontavam os problemas inerentes, como se desviavam deles, como elaboravam suas táticas de sobrevivência.

Como estudamos, o genitor de Antônio Sousa apossou-se de uma terra onde pôde trabalhar livre do ônus de ser morador e trabalhar sem condições de acumular algum pecúlio e, assim, criar sua família, inclusive dentro do padrão correspondente aos pequenos proprietários, indiferente às instituições governamentais legitimadoras da propriedade da terra e dos desapropriados e, por fim, deslocando-se para Sobral quando a terra exaurida não lhe deu mais condições de continuidade. E Matias Santos, como confrontou o latifúndio e suas regras de expropriação?

Porquanto, o que ele estaria querendo dizer com: “Hoje a terra lá que'u tou falando onde morei, me dando, dada eu num quero morar lá!”? Interessante que ele não arrisca dizer: hoje depois de tudo se tivesse pecúlio mesmo assim não compraria a terra onde morei. Não, ele dá ênfase a terra “dada”, mas por quê?

Lembremos que antes do deslocamento para essa cidade, este migrante aceitou trabalhar em um sítio no município de Meruoca. No entanto, ele estava retornando a Sobral atrás de um emprego na Fábrica de Cimento fruto de uma vinda sua a esta cidade para candidatar-se a uma vaga nessa fábrica, inaugurada em 1968,⁸⁵ e, ao invés de concretizar esta possibilidade aceitou um convite no decorrer da viagem para “apanhar algodão” noutra município (Meruoca). Desta forma, desviou-se da ideia de morar nessa cidade para retornar ao campo, deixando o possível emprego em uma fábrica já apalavrado, para voltar à agricultura.

Não obstante, o emprego no sítio na Serra da Meruoca não foi uma experiência das mais bem-sucedidas, mas por quê? E por que esse senhor não se encaminhou à vaga na fábrica uma vez que essa possível colocação era fruto de seu esforço, de sua procura por emprego fora da área agrícola e datava de

⁸⁵ Companhia Cearense de Cimento Portland, comumente Fábrica de Cimento, inaugurada oficialmente em 1968, pelo que apuramos já em funcionamento desde 1966. É uma das indústrias que recebeu financiamento da SUDENE e no presente uma das multinacionais mais importantes do Brasil com 78 filiais distribuídas no Brasil e no mundo.

tentativas anteriores. E considerando que, o tipo de exploração vivenciada nas fazendas ou sítios já era velha conhecida, e assim sendo, poderia cogitar que não seria diferente no sítio em Meruoca.

Por que então ele não apostou tudo no emprego na fábrica? Por que não acreditou que poderia dar certo finalmente? No entanto, se vamos ficar ainda no campo fértil das conjecturas, podemos presumir que ele refletiu a respeito e concluiu que, a função não lhe interessava levando em perspectiva as experiências malogradas anteriores. Porque essa colocação poderia ser mais uma daquelas que ocupar-se do trabalho na roça seria mais vantajoso como ele assinala acima. Isso reputando as ocasiões que tentou morar em outra cidade e desistiu porque os empregos que conseguia não correspondiam a sua expectativa.

Podemos pensar que, essa forma de racionalização realizada por Matias Santos reverberou pelas gerações de migrantes entrevistados, tomando-lhe como representante de gerações distintas de deslocados. Isto porque este agricultor não foi o único a tentar estabelecer-se em outra área agrícola fora da sua área de origem depois de tentativas frustradas nas cidades. Raimundo Mendes, por exemplo, tentou fixar-se em Sobral algumas vezes e enquanto ensinava, tentou outras possibilidades inclusive fora do Ceará, neste caso no Estado de Alagoas onde morou por alguns anos, todavia, retornou e resolveu-se por Sobral em 1986.⁸⁶

Dentre essas várias gerações de migrantes reverbera a narrativa da experiência de “trabalho pesado” trazida por Matias Santos, porque ligada ao trabalho almejado bem distante do encontrado, que por outro lado, corresponde a uma requisição de preparo para o trabalho que elas não dispunham, ou ainda, a condições de trabalho desconfortáveis e instáveis como asseverou-nos Antônio Sousa. Neste sentido, essas possibilidades se interligam à ideia de falta de “estudo” salientada por quase todos os investigados como já procuramos deixar claro.

⁸⁶ “[...] foi no 70, ele veio morar aqui em Sobral [refere-se a seu avô paterno], mas num acompanhamento, [agora refere-se a seu pai com quem morava], aí lá eu me transferi de novo para a fazenda Santa Rita [distrito de Bonfim – município de Sobral], lá perto da minha vó, e nessa vida, em 77, eu vim morar aqui perto da Fábrica de Cimento [ainda zona rural de Sobral], aí trabalhei, trabalhei três anos [na fábrica como servente], [...] saí em 80, quando foi no final de 80 pra entrar em 81, eu fui trabalhar no interior de Alagoas, passei lá mais três ano, aí volto, em 86, eu vim pra cá prá Sobral morar com a minha vó, ela tava morando em Sobral [outra avó], aí fui prá Coreau, Coreau, Granja, Camocim, aí me casei com a dona Fernanda em 1986, aí foi quando viemo de lá [...]” Quando esse senhor faz referência a Sobral, está se referindo ao distrito sede ou à zona urbana, porque ele nasceu e se deslocou por outros distritos e fazendas dentro do município de Sobral, contudo, esses lugares ele generaliza como sertão. (MENDES, 2015).

Voltando às circunstâncias intrínsecas aos problemas fundiários trazidos por Matias Santos e aos motivos de ele ter-se dirigido ao trabalho agrícola em Meruoca e não em Sobral, podemos permanecer no campo das suposições e indagar: será que se a questão fundiária fosse outra e se ele fosse um proprietário não teria emigrado de Itapipoca?

Ou doutro modo, se ele não tivesse entrado em conflito com o proprietário da terra em Meruoca, ou se ele pudesse ter adquirido, senão comprado, mas conquistado gratuitamente, como foi sua sugestão, seu próprio sítio, ele teria permanecido no campo, trabalhando na agricultura?

Ou noutro sentido, se ele fosse um assalariado ou ainda, se seu patrão tivesse cumprido o Estatuto do Trabalhador Rural,⁸⁷ em vigência desde 1963, teria permanecido no campo senão em Meruoca, mas em outro sítio, área ou região?

Lembremos que ele despediu-se da roça com muita insatisfação: “Eu disse numa hora boa: Num vou ser mais empregado de ninguém, ou, morador de ninguém! Trabalhei de empregado né, mas do 70 pra cá [...] não na agricultura, plantano né”. (SANTOS, Matias, 2013).

Porquanto, o regime de trabalho dos trabalhadores perquiridos, não era oficializado, menos de assalariamento, no entanto, não ficou claro se tinham conhecimento da legislação que regularizava a situação: “Não, salário num tinha não, nosso salário era o que a gente fazia né? [...] Terra? Terra tem, que plantava, num tinha salário! Não! Que naquela época não sabia o que era empregado né? Trabalhava por conta própria.” (SANTOS, Matias, 2013).

Não obstante, ao aceitar o trabalho na Serra da Meruoca é razoável pensar que, nesse período, posterior a sua experiência de jovem trabalhador em Itapipoca, à qual não abrangia remuneração, ele já tivesse ouvido menção à legislação trabalhista ou às Ligas Camponesas,⁸⁸ seu desempenho e seu

⁸⁷ Lei 4214, de 02 de março de 1963. Furtado (1989, p. 135) defendeu que foi a “[...] agitação política na zona açucareira do Nordeste [referindo-se as Ligas Camponesas e atuação do Partido Comunista] que levou o Congresso Nacional, em março de 1963, a aprovar o Estatuto da Terra, o qual especificava os direitos e benefícios de que passavam a ser titulares os trabalhadores rurais e formalizava os direitos e responsabilidades dos sindicatos do campo.”. FURTADO, Celso. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 135. Ver também: ANDRADE, Manuel Correia de. Ascensão e Queda de Arraes. In: _____. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989, p. 44.

⁸⁸ Sobre as ligas camponesas é importante a observação de: OLIVEIRA, Francisco de. As Condições de Criação da SUDENE. In: _____. *Elegia para uma Religião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de Casses. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 108, pois para ele “Convém esclarecer

aniquilamento pelo regime militar em 1964, assim como já devia ter ouvido alusão a outras formas de organização trabalhista como os sindicatos.

Portanto, é provável que já tivesse chegado a ele o incentivo à sindicalização rural, porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral foi constituído em 1965⁸⁹ e sucedendo a ele, na verdade quase que simultâneo porque aconteceu no mesmo mês, foi fundado outro na cidade vizinha de Ubajara (Serra da Ibiapaba).⁹⁰ Período em que setores da Igreja Católica aconselhavam a criação de sindicatos e por sua vez à sindicalização.⁹¹

A propósito, podemos acreditar que, ele preferiu apanhar algodão no lugar do emprego da fábrica em Sobral porque lhe foi apalavrado um salário como podemos observar neste excerto de seu relato: “É porque num tinha dinheiro, num tinha pra pagar, num tinha dinheiro pra pagar [...], mas ele num deixava a gente plantar, ele queria tudo pra ele, aí um dia, me invoquei graças a Deus, num me arrependi não, deixei lá.” (SANTOS, Matias, 2013).

A despeito disto, nunca vamos saber se eventualmente as circunstâncias fossem outras, se este senhor teria permanecido no campo. É provável que mesmo se estivesse em posse de uma “garra de terra” tomando emprestada a expressão de Antônio Sousa, ele tivesse partido, mesmo porque as possibilidades que comprimiam àqueles que emigraram eram múltiplas e para os pequenos proprietários ou posseiros, como já refletimos, poderia encontrar tanto o tamanho da propriedade como razão porque se tornava insuficiente e esgotada para o sustento e moradia das famílias que lá residiam, questão já ressaltada, como outras circunstâncias que impossibilitavam a convivência com o sistema agrário, entre elas as secas.

que essas correlações de forças não são inteiramente homogêneas para o conjunto do Nordeste [...]”.

⁸⁹ SOBRAL, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE. *Registro de Associados*. Sobral, n. 01, ago.1965, nesta cidade à época à Rua Comendador Rocha, 396, Centro. Cadastro Geral do Contribuinte (CGC) 07.396.500/0001-33 entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 26 de abril de 1971. Primeiro Presidente Vicente de Paulo dos Santos. Hoje esse órgão encontra-se noutra endereço onde estivemos a pesquisar.

⁹⁰ A propósito conferir as colunas do CETRESO, Coluna do. Despertando para o campo. *Correio da Semana*, Sobral, ano 48, n. 17, ago. 1965, p. 3: esta coluna analisou a “[...] criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas Autônomos de Ubajara” assinalando que: “os trabalhadores só conquistam seus direitos com organização e conscientização para a luta.”.

⁹¹ A coluna refletia a necessidade dos trabalhadores organizarem-se, seguindo as recomendações da doutrina social da Igreja: “O sindicato é uma associação profissional de operário da mesma categoria profissional, unidos sob a direção de chefes livremente escolhidos por eles, para estudar, promover e defender seus direitos comuns em determinadas condições de trabalho [...]” (CETRESO, 1965, p. 4). Também importantes as questões refletidas por Bezerra (2008, p.15-63).

Necessário se faz esclarecer que, esse debate sobre a propriedade privada da terra não se encerra na verossimilhança das experiências de agricultores como Matias Santos. Porque enquanto este senhor tentava emprego em outras cidades desistia e recomeça em Itapipoca entre as décadas de 1950 e 1960, o Estado Brasileiro igualmente ensaiava passos em prol da resolução desses problemas numa perspectiva não de realizar uma “reforma agrária”, ao menos não no território atingido pela “caatinga”, o qual vai sofrer oposição não somente do estrato proprietário⁹² e de certa forma, reclamado por este migrante, todavia, considerando a modernização da região Nordeste a qual não incluía reforma agrária.

93

2.4 “Onde é Sua Terra?”

Neste Tópico vamos refletir a respeito dessa modernização da região Nordeste, ou a respeito das proposições governamentais e sociais surgidas no decorrer das décadas de 1960 e 1970 objetivando reformar as estruturas agrárias vivenciadas por Antônio Sousa e Matias Santos, assinalando outras narrativas que

⁹² A respeito da objeção de uma reforma agrária na região da caatinga os fazendeiros encontraram apoio em Furtado porque para ele: “Na economia da caatinga, a divisão da terra seria o tiro de misericórdia, inclusive com a possível liquidação da pecuária. Reforma agrária, para o homem da rua, significa divisão da terra, eliminação do proprietário do latifúndio, eliminação da renda da terra. Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoariamos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro [...]” FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste* (1959). In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 62. No entanto, os relatórios do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste sobre a seca de 1958, portanto, anteriores às defesas de Furtado (2009), anteciparam-se às propostas da SUDENE e já sugeriam “uma ação simultânea visando a industrialização do Nordeste e a emigração controlada, para áreas de colonização, de parte da população mais vulnerável aos efeitos da seca” DUARTE, Renato Santos (org.). *A Seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE*. In: _____. *A Seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE*. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 21.

⁹³ “Era necessário, portanto, apresentar o que na época se chamava de diagnóstico da problemática regional, o qual serviria de base para a formulação do que eu pretendia chamar de ‘nova política de desenvolvimento’ para a região [...]”. Em seguida, apresentaria as linhas gerais de uma estratégia de ação, cujo objetivo era deter a degradação da economia e incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país.” FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste*. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 40. Ver também: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Espaços da Saudade*. In: _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999, p. 65-182, a respeito do desenvolvimento requerido para a região Nordeste através do que o autor vai nomear de “discurso regionalista” –, que perpassa o século XX e que teria por sua vez, proporcionado a “invenção do Nordeste” como “região problema” –, embora não adentre no discurso de Celso Furtado.

são de outro âmbito político, o oficial ou governamental, e o que fala a este e em nome deste: a narrativa jornalística.

Vamos tentar responder como essa proposição chegou ao Sertão Centro Norte do Estado do Ceará e aos agricultores e seus patrões, quando utilizamos como mote a questão tão repleta de significados observada no debate ocorrido entre Matias Santos (2013) e seu patrão, quando ele interroga: “onde é sua terra?”.

A modernização das estruturas agrárias e urbanas dessa região principiou com a orientação de alteração dos paradigmas das ações governamentais, a qual se propunha a levar à região Nordeste novas metodologias de trabalho, encetadas com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) instituída pela lei n.º 3.692 de 14 de dezembro de 1959 no governo de Juscelino Kubitschek.

A SUDENE iniciou suas atividades tendo como condição *sinequa non* trabalhar sob parâmetros que cunhassem ao seu pessoal especializado entre brasileiros e estrangeiros⁹⁴ (que se utilizava de conhecimentos interdisciplinares para perscrutar os problemas e as soluções), uma cultura política ainda em gestação a partir desse paradigma de desenvolvimento de ação política.⁹⁵

Porquanto, agiria consoante dados computados com objetivos expressados em planos que seriam analisados antes de serem encaminhados à aprovação, e esta aprovação resultaria de um “Conselho Deliberativo” supostamente livre do ônus da malversação do erário público.⁹⁶

Dessa maneira, este “Conselho Deliberativo” se assentaria neutro de controles externos. Mecanismo que distanciaria esse novo órgão das formas produtoras de “esquemas tradicionais de enfeudação”, palavras de seu primeiro diretor e mentor Celso Furtado (1989, p. 49).⁹⁷

⁹⁴ Furtado (1989, p. 85) afirma que “[...] Obtivemos, já no primeiro ano, assistência técnica da ONU e de suas agências especializadas nos setores de transporte, geologia, política de utilização de águas, agricultura de zonas semi-áridas, hidrologia, comercialização de alimentos, artesanato, economia industrial, indústria têxtil, pedologia, hidrologia geral, aerofotogrametria, utilização de águas salgadas. [...]”.

⁹⁵ A propósito do uso malversado do erário público em órgãos governamentais quando o autor cita como exemplo o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) para tanto conferir Furtado (1989, p. 49).

⁹⁶ Observar em Furtado (1989, p. 81-82).

⁹⁷ “As deliberações do Conselho se fariam em torno de *projetos* previamente estudados e fundamentados pelo secretariado técnico, e inseridos em programas cujas diretrizes seriam previamente estabelecidas por esse mesmo Conselho.” (FURTADO, 1989, p. 51).

Seus agentes perscrutaram a região para conhecer seu potencial de exploração econômica e humana, objetivando a criação de novas “frentes”⁹⁸ de trabalho que pudessem levá-la (a região) a ultrapassar o “estágio” de “subdesenvolvimento” econômico e cultural em que se encontrava.⁹⁹

Orientação que não aglutinou o consenso político vigente dos representantes governamentais, menos dos fazendeiros, o que estaria em correlação com a possibilidade de prevalência de interesses privados sobre os públicos.¹⁰⁰ Todavia, esse paradigma predominou até sua subordinação aos parâmetros do golpe militar de 1964.¹⁰¹

Não obstante, essa nova disciplina para tratar os problemas da região reverbera outro nível de “enfeudação” ou dominação, pois as técnicas utilizadas nos diversos estudos realizados pelos peritos da SUDENE, assim como sua análise e aprovação, assentavam na ideia de objetividade política e científica, logo, ambicionavam estar isentos ou imunes a subjetividades.¹⁰²

Esta possibilidade negava inclusive o campo de tensão que se criou em torno da criação desse aparelho estatal, quando concordamos com Neves (1994, p.33) no sentido de que, a produção de um “saber objetivo” exige uma sociedade onde não houvesse interesses em conflito, tanto no campo dos grupos dominantes, quanto no campo dos dominados.¹⁰³

⁹⁸ A propósito ver Furtado (2009, p. 49).

⁹⁹ Para Andrade “estágio de desenvolvimento” corresponde a “Uma visão linear [que] foi proposta e aceita nos meios econômicos, levando a admitir que os países pobres, atrasados, se encontravam em um estágio de desenvolvimento pelo qual já havia passado os países ditos desenvolvidos, sendo suficiente que se fizesse uma programação racional e que se alocassem recursos em certos setores, para que estes países acelerassem o seu crescimento e se tornassem desenvolvidos.” ANDRADE, Manuel Correia de. O Semi-Árido e a Problemática da Modernização. In: _____. *As Alternativas do Nordeste*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1983, p. 111. Ver também: OLIVEIRA, Francisco de. *Expansão Capitalista no Brasil*. In: _____. *Elegia para uma Re(l)igão*: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 73-97. Também: Furtado, (1989, p. 15-23) Cf. o capítulo “O Nordeste: Alicerces do Subdesenvolvimento”.

¹⁰⁰ “Em plena seca, eu tivera a oportunidade de visitar as áreas em que se ensaiavam projetos de irrigação com recursos do governo federal. Era total a promiscuidade entre patrimônio público e privado, em benefício de alguns fazendeiros.” *Id. Ibid.*, 1989, p. 63 o capítulo “O Conselho de desenvolvimento do Nordeste”.

¹⁰¹ Ver a respeito: OLIVEIRA, Francisco de: Depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Sudene. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 195-197. Igualmente FURTADO, Celso. Para o Nordeste: quinze anos perdidos. In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 179-182.

¹⁰² A respeito dos interesses e embates em torno da criação SUDENE e mesmo posterior a eles ver Furtado (1989, p. 129; 77).

¹⁰³ “Para nós, pensar a produção de um saber objetivo, válido universalmente, verdadeiro em si mesmo e neutro (ou seja: acima e além das partes envolvidas nos conflitos e, mais do que isso, ou

Não obstante, entre os segmentos que podiam discordar até com sua própria experiência, os “pequenos proprietários” e nomeadamente os trabalhadores, os quais reclamavam como vimos com os entrevistados, acesso livre a terra e ao conhecimento escolar, estes segmentos não possuíam assento nesse órgão.

Essa fração significativa da população nordestina estava representada ambigualmente pelos governadores dos Estados Nordestinos, insignes representantes da “classe de latifundiários”,¹⁰⁴ e pelos peritos que lá trabalhavam, sobretudo pelo seu proponente, que era nordestino e compreendia a luta dos sem-posses na Zona da Mata,¹⁰⁵ no entanto, no concernente a Caatinga (Cf. nota 92, p. 71), contrariamente, ele objetaria uma reforma agrária, e uma das proposições para solução do excedente de população que não possuía a terra seria sua “transferência” para áreas consideradas despovoadas.¹⁰⁶

Nesta perspectiva, a SUDENE engendrou-se na região Nordeste com seu ideário, em meio ao rebuliço da mudança da capital do Brasil para Brasília em 1960, emblema da modernização pretendida, e em meio à “emergência de organizações de trabalhadores rurais como as Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba”, e dos sindicatos de trabalhadores rurais, circunstância que trazia incertezas às “classes dirigentes” e aos governos: estaduais e federal, decorrendo dessa ebulição, algumas das possibilidades que conceberam o golpe militar. (FURTADO, 1989, p. 48).¹⁰⁷

por isso mesmo, capaz de suprimir ou anular estas partes como conflitantes) significa procurar um terreno onde a sociedade possa apresentar-se como harmônica de direito, embora dividida de fato.”. NEVES, Frederico de Castro. *Imagens da Seca*. In: _____. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará (SECULT), 1994, p. 33.

¹⁰⁴ No que concerne a “lei regulamentando o uso das águas e das terras nas bacias de irrigação beneficiárias do investimento público” um dos primeiros opositores foi o “Ceará” através de seu “governador Parcial Barroso”, quando o autor assinala que “É provável que o único governador a apoiar efetivamente o projeto fosse Cid Sampaio, em cujo Estado pesava pouco ou nada a **classe de latifundiários** de bacias de açude [...]” (FURTADO, 1989, p. 64-65, grifo nosso).

¹⁰⁵ *Idem*, 1989, p. 130-131.

¹⁰⁶ “A solução natural para esse segundo aspecto do problema está em deslocar a fronteira agrícola do Nordeste em direção às terras úmidas e ainda não utilizadas do Maranhão e do norte goiano. Trata-se de abrir uma grande frente não somente de colonização, mas também de povoamento [...]” FURTADO, Celso. Discurso na Cerimônia de instalação da Operação Nordeste (1959). In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 79-80.

¹⁰⁷ Para esse autor, o governo norte-americano via nas “Ligas Camponesas”, e em “Julião” (um dos principais líderes), a ameaça de outra revolução comunista a exemplo de Cuba. Também os proprietários nordestinos sentiam-se ameaçados: “Um relatório de subcomissão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados americana, a qual visitou o nordeste posteriormente, deixa bem claro que as autoridades americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras (no caso, a SUDENE) para alcançar seu objetivo de ‘deter a subversão no hemisfério’.” (FURTADO, 1989, p. 131).

Grosso modo, enquanto o Estado brasileiro ensaiava alterar as “estruturas sociais anacrônicas” que asseguravam à região Nordeste sua posição de “subdesenvolvida” em “comparação ao Centro-Sul do país”,¹⁰⁸ com a SUDENE e todas as ambivalências possíveis de serem observadas na perspectiva de que, seus objetivos¹⁰⁹ que mal chegaram a ser postos em prática já estavam sendo combatidos, inclusive, por forças internacionais que financiaram parte significativa dos projetos, no entanto, suspeitando de seus objetivos, como a agência norte-americana *United States Agency for International Development* (USAID),¹¹⁰ questão refletida pelo próprio Furtado (1989).¹¹¹

Conquanto, não vamos nos ater a estas questões porque não será possível realizarmos uma reflexão mais enraizada nessa conjuntura que segue pelo escopo dos militares, os quais vão levar adiante a modernização da região nordeste e, por consequência, da região do Sertão Norte do Ceará através dos subsídios da SUDENE, no entanto, aprofundando as contradições sociais entre proprietários e expropriados.¹¹²

Não obstante, concomitante, vamos encontrar agricultores como Matias Santos dando voltas, “bolando” novos caminhos, tentando desviar-se ora da exploração latifundiária, ora da exploração urbana, fustigado por uma situação ou por outra: “Aí fui procurar o exército e imaginei de ficar por lá, mas num deu pra mim não viu? [...]. Aí certo que u bolei, bolei, aí foi quando eu me casei, em 57, aí [...] voltei de novo pro mesmo lugar, ajudando mais eles [os pais].”

“Bolei” tem um sentido de esperar à deriva seguindo ao vento, mas também de reflexão, de quem racionalizava o que pretendia fazer avaliando que, a tentativa de permanecer no exército não dera certo. E ainda de quem aguardava

¹⁰⁸ Furtado (1989, p. 35).

¹⁰⁹ “[...] cobria os setores de eletrificação, transportes, aproveitamento dos recursos hídricos, reestruturação da economia rural, melhoria das condições de abastecimento, levantamento e prospecção mineralógicas, levantamento cartográfico, serviços de abastecimento de água das cidades do interior, acesso das populações a condições mínimas de instrução e incentivos aos investimentos privados no setor industrial”. (FURTADO, 1989, p. 82).

¹¹⁰ A respeito da “interferência e da ingerência” do “Governo dos Estados Unidos”; ou da ação da “Aliança para o Progresso” “nos assuntos internos do Brasil”, e no combate a possíveis células comunistas representadas pela ação das Ligas Camponesas, somando-se a desconfiança dos propósitos iniciais da SUDENE, ver Oliveira (1977, p. 115-124).

¹¹¹ Uma análise também interessante é a de Furtado (1989, p. 129-140) no tópico que ele intitula “**A Síndrome de Cuba entre os norte-americanos**” (grifo nosso).

¹¹² Ver: A SUDENE: Planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista em Oliveira (1977, p.124-133).

uma solução, uma espécie de gíria para representar este estágio de suas tentativas de superação dos problemas vivenciados. Ainda podemos pensar que todas essas possibilidades se somassem na sua forma de verbalizar a situação de isolamento em que se encontrava.

Isolamento porque ele se arriscava sozinho. Seus pais permaneciam no sítio onde moravam e ele realizou suas primeiras tentativas migratórias, acompanhado apenas de seu desejo de superação. Posteriormente casou-se, e essa companhia de jornada, essa companheira de trânsito não fez parte das primeiras tentativas de emancipação da sua condição de morador e de trabalhador sem salário. Depois de casado é que veio tentar o emprego em Sobral e dirigiu-se primeiramente à Meruoca, como já refletido.

Todavia, esse trecho do relato desse migrante remeteu-nos ao Romance **Vidas Secas** e ao capítulo a “Fuga” de Fabiano e sua família na iminência de uma seca. Apesar de Matias Santos não ter escapado de nenhuma seca, no entanto, pela maneira como desafiou o futuro: “Fechei os olhos e vim, vim de olho fechado”, ou como provocou o patrão em Meruoca, ou ainda como planejou o futuro com sua “Sinhá Vitória” (dona Maria), na vinda para Sobral. Como afinal persistiu na superação das dificuldades para não retornar a Itapipoca, em como “resistiram à saudade que ataca os sertanejos na mata” (RAMOS, 1975, p.123).

Acreditamos que algo parecido se passou com esse migrante e sua esposa, algo que ele não consegue expressar, e talvez com todos àqueles que se deslocaram como casais, sofrendo com o distanciamento das pessoas e das coisas conhecidas, temerosos e apreensivos com o devir.

Voltando às reformas planejadas para desenvolver a região Nordeste, que por consequência atingiriam esse território por onde os agricultores entrevistados se deslocavam, os projetos que vão ser implantados a partir de 1959 no Estado do Ceará com a criação da SUDENE não vão contribuir para resolver o problema da posse da terra reclamada por Matias Santos ao discutir com seu patrão.¹¹³

¹¹³ “[...] Pelo menos seis indústrias novas serão instaladas em Sobral, dentro do programa universitário de desenvolvimento industrial que é a extensão ampliada do Projeto Asimow. Estão em fase de estudo o projeto a Lassa (laticínio Sobralense S/A), o Cosmac (Companhia Sobralense de Materiais de Construção), a Isopasa (Indústria Sobralense de Calçados S/A), uma indústria de pescado e subprodutos, uma indústria de cal e tintas à base d’ água e uma indústria de artefatos de Couro [...]. Por outro lado, na região centro – sul, a partir de Iguatú, com a Politex, várias indústrias estão começando a entrar em funcionamento, todas elas programadas pelo Plano Asimow [...]”. (EDITORIAL, 1965, p. 1).

Ambigualmente, correspondeu mais a perspectiva alvitrada por seu patrão, porque os técnicos da SUDENE iriam avaliar as terras do território atingido pela caatinga como inapropriadas para uma reforma agrária, como já assinalamos e, por outro lado, elegeram outras centralidades como a geração de empregos com impulso à industrialização, objetivando às populações desempregadas nos centros urbanos.¹¹⁴

Não obstante, essa conjuntura bastante eloquente que envolvia temporalidades tão distintas, que colocava em tempos simultâneos trabalhadores, patrões, políticas governamentais e iniciativas sociais, reverberou semanalmente no **Correio da Semana**, onde é possível perceber as tensões políticas e sociais do período, e onde era possível acompanhar notícias não apenas dessa cidade, mas da região norte do Ceará, assim como do Brasil e do mundo.

E nesse sentido, é interessante perceber que, os debates observados no Semanário contribuíram para a materialização dos espaços vividos e dos espaços almejados pelos trabalhadores e seus patrões, ao tempo que evidenciavam os conflitos, justificando a questão levantada por Matias Santos (2013) que percebeu estar a terra à qual trabalhava, a serviço da especulação de seu patrão: “ele vivia lá por pirraça e eu tinha a família pra sustentar”.

Vejamos este artigo:

Na produção agrícola do Ceará predominam, do lado vegetal o algodão, a cêra de carnaúba, a oiticica e os gêneros alimentícios, e do animal o gado bovino [...].

A verdade [...] é que o desânimo impera e ameaça agravar-se [...] seja entre os proprietários, seja na classe assalariada.

As safras em geral estacionam ou declinam em volume, e o rebanho não progride na medida das necessidades do consumo crescente.

Por seu turno, os governos [...] não tomam providências, visando a estimular os produtores com ajudas eficientes tanto no campo técnico quanto no creditício.

A iniciativa privada a começar pelos mais capazes começa a deslocar-se para setores mais compensadores – indústria e comércio dos centros urbanos. Tal acontece com o capital quanto com o trabalho.

A cultura do algodão perene ou de longa duração, que podia ser um sólido pilar, não se desenvolve como seria desejável [...]. Cultura inteiramente

¹¹⁴ Furtado (1989, p. 170) apresenta em 1963 dezenas de projetos sendo implantados em diversas frentes de atuação da SUDENE entre eles “86 projetos industriais, sendo 20 na indústria têxtil, algodoeira, 14 na alimentar, 14 na metalurgia, 13 na de cimento, cerâmica e vidro, 9 na química”, porquanto assinala “Já não há dúvida de que fora interrompido o processo de desindustrialização do Nordeste”. Ver também Furtado (2009, p. 47): “A terceira linha de ação é, portanto, um grande aumento dos investimentos industriais para absorver a crescente população urbana semimarginal, e também um esforço para diminuir a disparidade de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul.”.

manual, **sai onerosa ao proprietário, que paga salários altos e escassos, inclusive para a colheita.** [...].

Os gêneros alimentícios (feijão, milho, mandioca, etc.) **que constituem lavoura de pobres, de moradores de terras alheias,** estão em visível deficiência. As colheitas mal dão para abastecer a humilde cozinha do campônio. Para elevar tais cultivos a nível econômico compensador é necessário o emprego de máquinas, entrando o trabalho braçal apenas como supletivo, isto é, onde não possa ser usado o aparelho.

Mas onde estão as repartições para auxiliar os produtos nessa mudança, a começar pela erradicação dos tocos nas áreas cultiváveis?

A pecuária [...] necessita de modificação em seu criatório, não só no que diz respeito à alimentação como ao combate às epizootias [...]. (ANDRADE, H., 1966, p.3, grifo nosso).

Esse autor mantinha uma coluna no Jornal e escrevia quase que semanalmente trazendo reflexões sobre acontecimentos políticos e sociais considerados de relevância para a região. Identificado com o setor proprietário, suas posições não deixavam dúvidas a respeito dos anseios e proposições deste setor. Era preciso tensionar o governo para que fossem apresentados incentivos que sanassem os problemas da produção agrícola de exportação e da pecuária.

Atentemos para o fato de ele propor o aumento da produção de “gêneros alimentícios (feijão, milho, mandioca, etc.)”, que “constituía” uma das atividades produtivas dos moradores das fazendas, estando diretamente ligada às trocas possíveis entre os trabalhadores e fazendeiros, porque parte dessa produção podia ser considerada *moeda de troca* e servir ao pagamento do feito do roçado em “terras alheias”. Todavia, o autor propõe a substituição dos trabalhadores pelo maquinário agrícola: “[...] entrando o trabalho braçal apenas como supletivo, isto é, onde não possa ser usado o aparelho.”.

Portanto, a produção alimentícia principal constituía “lavoura de pobres”, sobretudo pelas condições colocadas no seu cultivo já que se tratava da produção agrícola de sobrevivência dos moradores, desse modo, dispensáveis assim que o fazendeiro o desejasse ou pudesse, uma vez de posse do “maquinário” reclamado. Interessante que, não parece que o autor desconhecesse os parâmetros das relações entre fazendeiros e moradores, pelo contrário, estava sugerindo sua substituição.

Outro ponto significativo é quando vemos o jornalista tentar passar a imagem de que os patrões não exploravam os trabalhadores e, no oposto, eram explorados porque pagavam altos salários no correspondente à produção de algodão, deixando dito que essas transações geravam prejuízos. Todavia, é

importante perceber que, essa questão vai de encontro às defesas de Furtado (2009) quando procurava convencer setores do governo e da sociedade, sobretudo os fazendeiros, da relevância que teria a atuação da SUDENE, então ainda, “A Operação Nordeste”.¹¹⁵

Os problemas que o propositor da SUDENE percebeu em sua investigação inicial no relativo à economia da área que ele nomeava de “*hinterland da pecuária*” ou “*hinterland semiárido*” podem estar na base do pensamento do jornalista, pois Furtado (2009, p. 39; 45) ao reconhecer as dificuldades que passava o setor proprietário, sugerindo “crédito e assistência técnica” aos mesmos por um lado, e por outro, que o “excedente de população” gerava problemas que precisavam ser resolvidos não da mesma maneira que os problemas dos fazendeiros¹¹⁶ –, ele amenizava as relações de dominação existentes.¹¹⁷

Com efeito, quando este economista proclamava que: “se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de ‘moradores’ – chamam-se moradores porque não são propriamente empregados, não têm salário monetário, são digamos sócios”, colocava os moradores na posição não apenas de sócios, contudo, de cúmplices “nos riscos e na venda da produção algodoeira, com direito a casa e a uma faixa de terra para lavoura de subsistência”. (FURTADO, 2009, p. 42).

Essa possível parceria que transformava os moradores despossuídos em sócios “com direito a casa e a uma faixa de terra para lavoura de subsistência”, permitindo-nos a ironia, quase “com direito a casa, a comida e a roupa lavada”, parece por falta de evidências, e se fosse o caso, não poderia ser estendida a todos os trabalhadores nessas condições, não obstante, reverberou como podemos observar com o jornalista.

E o mais interessante, transforma o fazendeiro numa espécie de vítima de uma economia de parceria, ou melhor, em vítima da economia de pobre indicada pelo jornalista, causando prejuízos que precisariam ser ressarcidos pelo Estado.

¹¹⁵ “Exposição [...] aos oficiais das forças armadas, em 13 de junho de 1959, no Auditório do Iseb, na rua das Palmeiras, 55, Rio de Janeiro.” (FURTADO, 2009, p. 29).

¹¹⁶ Furtado (2009, p. 45) defendeu que: “Uma economia de mais alta produtividade, na caatinga, não será compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures. Daí a necessidade de incorporar novas terras ao Nordeste, de deslocar sua fronteira agrícola.”

¹¹⁷ Embora Furtado (1989, p. 39-41) também faça duras críticas às formas de dominação e de apropriação das verbas públicas pelo estrato proprietário.

Contudo, um dos problemas ressaltados que foi possível constatar nas entrevistas, foi justamente a divisão da produção do roçado, da produção de subsistência dos moradores, como uma espécie de pagamento pelo uso da terra conforme o costume vigente na região agrícola onde a propriedade estivesse situada, circunstância denominada de “regime de meia”, ou de “terça”, ou de “renda”, porque dependendo da situação, o lavrador “arrendava” uma terra e morava em outra.

Observemos essa narrativa:

– [...] Nós morava numa terra que o dono da terra não cobrava renda! E nós nem, nem trabalhava na mesma terra que nós morava! Nós morava numa terra, mas a terra nem tinha, num tinha terra que desse para gente plantar né? Aí nós trabalhava noutra terra por chamado, a fazenda Aristide né? Aí nós trabalhava lá, a gente plantava e pagava uma renda né? – E como era essa renda? – renda era, parece num sei se era de três a um? Acho que era de três a um! – três pra senhora e um pra eles? – era um, ou na carreira ou depois de batido, o legume colhido, era assim! – como era na carreira? – na carreira é assim: o legume que tá no roçado, a carreira de legume no roçado, aí se tirava três pra gente e um pro patrão [...] quando terminava a safra toda, a gente terminava no algodão! O algodão ia até novembro! – e como era o plantio de algodão? Nós num ganhava, plantava o algodão prá nós! Eles, o patrão, só tinha a rama do algodão pra botar os bicho dentro [...]” (PAIVA, R., 2013).¹¹⁸

Dona Raimunda Paiva é casada, tem 73 anos de idade e aprendeu a ser costureira em Sobral, mas também negociante, estabelecendo um pequeno comércio de confecções feitas por ela mesma e negociadas de “porta em porta”. Aposentada, emigrou para esta cidade em 1971. Esse excerto de sua narrativa corrobora igualmente para entendermos os combates dos trabalhadores expropriados e suas práticas de desvios das condições impostas, assim como suas formas de resistência.

Leva-nos, portanto, a uma questão fundamental: não dá para simplificar as posições assumidas pelos trabalhadores moradores das fazendas; não podemos simplesmente enquadrá-las em categorias de análise como chama atenção Cerutti (1998, p. 236), como se isso resolvesse a questão da diversidade de experiências que se diferenciavam consoante o tipo de família que estava solicitando terra para trabalhar, ou para morar, ou para as duas situações, e mesmo conforme o tamanho

¹¹⁸ PAIVA, Raimunda. *Raimunda Paiva*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez., 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

da fazenda e os interesses de seus proprietários, ou ainda conforme os costumes vigentes.

Essa senhora, por exemplo, morava em uma terra e trabalhava em outra, todas situadas em Cariré município confinante a Sobral. Seu relato demonstra alguma incerteza no que concerne ao pagamento da renda da terra onde seu genitor realizava o roçado, e as questões recordadas. Entretanto, relembra que ele não pagava renda na fazenda onde morava porque “não tinha terra que desse pra gente plantar”. Assim, pagava apenas na fazenda vizinha onde realizava o roçado, sendo a obrigação a perfazer no final da colheita, ou antes, conforme fosse o acordo em um total de “três por um”: uma parte para o proprietário, três partes para seu pai.

Trouxemos dona Raimunda Paiva de forma quase ilustrativa, entretanto, seu relato traz indícios desse intrincado sistema de relações e posições assumidas pelos lavradores e que, como já enfatizamos, não pode ser simplificado. O pagamento maior ou menor pelo uso da terra para o feito do roçado ou até sua dispensa, assim como a dispensa do algodão, poderia estar relacionado com situações as mais diversas do cotidiano dos lavradores, ou das requisições das relações entre patrões e trabalhadores.

No entanto, neste caso, dá para cogitar a satisfação que causava a produção do roçado da família dessa senhora, o que pelo que entendemos, correspondia à maturidade e ao tamanho da sua família. Dona Raimunda contava com irmãos crescidos que já assumiam posição de comando no roçado ao ponto de seu genitor dividir parte do tempo que dispunha, com a atividade de comboieiro.¹¹⁹

Com efeito, o estágio familiar em que se encontrava essa senhora poderia servir para granjear algum privilégio de morador ou trabalhador de uma propriedade, por se tratar de uma família que dispunha de trabalhadores jovens que diante de uma condição climática adequada, deixariam um bom estoque de gêneros ao fazendeiro. Se fôssemos comparar com Matias Santos quando estive em Meruoca, seus filhos ainda eram crianças.

Importante deixar claro que, não podemos nos estender nessa questão, porque precisaríamos também de um estudo específico para uma análise mais

¹¹⁹ “[...] É outra fazenda, pelo nome de Lagoa de Fora! Ai, lá nós passemos, na Lagoa de Fora nós passemos 14 ano. Lá a gente não plantava, meu pai era comboieiro! [...] Comboieiro era carregar cachaça da serra pro sertão, carregar farinha, em um comboio de jumento. Carga de jumento! [...] É porque a roça quem cuidava era os filho, os filho, o Raimundo que’ra o mais velho, que cuidava da roça! E ai ele tinha determinação, e comboiava [...]. A gente plantava feijão, arroz, milho e semente de fruta né? [...]”. (PAIVA, R., 2013).

aprofundada, a exemplo do que fizeram Heredia (1979) e Garcia Junior (1983) na região da Zona da Mata Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil.

Voltando ao artigo, outro problema que nesse ponto todos aqueles que se colocavam no semanário vão ser uníssonos, é na relação que defendiam existir entre os problemas elencados e o êxodo dos moradores do campo, às cidades.

Nesse caso, o autor sugere que não apenas os trabalhadores de modo geral representados aí no termo “trabalho” estariam emigrando, contudo, igualmente os patrões representados pelo “capital”. Capital este que estaria dessa maneira, deslocando-se também às cidades para ser aplicado em atividades mais vantajosas ou “compensadoras” pelos mais “capazes” homens de negócio. Deixando o campo aos menos competentes. Neste sentido, podemos perceber a tese de Williams (1990, p. 11) do “campo” como espaço de atraso e “limitações” várias e a “cidade” como espaço de desenvolvimento tecnológico e extrapolação das limitações sociais, políticas e culturais.

Conquanto, reside nessa dicotomia retórica um dos objetivos do autor, oportunidade para reivindicar apoio técnico para fazer avançar a produção agrícola do grande produtor ou grande proprietário, que por outro lado, não asseguraria sua permanência no campo nem a permanência dos seus moradores.

Quando fica evidente que, o autor não via como problema a dependência dos lavradores no que diz respeito a morarem em “terras alheias”, sequer assinala a possibilidade dessa situação se alterar. Ao contrário, ele eclipsa esse problema, não opõe-se objetivamente, entretanto lembra aos leitores que as terras às quais trabalhavam os moradores eram “alheias”. Nesta perspectiva, lembra-nos que os proprietários estavam dispostos a lutar por suas propriedades.

Essas questões todas que podem ser observadas nesse artigo refletem esse contexto trazido por Antônio Sousa, Matias Santos, Raimundo Mendes, Raimunda Paiva e demais citados e entrevistados. Torna tangível o espaço físico, social e cultural dos trabalhadores pobres. Favorecem a compreensão das tensões vivenciadas onde estes moravam, e indicam um dos motivos de buscarem a migração como alternativa.

Explicam os confrontos possíveis entre os moradores e proprietários, deixando como exemplo tanto o relato de Sr. Matias, porque descreve um embate direto entre ele e seu patrão, como a ação do pai de Sr. Antônio Sousa que tomou para seu usufruto e de sua família, uma “posse de terra”.

Essas circunstâncias proporcionam compreendermos como os trabalhadores lidavam com essas proposições patronais na prática cotidiana, como criavam seu campo de força, de atuação política ou seu sistema de desvios, ou por outro lado, seu capital simbólico sem o domínio da palavra escrita ou sem “estudo”, como enfatizaram nas narrativas, sem saber, portanto, argumentar ou redarguir à altura o que estava dado pelos patrões.

Um dado, diga-se de passagem, que não era bem algo dado, acabado, consumado, mas, algo que estava sendo analisado e cogitado no presentemente vivido, consoante os interesses dos proprietários e de seus representantes, estes exteriorizados no texto.

A despeito disso, percebemos os trabalhadores desviando-se dessa dominação, procurando alternativas, agindo em favor de mudanças também. Nessa perspectiva, refaziam seus itinerários, retomavam os caminhos, tentavam as cidades, tentavam novamente o campo. Eles não possuíam argumentos para contestar suas posições, nem propostas que pudessem rebater as patronais, mas se muniam de vontade para seguir arriscando, para enfrentar a situação.

O patrão de Matias Santos não dispunha de “dinheiro” para pagar seu salário, uma realidade que contrapõe a colocada no artigo acima a qual nos remete aos altos salários pagos com a cultura do algodão. Todavia, pelo que vimos, se o deixasse plantar satisfatoriamente seu roçado, deixaria a convivência plausível, entretanto, aconteceu exatamente o oposto. Isto não quer dizer que todos os patrões tivessem condutas semelhantes, porém, esta foi à experiência desse senhor.

Experiência esta que provocou novamente sua partida, mas antes, não sem deixar sinais claros de como se sentia. Para tanto, um “poder simbólico” (BOURDIEU, 2000, p. 11)¹²⁰ precisou ser evocado, poder este que funcionava como um escudo protetor ou como uma arma, metáforas que nos ajudam a compreender quando “Deus” insurge como testemunha de suas ações.

É o que podemos apreender da arguição de Matias Santos quando discute com seu patrão: “Ele chamava minha terra né? Eu me invoquei um dia e disse: onde é sua terra? Ele disse: vai pra terra de quem? – Pra terra de Deus! Deus num deu nada a ninguém, graças a Deus!”

¹²⁰ “As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.” (BOURDIEU, 2000, p. 11).

“Deus num deu nada a ninguém” é um argumento inexorável que validava na interpretação desse migrante seu desejo de possuir aquela terra, ou outra terra onde pudesse trabalhar e se livrar de tipos como seu patrão, ou por outro lado, de desejar ganhá-la já que não possuía pecúlio para adquiri-la formalmente.

Essa possibilidade como já ressaltamos, não recebeu acolhida dos órgãos governamentais. A produção da grande fazenda agropecuária, ou a pecuária e a agricultura para exportação referidas no artigo é que mereceram a atenção e financiamentos governamentais.¹²¹

Com efeito, uma das grandes orientações da SUDENE sob o regime militar foi à agricultura de irrigação para exportação a “outras regiões do país e para o exterior”, como defendeu Manuel de Andrade (2005, p.270-271), o que objetou a orientação inicial que seria ampliar a produção de alimentos para o consumo interno, nomeadamente para os centros urbanos do Nordeste do país, segundo Furtado (2009, p. 66-69).

A agricultura realizada pelos pobres, como chama atenção o jornalista supracitado, à margem da pecuária, permaneceu seguindo o viés colonial, excetuando apenas a ideia linear de que o Estado poderia realizar o “deslocamento da fronteira do Nordeste” e salvar da miséria os trabalhadores.¹²² A meta de modernização desta região não incluía refazer, mesmo repensar as relações de propriedade. Não nos termos dos trabalhadores.

Voltando à questão que justifica Sobral tornar-se a cidade da procura e do futuro de agricultores como Matias Santos, pode ser respondida em parte porque esta cidade passou às metas governamentais desse período como “pólo de desenvolvimento”,¹²³ centralizando recursos públicos para sua modernização.¹²⁴

¹²¹ “[...] Partindo da unificação das empresas de energia elétrica, o Governo pretende desenvolver um grande esforço para incrementar a eletrificação rural no Ceará. **Os municípios serão atendidos dentro de um esquema de prioridade, conforme a demanda potencial e as necessidades da política agropecuária.** Um dos potenciais objetivos é apoiar a implantação do programa de irrigação. [...]” (SEMANA, Correio da. 1971, p. 1, grifo nosso). A propósito, Furtado (2009, p. 45).

¹²² A respeito do projeto de “colonização em larga escala” na “franja pré-amazônica” do Estado Maranhão, e outras propostas de expansão da “fronteira agrícola” conferir Furtado (1989, p. 111). E para uma crítica a reocupação de terras já ocupadas pelos índios MARTINS, José de Souza. O tempo da Fronteira. In: _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 145-203.

¹²³ No que concerne a criação de regiões “Pólo” no regime militar é bastante esclarecedor o artigo de CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis: Revista Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/990>>. Acesso em: maio 2016.

¹²⁴ “[...] por seu caráter de **Pólo de Desenvolvimento**, o município de Sobral é beneficiado diretamente por quase todos os projetos do plano de educação do Ceará. [...] serão construídas

Mas isto só não responde. Na nossa interpretação, Sobral representou um percurso desviante que acabou dando certo. Esse agricultor tentara primeiramente outras cidades inclusive Fortaleza, não satisfeito, retornou a Itapipoca, permaneceu descontente com sua posição, perscrutou mais um pouco representado na afirmação: “bolei bolei”, concluiu que essa cidade poderia corresponder, e assim, perseguiu o emprego na Fábrica de Cimento, desistiu, foi a Meruoca, regressou e, novamente, viu-se em voltas de lutar contra sua situação de desempregado.

E nesta conjuntura de sem-moradia e desempregado para sem-teto e desempregado, porque nos primeiros anos em Sobral ele retornou ao estágio de morador, criando porcos para o proprietário da casa emprestada onde fora residir nos arredores de Sobral. Contudo, mais maduro, casado, pai, precisou persistir incansavelmente antes de resignar-se à Itapipoca outra vez.

Apesar de Matias Santos dirigir-se a Sobral inicialmente pleiteando um emprego na Fábrica de Cimento, é interessante perceber que as narrativas não demonstraram uma sedução pela urbanização de Sobral. Contudo, esta urbe destacava-se desde o século XIX como a mais importante cidade da região do Sertão Norte (BARBOSA, 2000) e, deste modo, era um centro de negócios da população agricultora que vinha adquirir gêneros e vender sua produção.

Dirigiam-se para Sobral comboieiros como o pai de dona Maria das Graças da Silva,¹²⁵ agricultor e comerciante, mais seus companheiros de jornada quando retornavam da “Serra Grande” (Serra da Ibiapaba), com produtos que adquiriam de outros agricultores para negociar no mercado dessa cidade. Portanto, o centro comercial de Sobral atraía trabalhadores desempregados como o irmão de dona Mariana Ximenes Sousa¹²⁶ que veio “procurar o giro” nesta cidade no decorrer da seca de 1958, e estabeleceu-se inicialmente comercializando farinha e carvão.

Dessa forma, essa cidade era reconhecida pelos camponeses como espaço onde poderiam recomeçar trabalhando no mercado público, ou nas fábricas, ou na criação de animais ou até na agricultura novamente como veremos. Assim sendo, Sobral era um campo de possibilidade que, como já sinalizamos, dizia mais dos agricultores, de seus desejos e ambições do que da cidade. Posições que

nessa cidade três centros interescolares, sendo um do 1º grau e dois do 2º grau, bem como ampliação de 38 salas de aula e construção de 8 novas [...]”. (EDITORIAL, 1973, p. 1, grifo nosso).

¹²⁵ SILVA, Maria das Graças Aguiar da. *Maria das Graças Aguiar da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

¹²⁶ SOUSA, M., *ibid.*, 2014.

descortinam a cidade do desejo desses agricultores, a qual na nossa interpretação, **tanto tinha relação com sua urbanidade como com a falta dela.**

A despeito disso, se a produção das fazendas não rendia o suficiente, os fazendeiros consideravam necessário que os “governos” os encorajassem “com ajudas eficientes tanto no campo técnico quanto no creditício” como defendeu Humberto Andrade (1966, p. 3) no artigo em destaque acima.

Noutro sentido, vamos encontrar a SUDENE adentrando o sertão, ambicionando representar ao mesmo tempo aos ricos e aos pobres. Alvitando encaminhar políticas que favorecessem tanto a produção dos grandes fazendeiros e à modernização das propriedades, como a situação dos trabalhadores comprometendo-se com a geração de emprego e segurança alimentar. Nesta perspectiva vai atuar em várias frentes no sentido de solucionar o problema da escassez de alimentos, do desemprego, das secas e da reforma agrária, neste caso, tencionando os lavradores ao deslocamento para novas fronteiras agrícolas.

Neste intrincado quadro histórico, vemos os trabalhadores representados pelos entrevistados deslocando-se, forjando saídas à dominação, ao desemprego, às relações patronais conflituosas, para superação dos estágios em que se encontravam e, dessa forma, vamos encontrar a cidade de Sobral como opção para recomeçarem.

3 NOS CAMINHOS DA CIDADE

3.1 “A gente veio, com muita saudade”

Analizamos na primeira parte deste trabalho questões ligadas à grande propriedade da terra e, por conseguinte, àquelas ligadas a quem não possuía a propriedade da terra, a partir de narrativas orais de alguns agricultores que se deslocaram a Sobral entre as décadas de 1950 e 1980 do século XX.

Embora um deles fosse posseiro, do ponto de vista jurídico não era proprietário. Deste modo, seu relato sobre sua vivência na terra apossada somando-se aos relatos, sobretudo de Matias Santos, mas também ao de Raimunda Paiva, ajudou-nos a analisar as posições assumidas pelos trabalhadores no sertão e a tornar palpável o território vivenciado por eles.

Não a título de sustentação das experiências relatadas, mas na perspectiva dialógica a que nos propomos com os entrevistados, objetivamos a consubstanciação desse sertão narrado por outro viés, ou através de indícios observados em outras fontes, como em artigos do Jornal **Correio da Semana** e estudos que analisaram a estrutura agrária brasileira. Porquanto, que tomaram como referencial a Lei de Terras de 1850, e as alterações legais propostas aos trabalhadores rurais e proprietários de terras na década de 1960.

Concluímos com uma reflexão a respeito dos projetos que propuseram alterar essa estrutura política, social e cultural, não do ponto de vista dos camponeses, todavia, em atendimento aos reclamos de seus patrões que almejavam uma modernização de técnicas, equipamentos, pessoal e políticas subsidiárias, representada neste caso, pela criação e atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Neste Capítulo vamos analisar as vivências de alguns agricultores na cidade de Sobral depois da migração, que enfatizaram o desejo pelo passado no sertão, e não pelo futuro nessa cidade, àqueles que emigraram porque se viram acoitados por uma necessidade imperativa como a seca de 1958. No entanto, não planejaram morar neste centro, nem em outro, e entre as dificuldades que enfrentaram estava à vontade persistente de retorno.

Nessa perspectiva, buscamos compreender neste capítulo por que para alguns entrevistados depois de tantos anos morando em Sobral, recordar o viver no

sertão ainda provoca comoção, nostalgia, ressalto? Que cidade era esta de “coisa pouca só assim, de gente passando”? E por outra, que sertão era este que depois de tantas décadas “se pudesse voltaria”, ressaltado por dona Maria da Conceição Aguiar (2014).¹²⁷

Essa reflexão é necessária porque concordamos com Ivone Barbosa (1998, p. 21) que defendeu ser “o espaço sertanejo um lugar-incomum”, e neste sentido, um espaço que reflete as diferentes perspectivas daqueles que nele habitam, porque ora explicitadas em confrontos seculares instalados no passado, que caracterizaram o sertão distinto da cidade, ora alinhadas ao silêncio apaziguador das diferenças sociais. Sendo assim: “[...] um espaço de ambigüidades, de diferentes experiências e de variadas possibilidades de leitura.”

Um dos pontos que corrobora com a perspectiva dessa autora é que o sertão aparece carrasco para uns como Matias Santos, Raimunda Paiva, aparece solidário e por vezes bom para se viver, constatação de Antônio Sousa, apesar dos problemas agrários vivenciados por ele, e emerge como espaço de soluções de problemas e não de criação deles, como é o ponto de vista daqueles que trouxemos neste capítulo.

Quando vale assinalar a leitura realizada por Chaves (2002), que também refletiu sobre esse sertão que reverbera essas ambigüidades, ao analisar narrativas de sertanejos que se moviam em diferentes temporalidades, revelando o sertão das diferenças, que abrangia secas, mas também enchentes e outras experiências ligadas ao trabalho, às festas, a doenças, à natureza, à terra.¹²⁸

Nesse sentido é que se faz necessário iniciarmos com àqueles que elaboraram novos espaços nessa cidade, no entanto, nostálgicos, desejando retornar ao sertão dos desejos e das saudades.

Sertão das vivências plurais, onde havia seca, expulsão, deslocamento e migração indesejada, mas comportava também a decisão de emigrar e, portanto, de

¹²⁷ Lembrando aqui Pomian que defendeu ser a “percepção” fruto da memória que se ressignifica pela experiência, mas também como resultado do conjunto que representa o aprendizado social e cultural, formador de identidade, no entanto, em “transcurso”. POMIAN, Krzysztof. De La historia, parte de La Memoria, a La Memoria, Objeto de Historia. In: _____. *Sobre La Historia*. 1 ed., trad. Magalí Martínez Solimán. Madrid: Gallimard, 2007, p. 176-177.

¹²⁸ Conferir CHAVES, José Olivenor Souza. *Atravessando Sertões: memórias de velhas e velhos camponeses do baixo-Jaguaribe-Ce*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

êxodo almejado, além de comportar imigração ou retorno de quem partiu e optou por morar no campo novamente.

Havia conflito ideológico e trabalhadores circunscritos às demarcações patronais, negação de terra e de trabalho; contudo, havia a alegria de partilhar a colheita, o leite, o “cafezinho servido no bule”, o cuscuz, a conversa amiga na “boca da noite”, a lata d’água partilhada conduzida na cabeça. Havia o resguardo da parturiente proporcionado pela solidariedade das vizinhas, havia oração que conjurava o sofrimento, os receios e as aflições cotidianas. E se havia o desejo de permanência e o sentimento de pertencimento, havia igualmente o desejo de mudança.

Esse sertão nada linear, das saudades e do desejo ambíguo, porque era um desejo crítico, repleto de insatisfação e de vontade de alteração das condições vivenciadas, viessem da natureza como as secas, viessem das relações de dominação, está no pretérito-mais-que-perfeito porque se refere a duas situações: ao sertão vivido e ao sertão não vivido, mas que também passou, é, portanto, passado irremediável.

Ambos ficaram no pretérito e no desejo e, sendo assim, este sertão igualmente está no futuro do pretérito, ou seja, tornou-se uma probabilidade, porque o que não ocorreu aparece na cogitação do que ocorreu, ou o que ocorreu o deslocamento, surge como cogitação do que não ocorreu, o retorno.

Nesse sentido é que, este sertão entra em comparação e em contradição com a cidade do não-desejo que por sua vez, passou à existência dos migrantes não no pretérito perfeito, mas no imperfeito. E o que estamos querendo dizer? Que as vivências na cidade surgem como algo não acabado ou como algo que é passado e é presente concomitante e, de certa forma, é futuro também.

Um futuro que tem sido incorporado, amalgamado no sofrimento, nas frustrações, nas perdas, no aprendizado, na saudade. Que desse modo, foi sendo aceito porque não houve como ser diferente uma vez que em Sobral, esses migrantes insatisfeitos desenvolveram como veremos seu próprio espaço de pertencimento.¹²⁹

¹²⁹ Referimo-nos a noção de pertencimento defendida por Haesbaert “[...] no sentido cultural ou simbólico, na medida que, destituído de seu lugar e de suas paisagens de origem, ele [o migrante] se vê destituído também de valores, símbolos, que ajudavam na construção de sua identidade.” HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira;

Esses tempos vividos de forma confusa e difusa, concomitantes, desejando o que não aconteceu e não o que acontecia; são difíceis de serem recordados, de serem analisados também. Ilusões e desilusões se entrelaçam e causam sofrimento ao entrevistado. Mas, representam as experiências desses migrantes que falam do presente, falando do passado, e do passado, falando do presente.

Dessa forma é que, o sertão vivido aparece para alguns como o espaço das expectativas frustradas, das expectativas de quem não pretendia emigrar, mas teve que confrontar essa possibilidade construindo o futuro em Sobral. E assim, ao relatar o passado transporta ao sertão e à cidade ao mesmo tempo, as alegrias e frustrações desses tempos imbricados.

Vejamos dona Maria das Graças Aguiar da Silva:

– Era um interiorzim que tinha bastante morador em redor, esses moradores ficavam a semana inteira viajando, comboiando, e as mulheres ficavam só, naquela união, tinha bastante união; criavam galinha, porco, criação, e ajudando um ao outro, ajudando, porque os marido viajavam comboiando, trazendo, rapadura, farinha lá da Serra Grande, [...] chegavam no final de semana; eles lachavam lenha pra deixar pras mulheres, aí elas plantavam, eles também plantavam, deixavam pra elas colherem né, aí ralava aquele milho pra fazer cuscuz, numa cuscuzeirinha de barro, mas em tudo havia a paz e a união, entre essas mulheres sofrida. Minha mãe era tão sofrida e outras mais que se enchia de carrapicho para fazer a colheita porque não podia pagar a outras pessoas né? [...] Minha mãe e outras mais, era forte na história, tinha uma vaquinha, cabra, e tirava esse leitinho de cabra pra manter o dia-a-dia, né? Era assim, quando os vizinhos não tinha, levavam uma garrafinha de leite pra outra vizinha, uma união maravilhosa[...]. Aí meu pai fez um poço profundo, né, nesse poço profundo, tirava água pra população beber. Ele, muito caprichoso, meu pai fez um tanque, nesse tanque também, ele botava água pra lavar, pra lavar roupa, pra dar água aos animais [...]. Aí elas vinham, as amigas tudim botavam umas pedras e lavavam roupa debaixo do pé de limão [...]. As vezes fazia até um sabão chamado sabão de potássio, faziam esse sabão, e aí ficava nessa historia todinha, era as amiga se reunindo. Minha mãe era muito corajosa, tirava, quando a colega tava de resguardo, ela tirava a água, botava na cabeça e levava até a casa da amiga, e as amigas também, na hora das nossas precisões tavam ao nosso lado. Quando plantava o feijão, aí à noiteinha se reuniam com o lampião né? Que num tinha lâmpada num tinha nada, aí tinha o lampeaozim, elas ficavam desbulhando milho e feijão à noiteinha, tudo reunido ali. Fazia aquele cafezim, mas era no bule, num tinha garrafa não, e todos se reuniam e tomavam aquele cafezim. Então até esse período foi correndo tudo bem [...]. Aí inventaram uma historia, depois de muito tempo, de um caminhão velho levar o pessoal pra tirar desses animais né [do comboio], isto foi o final da vida da gente, onde eu perdi meu pai [...]. Meu pai morreu de uma forma desagradável, ele vinha no caminhão e disse que o caminhão faltou o freio [...] era em uma cascata, ele se segurou-se

mas ele caiu e, aí, trouxeram pra Santa Casa, ele bateu a cabeça! Ele morreu aí no quarto I, da Santa Casa, já com 09 dias de doente, sem ter a especialidade para cuidar dele, que'ra muitos anos atrás! [...] Aí nessa historia todinha, ficou minha mãe batalhando sozinha lá, batalhava e vivia [...]. Minha mãe colhia muita melancia, jerimum, tinha uma casa grande, um quarto bem bom, enchia de jerimum, e às vezes mandava até pra cidade, pra vender né, contratava os animais, as pessoas que vinham, vendiam a metade pra ganhar uma quantia, era assim, mas minha mãe sofreu muito com esse tipo de coisa, aí fomo aguentando [...]. (SILVA, M., 2014).¹³⁰

Imagem 4 – Maria das Graças Silva – Interior de sua residência



Fonte: Arquivo da autora.

Dona Maria das Graças que se deixou fotografar e entrevistar sem timidez, é casada, aposentada de 68 anos, é muito obstinada e áltiva, o que acreditamos dá para perceber nesta fotografia tirada na cozinha de sua residência, espaço onde ela escolheu para a captura e onde recebe os amigos para um cafezinho, e onde a interrogamos.

Outra característica de Gracinha como ela prefere ser nominada, é seu modo de viver penhorada: “eu sou uma pessoa muito agradecida”, nomeadamente por ter assimilado os ensinamentos e o poder de sua mãe que a instruiu na arte de rezar para a cura e pela fé. Consequentemente, ela se tornou como sua genitora, uma “rezadeira”, posição que ela se autnomeia.

Quando é relevante destacar que sua genitora pretendeu ensinar suas orações e repassar seu poder às duas filhas, contudo, sua irmã Maria da Conceição

¹³⁰ SILVA, Maria das Graças Aguiar da. *Mª das Graças Aguiar da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Aguiar¹³¹, a quem também entrevistamos, não conseguiu assimilar esses ensinamentos, o que trouxe mais motivação e responsabilidade à Gracinha.

Porquanto, esta senhora acredita ser responsável por diversas “curas” de enfermos graves de todas as idades que a procuram, embora seu público se concentre mais em crianças com problemas considerados rotineiros: algum mal-estar que se prolongou o suficiente para deixar pais ou responsáveis em estado de alerta do que poderia vir a ser, deste modo, levar para ela “rezar” refaz a saúde.

Importante ressaltar que, alguns dos adultos que a procuraram se encontravam dissuadidos de não haver solução para seus males. Quando é bom ressaltar que estamos falando, maiormente de engasgamentos, dores na coluna, “espinha” ou “espinhela” caída, dor de cabeça recorrente, quebranto ou mal-estar sem explicação associado à inveja, “cobreiro” (uma espécie de micose crônica), entre outras enfermidades que seus portadores ou já haviam sido desenganados pela medicina tradicional, ou nem procuraram um médico porque já sabiam que a solução estaria na oração com fé. (SILVA, M., 2014).

Uma particularidade que precisa ser advertida é que a fé, nestes casos, precisa ser recíproca. Só recebe a remissão e a cura total quem tem fé na súplica em prece, e na pessoa que a ministra. Por outro lado, quem pretende realizar curas nesses moldes precisa ter confiança absoluta no “Deus pai todo poderoso” e no poder de sua própria fé. (SILVA, M., 2014).

Portanto, quem atingiu esta posição e esta maturidade conseguiu porque sua “oração era forte”, mas essa fortaleza está na própria pessoa não a excede, logo, essa competência se inicia na certeza inabalável da fé em Deus e em si própria, de quem apreende o poder como um carisma.

Nesse sentido, nem todas as pessoas conseguem ou nem todas são abençoadas com essa “graça divina”. E um dos exemplos encontra-se ao seu lado, sua irmã que teve a oportunidade de apreender as orações e, por conseguinte, a cuidar das pessoas também, não conseguiu. (SILVA, M., 2014).

É como podemos resumir a explicação de dona Maria das Graças e os motivos de ela viver tão agradecida. Por outro lado, essa migrante também sente-se satisfeita pelo que conseguiu realizar na cidade de Sobral, lamentando apenas sua

¹³¹ AGUIAR, Maria da Conceição. *Maria da Conceição Aguiar*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

saúde muito abalada por uma artrose generalizada, condição que acredita seja em decorrência do excesso de trabalho que assumira desde menina já na cidade de Sobral. (SILVA, M., 2014).

O que nos causou certa inquietação e ficamos nos perguntando por que Gracinha tem o poder de curar com orações a quem lhe requisita (orações estas que ela recitou em uma das entrevistas com o objetivo de preservar às gerações futuras), entretanto, isto não se imputa a ela própria?

É uma questão que ela certamente responderia sem hesitar, contudo, não a colocamos, visto que poderia parecer que estávamos questionando sua autoridade de rezadeira e de curandeira ou de curadora de pessoas, porque é também o que ela faz de forma brilhante, cuida das pessoas que a procura com esmero e satisfação. E o que seria mais impróprio, poderia parecer que estávamos questionando sua fé e seus prodígios.

Quando se faz necessário sublinhar que, ela não aceita remuneração pelo que faz, as pessoas curadas insistem e até lhe dão presentes em agradecimento, não pagamento, porque na sua interpretação, isso romperia com a prerrogativa que lhe foi concedida porque Deus é quem realiza os milagres, ela seria apenas um veículo intercessor. Porquanto, não é a finalidade de seu desempenho.

A imagem dessa senhora na nossa interpretação, externa essa ideia de curadoria e de esperteza, de confiança em si também. Portanto, de olhar cativante e seguro, sem embargo, ela nos relatou suas experiências com uma desenvoltura espantosa que mais parecia um ensaio.

Acreditamos que nisto há uma influência de seu aprendizado no comércio, porque a exemplo de dona Mariana Ximenes Sousa (2014), ela aprendeu a comercializar roupas na cidade de Sobral, embora não as confeccionasse como essa senhora – mas não sem antes tentar outras possibilidades ao seu alcance mais imediato, como fazer “chapéus de palha” – produtos muito requisitados na época.¹³²

¹³² Trecho da entrevista de um migrante que traremos em outro capítulo, que se iniciou como vigia em Sobral, depois passou a ser “corretor de produtos da terra” como: castanhas; couros de animais e entre outros chapéus: “[...] o uso do chapéu diminuiu demais, o boné tomou de conta, você vê que hoje todo mundo é boné de pano [...] só em festa junina, o chapéu é usado mais hoje é em festa junina, em quadrilha, você pode olhar que é quando se vende bem! E no carnaval também [...] Acabou! 80, 90 por cento acabou, as mulheres antiga que sabia fazer morreram e as novas num quiseram aprender não, porque trabalhavam muito e ganhavam muito pouquim, as feiteira é quem menos ganhavam! [...] as mulheres antiga que num tinha emprego, num tinha pra onde ir, eram dona de casa, ficavam em casa, fazia pra se enterter, fazia chapéu num era pelo ganho tanto, era pra se enterter! Comprei muito chapéu nas casas [...]”. ARRUDA, Luís Carlos.

A confecção desses produtos nas próprias residências, o “corte de chapéus”¹³³ (ou melhor, o corte dos restos de palha que sobram no chapéu depois de confeccionado), eram atividades que esteavam a economia doméstica e a indústria de chapéus de palha, uma das mais representativas do município de Sobral¹³⁴ e da região do Sertão Norte, no período.¹³⁵

Atividades que foram aderidas com muita obstinação por Gracinha ao chegar a essa cidade, como forma de derrotar o desemprego e as “precisões”: “Aí quando eu aprendi a fazer chapéu, num parava mais de fazer, eu fazia de dia, fazia de noite, a vista era boa né? E aquilo dali pra mim era novidade, eu ia, queria ganhar meu dinheiro. E a minha mãe fazia surrão”. (SILVA, M., 2014).

Surrão era uma espécie de sacola ou bolsa grande confeccionada com palha (folha tratada de carnaubeira), com o objetivo de servir de reservatório ou de depósito de produtos diversos, substituído por outros tecidos a base de *nylon*, algodão, plástico: “[...] era pra botar rapadura, farinha, nós nunca deixamos de trabalhar não, era na palha de carnaúba né? E a gente num sabia fazer nem chapéu! Chapéu pra nós era uma novidade, até que enfim deu curiosidade demais, aprendi fazer chapéu! [...]”. (SILVA, M., 2014). Todavia, sua banca de confecções na Praça da Meruoca nessa cidade foi o trabalho de sua vida.

Possibilidade construída no tempo “de las experiencias vividas” tomando aqui Pomian (2007, p. 176), que a levou a constituir algum pecúlio resultado de seu esforço nas atividades já referidas, e em Parnaíba-Piauí, onde reside um de seus irmãos com a família, e onde morou por alguns anos acudindo-o com problemas domésticos.

Luís Carlos Arruda. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

¹³³ “[...] Eu chegava numa casa pra deixar chapéu pras mulher cortar, duas horas da tarde, ainda num tinha botado água no fogo pra fazer o café, falta do gás! Eu adiantava o dinheiro, pra descontar no corte do chapéu, da palha do chapéu, o chapéu num tem aquela palha? [gesticula explicando como era o corte], aí eu, aí as bichinha, as dona de casa chorava quando me viam, quando eu chegava, de alegria [...] eu antecipava logo o dinheiro para comprar o gás, as vez para interar o almoço [...]”. *Ibid.*, 2013.

¹³⁴ Conferir em AGUIAR, L., (1968, p. 1): “O município de Sobral já foi considerado um dos maiores exportadores de chapéus de palha do Ceará: “Mantendo a sua liderança na exportação de Sobral, o chapéu de palha foi finalmente o produto mais exportado do ano que passou. Foi perseguido de perto pelo tecido que em meses passados ameaçou seriamente a sua posição de líder. Porém, a venda de tecidos caiu verticalmente, enquanto o chapéu de palha ficava definitivamente na liderança [...]”.

¹³⁵ “São os seguintes os Municípios Produtores de Chapéu de Palha: [...] Sobral, Massapê, Santana, Cariré, Reritaba, Santa Quitéria, Iruçuba, Itapipoca, Martinópolis [sic], Uruoca, Granja, Moraújo, Coreau, Frecheirinha, Pacujá, Mocambo, Groairas, São Benedito, Alcântaras e Meruoca”. LIRA, Pe. João Mendes. *As fábricas de Sobral. In: _____ . De Caçara a Sobral*. Sobral, 1971, p. 95.

Porque outro fato interessante da cultura dos camponeses é a interdependência entre parentes, como já sinalizamos no Primeiro Capítulo. Atenemos para o fato de que Gracinha justificou o deslocamento para Sobral com o propósito de colaborar na permanência de um de seus irmãos que viera no período da seca de 1958 à procura de “trabalho”. (SILVA, M., 2014).

E quando seu outro irmão que residia em Parnaíba-PI precisou de seu auxílio para solução de dificuldades familiares, ela primeiramente, e posteriormente seguida de sua genitora e irmã, deslocou-se até essa cidade e permaneceu o período que foi necessário.¹³⁶

As primeiras conversas com Gracinha e sua irmã Mariazinha serviram para observarmos essas possibilidades que insurgem na sua narrativa e por sua vez, caracterizam os espaços vividos (sertão e cidade) e seus moradores, colocando-os em campos diferenciados e até contrários e, noutro sentido, em disputas de narrativas que davam sentidos as suas experiências.¹³⁷

Essas representações que definem sertão e cidade assentando-lhes em campos dicotômicos, já foram assinaladas neste trabalho. No entanto, são questões sempre recorrentes e estiveram presentes nas entrevistas em diferentes situações. E uma delas é a maneira como os migrantes referem-se às relações de coexistência existentes nestes espaços.

Não obstante, os destaques trazidos por dona Maria das Graças serviram para que compreendêssemos alguns dos motivos de no presente, dezenas de anos depois de estabelecerem-se em Sobral, alguns migrantes ainda se colocarem como sertanejos, e os motivos de exaltarem com nostalgia as experiências vividas antes do deslocamento.

Essa senhora sublinhou em seu relato, principalmente as relações de parentesco e de amizade, e colocou em relevo o grau de cooperação e reciprocidade que vinculava à comunidade onde nascera, que deste modo, definir-se-ia por essas características. No entanto, Menezes (2002) sublinhou que essa

¹³⁶ Essa questão foi abordada no texto: ADRIÃO, Maria Antônia Veiga. “Lá onde eu tava num tinha futuro”: migração sertão – cidade de Sobral 1950 – 1980. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 322-341, dez. 2015.

¹³⁷ A respeito da disputa de memórias Pomian (2007, p. 178) chama atenção para a memória que sofre “atualização” à proporção que é suscitada por pessoas, acontecimentos, objetos, lugares, que “projetam episódios dignos de ser memorizados”.

maneira de viver não anula as diferenças existentes entre os grupos habitantes no campo, nem os possíveis conflitos.¹³⁸

Ainda para essa estudiosa, o “campepinato” caracteriza-se por assumir diferentes posições e estratégias de sobrevivência, como a migração temporária às zonas agrícolas ou aos grandes centros urbanos, na posição não de “sujeitos completamente submetidos a condições determinadas”, mas de “atores sociais” que assumem correr riscos e lutar pela melhor forma de sobrevivência. (MENEZES, 2002, p. 50-51; 74).¹³⁹

Importante também destacar que, as possibilidades de convivência trazidas por dona Maria das Graças foram objeto de análise de outros estudos que investigaram espaços de camponeses, ou de sertanejos, e suas relações de convivência, como os realizados por Pereira de Queiroz (1973), Heredia (1979), Woortmann (1995) entre outros.¹⁴⁰

Nessa perspectiva, essa senhora trouxe-nos alguns fatores que distinguia os pequenos proprietários ou pequenos produtores rurais, dos trabalhadores citados como Matias Santos, Raimunda Paiva, Raimundo Mendes, pois como vimos, dependiam de patrões e do cumprimento de pré-requisitos que constituíam as relações de dominação nas fazendas, para que pudessem morar e plantar um roçado.

Outro ponto relevante é que, Gracinha nem de longe sabia o que era viver sob coação, não do tipo vivenciado pelos agricultores citados, menos ainda, do tipo enfrentado por Antônio Sousa que era filho de posseiro e sem poder recuperar a terra esgotada, nem a manter, nem talvez ocupar outra, optou por emigrar.

¹³⁸ “Uma comunidade pode ser definida como um grupo humano localizado territorialmente e unido por laços de interação social e interdependência, por um sistema integrado de valores e normas aceitas, e pela consciência de serem distintos de outros grupos delimitados por linhas similares. Elevada auto-suficiência deve ser adicionada como uma característica dominante da tradicional comunidade camponesa [...] A comunidade aldeã é altamente coesa, mas, ao mesmo tempo, é diversificada em grupos e facções diferentes e conflitantes”. (SHANIN, 1972, p. 32-33 *apud* MENEZES, 2002, p. 45).

¹³⁹ “[...] mas atores que também agem sobre suas condições de trabalho e de vida”. (MENEZES, 2002, p. 74).

¹⁴⁰ “[...] é comum a assistência nos casos de doença ou de situações econômicas críticas. Um caso extremo, mas que serve como exemplo nesse sentido, nos foi relatado quando se comentava sobre os anos de má colheita. Um habitante de Boa Vista viu-se sem condições de sustentar sua família, o que levou os vizinhos a juntarem dinheiro para comprar remédios para seus filhos doentes e comida durante um certo tempo.” HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *Boa Vista até 1972. In: _____, A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 46.

Sua situação a distinguia desses trabalhadores que precisaram viver se arriscando pelos caminhos do sertão e das cidades, esquadrihando alguma estabilidade. E seu relato trouxe uma grande contribuição porque revelou esse outro lado do sertão, trouxe-nos outros elementos das experiências consideradas importantes pelos sertanejos: “Era assim, quando os vizinhos não tinha, levavam uma garrafinha de leite pra outra vizinha, uma união maravilhosa.” (SILVA, M., 2014).

Essa “união maravilhosa” construída entre parceiros, entre vizinhos ou entre amigos anos seguidos, provavelmente não poderia realizar-se entre àqueles que se colocavam como moradores das fazendas, pela própria condição da moradia transitória, em terras onde não exerciam nenhum tipo de autonomia, nenhum tipo de controle para sustentar relações de trocas aos moldes dos pequenos produtores.

Somando-se a isto, a situação de conviverem com poucos ou até nenhum vizinho. Lembremos que é um dos pontos de destaque de Gracinha: “Era um interiorzim que tinha bastante morador em redor”. De tal modo, quem se encontrava na posição de morador, de trabalhador subordinado aos códigos patronais de trabalho e residência, é possível que nem morasse contíguo a outros moradores e assim sendo, não tivesse com quem partilhar os problemas e as soluções do cotidiano.

Vejamos este relato:

– Bom, eu lembro que, em 63 nós fomo morar aqui perto de Santa Quitéria, e ainda tava no período invernososo né, e um dia, às 4 horas da tarde, 4 pra 5 hora, começou, o tempo se enfeitar né? E, começou cair chuva, pedra de gelo, aqueles granizo, né, e o nosso barraco, era um rancho, que meu pai fez, na beira do riacho! Ai, a água levou! Essa mala, que’u num tem mais, ela, esse baú, ficou pra, ficou pra família, eu fiquei com ele, eu dei agora puma sobrinha minha, a minha mamãe abriu as duas banda e botou nós três debaixo [ele mais dois irmãos]; e ela passou a chuva todinha mais meu pai do lado, no tempo! É, e eu num esqueci mais! Num esqueci mais dessa daí! Dessa parte aí!

– E Choveu granizo?

– Choveu, choveu! E a chuva, veio tão forte que a água, levou o rancho que nós morava, aí no outro dia teve que fazer de novo; aí depois não choveu mais. Viemo embora de lá com pouco tempo, passemos lá mais uns três, quatro mês, viemo embora, e eu conheci essa passage aí né! [...]. (MENDES, 2015).¹⁴¹

¹⁴¹ MENDES, Raimundo Bernardino. *Raimundo Bernardino Mendes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Sr. Raimundo Mendes tem 62 anos e é o mais jovem dos entrevistados. Ainda não é aposentado oficialmente, entretanto, não conseguiu permanecer com seu trabalho de “verdureiro”, considerando que sentia tonturas diariamente, questão que lamenta, maiormente porque tratava-se de uma atividade prazerosa: “fazia muitos amigos e trabalhava pouco, só três dias por semana.”.

Este senhor tentou primeiramente colocar uma “banca de verduras” no mercado público de Sobral, não dando certo, “teve a ideia” de vender legumes diretamente nas portas e assim, assume-se como “verdureiro” de profissão, apesar de sua experiência exitosa na área de construção civil como “servente” (MENDES, 2015).

Nasceu na Fazenda Sobradinho, localizada no distrito de Bonfim, município de Sobral, e deslocou-se para este centro urbano definitivamente em 1986. Isso porque já havia ensaiado morar em Sobral por duas vezes, entremeando estas tentativas, moradias em várias propriedades da zona rural do sertão norte do Ceará, e o deslocamento para “o interior do Estado de Alagoas”, onde morou por três anos, sendo que o motivo do retorno rápido foram as “saudades” de seus familiares. (MENDES, 2015).

Seu pai era vaqueiro e a partir dos dois anos de idade pelo que sabe, iniciou sua jornada de acompanhar pais, ou avós com quem morou boa parte da infância e juventude, após tornar-se órfão de mãe, pelas fazendas da região perquirindo moradia e emprego, de modo que se considera um “andarino”. (MENDES, 2015).

Uma curiosidade a respeito deste migrante é que é um colecionador de coisas inusitadas. Reúne revistas que noticiam futebol desde os anos de 1970, mas consta em seu arquivo alguma da década de 1960, assim como fotografias dele, de familiares e colegas de trabalho desde que se iniciou como trabalhador assalariado, nomeadamente, desde quando morou no “interior de Alagoas”.

E coleciona “fitas” gravadas com as vozes de seus três filhos. Teve essa ideia porque desejava mais que imagens imóveis dos filhos crianças, mas como não podia filmá-los, depois que ganhou um “gravadorzim de um amigo”, passou a registrar as conversas com eles.

Deste modo, Raimundo Mendes surpreendeu-nos de muitas formas, inclusive, pela “paixão” declarada por dona Fernanda sua esposa, que nos recebeu sempre de forma muito cordial, contando-nos informalmente também suas

experiências de trabalhadora doméstica na cidade de Sobral, e de mãe, mas não quis participar da pesquisa.

Imagem 5 – Raimundo Mendes – Interior de sua residência onde o entrevistamos



Fonte: Arquivo da autora.

Ele é como aparenta nesta fotografia, de uma serenidade contagiante. Sem reservas, colocou-se receptivo para contribuir com a pesquisa. E sequer esperou a gravadora, apresentou-nos sua biografia como se também fosse uma fotografia disposta num móvel de sua sala de visitas. Tivemos momentos de muita emoção, porque não havia como não nos comovermos com seu voluntarismo, com sua abertura, com sua sede de saber e de ensinar.

Porque conforme o padrão dos já mencionados neste trabalho, sua maior frustração foi não ter estudado. No entanto, essa sua espontaneidade de “narrador”,¹⁴² tem relação com certa consciência da importância de socializar com seus descendentes e com outras pessoas, sua experiência e seu conhecimento de mundo.¹⁴³ Deste modo, sente-se autorizado a dizer: “quem me seguir num tá mal acompanhado não, só tá mal acompanhado porque eu, não estudei né?” (MENDES, 2015).

¹⁴² Acreditamos que a narrativa de Raimundo Mendes corresponde à noção defendida por Benjamin de “narrador” porque “[...] Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos.” BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 200, vol. I.

¹⁴³ Desse modo percebemos esse migrante: “Ao cansaço segue-se o sonho, e não é raro que o sonho compense a tristeza e o desânimo do dia, realizando a existência inteiramente simples e absolutamente grandiosa que não pode ser realizada durante o dia, por falta de forças”. *Id.*, *Ibid.*, 1994, p. 118, Capítulo “Experiência e Pobreza”.

Sua narrativa está repleta da perspectiva levantada por Benjamin (1994), de quem tinha muito a dizer por ter aprendido muito com cada prova que precisou passar, com cada situação difícil superada, com cada caminho aberto no mundo, e por este motivo, sentia-se autorizado a dizer como uma forma de fazer, não por ele, mas pelo futuro.

Porque também a “escola da vida” o ensinou:

É a vida da gente, isso aqui é uma escola, a escola da vida não tem férias, só quando a gente bate as botas, que vai embora, a viagem! Mas que a escola da vida, não tem férias, então a vida ensina a gente, siga-se à direita, você vai direito até onde dé, né? Não deixe o certo pelo duvidoso! Porque pode dar problema né? Então, toda vida eu fui desse jeito, e vou ser sempre assim, meu pai me ensinou, minha mãe, ainda tá gravado na minha cabeça, e vou seguindo! [...]”. (MENDES, 2015).

Notamos sua defesa em torno de seu aprendizado geracional, de ter aprendido a viver com sabedoria para desviar-se dos problemas sem trégua, sem férias, em vista de não possuir o conhecimento escolar que lhe teria facilitado o viver. Neste sentido, consciente de suas limitações, refutando a falta que fez a escola formal, porque para ensinar aos outros com segurança, assimilou em algum momento que só se tivesse aprendido a fazê-lo na escola.

Sarlo (2007, p. 12-19; 24) adverte que a “narração da experiência” fundamenta-se no vivido, não apenas na interpretação ou desejo de ter vivido, apesar de que isto também importa na recordação ou na autorreflexão histórica, porque para ela: “Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração”.¹⁴⁴

A percepção deste migrante de que sua experiência pode perder o valor social uma vez que não estudou, é muito eloquente.¹⁴⁵ Reverbera não apenas um contexto que seria exterior a ele, de situações desfavoráveis que precisou enfrentar e que o condicionaram à sobrevivência cotidiana no trabalho, vivenciando este presente de trabalhador desde criança como se pudesse abstrair-se do futuro, futuro

¹⁴⁴ Para Sarlo “A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado [...] a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”. SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 24.

¹⁴⁵ Ver (MENDES, 2015 *apud* ADRIÃO, 2016, p. 202) explicando sua frequência à escola: “Porque a fazenda não permitia que a gente estudasse, tinha que trabalhar, [...] sai de lá já sabendo alguma coisa que a professora me ensinou, né? Eu saí de lá já fazendo meu nome, aí nesse período, andando, por onde eu passei, não tive oportunidade de estudar [...]”.

que aprendeu posteriormente que, poderia ter-se realizado em escolas, futuro que inclusive, seus filhos estão construindo. No entanto, reverbera também como se percebe, suas limitações, o reconhecimento dessas limitações, uma autocrítica repleta de sabedoria e humildade.¹⁴⁶

Mas voltando à questão anterior, da “vizinhança maravilhosa” de Maria das Graças da Silva (2014), o excerto da entrevista de Mendes (2015) traz vestígios da situação de risco em que viveram muitos dos trabalhadores nascidos no Sertão Norte do Ceará, e corrobora para o entendimento de que nem sempre esses trabalhadores dispunham de vizinhos. Sendo que as causas poderiam não estar ligadas exclusivamente às condições oferecidas pelos proprietários.

Não obstante, às posições requeridas pelos pleiteantes à moradia e ao trabalho, porque dependendo da dimensão da propriedade e das terras ocupadas com uma ou outra atividade, os requerentes à moradia poderiam, quem sabe, indicar onde gostariam de levantar sua casa e isolar-se de outros.

Vamos conjecturar que eles pudessem eleger, senão em todas as fazendas, mas em algumas, o terreno onde morar e dessa forma, pudessem construir ou reconstruir algum “rancho” já existente aonde lhes fossem conveniente. Com efeito, o genitor desse migrante tenha preferido à margem do riacho: “e o nosso barraco, era um rancho, que meu pai fez, na beira do riacho! Aí, a água levou!”. Estando essa possibilidade atrelada a fatores diversos como já assinalamos.

Por outro lado, é possível que não fosse uma questão de preferência, contudo, de alguns padrões não assumirem nenhum compromisso com as residências dos empregados e moradores, deixando-os totalmente expostos a sua própria sorte, de tal modo que, sem possibilidade de construírem um abrigo satisfatório a tempo, ficassem entregues a circunstâncias como as relatadas, de total insegurança.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Na perspectiva de um “tempo subjetivo da experiência”, ver “O contexto, aqui, perde sua antiga função de solo exterior e anterior, que serviria de âncora para sustentar os fatos, e passa ele mesmo a ser problematizado como um outro texto.” RAGO, Margareth. O historiador e o tempo. In: ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI; Ernesta (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas, SP: Alínea, 2003, p. 28.

¹⁴⁷ No entanto, temos esse relato: “[...] era uma casinha velha, tapada de rama a redó, de palha de carnaúba por cima ne? Palha de carnaúba por cima [...], tinha vizim bem pertim, do lado e outro da casinha velha, tinha vizim [...] eram proprietário, eram proprietário dum lado, proprietário dum outro, só era essa partizinha [...] pequena, era umas 50 braça”. Adriano, 1999 *apud* ADRIÃO, 2002, p.166-167.

Raimundo Mendes, criança o suficiente para ele e seus irmãos ficarem sob o abrigo de um baú enquanto a chuva caía tão forte que mais parecia granizo, deste modo, não soube nos dizer a razão às quais seus pais se encontravam desabrigados na hora do temporal.

Importante perceber que, sua posição era de expropriação absoluta, porque o rancho em construção não assegurou à família da tempestade, e ainda desintegrou-se sendo levado pela enxurrada. Portanto, opção do morador ou não, essa narrativa passa uma ideia de abandono, de descaso irrestrito a que estariam sujeitadas algumas famílias de trabalhadores.

Situação que nos leva de volta às questões analisadas no primeiro capítulo deste trabalho, a respeito da conjuntura periclitante que experimentavam os trabalhadores expropriados, vivendo neste sentido, no limite da pobreza em suas lutas cotidianas.

Assim, não ser difícil entender os motivos de Raimundo Mendes ter-se tornado um “andarino” com seus parentes, demorando-se tão pouco tempo nas fazendas onde solicitava moradia: “Viemo embora de lá com pouco tempo, passemos lá mais uns três, quatro mês, viemo embora”. Sendo que, estes deslocamentos incluíam os centros urbanos na tentativa de alterar sua posição, ou quando muito, de ampliar sua segurança familiar, a exemplo de Matias Santos (2013).

Trouxemos essa experiência talvez extrema, talvez corriqueira, ainda que tenhamos registrado apenas a situação desse senhor como exemplo de moradia totalmente ilhada e arriscada entre os inquiridos. Entretanto, trouxemos mesmo de forma quase ilustrativa, buscando neste sentido abrir mais ainda o campo de possibilidades do viver no sertão.

Sem querer dizer com isso que, trabalhadores na posição desse migrante, totalmente destituídos de direitos, igualmente não desejassem permanecer nesse espaço, e igualmente não se sentissem forçados à emigração para Sobral. Porquanto, Raimundo Mendes só o fez como último expediente disponível. Assim sendo, viveu também nessa cidade desejando retornar.¹⁴⁸

¹⁴⁸ “[...] Voltemo para o sertão, quando foi em 1970 [...] aí eu me transferi de novo para a fazenda Santa Rita, lá perto da minha avó, e nessa vida, em 77, eu vim morar aqui perto da Fábrica de Cimento [Sobral], [...] aí trabalhei três ano, [...] quando foi no final de 80 pra entrar no 81, eu fui trabalhar no interior de Alagoas, passei lá mais três ano, aí volto [...], em 86, eu vim prá cá pra Sobral.”. (MENDES, 2015).

Vejamos nesse sentido esse trecho da narrativa deste migrante que assinala essa questão: “Se tivesse condições eu voltaria pro sertão, quando dá as primeiras chuva, eu tem vontade de voltar, agora eu acho que não tem mais condições, fico aqui mesmo! [...] Tem vontade, fico igual um pé de pau!” (MENDES, 2015).

Esta sequência da narrativa desse migrante, pode ser reflexo de uma canção popular que fez sucesso nessa região intitulada: “Asa Branca”, que diz em uma de suas estrofes: “Hoje longe, muitas légua, numa triste solidão, espero a chuva, cair de novo, pra mim vortar, pro meu sertão.” (GONZAGA, 1947).¹⁴⁹

“Espero a chuva cair de novo pra mim vortar pro meu sertão” e, “quando dá as primeiras chuva eu tem vontade de voltar”, são enunciados que se conjugam. Não podemos medir o quanto essa composição reverberou entre sertanejos como Antonio Mendes, no entanto, Luis Gonzaga, músico pernambucano que radicou-se na cidade de Rio de Janeiro fez sucesso tendo como público alvo segundo Albuquerque Junior (1999, p. 157): “os migrantes nordestinos”. Neste caso, enraizados como o artista entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Considerando que, suas composições e nomeadamente, sua interpretação com instrumentos de vaqueiro, segundo esse autor (1999, p. 157): “[...] se conecta [vam] com a saudade do lugar de origem, com o medo da cidade grande e, ao mesmo tempo, com o orgulho de estar enfrentando-a, com seus valores de origem rural como a religiosidade e a importância dos laços familiares”.

Não obstante, “Se tivesse condições voltaria pro sertão” sinaliza na nossa interpretação, não apenas as lembranças do passado, todavia, às dificuldades enfrentadas na cidade de Sobral. Sinaliza o nível de expropriação vivenciado no centro urbano, o qual pode ter sido tão grande ou maior que no espaço rural, sopesando o desemprego, a tentativa de trabalhar de forma autônoma colocando uma banca de legumes no mercado, ou vendê-los diretamente em residências da cidade, à falta de estudos, às condições de moradia tão ou mais difíceis, à saúde fragilizada.

Esse senhor relatou-nos que conseguiu adquirir um pequeno terreno, construiu uma “casinha de taipa”, reformou com tijolos, e hoje vive confortável dentro

¹⁴⁹ TEIXEIRA, Humberto; GONZAGA, Luiz. *Asa Branca*. In: TEIXEIRA, Humberto; GONZAGA, Luiz. [S.L]: Gravadora Victor, 1947. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/luiz-gonzaga/discografia>>. Acesso em mar. 2017.

do que foi plausível realizar em Sobral. Ainda não conseguiu ampliá-la verticalmente como é seu anseio, uma vez que horizontalmente não é possível, porém, vai seguindo acreditando que seus filhos expandirão a modesta residência.

Por conseguinte, estes seriam na nossa interpretação, os motivos de “quando dá as primeiras chuvas” o sertanejo pensa logo em retorno. As chuvas, nessa perspectiva, afloram não apenas o verde da caatinga, contudo, os tempos concomitantes do viver na cidade se sentido deslocado, em uma espacialidade onde não há como incluir o aprendizado de uma vida constituída no espaço rural.¹⁵⁰

Assim sendo, para Oliveira (2005, p. 163) quem emigra “[...] encontra-se num espaço contraditório de provisoriedade subjetiva, onde há o desejo de retorno e de permanência real e efetiva, no qual existe a necessidade de prolongar sua estada, surgindo um contexto sociocultural específico [...].”

E deste modo, estar na cidade representa um reaprender a viver, e, enquanto isto não acontece, este reaprender transforma a experiência de confrontos e sofrimentos vivida no sertão em coisa boa de ser lembrada, e a experiência na cidade o seu oposto. Esta questão foi observada também em Matias Santos e dona Maria sua esposa, analisada no primeiro capítulo deste trabalho, e vamos retomá-la com as narrativas seguintes.

Em que pese às relações de proximidade, embora tenhamos trazido o relato paradoxal de Raimundo Mendes, não quer dizer que essas afinidades não existissem entre os moradores das fazendas, possivelmente sim, embora o que temos são possibilidades que se realizaram entre parentes como as estudadas por Garcia Junior (1983)¹⁵¹ e observadas no relato de Antonio Sousa o qual como vimos, ressaltou a convivência amistosa de trabalho e de herança entre seus irmãos, casando-se e constituindo famílias na mesma terra, em uma dimensão familiar e territorial distinta da que vivera Raimundo Mendes.

¹⁵⁰ Para Oliveira “[...]”. A própria mudança espacial neste contexto implicaria uma mudança temporal, na qual o acontecimento ‘migração’ demarcaria o presente, o passado e o futuro.” OLIVEIRA, Paula Rebelo M. de. O migrante, seu drama psíquico e a percepção das diferenças. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 163.

¹⁵¹ Porque como concluiu Garcia Junior (1983, p. 25-26): “Os sítios, nesse contexto, opõem-se tanto aos *engenhos*, propriedades dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, predominantes na Zona da Mata e [...] *fazendas*, propriedades dedicadas à criação de gado. [...] Por um lado, *sítio* pode designar um estabelecimento que não é uma grande propriedade [...] cujas dimensões são compatíveis com o cultivo mediante o uso da força de trabalho familiar. [...] Há ainda um terceiro componente que marca a particularidade dos sítios: é que essas propriedades eram objeto de partilha entre herdeiros [...]”.

No entanto, o relato de Mendes (2015) não nos chegou com as minúcias trazidas por Gracinha. Podemos concluir talvez apressadamente neste sentido que, os agricultores sem-posses de maneira geral não relataram vivências equivalentes porque não as viveram, ou ao menos, não com a intensidade e importância dada por essa migrante: “Minha mãe era muito corajosa, tirava, quando a colega tava de resguardo, ela tirava a água, botava na cabeça e levava até a casa da amiga, e as amigas também, na hora das nossas precisões tavam ao nosso lado.”.

Ao que tudo leva a crer no máximo, os trabalhadores conseguiam extrair das terras onde trabalhavam e moravam o necessário ou o indispensável à sobrevivência. Com efeito, as relações de sociabilidade deviam acontecer quando eram cabíveis, ou seja, quando havia vizinhos com quem dialogar, todavia, de um modo dessemelhante, ao ponto de não merecerem destaque nos seus relatos.

A narrativa de Gracinha passa a ideia de que morar entre amigos e em meio a outros moradores de um mesmo território, construindo nessa perspectiva uma “territorialidade” conforme defendeu Saquet (2010, p. 64), que se caracterizava de forma a fazer valer regras de convivência desenvolvidas no tempo da experiência, dirimindo as discórdias numa situação de interdependência para assegurar minimamente o bem-estar de todos, e ainda, socorrer os menos afortunados, ou que estivessem em estágio de risco.

Provavelmente, há uma idealização desse passado a partir das experiências diferenciadas e dolorosas que ela vivera na cidade, da perda dos referenciais da infância, dos amigos, dos vizinhos, do distanciamento das paisagens conhecidas. O que justificaria seguindo Bonnemaïson (2002), a criação do sertão dos desejos: um lugar onde todos se comunicavam se entendiam se ajudavam.¹⁵²

No entanto, na continuação de seu relato, quando ela reflete a respeito da cidade encontrada, dá para compreendermos melhor a dinâmica que distinguia para migrantes como Gracinha a cidade do sertão, e seus moradores.

¹⁵² Bonnemaïson concluiu que “Nesses lugares de aculturação e de desenraizamento, o único meio de sobrevivência que resta a um grupo é constituir um novo território, por íntimo que ele seja e, se isso não for possível, recriar um, num outro lugar, no sonho e no mito... [...] A esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos. Não podemos afastá-las de seu território sem que isso pareça um etnocídio.” BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. Trad. Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p. 108.

Mesmo uma cidade como Sobral, pois como veremos, tanto na década de 1950 como nas décadas seguintes, ainda era bastante despovoada, com a maior parte dos bairros em elaboração. Não obstante, as particularidades trazidas por essa senhora dão pistas para entendermos o que distanciava a vida urbana da vida rural.

3.2 “Aqui era coisa pouca, só assim, de gente passando”

– Primeiro veio meu irmão, casou, [...] e se empregou aqui aí, achou que nós devia vir pra cá! A mamãe, não, eu não abandono minha casa por nada na vida! Aí a gente veio, com muita saudade, deixamo tudo lá e veio morar em casa alugada. [...] Quando foi com um certo tempo, a minha tia vizinha foi dizendo: vão comprar uma casinha pra vocês, de aluguel num dá não! A gente comprou essa casa que hoje a gente vive, era uma casinha pequena, de taipa, porque nós vendemo a primeira casa maior, com os terrenozím que tinha lá, nessa época foi um dinheirinho, 50 mil reis que'ra dinheiro demais, era nos mil reis viu, aí meu irmão tirou uma parte, comprou essa casa e ficou negociando com o outro, [...] justamente no tempo que o padre Palhano foi prefeito, né? [...]. A água corria dificuldade, mas o padre Palhano fez um chafariz, aí bem defronte [aponta à rua], onde hoje, ali é o necrotério; era um chafariz muito grande que'le fez. E eu pequena, num tinha quem tirasse água, eu botava água na latinha de bombom, mas eu enchia os pote, os pote tudim, eu fazia questão de encher, e o povo muito bom tinha pena de mim, sempre eu fui uma pessoa amiga, quando eu chegava eu num ficava na fila, sempre enchiam minha latinha de bombom e eu corria voltava, pegava outra, era sempre assim, [...]. Ai nesse tempo, o meu irmão, veio morar com a gente nessa casa, que nós alugamo pra não ser dois aluguel, ficou só uma casa só. [...] Aí, nessa arrumação foi que'le resolveu vender uma casa, [do sertão], a mamãe disse pra vender uma, tem que comprar a pequenininha da mãe! Que'ra minha avó, podia ela não se dar em Sobral e depois querer voltar! Ela num, num gostava, queria a vida dela né? Veio sem querer, ela num, nós amava nosso interior, amava de coração, veio todo mundo chorando de lá, chorando mesmo, era saudade muita! [...]. (SILVA, M., 2014).

Gracinha relata neste seguimento de sua narrativa, os problemas que assolaram a família e que provocaram o deslocamento para Sobral. Como ocorrera com outros perquiridos, a seca de 1958 foi preponderante na decisão: “quando foi na seca do 58, nós tava lá e as precisões atacando, as água faltando, aí meu irmão já ficando de maior, aí, mãe, vamo embora pra Sobral?” (SILVA, M., 2014).

Sem pretendermos negar o impacto material e psicológico causado pelas secas, uma vez que a estiagem dilatando-se aos meses de chuvas ou de inverno como se diz no sertão norte do Ceará, provoca a exaustão dos recursos existentes à manutenção da família de um agricultor, (reserva de alimentos, água, animais domésticos), e desemprega esse agricultor que neste período, plantaria seu roçado e renovaria sua alimentação com os legumes verdes (feijão e milho verde, melancia,

jerimum), deixando por sua vez, a maior parte armazenada para o verão, renovando consequentemente, seu estoque.¹⁵³

Dependendo da intensidade ou assimetria da estiagem, isto por não se apresentar de modo uniforme na área atingida,¹⁵⁴ pode prejudicar de modo irremediável a economia doméstica dos agricultores sem-posses, ou com pequenas posses como a família de dona Maria das Graças, mas não o suficiente para sustentar uma seca e evitar a desagregação doméstica com os trabalhos de emergência,¹⁵⁵ ou deslocamentos para outros lugares.¹⁵⁶

Ou até mesmo deslocamentos para compor as “multidões de lavradores” que se articulavam objetivando protestar contra o desemprego e pedir providências às administrações públicas nos centros urbanos, como defendeu Neves (2000, p.180). Multidões estas que se colocavam “rondando as casas comerciais e os mercados públicos das cidades”.

No que pese a essas ações em decorrência de secas, não apenas a de 1958, esse autor assinala que, os trabalhadores estavam dispostos a lutar por emprego e responsabilidade social e política, já que impor-se nos centros comerciais, ou seja, em frente a bancos e casas comerciais, sugeria que aquelas ações significavam mais que cobrar às autoridades, resolução de forma imediata à situação. Portanto, representavam uma cobrança à sociedade também, e por outro

¹⁵³ “[...] quando eu fiquei mais velha [...] uns oito ano, que a gente começou a ir pro roçado né, pra semear legume, a gente plantava feijão, arroz, milho e semente de fruta [...] jerimum, melancia [...]”. (PAIVA, R., 2013).

¹⁵⁴ “A Seca de 1958 atingiu áreas parciais de seis Estados nordestinos, tendo sido particularmente intensa no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. [...] compreende aproximadamente 650.000 km², com uma população de 7 milhões de habitantes.” DUARTE, Renato Santos (org.). A Seca de 1958: conseqüências e sugestões para se inimizarem os seus efeitos – relatório 1. In: _____. *A Seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE*. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 35-36.

¹⁵⁵ A versão oficial é que: “As obras executadas em regime de emergência, em que pesem os maiores gastos e deficiências resultantes da improvisação, de modo geral cumprem a sua finalidade: conservar a grande massa rural desempregada em suas próprias zonas e assegurar-lhes meios de subsistência”. (DUARTE, 2002, p. 35). Contudo, dona Mariana relatou-nos sua insatisfação com o distanciamento de seu genitor por se empregado em uma obra na seca de 1958 distante de onde moravam, retornando em casa apenas nos fins de semana. SOUSA, M., 2014.

¹⁵⁶ Apesar de não haver referência na narrativa de dona Maria das Graças do deslocamento de seu irmão para um emprego de emergência em Sobral ou noutro lugar, a respeito dos “programas de emergência” criados para atender aos trabalhadores desempregados em consequência da seca de 1958 que segundo Neves “foram atendidos mais flagelados do que em 1932 [...]”. O DNOCS e o DNER empregaram cerca de 520.000 pessoas nas mais variadas obras estabelecidas em cooperação com os proprietários de terras” NEVES, Frederico de Castro. Novos homens, velhas estruturas. In: _____. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 179

lado, uma estratégia de solução rápida porque igualmente tornava-se uma ameaça à ordem estabelecida. (NEVES, 2000, p.181).¹⁵⁷

É bom salientar que, a migração aqui ressaltada foi de cunho individual e familiar. Dessa forma, o deslocamento de membros importantes à manutenção da família como o irmão mais velho dessa senhora, já que seu pai havia falecido, desmonta o restante do corpo doméstico, ao ponto deste corpo não resistir e emigrar também, como ocorrera com ela e sua família.

Não obstante, concordamos com Manuel de Andrade (1983) quando acentuou que a seca, mais do que um fenômeno climático e natural, é um fenômeno social resultante das condições de dominação e da “colonização” que se fizeram no transcorrer dos séculos, ainda não resolvidas.

Para esse estudioso, essa situação elaborou uma população trabalhadora dependente do sistema fundiário, concentrador de terra e de renda, por sua vez, obrigada às implicações advindas deste sistema, e entre elas, às privações nas estiagens prolongadas. Situação que se apresenta bastante dessemelhante para os grupos privilegiados, evidenciando que o problema não é climático, mas social e político, pois esses estratos não sofrem segundo o autor, dessas consequências e até tiram vantagens das políticas emergenciais, portanto, das secas.¹⁵⁸

Voltando aos entrevistados, quatro emigraram com seus familiares em 1958: ou para auxiliar parentes que já se encontravam na cidade de Sobral – situação de dona Maria das Graças Silva, dona Maria da Conceição Aguiar e de

¹⁵⁷ Neves (2000, p. 185) destacou que: “A zona norte do estado passou a sofrer os mesmos tipos de ataques, manifestando uma generalização que aterrorizava as lideranças políticas. Em Camocim, ‘cerca de 1.500 flagelados’ se postaram ‘defronte o Banco do Brasil, em atitude agressiva, clamando por urgentes providências das autoridades’. Depois de fechar as portas das lojas, a Associação Comercial ‘foi forçada a fazer fornecimentos durante uma semana, a fim de evitar assaltos aos estabelecimentos comerciais.”

¹⁵⁸ Para Manuel Andrade “[...] As secas ao flagelarem a região, prejudicam as populações de baixo nível de renda que perdem seus animais, suas colheitas e são forçadas a emigrar ou a recorrer aos Programas de Emergência; os grupos de renda mais elevada porém dispõem de recursos para manter o rebanho – açudes e barreiros construídos muitas vezes com auxílio do poder público – e aproveitam a ocasião para se apropriar, das mais diversas formas, dos recursos que chegam à área, fortalecendo uma política assistencial [...]”. ANDRADE, Manuel Correia de. A seca e as estruturas econômicas, políticas e sociais do Nordeste. In: _____. *As Alternativas do Nordeste*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1983, p. 86. Importante estudo sobre essa questão, porque defende a seca como invenção de grupos privilegiados pode ser vista em: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

dona Mariana Sousa (2014) – ou para fugir da escassez de água, caso de João Emílio Vasconcelos (2013).

Portanto, com exceção deste senhor, os demais conjugaram seus deslocamentos a outros fatores como o apoio a familiares: “Primeiro veio meu irmão, casou, [...] e se empregou aqui aí, achou que nós devia vir pra cá! A mamãe, não, eu não abandono minha casa por nada na vida! Aí a gente veio, com muita saudade, deixamo tudo lá e veio morar em casa alugada.” (SILVA, M., 2014).

Esse pequeno trecho da entrevista, não esclarece esse acontecimento de forma a não deixar dúvidas a respeito da conjugação de fatores determinantes à vinda de dona Maria das Graças, no entanto, essa senhora sublinhou que, se não fosse à insistência de seu irmão que não prescindia delas (ela, sua mãe e irmã) em Sobral, até porque ficaria mais fácil de ele prestar assistência como filho, concomitantemente ao ser assistido, elas não teriam se deslocado. (SILVA, M., 2014).

Interessante notar que, a experiência da seca que afligiu não apenas a família de dona Maria das Graças, mas supostamente toda a comunidade à qual ela se refere com tanto carinho na maior parte de seu relato, ressaltando com saudosismo a relação de vizinhança existente, não foi tratada como um problema que precisasse ser sanado na cidade de Sobral. O que mereceu destaque nesse trecho de sua narrativa foram às dificuldades vivenciadas na periferia dessa cidade.

Possibilidade que traz indícios de que, sua vinda não tenha mesmo como motivação principal a seca de 1958 e sim, a questão familiar. Logo, a situação mais repulsiva para essa senhora foi morar de aluguel nessa urbe, porque essa posição insurge como um grande problema na sua narrativa.

Outra situação difícil que veio em decorrência, foi ter que desligar-se dos bens da família deixados com tanto pesar, como forma de adquirir fundos para a aquisição de uma “casinha” (pequena, de taipa) para deixar de “morar de aluguel”, e por outro lado, financiar o negócio de seu irmão: “nós vendemo a primeira casa maior, com os terrenozim que tinha lá, nessa época foi um dinheirinho, 50 mil reis [...] aí meu irmão tirou uma parte, comprou essa casa e ficou negociando com o outro.” (SILVA, M., 2014).

Ela não esclarece a engenharia da casa onde morava no seu “interiorzim”, apenas que se tratava de “uma casa grande”, contudo, enfatiza a da casa adquirida em Sobral: “era uma casinha pequena, de taipa”. E a insatisfação maior no que se

refere a morar nessa cidade foi sua genitora ter precisado desprender-se não apenas do patrimônio material deixado, porém, da possibilidade de retornar um dia: “podia ela não se dar em Sobral, e depois ela querer voltar”, “queria a vida dela né”.

Portanto, adicionada à expropriação material, estava à imaterial e simbólica.¹⁵⁹ Porque como se não bastasse à venda da propriedade onde moravam, como se não bastasse desfazer-se de sua casa grande, confortável, situada num local aonde a família se sentia segura, acolhida, semeada, havia esse outro enfrentamento: desprender-se do patrimônio imaterial ou simbólico, ou seja, representativo do aprendizado geracional, portanto, da memória familiar, de sua experiência com vizinhos, amigos, parentes, onde ao que tudo sugere, havia reciprocidade assegurada. Entretanto, agora seria preciso assegurar esse outro território, e realizar novas conquistas sociais.

Para Haesbaert (2005, p. 40), apesar de ser uma das circunstâncias mais difíceis do processo de mudança, porque envolve a “desterritorialização”, “[...] é no campo simbólico ou das representações que o migrante pode melhor se ‘segurar’ a fim de manter um mínimo da territorialidade perdida no decorrer do seu deslocamento espacial.”¹⁶⁰

E que territorialidade nova seria esta? Seguindo aqui as noções defendidas por Bonnemaïson (2002), e acrescentando outra noção, a de “espaço”, seria o espaço por excelência ambíguo, situando-se entre o velho e o novo território, ou entre o sertão do pretérito perfeito, e a cidade real, palpável, que aparecia dura, seca, duvidosa, estranha, repleta de incertezas. Cidade agora mais do futuro a ser construído, que deste presente vivido de forma indesejável, inseguro.¹⁶¹

Portanto, encontrava-se entre o velho, e o novo a ser construído, entre a possibilidade de retorno, e a necessidade de fincar os pés no presente. Este espaço

¹⁵⁹ Ver a respeito Bonnemaïson (2002, p. 110) quando defendeu que: “[...] A representação cultural vai para além do horizonte cotidiano; ela nasce da sensibilidade e da busca de significações. Sabemos que muitas vezes os homens vivem, lutam e morrem por quimeras, isto é, por um ‘real’ cuja verdade é mais sonhada que vivida.”

¹⁶⁰ A respeito Haesbaert, (2005, p. 43): “[...] Como afirmam Deleuze e Guattari (1995), os processos de desterritorialização são inseparáveis dos de territorialização, toda saída de um território implicando a construção de outro.”

¹⁶¹ Para Bonnemaïson (2002, p. 126) “[...] O território é, primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros [...] O espaço começa para além daí. Ele é o desconhecido, o jogo, a liberdade, mas também o perigo. Assim, cada grupo existe criando um equilíbrio – sempre instável – entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel [...] O espaço começa fora do território quando o indivíduo está só, confrontando, e não mais associado a lugares, numa relação de onde está excluída toda intimidade.”

era real, não havia como fugir dele, neste sentido, era preciso torná-lo menos “sacrificoso” com a aquisição da casinha e o investimento no negócio do irmão.

Esses novos sentidos reais e imaginários, das decepções e da esperança, percebidos na referência de ambos os lugares, representam perdas e representam ganhos, já que a família de dona Maria das Graças não via mais como retornar ao sertão diante das novas situações vivenciadas.

Assim sendo, melhor seria assegurar que o estágio em Sobral fosse o mais confortável possível, e uma das formas disto acontecer era desenvolver um sentimento de desapego aos bens materiais, porque desapegar-se dos bens imateriais era mais difícil, levaria mais tempo, como veremos no próximo trecho de sua narrativa. Com efeito, a venda da residência no sertão é muito representativa, representa “desterritorialização” como direito, e, “reterritorialização” como outro direito. Neste caso, advindos da experiência na cidade, direito de constituir novos espaços (HAESBAERT, 2005, p. 39).

No entanto, a afirmação: “queria a vida dela” de volta, expressa um profundo pesar por essas perdas. Expressa uma marca indelével e irremediável na experiência dessa senhora. Quando é importante notar que, não havia uma opção de emigrar para Sobral, não havia um planejamento familiar de desfazer-se e refazer-se nesta cidade, afora talvez, o de seu irmão que pelos indícios, não prescindia como já dissemos, para a realização de seu projeto pessoal, de suas parentas, mesmo depois de casado. Nem do apoio fraternal, nem do apoio material. Ao contrário, a ajuda delas era indispensável e conjuntamente a elas, não distante, onde se encontravam morando.

Não obstante, ainda que dona Maria das Graças não admita, considerando essas questões analisadas, a seca tornou-se um acontecimento difícil de ser enfrentado. Seus efeitos se aprofundaram e em conseqüência, o convite de seu irmão tornou-se imperativo, embora ela tente deixar evidente que não havia um desejo ardente de sair e “deixar tudo lá”, e nem mesmo observa-se nessa migrante um sentimento aberto de solidariedade diante das possíveis dificuldades que seu irmão estivesse enfrentando.

Sua maior ênfase no que concerne ao deslocamento, foi no vieram para Sobral “sem querer” porque “nós amava nosso interior, amava de coração, veio todo mundo chorando de lá”. Conquanto, ela tinha motivos para colocar-se desta maneira, afinal, sua qualidade de vida caiu por completo.

Acreditamos que para Gracinha recordar esse passado foi uma forma de colocar na balança essa travessia difícil, dizendo de outra forma, foi uma forma de sopesar cidade e sertão, tempo passado e tempo coevo, e de apresentar a cidade vivida segundo seus parâmetros, sua interpretação, refletindo a respeito do vivenciado que não representou para ela nenhuma realização pessoal, nenhum desejo efetivado.

Neste sentido, explicar as diferenças que a fizeram sofrer dando pesos desiguais à cidade e ao sertão, sendo que, este espaço insurge como já assinalamos com Bonnemaison (2002), como território do desejo, até ao ponto de ela não recordar às experiências vivenciadas durante a seca de 1958 no seu povoado, que seguramente foram de muitas privações resultando na migração. Com efeito, ela prefere remontar suas recordações ao tempo em que vivera sem grandes problemas com sua família, vizinhos e amigos.

Porque chama atenção que ela tenha iniciado sua narrativa com o tempo feliz, o tempo do era uma vez: “um *interiorzim* que tinha bastante morador em redor”. Esta afirmação reverbera o que já analisamos, estando em comparação com a cidade de Sobral de sua chegada, de sua recordação. É quase como se ela dissesse que seu “interiorzim” apresentava mais moradores que o bairro da Santa Casa onde fora morar.

É relevante notar que, ao enfatizar como era seu interiorzim, não apenas através dos costumes observados, mas da paisagem física e humana, porque “tinha bastante morador”, Gracinha nos revelou que a cidade encontrada não correspondia às expectativas inclusive neste sentido, porque ao contrário do que esperava, tinha poucos moradores.

Deste modo, ela iniciou a entrevista tentando nos dizer o que não era Sobral, o que não encontrara nesta cidade, ou dizendo de outro modo, o que encontrara que a mortificara e a fizera desejar retornar com sua mãe e irmã, porque morar num bairro menos povoado que seu interior, e sem o conforto que dispunha lá, não era algo que podia ser lembrado com satisfação.

Ainda que as lembranças de seu lugar fossem ao mesmo tempo de dor, pela morte trágica de seu pai, por sua mãe precisar assumir o orçamento doméstico sozinha com a viuvez, pela vida desprovida das comodidades urbanas ressaltadas no tipo de utensílios domésticos como a “cuscuzeirinha de barro” ou o bule, com o

qual era servido o café imediatamente ao ser feito à vizinhança, porque não possuía um recipiente que conservasse a temperatura dessa bebida.

Sem perceber, essa senhora ao destacar a cultura vivida no sertão e desconfortos como os citados, ou como a falta de energia: “porque num tinha lâmpada num tinha nada, aí tinha o lampeozim”, ela assinala as circunstâncias urbanas às quais aos poucos foi conhecendo e se apropriando, contudo, do presente vivido, e não do pretérito. (SILVA, M., 2014).

Considerando que, nos primeiros anos em Sobral, o bairro da Santa Casa aonde Gracinha veio residir e ainda reside era desprovido de toda infraestrutura. Não havia energia elétrica nas residências, nem mesmo nas ruas, e a água precisava ser adquirida diretamente das cacimbas do Rio Acaraú (o bairro é um dos localizados nas proximidades deste rio). (SILVA, M., 2014).

Lembremos que, a prefeitura providenciou um chafariz e resolveu parte do problema da falta d’água, conquanto, as roupas permaneceram sendo higienizadas nesse reservatório natural por muitos anos: “A água corria dificuldade, mas o padre Palhano¹⁶² fez um chafariz, aí bem defronte [aponta à rua] onde hoje, ali é o necrotério, era um chafariz muito grande que’le fez”. (SILVA, M., 2014).

De tal modo, o bairro foi sendo estruturado aos poucos e primeiramente com o que existia disponível à população à época: “Um chafariz muito grande” foi instalado pela prefeitura, o qual não evitava as grandes filas, mas diminuía a dependência do Rio Acaraú. Isto nos traz sinais de uma população numerosa, mais numerosa do que quisesse reconhecer Gracinha.

Núcleo habitacional que floresceu circundando a Santa Casa de Misericórdia de Sobral, hospital que teve sua pedra inaugural colocada em agosto de 1912,¹⁶³ e sua edificação concluída em 1925. Razão pela qual podemos acreditar que, a concentração de moradores nesses arredores da cidade tenha se iniciado com a construção desta instituição e fosse uma das maiores da cidade. No mapeamento realizado em 1956 pelo Serviço Especial de Saúde Pública dessa

¹⁶² Padre José Palhano de Sabóia foi prefeito no período de 1959-1963. Disponível em: <http://apps.tre-ce.ius.br/tre/eleicoes/prefeitos/pref_1958.pdf>. Acesso em: abril 2017.

¹⁶³ Segundo FROTA, D. José Tupinambá da. As Missões do Pe. José Antônio Pereira Ibiapina, Missionário Apostólico. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1995, p. 264.

cidade,¹⁶⁴ surge como um dos poucos bairros citados pelos entrevistados recortando a cidade, e com várias ruas demarcadas (total de nove), inclusive a rua onde essa senhora reside.

Não obstante, a contribuição de Gracinha trouxe mais clareza do que seria a cidade de Sobral vivenciada por aqueles que chegavam para construir novos espaços, tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista cultural e, portanto, do como refazer a vida. Por conseguinte, esclareceu a respeito das relações de alteração entre ela e seus vizinhos: “E eu pequena, num tinha quem tirasse água, eu botava água na latinha de bombom, mas eu enchia os pote, os pote tudim, eu fazia questão de encher, e o povo muito bom tinha pena de mim”.

É curioso o fato de que, sua nova vizinhança também era solidária, também era amistosa quando se propunha a ajudá-la na fila do chafariz para que não aguardasse tanto como os demais moradores do bairro, por ainda não ser adulta. Desse modo, por que ela evidenciou tantas diferenças negativas?

Acreditamos que esta questão esteja em correlação com o modo de viver da cidade, destarte, com a cultura cidadina que abrangia a organização administrativa e social à qual compreendia filas até para abastecer-se de água, água esta de chafarizes que chegava de forma lenta, gotejada de uma torneira.

Aquele era sem dúvida um expediente novo, um aprendizado novo para Gracinha, e que a fez valorizar muito mais sua experiência com poço profundo, e com a divisão familiar e tradicional dos recursos hídricos de sua comunidade, quando uma lata d’água não era um direito conquistado numa fila e sim, um dever, uma obrigação inquestionável desenvolvida na vida doméstica compartilhada, da existência construída entre amigos e vizinhos anos a fio, vinda dos costumes estabelecidos num passado indatável.

3.3 “Ela num era muito gostadeira da cidade, num gostava não!”

– Nós fomos vivendo, a família junta, [...] depois meu irmão melhorou um pouco de situação né, comprou uma casinha vizim, foi levando também a vida, e foi assim, mas que correu muita dificuldade em nossa vida, e o pior de tudo não foi isso, pior de tudo, que a minha mãe era desconformada, ela

¹⁶⁴ SERVIÇO Especial de Saúde Pública. *Centro de Engenharia Sanitária e Pesquisas Hidrogeológicas. Cidade de Sobral*, 1956: Nomenclatura das Ruas. Sobral, jul.1962. Desenho de José Leal Fernandes.

num era muito gostadeira da cidade, num gostava não! [...]. Ela não era feliz aqui, nunca foi feliz porque quando ela disse que tinha o sonho de voltar ao meno pra rever onde criou a família, onde nasceu todos, onde correu a alegria e sofrimento né, porque tudo isso daí passou, porque onde existia a amizade, existia tudo! Ela tirava leite de gado e pra ela aquilo ali era prazer, tirava leite das cabras, isso aí tudo a gente tinha e compartilhava com os amigo! Quando nós tava em outra precisão, de outras coisas que nós num sabia, a mamãe não sabia matar criação e matavam essas coisas, dividiam um com o outro, não se passava, e dizia, passava precisão, **mas fome não!** [...] Ninguém passava fome, **era um viver alegre!** E hoje, nessa situação! Que a gente num via, né? Hoje ninguém vê tanta gente fazer o que eles faziam, o que eles faziam, é, e a gente sentia muita dificuldade. [...] Minha mãe também tinha uma filha deficiente, dava epilepsia, e ela achava que aqui era muito mais difícil pra ela, pra ela viver, porque às vezes ela chegava ao ponto de ficar até nua, a bichinha não tinha juízo [...], e a mãe aqui reservou muito ela num quarto, ficou totalmente reservada porque com medo, porque ela tava na cidade, ela tava na cidade, ela recolheu muito a minha irmã, não por ruindade, só, justamente a fim de defender, de defesa né? Por defesa! [...] E eu só sei dizer que essa minha irmã morreu na idade de 25 ano, e a mamãe sofreu muito com a morte dessa minha irmã, foi muito sofrimento, e só sei que o passado da mamãe foi um passado pesado, ela lutou muito, trabalhou muito e no fim da vida dela ela deu um enfisema pulmonar, justamente por tanto cansaço de luta! Foi muita luta porque ela ficou com idade, ela ficou viúva com 38 ano a minha mãe! Num tinha nem 40 ano! Criou os filho tudim sem, **num tinha educação de sabedoria, mas tinha educação de querer lutar né?** Ela queria lutar, queria viver, de uma forma que fosse capacitada, e isso ela venceu [...]. (SILVA, M., 2014, grifo nosso).

Dona Maria das Graças ao enfatizar a experiência de sua genitora refletindo a respeito do quanto ela não se realizou em Sobral, pois “era desconformada, ela num era muito gostadeira da cidade”, e, sobretudo, pelo desejo de retornar, sendo que isso nunca foi possível, remete-nos a outra situação, porque traz resquícios do nível de expropriação em que ela e sua família viveram nessa cidade.

A povoação de São Vicente¹⁶⁵ onde morava, situa-se a uns 30 km de distância do bairro onde ela fora residir nessa cidade, portanto, não era tão remota

¹⁶⁵ As terras de São Vicente foram desapropriadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) nos anos de 1970 por avizinharem-se do açude (Aires de Sousa) popularmente Jaibaras, situado no distrito homônimo (Município de Sobral), as quais serviram a um dos projetos de irrigação proposto pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Talvez um dos motivos da mãe de dona Maria das Graças nunca ter podido regressar nem a visita. Fomos ao Jaibaras e visitamos o escritório do DNOCS objetivando atualizar a questão e o Agente de Atividades Agropecuárias que gerencia o escritório há 33 anos pouco soube nos relatar sobre essa questão porque segundo ele, o projeto foi desativado nos anos de 1980 simultâneo a sua chegada; oportunidade em que nos aconselhou a consultarmos a documentação arquivada no escritório de Fortaleza. Importante dizer que, as terras de São Vicente foram desapropriadas para servirem de “capoeira” ou pasto à criação de gado que fazia parte da proposição. Informações prestadas por RIPARDO, Francisco José Trindade. *Francisco José Trindade Ripardo*. Transcrição manuscrita, Sobral, fev. 2015. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual editada em DVD-R.

ao ponto dos anos se passarem sem que sua genitora pudesse regressar sequer para a realização de uma visita, a não ser pelo fato de sua saúde não permitir mais, considerando a enfisema pulmonar que adquirira.

Ao sublinhar nesse excerto de sua entrevista que, onde morava “Ninguém passava fome, era um viver alegre”, ela nos leva às privações sofridas na cidade de Sobral de toda ordem. Às privações materiais e às imateriais, da solidariedade entre amigos: “porque onde existia a amizade, existia tudo!”.

Leva-nos, portanto, a uma **economia de fome e de tristeza** ligada a trabalhos pouco compensadores como os que ela se dedicou ao chegar a Sobral: confecção de surrões e chapéus com rendimentos nunca suficientes para cobrir as despesas que precisavam ser cumpridas sem os subsídios domésticos que dispunham no sertão.

Morar em Sobral representou além das situações já refletidas, como a venda da propriedade deixada em São Vicente para adquirir uma nova nessa cidade, enfatizada como “casinha” para sair da locação, representou abrir mão da criação de animais e de seus derivados como o leite, a carne, ovos, somando-se ao “compartilhar com os amigos”, sempre ressaltado porque também contribuía com essa economia da alegria.

Porquanto, na cidade, o que não podia ser realizado por ela e sua família precisava ser contratado, e obviamente, gerava mais despesas, daí tanto estranhamento. Sendo que sua genitora tentou manter a criação de aves em Sobral por algum tempo, concluindo por desistir considerando as condições para tal empreendimento inapropriadas, como um quintal muito acanhado. Questão observada em outras narrativas, sendo algumas tentativas bem-sucedidas.

Esse novo território, a cidade, provocava repulsão porque tudo precisava ser comprado e por outro lado, contratado com desconhecidos, que diferentes dos amigos, não mereciam confiança e respeito mútuo. Sem referir que, não havia rendimento familiar suficiente. Consequentemente, passar fome enquanto organizavam a vida, parece que foi uma constante na experiência dos camponeses na cidade de Sobral.

Nesse sentido, percebe-se uma espoliação dúplice, material, como já assinalamos, mas também dos sentimentos, dos saberes, da sensibilidade, questão

observada em várias situações: quando essa senhora compara as amigas “porque onde existia a amizade, existia tudo”, ou quando se refere à terapia requerida à irmã doente: “porque ela tava na cidade”.

Uma cidade onde as visitas poderiam surpreendê-la de forma inconveniente, inapropriada a desconhecidos, ou a pessoas que não eram da confiança da família, porque os amigos já estavam habituados a vê-la enferma. Tudo isso revela a violação dos usos, dos costumes, uma diferença que só se acentuava à proporção que o tempo passava e os sonhos de retornar eram desfeitos.

Sem embargo, a cidade aparece ao migrante como sendo esse lugar de violação da amizade, da solidariedade, dos costumes, das necessidades mais íntimas das pessoas, como os cuidados com os doentes que surgem mais expostos. Considerando que, a rotina exige contato com um amigo paradoxalmente não confiável, exemplificado na experiência de Gracinha com o chafariz: “o povo muito bom tinha pena de mim, sempre eu fui uma pessoa amiga”.

Concordamos assim com Charles Santana (2009, p. 53-54) que percebeu em seus migrantes igualmente uma “insistência em considerar tradições rurais” que para ele, “indica uma procura de referências para tentar dominar o urbano”, e desta forma, conviver com as diferenças sempre ressaltadas que dificultavam as novas relações, as novas aprendizagens, à “adaptação”.¹⁶⁶ Quando conforme este autor: “A cor nostálgica das memórias não emerge gratuita, sugere um enfrentamento com uma realidade entendida como adversa, de algum modo desconhecida.”.

Pelo que percebemos, insistir nas tradições rurais como defendeu este estudioso, representa para o migrante, uma espécie de escudo protetor, uma forma de adaptar-se a nova realidade, de apropriar-se desse novo, sem sentir-se perdido, sem espaço, sem território. Enquanto desapropriava-se do velho o novo ia tomando forma, cor, sentido.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Também Weimer defendeu que: “[...] a itinerância podia-se dar com referenciais de territorialidade familiar que representavam um lugar para onde voltar.” WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Geração de Migrantes. In: _____*. Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 139.

¹⁶⁷ Para Bonnemaïson (2002, p. 126-127) “Sem dúvida, nossas sociedades contemporâneas produzem cada vez menos territórios e cada vez mais espaço: neste o indivíduo se torna errante, e não mais enraizado; seus vizinhos lhe são estranhos, a mobilidade privilegiada por razões econômicas se transforma muitas vezes em sinônimo de ascensão social. Quanto aos territórios, quando existem, reduzem-se a ‘refúgios’ minúsculos, de alguns metros quadrados de gramado padronizado, onde cada um procura se proteger das agressões do mundo moderno; eles não mais, ou o são apenas lugares de convivialidade.”. Também importantes as defesas de Saquet (2010, p. 56- 57).

Assim sendo, as velhas experiências e suas recordações serviam de amparo às incertezas, de suporte emocional, afetivo, de identidade. Por conseguinte, é no confronto com a cidade, com as novas representações, com as novas aprendizagens, que as recordações do sertão parecem maiores e melhores, mais felizes, como já refletimos.

Imagem 6 – Maria da Conceição Aguiar – Interior de sua residência onde a entrevistamos



Fonte: Arquivo da autora.

Vejamos um trecho da narrativa dessa senhora

– Ah! Aqui era coisa pouca, só assim, de gente passando, sei lá, as coisas, os homens eram diferente, eram diferentes! Os rapazes, os homens eram diferentes nesse tempo! [...] A mamãe? Só se for mais outra pessoa, só não, andar aqui em Sobral só? Pelo menos no nosso sertão, ela não deixava a gente sair, mas [...] só que a mamãe, a mamãe me amarrava, porque não deixava eu sair não, a mamãe dizia num dá certo não, na casa de comade Júlia tem um rapazim lá, que tem uma budeguinha, mas ele é moreno, mas ele é moreno, não dá certo não, não vai cair na conversa dele não! Ai eu fiquei tristonha aqui em Sobral [...], com saudade, porque lá se juntava as moças, os rapazes, a gente brincava do anel [...]. Eu sempre com saudade, saudade do meu sertãozinho [...] aquelas missas que a gente ia em São Vicente [...] eu tinha voltado com muito gosto [...] mas depois com a continuação do tempo né? Ai começaram: – Maria vamo pra missa? Ai a gente ia na Santa Casa [capela do hospital]; ia no Sumaré [bairro vizinho], borá Maria pra missa? [...] com a continuação do tempo né, nós se acostumamos aqui, porque foi o jeito mesmo né, era coisa de precisão mesmo, porque nós num tinha mais nada [...], com a continuação do tempo nós tava assim, gostando, gostando. Fui acostumada no sertão, fui acostumada no sertão e fiquei nessa arrumação. A Graça aí ia muito pras festa nos Vinte [clubes sociais], mas eu não ia não [...], e outra coisa, eu não queria deixar minha mãe só não [...]. Sei lá, fulano de tal moreno e além disso minha filha, também bebe [...], tudo isso ela botava na minha cabeça, [...] porque era moreno mesmo, se bem que moreno não era problema pra mim não mas... [...]. (AGUIAR, M., 2014).

Dona Maria da Conceição Aguiar, ou Mariazinha, como prefere, a exemplo de sua irmã Gracinha recebeu-nos em sua cozinha de forma extrovertida e satisfeita pela oportunidade de colocar suas impressões a respeito de seu deslocamento para Sobral. Aposentada, dona de casa de 74 anos, reside na mesma rua do bairro da Santa Casa desde que chegou nessa urbe. É solteira porque optou por cuidar de sua genitora, mas especialmente por ouvir suas recomendações, suas notações sobre os rapazes moradores desta cidade, em particular, seus vizinhos “morenos” – como acentua no relato acima.

Reside com sua irmã (casada) na residência da família, espólio dos tempos difíceis, da migração e da ideia que se refez através dos anos de que as famílias devem morar conjugadas para superar mais facilmente as dificuldades financeiras e o estranhamento com a cultura urbana.

Na fotografia, podemos perceber o quão é vaidosa, mais parecendo uma juvenzinha com seu corpo pequeno e esbelto, vestida com roupas confeccionadas “a dedo” para seu tipo físico.

Sua entrevista foi realizada em várias sessões principalmente pela forma como exteriorizou suas recordações, repletas de pleonasma textual e gestual, quando procurou deixar claro teatralizando até, os motivos de sua nostalgia, apresentando-nos, portanto, as brincadeiras dos tempos de moça, as canções que ouvia e as danças que executava com os rapazes (valsa; xote), as tardes agradáveis que passava com parentes e vizinhos no alpendre da residência onde morava. (AGUIAR, M., 2014).

E foi assim que nos apresentou seu “sertãozim”, que nos conduziu às imagens que conserva como um refúgio, suas angústias, e, mormente, a tristeza que ainda sente ao recordar a migração para Sobral sem desejar tê-la realizado, confirmando, embora não tenha sido este nosso objetivo ao inquiri-la, as impressões de sua irmã dona Maria das Graças. Contudo, trouxe sua versão dos acontecimentos e das diferenças culturais percebidas nessa cidade.

A narrativa de dona Maria da Conceição revelou-nos um lado das vivências dos migrantes nessa cidade, que é importante por em evidência por esclarecer a razão de tanto estranhamento, e deste modo, a razão dos novos amigos por mais amistosos que fossem, sofrerem de desconfiança e até de discriminação.

Importante lembrar que, uma das aprendizagens mais difíceis que essa senhora teve de enfrentar no que se referia à migração a essa cidade, foi o distanciamento das relações sociais cultivadas no sertão, sem poder retomá-las nessa cidade. E por outra, sem poder desenvolver novas relações afetivas com pessoas que ela aprendera a perceber como não seguras a essas relações, como seus vizinhos já referidos.

Interessante que ela distintamente de sua irmã, não recorda de ter-se deslocado em 1958, apenas que não foi neste ano porque uma das passagens marcantes recordadas, é que o poço profundo construído por seu genitor não secou durante a seca, oportunidade em que toda a comunidade de parentes e amigos passou a servir-se de suas águas, isto depois de todas as outras fontes do lugar ter-se esgotado. (AGUIAR, M., 2014).

Esse embate de representações do vivido é interessante no campo da reconstituição histórica, e a fonte oral contribui como adverte Bosi (2003, p. 15) por que: “[...] faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí encontra a sua maior riqueza”. Podemos concluir com essa autora que o passado reconstituído através do sujeito que narra, foge da “unilateralidade” à qual tendem outras fontes.

Portanto, a riqueza da narrativa introduz perspectiva. Assim, é importante observar como uma vivência nos chega depois de décadas passadas e, por sua vez, sua relembração, e ainda como esta introduz perspectiva à reconstituição histórica de forma a levar-nos a analisar que, não apenas o passado foi vivenciado de forma diferente, mas ao ser narrado, ou recordado, torna-se interpretação também, como já sinalizamos, de modo que, como atestou Pesavento (1995, p. 17) “a realidade [é percebida] não só como ‘o que aconteceu’, mas também como ‘o que foi pensado’ ou mesmo ‘o que se desejou que acontecesse’”.

Porque essas duas senhoras vivenciaram o mesmo acontecimento, a seca de 1958, contudo, não da mesma forma, não com os mesmos sentimentos e interesses, e assim, não cultivaram as mesmas representações. Quando precisamos salientar o que parece óbvio, se o cotidiano para membros de uma mesma família que residem em conjunto é vivenciado de forma dessemelhante, o que marcou na

experiência de uma irmã seja no sertão, seja na cidade, não marcou na experiência da outra.¹⁶⁸

A narrativa oral tem essa singularidade sem dúvida, está marcada pela individualidade, pela subjetividade, no entanto, não menos pela pluralidade de perspectivas do contexto social, ou se quiser, pela memória coletiva.¹⁶⁹ Questão estudada por Halbwachs (2006), o qual defendeu que o indivíduo nunca está só quando está relatando suas memórias, estas estão sempre marcadas pelas experiências, desejos e percepções dos outros.¹⁷⁰

Não obstante, embora estejamos sempre em relação de concordância e discordância, de convivência com nós mesmos e com os outros, numa escala onde em primeiro plano está o indivíduo, as lembranças estão sempre em movimento de continuidade e descontinuidade, e neste sentido, de esquecimento. Assim sendo, as lembranças se alteram consoante se modificam os interesses pessoais e as vivências, como advertiu Lowenthal (1998, p. 81).

Já concluímos que Gracinha diversamente de Marizinha não se deteve às circunstâncias da seca, para ela foi mais importante, a situação pós-migração.

¹⁶⁸ Ver RICCEUR, Paul. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 133-134, em uma crítica ao pensamento de Halbwachs esse autor defendeu que: "[...] é no ato pessoal da recordação que foi inicialmente procurada e encontrada a marca do social. Ora, esse ato de recordação é a cada vez nosso. Acredita-lo, atestá-lo não pode ser denunciado como uma ilusão radical. [...], embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupa e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios."

¹⁶⁹ Também de grande relevo proposições de Lowenthal (1998, p. 87): "A natureza subjetiva da memória torna-a um guia a um só tempo seguro e dúbio para o passado. Sabemos quando temos uma lembrança, e seja ela verdadeira ou falsa, essa memória relaciona-se de alguma forma ao passado."

¹⁷⁰ Halbwachs explica que as recordações só são reconhecidas através da memória coletiva se ainda forem significativas para quem recorda, porque para ele: "Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída." HALBWACHS, Maurice. *Memória Individual e Memória Coletiva*. In: _____. *A Memória Coletiva*. 2 ed., trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29. Igualmente importante a conclusão de Ricœur: "Não existe, entre os dois pólos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? [...] Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo." (RICCEUR, 2007, p. 141).

Sem contar que esta senhora apenas trouxe indícios de como, e de quando ocorreu o deslocamento da família, portanto, apenas levou-nos a entender que foi durante o período estio e em decorrência dele.

Talvez porque algumas experiências sejam mais difíceis de relembrar por conduzirem forçosamente quem as viveu, até certo ponto, de volta à experiência, ou por outra, há uma espécie de esvaziamento necessário da experiência traumática pelo que refletiu Benjamin (1994).¹⁷¹

Voltando a dona Maria da Conceição, esta senhora praticamente iniciou sua narrativa acentuando sua aversão à migração para Sobral e à sua vida celibatária. Deste modo, além de destacar a cidade encontrada deixando claro sua decepção, relembrou os motivos que a fizeram desistir dos pretendentes a matrimônio que lhe apareceram, ao nos relatar os pareceres de sua genitora para que evitasse envolver-se com os “rapazes morenos” que lhe demonstrassem interesse.

Questão de grande relevo pela ênfase dada por esta senhora, razão pela qual levou-nos a concluir que, o impacto cultural nas experiências dos deslocados na cidade de Sobral ia muito além dos problemas relacionados à economia doméstica, à moradia e a nova vizinhança, à escolaridade e trabalho, entre outras circunstâncias relatadas.

Ela nos conduziu aos traumas vivenciados ao ter que se separar das ilusões juvenis deixadas no seu “sertãozinho”, pelo distanciamento de seus amigos, e referenciais culturais e étnico-raciais da infância e juventude, somando-se aos confrontos pessoais na cidade. Porque em Sobral ficava reprimida, dependente de desconhecidos até para ir a uma “missa”, coisa que não acontecia em São Vicente: “aquelas missas que a gente ia em São Vicente [...] eu tinha voltado com muito gosto”.

Restou-lhe viver “tristonha” com o isolamento e com os excessos de sua genitora, que lhe advertia sobre “os morenos” que a assediavam nas passagens das

¹⁷¹ Neste sentido, é igualmente importante a noção de “memória cultural” resgatada por Portelli (2006, p. 72), quando a memória é vista “como um espaço em constante evolução e mudança, no qual o esquecimento se torna uma função da lembrança”. Portelli, Alessandro. *A Bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: v. 9, n. 1, p. 72, jan-jun. 2006.

ruas do bairro onde morava, e nas visitas às tias e avó que residiam também em Sobral.

E nessa perspectiva, debatemo-nos com este outro aspecto da cidade encontrada pelos camponeses, que se não apoquentava a todos, mas a migrantes como Mariazinha que se considerava em idade de encontrar um pretendente e casar-se, no entanto, percebia-se sem opções porque em Sobral: os “homens eram diferentes”, ou seja, eram “morenos” e “bêbados”.

E se morar na periferia de Sobral podia contribuir com a condição migrante, no sentido de morar em bairros próximos ao Rio Acaraú, caso de Mariazinha, e a lagoas, situação percebida em outros relatos, ou onde pudessem adquirir uma casinha ou iniciar um negócio menos oneroso, como ocorrera com o irmão dessa senhora, entretanto, esses logradouros intimidavam ou sobressaltavam famílias como a dessa senhora com vizinhos não confiáveis.

No entanto, talvez o grau de não-urbanização de bairros como o Santa Casa contribuisse para exacerbar o estado de desconfiança e insatisfação, porque a população ali residente além de desconhecida era rarefeita: “era coisa pouca, só assim, de gente passando” (AGUIAR, M., 2015), trecho já destacado acima. Neste sentido, podemos imaginar um bairro sem ruas definidas, onde caminhar sozinha causava temor, à noite não era possível sair considerando a escuridão porque não havia iluminação pública, não havia saneamento básico e o abastecimento de água para consumo era igualmente bastante circunscrito e condicionado a regras e contatos não desejáveis.

E não estamos dizendo que o sertão recordado era dessemelhante no concernente a esses serviços, todavia, era diferente no sentido de permitir caminhar com confiança, sem temer surpresas desagradáveis.

Todas essas dificuldades explicitavam um cotidiano de dificuldades e uma população que, embora não apareça exposta totalmente em pormenores étnico-raciais, culturais ou sociais, a narrativa de Mariazinha apresenta indícios dos motivos de ela não se identificar com os moradores parceiros, da periferia de Sobral.

Outra possibilidade é que, a cidade aparecia despovoada para essa senhora porque menos animada, menos acolhedora que seu sertão, sem contar que deve estar em comparação com o presente, pois o “Santa Casa” na atualidade aparece como “região” (*sic*) compreendendo três bairros: Sumaré, Dom José e

Padre Ibiapina. E provavelmente ela percebia dessa forma também porque encontrava-se sem seu grupo de amigos, sem seu grupo de apoio social e cultural.

Importa dizer que, o problema que ela nos trouxe impressiona pela sinceridade, e sugere embates existentes entre segmentos sociais que chegavam do sertão, e grupos já estabelecidos na cidade, deixando claro que, entre os camponeses que chegavam pleiteando moradia em Sobral havia preconceito social, cultural e racial. Dessa forma, concluímos que havia necessidade de preservação de valores, de costumes, e havia necessidade de autopreservação.

Interessante que, não importava nem se o jovem pleiteante mencionado por Mariazinha tivesse algum patrimônio, explicitado na frase: “na casa de comade Júlia tem um rapazim lá que tem uma budeguinta, mas ele é moreno”. Mais importante que a fonte de renda do rapaz era sua tonalidade de pele, e é possível cogitar, mais ainda, seu comportamento social e cultural.

A narrativa dessa senhora indica que sua genitora não se referia apenas à coloração da pele ou ao tipo físico ou biológico dos rapazes, possíveis candidatos a casar-se com suas filhas. Contudo, a toda uma carga simbólica e representativa em torno do que significava ser “moreno” para ela. Questão que se associava, por exemplo, ao comportamento social pelo consumo de bebida alcoólica que importava muito a sua mãe, e a própria Mariazinha naqueles tempos ausentes, já que acatou as sugestões.

A respeito dessas fronteiras sociais e raciais percebidas nas recomendações da genitora dessa senhora, para com os cidadãos sobralenses e não sobralenses, recorreremos às reflexões de Rios e Mattos (2005) numa tentativa de entender a perspectiva de classificação social e racial percebida tanto na narrativa de Mariazinha, como em outras, ainda que algumas tenham nos chegado de forma mais velada, digamos assim.

Essas autoras defenderam a necessidade de estudar as “relações de racialização” existentes no Brasil, e não apenas o preconceito racial, considerando que, essa questão, ou seja, o processo de “racialização e discriminação racial” vivenciado, pelas populações submetidas no decorrer da escravidão, sofreu de descontinuidade com a abolição.¹⁷²

¹⁷² Interessante perceber como Rios e Mattos que: “Desse modo, foi possível também separar analiticamente a questão histórica da inserção social dos últimos libertos e os processos de racialização e discriminação racial no país.”. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e

Para essas estudiosas, essas relações foram naturalizadas como “herança da escravidão”, assim como o preconceito que as populações “afrodescendentes” vivenciaram e vivenciam foi defendido, grosso, modo por estudiosos do assunto, como intrínseco a essa questão, ou seja, ligado à escravidão, sem levar em conta que são gerações distintas: as que viveram e saíram da escravidão, e as que vivenciaram e vivenciam o “pós-abolição”. Estas inclusive, inseridas em conjunturas políticas e econômicas diferenciadas que atualizaram o preconceito, entretanto, sob outros parâmetros.¹⁷³

Portanto, estamos falando de contextos distintos, sendo assim, não há razão para pensarmos que as relações raciais não se renovaram entre um período e outro. Nessa perspectiva, concordamos com Rios e Mattos (2005, p. 29), que é preciso: “[...] desnaturalizar a noção de raça, percebendo as categorias e identidades raciais como construções sociais, historicamente determinadas.” Portanto, cada um no seu tempo.¹⁷⁴

Desse modo, buscamos entender o posicionamento social de dona Maria da Conceição. Posicionamento este que, insurge no contexto onde ela se inseria, revelando valores culturais de tempos passados que lhe chegaram através das recomendações de representantes desse passado como sua genitora. Contudo, que se renovava através de representantes dos tempos coevos também, porque ela e sua mãe vivenciaram juntas àquele momento histórico, ou seja, o momento do qual ela recorda em Sobral, não o passado onde sua mãe aprendera o valor da discriminação racial e social.

Podemos observar, portanto, que havia acolhimento social daquela posição naquele momento vivido, não apenas através de sua genitora, contudo, através dela própria, porque não nos parece que ela gostou dos conselhos, não

Narrativa – o ‘pós-abolição’ como problema histórico. In: _____. RIOS, Ana Lugão; (org.). *Memórias do Cativoiro*: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 31.

¹⁷³ Do ponto de vista antropológico podemos destacar as questões assinaladas por Poutignat e Streiff-Fenart os quais defenderam que “A etnicidade não é vazia de conteúdo cultural (os grupos encontram ‘cabides’ nos quais pendurá-la), mas ela nunca é também a simples expressão de uma cultura já pronta. Ela implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consagração ou de identificação com um grupo étnico”. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. O estado atual do debate sobre a etnicidade. In: _____. *Teorias da Etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 129.

¹⁷⁴ A respeito da população escrava na cidade de Sobral e sua significativa presença conferir SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Escravos do Sertão: índios e negros do Acaraú*. In: _____. *Irmandade e Festa*: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1884). Fortaleza: Edições NUDOC; Expressão Gráfica e Editora, 2006, p. 45.

obstante, acatou-os. Sem embargo, se a mãe dessa senhora fazia recomendações discricionárias a propósito de quem ela devia se relacionar, classificando os jovens pela cor da pele, pode-se pensar que ela vivia em uma conjuntura que reverberava essa situação ao ponto de Mariazinha ter-se recusado a casar.

Assim sendo, entrava em relação com o tempo do presente vivido de forma naturalizada, como herança cultural que podia apenas ser repassada da melhor forma. Entretanto, essa é uma afirmação arriscada porque não pode ser avaliada a não ser pelo modo como se inscreve na narrativa, e nas práticas cotidianas relatadas, já que não investigamos mais profundamente. E não podemos esquecer, concordando com Candau (2011, p. 141), que se trata de uma “reapropriação” ou reelaboração do vivenciado com sua genitora.¹⁷⁵

Importante é perceber esses valores sociais observados na narrativa de Mariazinha, respondendo a interesses variáveis e intercambiáveis; interesses em movimento de adaptação a novas situações, de reelaboração com novas convivências, portanto. Logo, abertos a junções e disjunções temporais, abrindo-se à pluralidade das práticas sociais.

Em decorrência, não estamos afirmando que famílias como a de Mariazinha colocavam-se circunscritas a si mesmas, temendo interações com os sobralenses ou outras populações, recusando-se a integrar-se às novas perspectivas encontradas na cidade. Não totalmente, porque a ideia de não relacionar-se com “morenos” foi levada adiante como já assinalamos.

Por conseguinte, se havia códigos de conduta que discriminavam as camadas sociais na convivência cotidiana em Sobral, e vamos ver mais adiante que sim, estes não estavam apoiados apenas entre os moradores já estabelecidos, sobralenses ou não. Correspondiam também aos próprios migrantes. E entre os critérios de segregação pelo que relatou Mariazinha, vamos encontrar excedendo a tonalidade da pele, o comportamento social representado no consumo de bebida alcoólica.

É curioso que não estamos falando de discriminação sofrida por essa senhora como deslocada na cidade de Sobral, e isto não quer dizer que não houvesse, mas do inverso. Quando é importante lembrar que, nos estudos sobre o

¹⁷⁵ Segundo Candau “Ao mesmo tempo em que constrói sua identidade pessoal por uma totalização provisória de seu passado, o indivíduo realiza, portanto, a aprendizagem da alteridade.” CANDAU, Joël. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: _____. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia ferreira. São Paulo, 2011, p. 141.

movimento populacional é recorrente o problema do preconceito social, racial, cultural e político contra imigrantes estrangeiros,¹⁷⁶ e contra migrantes do campo em grandes centros urbanos,¹⁷⁷ que, portanto, sofrem de intolerância “da sociedade que os recebe” (SAYAD, 1998, p. 46).

No entanto, como estamos refletindo, tratava-se de preconceito étnico-racial sinalizado por uma migrante em desfavor de seus vizinhos já moradores da cidade. Portanto, não se tratava de estranhamento ocorrido de cidadãos em desfavor de camponeses migrantes, e sim, do seu oposto.

Dessa maneira, estamos nos referindo a práticas discriminatórias inerentes a noções derivadas de um aprendizado geracional, quando segundo Candau (2011, p. 141) “[...] está em jogo a reapropriação do passado familiar, à qual cada indivíduo se lança ao mobilizar as funções de revivescência e reflexibilidade [...]”.¹⁷⁸ Noções, por conseguinte, chegadas através da educação passada pela genitora dessa senhora, como convenções necessárias à convivência social de forma natural, numa perspectiva de tempo ininterrupto.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Para essa questão ver SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante. In: _____. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998, p. 45-72. KOLTAL, Caterina. Migração e Racismo: um sintoma social. In: Neto, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 180. Ver também MOYA, José C. La adaptación a la nueva tierra. In: _____. *Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*. 1 ed., trad. Maria Teresa La Valle. Buenos Aires: Emecé, 2002, mais especificamente o ponto “La radicación em la ciudad”, p. 139-216; importante ainda os estudos de RADÚNZ, Roberto; LIA, Cristine Fortes. Tensões entre os indesejáveis: a campanha de nacionalização e seu impacto entre alemães e judeus. In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.). *El/Imigrações: questões, inquietações*. 1 ed. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2013, p. 279-292; também FACCHINETTI, Luciana. *Recomeço de Vida em São Paulo*. In: _____. *PARLA! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara Editora e Livraria Ltda, 2004, p. 123-126.

¹⁷⁷ GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. *Imagens de Papel*. In: *Migrantes Mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)*. Franca: UNESP/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 105-137, igualmente importante: ESTRELA, Ely Souza. O cotidiano dos sampauleiros em São Paulo. In: _____. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo, EDUC, 2003, sobretudo o ponto “preconceito e discriminação”, p. 180-189. 145-208; também FONTES, Paulo. ‘Mala de papelão e patuá nas costas’: migrações nordestinas nos anos 1950 em São Paulo. In: _____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008, especialmente “Baianos” em São Paulo”, p. 68-88; contribui ainda (WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Geração de Migrantes*. In: _____. *Felisberta e Sua Gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 137-182.

¹⁷⁸ Ao referimo-nos a “geração”, a qual seguindo Candau a “[...] reapropriação é sempre específica e o sentido que ela confere aos acontecimentos familiares memorizados é irredutivelmente singular, idiossincrático.” (CANDAU, 2011, p. 141).

¹⁷⁹ Contudo, “Em uma lógica de diferenciação e autonomização, essa reapropriação permite ao indivíduo elaborar e logo narrar sua própria história, que será confrontada com a de outros membros da família, assim como a norma coletiva familiar”. (CANDAU, 2011, p. 141).

No entanto, cabe aqui uma pergunta: será que esse aprendizado pode ser situado apenas nas recomendações geracionais de sua genitora, ou estaria em correspondência com todo um contexto que se renovava no decorrer da vivência em Sobral? Neste momento podemos dizer apenas que, essa questão pode ser em parte respondida com a próxima narrativa.

Lembrando que, já cogitamos que os relatos orais são em primeiro plano individuais, ainda que representem conexões temporais coletivas. Conquanto, exatamente por isto, sintetizam também conexões sociais e culturais representadas pelo conjunto de pessoas e instituições públicas e privadas com as quais os entrevistados conviviam e convivem.

Consequentemente, podemos conjecturar que, o relato dessa senhora estava em correlação com a forma como os segmentos sociais e políticos lidavam com as relações raciais em outros tempos, mas igualmente na sua contemporaneidade de jovem em Sobral, contexto este ao qual ela aprendeu a associar apenas à sua genitora, considerando a convivência mais imediata.

Incluindo nessa perspectiva também os morenos do bairro, o que é possível presumir, conviviam com a situação ora tentando revertê-la ou até ignorando-a na tentativa de casar-se com jovens como Mariazinha, que reclamavam diferença social e étnico-racial, ora aceitando a segregação.

E para não incorreremos em uma ideia “essencializada” de preconceito racial, ou desses sujeitos em suas práticas sociais, lembramos Schmidt (2012, p.95) já citado no Primeiro Capítulo, pois estamos falando de uma aprendizagem social e cultural, portanto, não de “categorias a-históricas ou trans-históricas”. Nesse sentido, vivendo e aprendendo em suas próprias temporalidades.¹⁸⁰

Porquanto, esclarecemos que vamos nos limitar ao que foi possível observar nas narrativas como parte das experiências dos perquiridos, sendo necessário explicar ainda que, essas circunstâncias nos chegaram a exemplo de algumas outras, sem que estivéssemos especificando a questão na entrevista. Isto porque Dona Maria das Graças Aguiar (2014) irmã dessa senhora, por exemplo, não ressaltou essas questões étnico-raciais como parte de sua educação familiar,

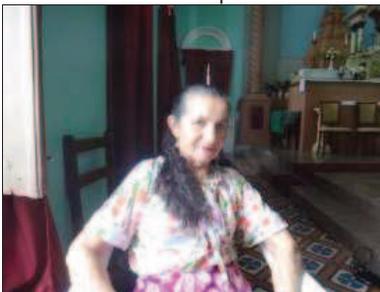
¹⁸⁰ Ver a respeito (RAGO, 2003, p. 33) com uma crítica bastante pertinente sobre “tempo” pensado em sua diversidade “[...] Essa forma de história homogeneizava as práticas sociais, as experiências, as emoções, as ações humanas em geral, ao desconhecer suas temporalidades, suas singularidades, as diferenças, ao recusar-se a problematizar o acaso, assim como as próprias formas de exclusão que produzia.”

embora não as desconhecesse do ponto de vista social, pois recordou que havia classificação entre os clubes sociais e populares que frequentava quando jovem, nessa cidade (SILVA, M., 2014).

Importante perceber que, essas questões foram percebidas em outras entrevistas como já sinalizamos, e, portanto, dona Maria da Conceição não foi a única inquirida a acentuar sua educação geracional. Dona Zenite que trouxemos na sequência, igualmente relata práticas discriminatórias em sua experiência como moradora da cidade de Sobral.

3.4 “Assim a sociedade era muito boa!”

Imagem 7 – Dona Zenite Soares – Interior da Capela onde trabalha



Fonte: Arquivo da autora.

Vejamos:

– Pois é, nessa época o bairro do Tamarindo era um bairro grande, num tava tão dividido como é hoje não! Tinha os bazares, eu mais minhas duas irmãs, nós frequentávamos o bazar da casa da dona Quinquinha, [...] quem dançava na casa da dona Quinquinha não dançava lá na casa da dona Maria, que’ra uma mulher que morava ali perto da beira do rio. Ninguém era intrigado, as moças eram divididas, os rapazes muito pretos assim, não dançavam na casa da dona Quinquinha [...]. A gente não podia trocar de rapaz, quando você fosse ao bazar, você levava seu par, nem bêbado, ninguém fumava cigarro dentro da sala, naquele tempo tinha respeito, hoje num tem não! la bem vestido, num tinha negócio, e quem era que falava em bermuda naquela época? [...] Eu me sentia feliz com aquilo, minha mãe ficava na calçada [...] meu pai também várias vezes dançou nos bazares, e assim a sociedade era muito boa! [...]. (SOARES, Z., 2014).¹⁸¹

¹⁸¹ SOARES, Zenite Carneiro. *Zenite Carneiro Soares*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Dona Zenite Carneiro Soares, como outras migrantes, deixou-se fotografar e entrevistar sem timidez. E neste sentido, podemos notar o quanto é cuidadosa com sua aparência pessoal, com a imagem que deseja passar. Etiqueta que aprendeu ao frequentar a “sociedade sobralense”.

Pedagoga com especialização na área de Educação pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), aposentada como professora do município de Sobral, 77 anos de idade, emigrou para esta cidade também na década de 1950, mas não em decorrência da seca de 1958, chegara antes, entre os anos “de 53 para 54 que minha mãe veio pra cá”. (SOARES, Z., 2014).

Entre os destaques de sua experiência está seu trabalho na “capela” onde a entrevistamos e a fotografamos, emprego conseguido depois de aposentada, onde passa suas tardes. “Estar a serviço de Deus” é algo que soma de forma muito gratificada à sua carreira de docente, pois segundo ela, pela sua formação poderia estar exercendo funções bem mais elevadas no setor de educação. Todavia, optou por “servir na casa do senhor”, ofício que “não precisa de férias”, “onde renova sua espiritualidade e não se cansa”. (SOARES, Z., 2014).

Nas ocasiões em que nos reunimos sempre no espaço de seu trabalho, encontrava-a concentrada com seu “rosário” de orações. Antes da entrevista, preferia conversar sobre seus animais (ela cria vários tipos de aves em sua residência). Também conversamos a respeito de suas anotações para uma espécie de “enciclopédia” que deseja publicar com “curiosidades” variadas sobre culinária sertaneja, letras de canções dos tempos que frequentava os “bazares” e clubes sobralenses, orações católicas, entre outras manifestações que “podem se perder de sua memória”. (SOARES, Z., 2014).

Outro tema de nossas conversas foi sua insatisfação por morar em Sobral: “um dia desses eu estava dizendo, se não fossem minhas filhas morando aqui, agora eu ia voltar para Martinópolis”. Oportunidade em que explicou seu regozijo ao visitar sua cidade, a propriedade da família, amigos e parentes, onde ainda se sente em casa e pode lembrar seu passado, passado este onde é possível refugiar-se das relações indesejáveis vivenciadas nessa cidade: “eu ignoro muitas coisas, não vou mentir, eu não aceito muitas coisas [...] chego lá eu me sinto radiante, mas em Sobral não me sinto!”. (SOARES, Z., 2014).

Seguindo o padrão dos demais migrantes historiados neste capítulo, esta senhora nunca gostou de morar em Sobral e igualmente regressaria se pudesse. Em

que pese à última colocação acerca do que não aceita nessa cidade, assinalou algumas situações do seu cotidiano, todavia, a que consideramos de maior relevo trataremos mais adiante, quando ela analisa a liberdade política.

No que se refere ao excerto maior que trouxemos de sua narrativa, não é difícil notar que nesse período em Sobral anos de 1950, 1960, assim como nos diversos espaços de onde emigraram os entrevistados, algumas convenções ligadas à segregação dos grupos sociais eram repassadas através das gerações sem nenhuma crítica. Logo, de forma contínua, como se alterações não estivessem acontecendo nas relações sócias e provocando rupturas no tempo, embora ainda inaudíveis. E a ideia de segmentar brancos e negros, pobres e ricos, proprietários e expropriados era uma delas.

A despeito disto, é possível afirmar que, a ideologia discricionária do pós-abolição estava presente em todas as camadas sociais, contribuindo com vivências as mais diversas, numa intensidade de práticas que só podem ser mensuradas ou refletidas com mais rigor, na perspectiva de um aprofundamento investigativo, levando em consideração o que já refletimos com Rios e Mattos (2005).

Não obstante, com exceção de Raimundo Mendes que nasceu na década de 1950, esses migrantes nasceram na primeira metade do XX – entre 1930 e 1940 – nesse sentido, não é difícil constatar que resquícios da cultura escravocrata, mas, sobretudo, as ideias de racialização estudadas por essas autoras que determinaram políticas de discriminação pós-abolição, estivessem impregnadas no seio das famílias fossem proprietárias, fossem expropriadas, fossem ricas, fossem pobres, fossem sobralenses, fossem migrantes dessa região do Sertão Norte do Ceará ou de outras regiões.

Essas indicações sociais, culturais e políticas, eram conservadas pelas moças e rapazes não sem contestações, porque como foi possível notar no relato de dona Maria da Conceição, apesar de ela ter priorizado seguir sua genitora, há um sinal de “ressentimento”¹⁸² quando ressaltou: “Sei lá, fulano de tal moreno e além disso minha filha, também bebe [...], tudo isso ela botava na minha cabeça”.

¹⁸² Ansart assinala que precisamos “[...] falar de ressentimentos no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal [...] convém especificar precisamente os caracteres de tal sentimento e sublinhar tudo aquilo que separa tais afetos difusos do ressentimento recíproco que pode opor, por exemplo, duas classes sociais ou, ainda, duas etnias.” ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2 ed., trad. Jacy Alves de Seixas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 19

Portanto, talvez se não fossem essas orientações que fincaram noções preconcebidas a respeito dos rapazes pleiteantes de sua mão, ela tivesse casado com algum deles, não necessariamente com aquele o qual sua mãe reprovava mais diretamente, e independentemente da tonalidade de pele e da posição social.

Já dona Zenite aprendeu a defender a segmentação social entre “pretos” e “brancos” e entre pobres e ricos como necessária para manter a “boa sociedade”. Também frequentou clubes sociais em Sobral, assim como espaços menos formais entre os jovens de suas relações denominados de “bazares”, e em algumas passagens de sua entrevista deixou claras suas opções, seu “aprendizado de berço” e os valores culturais expressados ao assinalar os “bons modos” dos rapazes e das moças com os quais ela se relacionava, o que abrangia conhecer o “lugar social” que ocupava. (SOARES, Z., 2014).

Essa senhora igualmente sublinhou as inquietações no concernente ao consumo de bebida (alcoólica), e acrescentou o cuidado com o consumo de cigarro, observando ainda a etiqueta do vestuário adequado, e todo o procedimento esperado nos “bazares” – onde os jovens de seu bairro se dividiam: alguns compareciam à residência de “dona Quinquinha” e outros, à residência de “dona Maria”. (SOARES, Z., 2014).

Uma categorização que como notamos, abrangia não unicamente a cor da pele, mas a posição social, porque aqueles “muito pretos” só podiam comparecer à casa de dona Maria. Assim sendo abrangia igualmente a conduta social aguardada, ensinada e assimilada nas recomendações e exemplos de procedimentos da vida social. Deixando dito que, essas consignações sociais ganhavam significado nessas vivências e podemos acreditar, estendiam-se a outras situações do cotidiano.¹⁸³

Outro ponto interessante a observar, é o significado dado à autoridade dos pais: dona Zenite ao salientar que seus genitores ficavam postos nos bazares, sua mãe “na calçada” e seu pai “várias vezes dançou”, trouxe indícios da necessidade do apoio concomitante e constante dos pais aos eventos que às filhas

¹⁸³ “[...] a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. [...] a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais.” (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 2011, p. 141).

participavam. É como se ela nos dissesse que, se os espaços não fossem adequados, seus genitores não se fariam presentes, nem ela.

Continuemos com sua narrativa:

– Do mesmo jeito foram minhas filhas [...], tem a Ivete, o papai, meu pai discuti com o marido da Ivete, que hoje é marido, porque ele era negro e, o papai disse que ele procurasse uma da iguala dele, mas foi aquele arripio, depois se casaram, e ele num disse nada, começou a frequentar pronto, papai morreu, meu genro é o Antônio [...]. (SOARES, Z., 2014).

Essa sequência do relato de dona Zenite revela-nos mais vestígios dos valores culturais defendidos entre famílias de migrantes entrevistados, e como se engendravam em seus cotidianos. É representativa dessa autoridade geracional quase sacerdotal já assinalada, que se sobrepunha às gerações ulteriores, ou seja, de pais e mães que assumiam a orientação e a vigilância de filhos e netos no cumprimento de tradições familiares.

Um legado cultural que podemos buscar resquícios também na colonização brasileira, à qual essa senhora de certa forma reivindicou fazer parte, ressaltando ser “neta de fazendeiros”, e pelo modo como colocou-se em outro trecho de sua narrativa, defendendo “suas raízes” e sugerindo o mesmo a seus filhos. (SOARES, Z., 2014).

Entretanto, precisamos ressaltar que ambos os gêneros estão representados, primeiro pelo genitor de dona Zenite e anteriormente, pela genitora de dona Maria da Conceição Aguiar. Portanto, ambos tomavam para si as funções de guardiães da memória e dos costumes familiares, como se defendidos desde tempos imemoriais sem alterações.

E essas possibilidades desviam esses pais do sistema colonial e patriarcal defendido por estudiosos como Freyre (1998), por exemplo,¹⁸⁴ onde o poder do patriarca ou de um representante seu seria absoluto, não havendo espaço para as mulheres se colocarem de forma aberta, nem mesmo as viúvas.¹⁸⁵

¹⁸⁴ A respeito da “formação patriarcal do Brasil” e do sistema patrimonial assumido pelos colonizadores portugueses, e de sua influência nos vários domínios do público e do privado, sobretudo na economia da “casa grande e da senzala” como defendeu Freyre, portanto, das formas de dominação senhoril de mulheres, índios e negros ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

¹⁸⁵ “A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres [...]” *Id. Ibid.*, 1997, p. LVII. Importante crítica à noção de família patriarcal desenvolvida por Freyre pode ser lida em ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A invenção do

Seja como for, não vamos nos estender nesta questão. Apenas gostaríamos de assinalar que, percebemos pais e mães reivindicando o direito e o dever de vigiar os novos ingressantes às suas famílias, ao tempo em que vigiavam seus herdeiros diretos, inclusive, quando fosse necessário, com abordagens objetivas ao pleiteante como fizera o genitor de dona Zenite: “porque ele era negro e, o papai disse que ele procurasse uma da iguala dele, mas foi aquele arripio”.

Porque se a situação não correspondesse ao idealizado pelos genitores, ambos, pai e mãe considerando os dois casos mencionados, possuíam poder de intervir como lhes conviessem. Assim sendo, apesar de dona Zenite referir-se apenas a seu genitor, acreditamos que sua mãe igualmente estivesse empenhada nos cuidados para com o matrimônio da neta, e suas autoridade compreendia todos os seus descendentes.

Com efeito, estamos nos referindo ao aconselhamento aos jovens para evitarem envolvimento com pessoas que não pertencessem ao seu círculo social, querendo assinalar com isto, pessoas que não fossem consideradas brancas pelos genitores, o que não quer dizer que essas pessoas discriminadas concordassem ou não se percebessem brancas ou negras ou de outra gradação, já que não temos vestígios. Outro ponto importante a esclarecer é que, não estamos aqui analisando posição social e econômica das pessoas discriminadas ou discriminadoras, porque não é esta na nossa interpretação, a questão levantada por dona Zenite, nem por dona Maria da Conceição.

Aqui caberiam as reflexões de Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 194) quando analisaram as posições assumidas pelos grupos que reivindicavam categorização étnico-cultural, porque para estes estudiosos: “As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes.”¹⁸⁶

A narrativa dessa senhora deixa sinais de que não se tratava de algo circunstancial, nem pessoal em relação ao novo membro pleiteante a ingressar na família. Havia um condicionamento social e havia costumes a seguir,¹⁸⁷ assim como

patriarcalismo. In: _____. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino* (Nordeste – 1920 /1940). Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 135-148.

¹⁸⁶ Isto porque “[...] embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de um para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais.” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 194).

¹⁸⁷ Concluímos com Hobsbawm que “A invenção de tradições” representa uma proposição governamental ou institucional de um contínuo histórico de algo que não existia, mas, precisava

tradições familiares que precisavam ser cumpridas decorrentes de um passado inatingível a ensinar aos jovens,¹⁸⁸ e uma delas seria o lugar social que cada um ocupava como já acentuamos. Portanto, de modo indireto, o pai de dona Zenite estava dizendo também à neta que seu lugar não era ao lado de um “negro”.

Para entendermos a relação entre costume e tradição gostaríamos de esclarecer que, costume neste caso está relacionado à prática dos jovens serem apresentados as suas famílias e esperar consentimento para a união desejada. Já a tradição corresponde à prática de não se conjugar brancos com negros, proprietários com trabalhadores, entre outros grupos sociais que eram considerados inadequados socialmente falando.

Não cabendo aqui discutirmos as circunstâncias sociais, culturais e políticas às quais ambos os grupos de brancos e negros, ou de proprietários e expropriados, ou, como outras categorias reivindicadas pelos entrevistados aprenderam a defender essas práticas, e qual a intensidade das ideologias que os asseguravam, já que não é nosso objeto de pesquisa.

Não obstante, não nos esqueçamos que dona Zenite esclarece que, apesar das preocupações e recomendações, sua filha casou-se com aquele que fora desaprovado e estorvado por seu genitor: “depois se casaram, e ele num disse nada, começou a frequentar pronto, papai morreu, meu genro é o Antônio”.

Nesse sentido, a despeito do “arrepio” assinalado por ela, e dos desentendimentos ocorridos entre a apresentação do jovem à família e o casamento, importa dizer que a autoridade à qual nos referimos não foi intransigente o suficiente para impedir a proposição.

ser criado passando a ideia de continuidade temporal, ou de algo que deixou de existir, ou perdeu sua força político-social, **neste último ponto poderíamos inserir os propósitos de segregação social que estamos discutindo**. De qualquer modo, por mais antiga que seja uma prática ela nem sempre existiu, em algum momento foi criada, e a questão é saber se nasceu das práticas sociais ou se da vontade de algum governante ou instituição. No entanto, nossa colocação pode ser arbitrária porque não temos como afirmar desde quando as relações de racialização estiveram presentes na família de dona Zenite assim como nas outras, e desse modo, se houve descontinuidade para ressurgir sob novos parâmetros. A respeito ver HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence; (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 2 ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 17.

¹⁸⁸ Contudo, para Hobsbawm (1997, p. 10-11) costume é diferente de tradição, porque esta deve passar a ideia “inclusive as inventadas” de “invariabilidade” no tempo. Assim, são impostas como “práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”. Já o “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante”. Ou seja, o costume passa pela prática social que é móvel, desta maneira, adapta-se as necessidades sociais. A respeito da noção de costume e suas implicações na vida social e luta política, ver também Thompson (1998, p. 16).

Ou por outra, deparamo-nos com uma evidência de alteração nas relações de racialização que por sua vez, nunca foram fixas nem no período da escravidão, como podemos observar em estudos como o de Guedes (2008). Isso porque para este autor, a cor da pele era uma “categoria móvel” para escravos e trabalhadores livres, e, por esta razão, precisa ser percebida como “histórica” numa perspectiva de abrigar temporalidades distintas. Portanto, a cor deslocava-se de forma a corresponder a interesses variados dos segmentos atingidos e das políticas estatais.¹⁸⁹

Este autor constatou, por exemplo, que: “Nos mapas [estatísticos], os escravos são quase sempre pretos ou negros, enquanto os livres são classificados como brancos, pardos, mulatos e pretos livres, isto é, pardos livres, pretos livres, [e] mulatos.” (GUEDES, 2008, p. 97-98). Assim sendo, se “entre 1798 e 1843, nas listas de população” em São Paulo, é possível constatar uma espécie de negociação para lidar com o problema social que representava a tonalidade da pele e a posição social advinda, é provável que não fosse diferente em outras partes do Brasil, menos em outros tempos.

Apesar disso, segundo um de nossos entrevistados Sr. Jose Alberto Dias Lopes,¹⁹⁰ inquirido não como migrante, porém, como sobralense para esclarecimentos sobre fotografias do centro urbano de Sobral, oportunidade em que dialogamos a respeito de outras questões correspondentes ao passado dessa cidade, como as relações sociais e étnico-raciais, tema ao qual não furtou-se de colocar suas impressões e recordações, pois segundo o que relembra, as uniões de brancos com negros nas primeiras décadas do século XX não eram aceitas pelas famílias, nem pelo círculo de convivência social.

Desse modo, as uniões se realizavam sem reconhecimento familiar e social e, por conseguinte, os filhos nascidos destas uniões esconjuradas socialmente que se faziam pela força dos sentimentos e em alguns casos, pela força da teimosia, não da lei, cresciam com o estigma de “bastardos” (LOPES, 2015).

¹⁸⁹ A propósito GUEDES, Roberto. A Todos é permitido empregar-se naquele ministério que a condição de cada um tem adotado. In: _____. *Egressos do Cativoiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 97-98.

¹⁹⁰ LOPES, José Alberto Dias. *José Alberto Dias Lopes*. Transcrição manuscrita, Sobral, maio, 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, edição em DVD-R.

Não temos condições de refletir a respeito das alterações que ocorreram nessas relações como já sinalizamos, conquanto, na interpretação desse senhor no presentemente vivido, “a cor depende da posição social”, o que vai ao encontro das questões analisadas por Guedes (2008), embora este se refira ao século XIX. E não nos esqueçamos de que Mariazinha não se referiu a “negro”, mas a “moreno”, o que não deve significar apenas um problema de semântica.

A propósito, embora mais a título de ilustração, temos um relato desse senhor sobre uma situação que ocorrera com uma de suas tias. Recorda que chamava atenção que a conheceu ainda criança na cozinha da fazenda onde ela residia, trabalhando juntamente com as empregadas da casa (“negras da casa”), e assim, nunca participava das rodas de conversas fora deste âmbito. Não obstante, tratava-se de um castigo que ela se autoinfringiu porque quando jovem, apaixonara-se por um empregado negro da fazenda, e ao tentarem (ambos) concretizar a união junto à família foram impedidos, oportunidade em que ela recebera como punição não mais sair da residência. Consoante o que ficou sabendo, ela não mais quis sair da cozinha (LOPES, 2015).

Este sobralense relatou-nos que, além do ocorrido com sua parenta, tinha conhecimento de outros pleitos de uniões entre brancos e negros nesse passado mais remoto, no entanto, de homens que se uniram com negras, embora não de forma legítima, citando-nos algumas situações. Ressaltou que o controle familiar e social residia maiormente sobre as “mulheres brancas”, os homens constituíam famílias “concubinadas” e na maior parte das vezes, concomitantes às suas famílias oficializadas pela Igreja Católica, e legitimadas pela sociedade. No entanto, conheceu um caso em que o homem não casou-se com a negra com quem vivia porque “não era permitido”, mas igualmente não se casou com nenhuma outra. (LOPES, 2015).

De tal modo, pelas possibilidades levantadas por esse senhor e por dona Zenite, rapazes e moças, brancos e negros, pobres e ricos na primeira metade do século XX eram criados convivendo com a segregação racial e social de forma naturalizada. A composição descrita por essa senhora dos “bazares” realizados em seu bairro é esclarecedora, assim como foi essa a lição passada na assiduidade aos clubes sociais da cidade de Sobral. Lembrando que, esse tipo de separação social

foi constatado por outros estudiosos no Brasil do pós-abolição, como Weimer (2015).¹⁹¹

Não obstante, voltemos à dona Zenite e as suas impressões a respeito da convivência social nessa cidade:

– Agora liberdade foi pra todo mundo, mas em muitas coisas a liberdade não prestou, desgraçou! [...] Não, não concordo, não foi liberdade foi libertinagem, nós não temos liberdade, nós temos libertinagem! Porque eu vejo certas coisas que não é liberdade, a liberdade é a realidade, eu; no meu ponto de vista, é a realidade! A liberdade é a realidade, você trabalhar dentro da sua dedicação, dentro daquilo que corresponde o seu caráter, que corresponde sua dedicação a outro, que o caráter seja igual ao seu, não você pegar um caráter que seja menor do que o seu, porque você não corrige, aquilo é o ego dele mesmo, você não corrige, e eu não posso colocar você e nem eu vou me rebaixar e entrar no seu! (SOARES, Z., 2014).

Esse excerto da narrativa dessa senhora pode ser entendido como uma metáfora, uma forma dela esclarecer seu discernimento a respeito do lugar social a ocupar na sociedade por cada indivíduo, ou segmento social. Isso porque para ela, as relações devem acontecer de forma verticalizada, e assim, evitando afinidades com pessoas de “caráter menor”, não ficando claro quem definiria essa condição subjetiva das pessoas de menor caráter. Essas relações são desaconselhadas porque para ela: “[...] você não corrige, aquilo é o ego dele mesmo, você não corrige, e eu não posso colocar você e nem eu vou me rebaixar e entrar no seu!”.

Isso explica também sua objeção à “liberdade” estendida a todos, situação que ela discorda porque na sua interpretação, “desgraçou” as relações sociais, portanto, desequilibrou os lugares estabelecidos, pôs em movimento indesejável uma ordem que pretendia conservar-se exatamente onde estava, ou como estava. E a alteração cultural provocada por essa instabilidade social e política não aconteceu sem resistência, nem repentinamente, por decreto, ela pertence ao tempo que se faz no campo de batalha das relações de força.

“A realidade” social, contestada por dona Zenite tinha relação tanto com o tom da pele e comportamentos ressaltados antes, como com igualdade política, social e cultural também: “[...] você trabalhar dentro da sua dedicação, dentro daquilo

¹⁹¹ Weimer (2015, p. 159) pode contribuir para esclarecer porque ele também constatou que “Diversas narrativas dão conta do fato de que negros não podiam entrar em bailes promovidos por brancos em Morro Alto até o início dos anos 1970.”.

que corresponde o seu caráter, que corresponde sua dedicação a outro, que o caráter seja igual ao seu”.

Essas questões defendidas por essa senhora não surpreendem. Não é difícil entender que dentro desse contexto analisado, ela tenha assimilado e aprendido a defender que, o comportamento das pessoas é determinado por forças intrínsecas. Contudo, é interessante perceber que, nessa posição sublinhada por ela podem residir resquícios do ressentimento causado aos proprietários pela libertação dos escravizados, e não necessariamente por ela ser herdeira de escravocratas, entretanto, porque aprendeu a justificar como necessária à classificação social, cultural, étnico-racial.

Por conseguinte, revela-nos a insatisfação causada com a legislação que aplainou as camadas sociais e que na sua interpretação, não adianta, porque não seria possível mudar a realidade preestabelecida no nascimento das pessoas, realidade está representada pelo “caráter” natural e inflexível.

Dona Zenite no decorrer dos anos no trânsito entre Sobral e Martinópolis e, sobretudo, na sua vivência nessa urbe, nos diversos espaços sociais onde conviveu, escolheu ignorar algumas situações do campo das relações de força, ou escolheu ser indiferente às alterações sociais e culturais que não lhe interessavam; possibilidade que pode ser percebida na afirmação supracitada: “[...] eu ignoro muitas coisas, não vou mentir, eu não aceito muitas coisas”. (SOARES, Z., 2014).

Deste modo, permaneceu defendendo paradigmas de separação dos grupos sociais, herdados da educação familiar e ratificados na convivência social à qual introduziu-se no decorrer dos anos em Sobral. Portanto, paradigmas que se renovaram ao passar dos anos nos diversos espaços onde coexistiu refletidos nas práticas recordadas correspondentes à família, aos clubes sociais e ao bairro do Tamarindo.

Assim, procuramos analisar neste capítulo, os sentimentos e embates que percebemos nas experiências de alguns migrantes na cidade de Sobral, no sentido da relutância, da angústia com o futuro incerto. Nesse campo de forças identificamos no bairro onde foram residir, praticamente tudo o que os fustigavam. Porque no primeiro momento a cidade vai estar materializada quase que totalmente aonde se situavam as residências. Ai os migrantes vivenciaram as dificuldades iniciais, lembrando que, as vivências estavam em comparação com o sertão: a casa de morada, a vizinhança, o trabalho, a economia doméstica, o lazer, os amigos.

E por fim, refletimos sobre outro estranhamento dos inquiridos na cidade de Sobral que foi a convivência com morenos e negros. Essa questão precisou passar por revisão nessa cidade, no entanto, encontrou espaço e acolhida na coexistência de segregação já existente. Dessa forma, morar nessa urbe foi um momento para ratificar costumes e tradições geracionais de categorização social e étnico-racial, no entanto, igualmente, para refletir sobre essas possibilidades, porque os consórcios com negros ou morenos não eram admitidos, mas aconteceram.

Essas questões foram observadas nas narrativas de alguns migrantes, no entanto, representativas das experiências de outros deslocados entrevistados. Quando é necessário ressaltar que, o “sertãozim” e a cidade de Sobral surgem nesses relatos de forma bipolarizada, não obstante, sem que possamos separar as lembranças relatadas: se resultadas de vivências ou do desejo de tê-las vivido, seguindo aqui Lowenthal (1998, p. 87).¹⁹²

Um desejo, portanto, impregnado de tempo passado e tempo coevo e de temor pelo futuro, portanto. E repleto de tristeza pelas perdas materiais e imateriais, pelas incertezas ao precisar transitar em ruas e becos desconhecidos, e de precisar conviver com pessoas desconhecidas e até indesejadas também.

¹⁹² Lowenthal (1998, p. 86): “Os sinais que agora recordamos muitas vezes parecem confusos, até contraditórios em si mesmos; as lembranças que nos definem tendem a ser tácitas em vez de explícitas, somáticas em vez de conscientes, involuntárias em vez de deliberadas. [...] E a frequência com que atualizamos e reinterpretamos nossa memória enfraquece a identidade temporal coerente.”.

4 A CIDADE DO DESEJO

4.1 “Aí veio procurar o giro aqui”

Neste Capítulo, vamos estudar as experiências daqueles que pleitearam morar em Sobral e que emigraram com o objetivo de realizar o futuro nesta cidade, procurando vencer os obstáculos que aparentemente foram refletidos antes do deslocamento, e assim, procuraram transformar essa experiência na mais exitosa possível.

Neste sentido, ao contrário dos agricultores que viveram em Sobral, mormente nos primeiros anos, nostálgicos, desejando o sertão e não a cidade, e por outro lado, no presentemente vivido, ainda sentem saudades e salientam as experiências memoráveis do espaço sertanejo; esses migrantes não guardam boas lembranças por motivos diferentes do lugar onde moravam, e assim sendo, adaptaram-se a essa cidade enfrentando as dificuldades com desejo de vencê-las.

Para tanto, privilegamos a narrativa de dona Mariana Sousa porque na nossa interpretação, é uma das mais esclarecedoras, porquanto, fica claro que seu irmão elegeu essa cidade como espaço onde a família poderia recomeçar.

– Faz muitos ano! Não me lembro, foi em 58 [...]. Nós viemo por causa das dificuldades mesmo, do passadio, do tempo ruim, e meu irmão veio pra cá na frente, chegou aqui, foi trabalhar vendendo farinha no mercado, sabe? Trabalhando em feira, e aí, achava ruim tá nas casa, arrumou um cantinho, me trouxe, aí disse assim; Mariana, vamo trazer o papai mais a mamãe? E eu, vamo, ave Maria! O papai precisa muito de nós, e ele num pode ficar acolá só não! [...]. E ele ficou no mercado, vendendo uma coisa, vendendo outra, aí arrumou umas costura prá nós fazer, e nós fomo aprender, a mamãe foi cortar, que era pra nós fazer e eles venderem né, aí à mamãe cortava, certo? [...] **Na Rua das Pedrinha [bairro que margeia o Rio Acaraú, um dos mais antigos]**,¹⁹³ moremo muitos ano lá, na Rua das Pedrinha. Fui aprender a costurar, era eu e a Terezinha [...]. Mas, antes disso, houve uma cirurgia pra mamãe, quando nós viemo pra cá, já tinha havido. Apareceu um cisto na mamãe, e ela tava grávida, aí deu problema, e ela ainda pegava menino, nós se chateava porque ela doente, o pessoal chamando ela! [...] levavam ela de noite, levavam ela de dia! [...] Aí chamavam ela pra um lado, chamavam pra outro, e eu mais o Gerardo não gostava daquilo, a gente já entendia que era muito sofrimento, aí pra não chamar? Quando foi um dia, lá em Passagem, uma mulher deu, teve um menino e depois deu umas convulsão, daí essa mulher morreu, aí nós sofremos muito com isso, porque podia a família culpar a mamãe. Ainda

¹⁹³ “Na ribeira do Acaraú, o processo de ocupação iniciou-se nas fazendas de criar [...]. Nos limites da sesmaria concedida na área correspondente à atual cidade de Sobral, em 1702, [...] surgiram [...] na margem esquerda [do Rio Acaraú] as primeiras povoações. (BARBOSA, M.; *et al.*; 2000, p.11-12.).

bem que eles foram bom, eles nunca culpavam que era comadre dela, [...], e por via disso, o Gerardo se desgostou-se, o Gerardo se desgostou-se, **ai veio procurar o giro aqui**, ele já vivia trabalhando lá de aluguel aí, veio procurar o giro, aí encontrou!

– O que é “procurar o giro”? O que a senhora está querendo dizer?

– Trabalho né? Trabalhar! [...]. (SOUSA, M., 2014, grifo nosso).¹⁹⁴

Imagem 8 – Dona Mariana Sousa [entre 1960 e 1970] – Frente de sua residência



Fonte: Arquivo pessoal.

Dona Mariana é casada, tem 73 anos de idade e nasceu em Bartolomeu – um “interiorzim” ou “sertãozim” – segundo suas palavras, localizado no município de Santana do Acaraú. É aposentada como costureira e ainda conserva em sua residência seu ateliê de costuras constituído por várias máquinas, o qual ela se envaidece em mostrá-lo, especialmente por ajudá-la a recordar de seu trabalho de costureira e de gerente do negócio bem-sucedido que ela colocou com seu esposo, esclarecimento que fez questão de realizar.

Essa fotografia foi capturada em frente à “casinha” onde residira situada no bairro Expectativa em Sobral, segunda residência de dona Mariana nesta cidade. Ela ainda preserva a leveza e a empatia que demonstra na imagem onde se encontra no centro. À esquerda vemos sua irmã Terezinha, que mantém uma postura mais austera. E não foi possível conhecer Ritinha a cunhada à direita, todas moram no mesmo bairro. Dona Mariana é muito comunicativa e sua narrativa

¹⁹⁴ SOUSA, Mariana Ximenes de Melo. *Mariana Ximenes de Melo Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

apresenta uma linguagem muito mais teatral que o comum entre os entrevistados, porque repleta de gestos, de momices.

Essa senhora foi uma das poucas que dispunha de fotografias que lhe coloca nesse passado recordado. Transpostos os anos e as tormentas da luta cotidiana, ela conseguiu nos passar também dessa forma, o desvelo com que vivera com seus familiares para que as coisas almeçadas dessem certo. Recebeu-nos com muita delicadeza e acolheu nossa proposta sem muita relutância, embora as primeiras conversas tenham acontecido sem a gravadora. Mas isto foi um ponto comum entre os vinte sete inquiridos, destes apenas cinco iniciaram os relatos sem precisar de encontros precedentes e sem a gravadora, precisando que retomássemos o diálogo no encontro seguinte.

É interessante observar como as imagens congelam o momento e criam uma representação simbólica da realidade desejada, não exatamente da realidade vivida. A fotografia recria mesmo uma arte do cotidiano, diria Certeau (1994), representativa não necessariamente do vivido, mas de parte dele. Uma parte que parece pretender dizer algo ao futuro, que teve, portanto, intenção de futuro.

Todavia, ambigüamente e concomitante, ressalta o passado, preserva-o mesmo, e representa uma simultaneidade temporal com uma beleza que excede inclusive, o encanto dos atores, personagens do presente capturado, e do futuro, agora, do presente, compondo um conjunto, uma paisagem. Quando concordamos com Miriam Leite (2000, p. 30): “[...] as palavras continuam a conservar mistérios que somente a imagem revela.”.

E a imagem de dona Mariana, suas irmã e cunhada é reveladora. Revela às relações familiares, as condições físicas da pequena moradia, a simplicidade com que racionalizavam a vida no princípio em Sobral. Leva-nos a imaginar, portanto, o quão foi difícil essa experiência de morarem todos juntos em uma mesma residência. O quão exigia de cada um, um esforço cotidiano, para manterem-se racionando o seu próprio espaço, o espaço de cada um e o espaço de todos.

Nesse trecho de sua entrevista, ela explanou as possibilidades que aceleraram sua vinda e os primeiros anos na cidade de Sobral. O trabalho de seu irmão no mercado público dessa cidade: “vendendo uma coisa, vendendo outra”. Relatou sobre seu novo trabalho, o momento em que aprendeu a costurar e as motivações para o seu deslocamento, as quais pelo que observamos, foram aleatórias, provocadas por um encadeamento de situações familiares, sociais e

climáticas, da posição que a família já ocupava no sertão, não exatamente correspondente ao período da seca de 1958.

E isso é relevante porque traz indícios dos enfrentamentos, das tensões vividas, das contingências infelizes que aguçavam os problemas vivenciados, das soluções buscadas incluindo a migração. Logo, não podemos apontar uma única motivação para sua vinda a essa cidade, mas podemos perceber já indícios da cidade encontrada, dos motivos de seu irmão procurar o giro nessa urbe.

E um desses indícios seria sua praça comercial, espaço que faz parte da Sobral desejava para quem almejava ser comerciante. Cidade almejada através da observação antecedente, do olhar perscrutador nas estadias e passagens por essa urbe para realização de negócios, e na busca de serviços, como o atendimento médico-hospitalar, questão citada por dona Mariana Sousa.

Logo, podemos pensar que ao decidir buscar o giro nessa cidade, o irmão de dona Mariana já sabia o que queria fazer, já ambicionava construir seu lugar de comerciante no mercado público.

Dona Mariana deslocou-se provavelmente depois da seca de 1958 atendendo a uma solicitação desse seu irmão que havia emigrado para Sobral à procura de trabalho no período. Embora essa data gere controvérsia, sua maior recordação deste ano é que, seu pai precisou distanciar-se da família para “trabalhar na emergência” em virtude da seca, deixando a família e os “bichinhos” que criavam em naufrágio, sofrendo as privações inevitáveis daqueles dias. E isto lhe causou muita “revolta”: “[...] eu tenho uma revolta, o papai trabalhava muito longe, só vinha dia de sábado em casa.” (SOUSA, M., 2014).

No entanto, apesar dessa estiagem, circunstância que já refletimos no capítulo anterior, dona Mariana enfrentara quando não de forma simultânea, mas consecutivamente, várias situações que implicaram na migração, resumido na frase: “Nós viemo por causa das dificuldade mesmo, do passado, do tempo ruim”. Porque é bom assinalar que, quem emigrou no decorrer do período para trabalhar foi seu irmão. Ela veio requisitada por ele, a exemplo da experiência de Maria das Graças Silva (2014) já analisada neste trabalho.

Nesta perspectiva, são importantes as questões estudadas por Chaves (2002),¹⁹⁵ o qual igualmente constatou construções temporais distintas apresentadas por camponeses moradores do “Baixo Jaguaribe-Ceará” no referente à seca de 1958. Portanto, é interessante observar que, para aqueles que inquirimos a migração ocorreu neste mesmo ano ou consecutivamente, mas foi justificada de forma dessemelhante. Ainda que, uns tenham se deslocado por consequência direta, outros não, e estes nem teriam deixado seu sertão se dependessem de suas vontades, como defenderam Maria das Graças Silva e Maria da Conceição Aguiar.

Outra questão que vai de encontro à reflexão desse autor e que precisamos ainda sublinhar, para sairmos deste ponto é que, a seca foi vivenciada de forma diferenciada porque os entrevistados residiam na região do Sertão Norte do Ceará, contudo, em áreas mais e menos servidas de água, com maior ou menor precipitação pluviométrica.¹⁹⁶

De tal modo, a seca acontece de forma assimétrica e neste sentido, não é difícil concluir que alguns camponeses ficam mais assolados que outros, porque segundo Duarte (2002, p. 36): “[...] a intensidade do fenômeno não foi a mesma em toda parte. As áreas de serras, os vales úmidos e as pequenas áreas de irrigação apresentam situação consideravelmente melhor que a das caatingas circunvizinhas.”.

Consequentemente, apesar de dona Mariana ressaltar que emigrou porque seu irmão a solicitou, simultaneamente apresentou-nos outras circunstâncias: a saúde debilitada de sua genitora e seu trabalho de parteira, altamente solicitado mesmo quando estava convalescendo; o óbito da parturiente; o desemprego de seu irmão e o trabalho de aluguel; a seca; a ausência de seu pai; de forma que a situação da família ficou comprometida diante de tantos infortúnios, ficou mesmo insustentável concluindo com a vinda para Sobral.

¹⁹⁵ A propósito ver CHAVES, José Olivenor Souza. Primeira parada: o camponês e as secas. In: *Atravessando Sertões: memórias de velhas e velhos camponeses do baixo-Jaguaribe-CE*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 151-200. Também Duarte (2002, p. 27) mas noutro sentido concluiu a respeito que: “os dados pluviométricos” revelaram uma “seca parcial” comparável aos anos de “1915, 1919, 1930, 1931, 1932, 1942, 1951 e 1953”.

¹⁹⁶ “Foi por causa da seca, foi seca contínua, três seca em seguida, num deu mais pra gente beber água [...] num podia mais viver lá né? Podia mais viver, aí meu pai resolveu vir pra cá! [...]”. (VASCONCELOS, 2013).

Neste sentido, esta urbe surgiu-nos como uma alternativa para os agricultores moradores da circunvizinhança, representando um lugar¹⁹⁷ para onde recorrer em momentos de crise familiar, de crise climática, de conflito com patrões-proprietários, com vizinhos, de adoecimento, de desemprego.

Sobral seria o local onde poderiam procurar água em momentos de estiagem como ocorrera com Sr. João Emílio Vasconcelos (2013), ou emprego, como Matias Santos (2013) e o irmão de dona Maria das Graças Silva (2015), ou onde poderiam encontrar alternativas de trabalho mais rentável que trabalhar de aluguel nas fazendas: como “trabalhar em feira” no que se refere ao irmão de dona Mariana Sousa.

Dessa maneira, esta cidade reverberava essas injunções, projeções e proposições pessoais dos camponeses que a circunvizinhavam, e a percebiam como espaço alternativo à solução de circunstâncias várias de suas experiências cotidianas. Sem embargo, essa cidade representava esses anseios e não necessariamente que ela correspondesse, porque o que importava era a interpretação de quem pleiteava moradia nela.

Esses diversos pleitos abrangiam situações que pudessem aproximar os camponeses de suas vivências anteriores, como morar em bairros servidos de água. E quando assinalamos esta possibilidade, não nos referimos à água potável canalizada diretamente às residências. Referimo-nos às lagoas ou ao Rio Acaraú.

Outro ponto de interesse seria morar em casas com quintais onde pudessem criar animais domésticos como dantes, ou conservá-los, inclusive porque alguns possuíam comboio de jumentos como dona Mariana. Somando-se a isto, a moradia nessa periferia de Sobral era apropriada pelo custo, porque mais acessível tanto às locações como à aquisição de terrenos ou de casas prontas.

Essas possibilidades não fazem parte dos relatos de forma objetiva, não estão ditas literalmente, mas estão sinalizadas, correspondiam assim, às necessidades de quem optava por morar nessa cidade, de quem planejava e observava essa urbe com o fim de nela morar.

¹⁹⁷ Em termos demográficos na década de 1950, Sobral surge como a segunda maior cidade do Estado: “Dos 79 municípios cearenses, oito tinham população superior a cinquenta mil habitantes: Fortaleza (270.169) [seguida de] Sobral (70.011) [...]”. IBGE. Nota Prévia. Censo demográfico, 1950: Estado do Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1951, p. VII. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

Quanto às maneiras de se deslocarem, um ponto destacável é como realizaram a mudança sem reservas financeiras para fazê-la. O deslocamento acontecia ora a pé, ora a cavalo, com a bagagem sendo transportada em comboio de jumentos como ocorrera com dona Mariana.¹⁹⁸ Lembrando que Santana do Acaraú dista 120 km de Sobral, uma distância plausível para uma população habituada a longas caminhadas:

– Seus primos já moravam em Sobral?
 – Já, já moravam aqui, nem me lembro mais, já morreram uma parte [...]. E foi assim sabe, nesse tempo ainda tinha vovó, a vovó morava mais nós, [...] ela veio, acompanhou nós, aí depois veio uma tia minha, que morava perto de Santana, que era nas Camaúba, que eles viviam bem, também já faleceram, viviam bem, aí disse assim: “Antônia, eu vou levar a mamãe pra passar uns tempo mais eu”, aí ficou lá. [...]. A mamãe: “tá certo, leve, depois eu vou mandar o Gerardo buscar” [...]. A gente vinha de pés, que num tinha transporte, num tinha mesmo, os transporte era jumento, cavalo, essas coisa. Aí minha avó adoeceu, não pôde mais tá caminhando, tia Zefa acolheu ela uns tempo aí depois Deus chamou. (SOUSA, M., 2014).

Essa situação ressaltada por dona Mariana a propósito de sua avó e das formas de transporte existentes no período, é importante enfatizar porque as longas caminhadas a pé ou a cavalo, por quaisquer motivos, serviam bem aos mais jovens. Idosos e podemos adicionar doentes e crianças de colo ficavam todos circunscritos às circunstâncias da viagem.

Porquanto, a avó dessa senhora acompanhou a família transeunte no deslocamento a Sobral, todavia, ao precisar retornar a Santana do Acaraú não conseguiu mais regressar, porque seu estado de saúde não permitia. O que nos leva a acreditar que, idosos e demais grupos sociais em condições especiais sofriam de outras privações, pela ausência de condução coletiva, ou mesmo, condução individual mais adequada.

O deslocamento tornava-se mais arriscado primeiramente devido às más condições das estradas e trilhas de acesso as mais recônditas povoações sertanejas.¹⁹⁹ Embora dona Mariana não tenha salientado o estado dos caminhos do deslocamento, boa parte do trajeto realizado por ela de Bartolomeu a Sobral deve

¹⁹⁸ “[...] – A senhora veio de Santana morar em Sobral a pé? – Foi, nós viemo de comboio, foi feito um comboio de jumento, aí a gente trouxe as coisa da agente [...]” (SOUSA, M., 2014).

¹⁹⁹ Embora ela destaque as condições de moradia de Bartolomeu onde morava: “[...] tem muita casa sabe? Mas era muito ruim nessa época; ruim mesmo, o pessoal andava tudo era de pés, que não tinha, nesse tempo escasso água, a gente carregava água de muito longe, ia pros açude era em jumentim, [...]]. Trabalhei, ajudei muito o papai a plantar, subi muitos alto, era muito sofrida sabe? (SOUSA, M., 2014).

ter acontecido em veredas as mais tortuosas, esburacadas e espinhentas entre montes e baixios. E em segundo, pelas condições da condução, como já tentamos deixar claro.²⁰⁰

Como foi possível constatar com Matias Santos (2013) no primeiro Capítulo deste trabalho, que emigrou com sua família de Itapipoca a Sobral de trem; algumas poucas cidades da região Norte do Estado dispunham de estação de trem como Itapipoca, Sobral, Massapê, Martinópole e Camocim, pois segundo Frota (1995), começaram a ser inauguradas ainda no século XIX. E conforme Araujo (2015, p. 164) em: “1933 foi inaugurada” nessa cidade uma “linha de caminhão, com passageiros, para Fortaleza, saindo às 13 horas, chegando em Fortaleza às 22 horas.”.²⁰¹

Contudo, a maior parte dos agricultores, embora tenha emigrado em épocas diferentes entre 1950 e 1980, realizou o percurso a pé ou a cavalo como já assinalamos.²⁰² E aqui vale ressaltar que, não exatamente porque nesse território migrante não houvesse automotores menores ou caminhões, estes que foram os primeiros transportes coletivizados dessa região e de outras do interior do Brasil como defendeu Estrela (2003, p. 87),²⁰³ e como constatamos com Araujo (2015).

Essa autora que estudou a migração de sertanejos do “alto sertão da Bahia” ao “Centro-Sul do país”, também constatou que este movimento foi realizado a pé ou a cavalo nos primeiros decênios do século XX, sendo incrementado paulatinamente com o percurso de trem à medida que as estações foram

²⁰⁰ “Muitas das ‘estradas reaes’ foram alargadas, recebendo camada de cascalho, e outras tantas foram abertas praticamente no mesmo ritmo em que chegavam os veículos automotores.” ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampaueiros*: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP; Editora da PUC, 2003, p. 87.

²⁰⁰ OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 32.

²⁰¹ “A quinze de janeiro de 1881 foi inaugurada a estação de Camocim e a de Granja; prosseguindo os trabalhos, foram sucessivamente inauguradas [...] Massapê (31 de dezembro de 1881); Sobral (31 de dezembro de 1882). FROTA, Dom Jose Tupinambá. *A Estrada de Ferro de Sobral*. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza – CE., Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1995, p.480. Já a linha de ferro Sobral – Fortaleza foi inaugura em 1950. ARAUJO, Pe. Francisco Sadoc de. 1950. *Cronologia Sobralense: 1911-1950*. 2 ed., v. 5. Fortaleza, CE., Edições ECOA, 2015, p.228.

²⁰² Dos vinte sete entrevistados, alguns poucos se dirigiram à cidade de Sobral de carro: um deslocou-se em 1969 em uma “caçamba” da empresa onde trabalhava, outra veio de Acaraú em 1964 de Jipe, e na década de oitenta, já com a maior parte dos municípios servidos de automóveis, um deslocou-se de Coreaú com a família de caminhão, outra de Itapipoca.

²⁰³ “Quando, no primeiro quartel do século XX, chegam às zonas sertanejas da Bahia os primeiros automóveis e caminhões, eles vão se firmando como os meios de transporte mais utilizados entre as estações baianas e mineiras.” (ESTRELA, 2003, p. 87).

construídas, ou a “vapores” pelo Rio São Francisco, dependendo do trajeto escolhido, isso até a chegada dos caminhões (ESTRELA, 2003, p. 79-80; 81-89).

No entanto, essa questão da avó de dona Mariana lembrou-nos Luzia – moradora de Sobral temporariamente, deslocada e empregada do serviço de emergência da seca de 1877-1879, personagem de Domingos Olímpio do romance Luzia–Homem (2003) – que ao precisar emigrar novamente, neste caso, desta cidade, viu-se impedida porque sua genitora já idosa e doente não podia submeter-se à outra viagem aos moldes da primeira que fizeram escapando da seca, a não ser que fosse conduzida “nas costas” por ela, se pudesse. (OLÍMPIO, 2003, p. 32).

Porque recurso Luzia não dispunha para pagar uma “carroça puxada por homens”²⁰⁴ –, condução utilizada pelas “famílias abastadas” quando a ocasião exigia segundo o autor –, ou para financiar a caminhada sendo transportada em uma “rede” por vários condutores, uma vez que precisariam revezar durante o percurso, possibilidade aplicada para o transporte de doentes e que acabou acontecendo.²⁰⁵

Não obstante, isso tudo teria acontecido na segunda metade do século XIX, logo, muitas décadas se passaram até o movimento realizado por dona Mariana e sua família em outra seca, mas já no final da década de 1950 do século XX. Ainda assim, é preciso reconhecer que as condições de deslocamento, pelo menos em se tratando da população trabalhadora moradora do Sertão Norte do Ceará, em especial de doentes e idosos, ainda se assemelhavam.

Voltando à Estrela (2003, p. 89), outro fator importante constatado por ela é que a migração demandava um planejamento de meses, mormente por exigir recursos financeiros que a maior parte não possuía, ou se possuía, eram bens alienados à propriedade da terra que precisavam ser vendidos.

No concernente a nossa pesquisa, embora estejamos falando de um movimento que ocorria de um município a outro deste território (Sertão Centro Norte do Ceará), pelo que observamos, também exorava apoios financeiros e psicológicos dos pleiteantes, embora de menor porte, visto que a viagem da Bahia a São Paulo

²⁰⁴ “[...] atrelados dois a dois, como animais a tiro. Era esse, naquela quadra de infortúnio, o veículo das famílias abastadas, que já não possuíam cavalos e muares de carga e montaria.” Olímpio, 2003, p. 23, Capítulo III.

²⁰⁵ “Seis possantes rapazes e Raulino iam à frente, revezando-se na condução da tia Zefa, estirada na rede, amarrada a um caibro longo e flexível.” *Id. Ibid.*, Capítulo XXVIII. p. 191.

perdurava por “meses”, enquanto que as realizadas pelos nossos inquiridos apenas dias.²⁰⁶

Poucos migrados assinalaram detalhes de seus cotidianos de dificuldades, mas uma das entrevistadas, dona Maria das Graças Silva (2015) relatou-nos que sua genitora depois que ficou viúva, para conseguir algum recurso financeiro contratava comboieiros que vinham comercializar no mercado público de Sobral, para trazerem parte de sua produção de “jerimum” para uma vez vendida, saldarem-na com metade do apurado,²⁰⁷ e isso não correspondia ao ano inteiro.

Consequentemente, os camponeses, mesmo os pequenos proprietários, como era a situação da genitora dessa senhora, para adicionarem algum dispêndio aos seus orçamentos domésticos precisavam igualmente de planejamento prévio. O que deixava àqueles que se deslocaram no decorrer da seca de 1958 em circunstâncias mais adversas ainda, posição de dona Mariana e de seu irmão.

Entretanto, os inquiridos que apresentaram pormenores desse tipo em suas narrativas, eram pequenos proprietários que emigraram com pretensões de adquirir uma casa e deram a entender que, já detinham o recurso acumulado à disposição, como João Emílio Vasconcelos (2013).²⁰⁸ Ou dispuseram-se do patrimônio forçados pelas circunstâncias, já como moradores de Sobral, situação de dona Maria das Graças da Silva e de dona Maria da Conceição Aguiar (2014), questão analisada no Segundo Capítulo deste trabalho.

E quanto aos riscos do deslocamento é importante salientar que, os sertanejos não se sentiam seguros viajando em caminhões e em outros veículos

²⁰⁶ “Com 92 anos, José Zacarias diz não se lembrar muito bem dos detalhes da viagem. Ressalva que era muito criança, que tinha apenas sete anos quando partiu com a família pra São Paulo a pé. [...] De acordo com sua entrevistada, a viagem durou **três meses e onze dias**.” (ESTRELA, 2003, p. 94-95, grifo nosso).

²⁰⁷ “Minha mãe colhia muita melânica, jerimum, tinha uma casa grande, um quarto bem bom, enchia de jerimum e às vezes, mandava até pra cidade, pra vender né? Contratava os animais, as pessoas que vinham, vendiam a metade pra ganhar a uma quantia, era assim [...]” (SILVA, M. 2014).

²⁰⁸ “[...] Ih! Quando passemo aqui nesse Junco [bairro] era tudo mato, mato, mato! O pessoal, só ia ter uma casinha, só ia ter a Igreja da Saúde lá na frente! Pra você ver, só uma igreja, lá na frente! Um caminho, era caminho, num tinha estrada aqui não, era tudo mato né? Ai passando ali [aponta à direção do centro da cidade], só tinha o Zé Guarim que era conhecido lá do Boqueirão [pé da Serra da Meruoca] que já morava aqui, aí o papai ia passando, aí ele dizendo que ia comprar uma casa, ele disse assim: “Seu Emílio [o pai], eu vendo a minha casa”. Aí o papai disse assim: “e a condição d’água aqui Zé?” A condição d’água vem, vem em carroça lá do rio, a gente comprando a dinheiro de latrinha, ah! Bom! Da água da água já vem correndo com medo, vou comprar lá na beira do rio [Acarauá], que num seca, foi aí comprou a casa dele lá na beira do rio, chama lá a Rua de Pedrinha [...]”. (VASCONCELOS, 2013).

automotores.²⁰⁹ Segundo Maria das Graças Silva que nos relatou o acidente de seu genitor na década de 1950 do século XX, quando um caminhão “perdeu os freios e virou”, acidentes desse tipo eram comuns porque “os carros eram velhos”. Ainda conforme essa senhora: “muitos pais de família perderam a vida nesse período, não foi só meu pai, e muitas mulheres ficaram viúvas”, portanto, como consequência, não apenas sua genitora. (SILVA, M., 2014).

Não apuramos essa questão, mas de todo modo, com estradas mal conservadas ou nem construídas, como atestou Estrela (2003, p. 87) no concernente ao sertão da Bahia, e carros sem os cuidados mecânicos necessários, não é difícil concluir que dona Maria das Graças esteja correta em sua constatação como desdobramento do ocorrido com seu genitor.

Assim como não é difícil concluir que, essas experiências dolorosas dos sertanejos, acostumados a caminhadas sem surpresas desse tipo, servissem de padrão para que esses condutores de vidas fossem evitados sempre que oportuno.²¹⁰

Importante é perceber que, o deslocamento para quem planejou morar em Sobral compreendia várias fases, como ocorria com outros movimentos migratórios, desde a sondagem junto a moradores desta cidade: parentes, amigos e ou “conhecidos” para indicações de bairros à residência, ou mesmo para ver com quem poderiam morar provisoriamente como sucedeu com os irmãos de dona Maria das Graças e de dona Mariana que vieram morar com primos, enquanto a família se dispunha a vir também, até como, ou de que forma aconteceria o percurso. Portanto, até a efetivação da proposição.

4.2 “Acaso a gente pedia explicação a um e a outro”

Continuemos com dona Mariana:

²⁰⁹ “[...] há acidente no transporte, é muita coisa feia que se passa hoje em dia. Até impressiono, eu fico muito nervosa, eu viajo no carro muito nervosa, rezano, porque a gente vai bem, quando fé o carro vira e a gente morre, né? (...) as vezes uma pessoa da gente vai uma viagem de dois dia, as vez e quando dá fé, morre um em casa duma hora pra outra. (...) e aí a gente num tem garantia na nossa vida! [...]” Mesquita, 2000 *apud* ADRIÃO, 2002, p. 174-175.

²¹⁰ Ver Estrela (2003, p. 94-95). Lembrando que caminhões adaptados ao transporte de passageiros, com uma cobertura de lona e alguns bancos de madeira no centro da carroceria apelidado de “pau-de-arara” ainda são vistos pelas ruas de Sobral vindos de distritos deste município, assim como de outros municípios adjacentes.

– Aí ele comprou uma casinha pro lado da Expectativa, [bairro], assim, na beira da lagoa [da Fazenda], muriçoca! Que era demais! Aí ficou eu e ele, e a mulher dele. [...]. Aí nós trabalhando em costura, aí trazendo pro mercado, eu ia buscar, ia deixar, eu muito novinha, cheio de bicho velho, pilantra velho, né, nas passagem dos beco, [gesticula explicando], mas nós aguentemo, fomos passando né, até que se apulumemo, [emociona-se], fiquemo trabalhando pra ir comendo, né? Aí o papai vendia carvão no mercado, [...] ele arrumou um depósito, um quarto, alugou um quarto e botou, comprava carvão dos conhecido lá do nosso interior, e o papai ficou vendendo lá. Ficava bem pertim do quartel, era guarnecido pela polícia também, e a gente vivia né? Aí o papai pegou uma “quizeira” (úlceras) muito forte, na perna, num podia ir, num podia mais ficar naquela poeira do carvão, até que a gente foi levando, e aí ficou; num foi mais! Ficou em casa! O Gerardo ficou por lá, também num quis, acabou com essa venda. Aí ele inventou negociar com essas fazenda, aí ele foi trabalhar, aí melhorou mais um pouco, e daí pra cá, a gente vive essa luta né?

– A senhora aprendeu a costurar nesse tempo [...] aprendeu como?

– **Acaso a gente pedia explicação a um e a outro né?** O pessoal ia ensinando, e a mamãe foi aprendendo cortar, e eu via a mamãe cortar e também cortava, mas só trabalhava em casa com roupa de homem, roupa de mulher, nunca nós se aperfeiçoemo em roupa de mulher não [...]. É porque ele; tinha o Armazém Fortaleza [especializado em tecidos], e ele era muito amigo, o Fernando era amigo da gente, e se prontificava: ora Gerardo, vamo trabalhar comigo? Vou te ensinar; eu te vendo o pano, tu vai me pagando no apurado, eu arrumo um localzim pra tu botar, e assim foi ajudando né? E aí ele se fez, e foi essa luta toda viu? [...] Levando, levando, até que o tempo passou né? E nós tamo aqui já tudo... [parou contemplativa]. (SOUSA, M., 2014, grifo nosso).

Interessante perceber como essa senhora refez a vida em Sobral aprendendo uma nova profissão, de costureira, e como sua família se recompôs empenhando-se em uma nova atividade familiar, construindo, desta forma, uma nova espacialidade e uma nova temporalidade, ou seja, confeccionando roupas para vender no mercado público dessa cidade.

Isso tudo alternando com a tentativa de seu pai e irmão venderem “carvão”, “farinha” e outros gêneros na feira. Apesar da alegria deste aprendizado individual e familiar, dona Mariana destacou também a angústia que representou essa nova posição, essa alteração em seu cotidiano, que por sua vez, surge diluída nas novas relações sociais e confrontos das lidas diárias.

Quando essa senhora assinalou que seu irmão veio “procurar um giro” em Sobral, pensamos que seria uma pessoa a quem a família recorria nos momentos de crise, e até que havíamos entendido de forma equivocada: poderia ter vindo procurar um Gilson. No entanto, procurar “o giro” significava “procurar trabalho”. A despeito disso, Gerardo seu irmão poderia ter ido procurar o giro em outra cidade, ou noutro estado, desse modo, por que em Sobral?

Essa sequência de seu relato corrobora para o entendimento do que já assinalamos. Em poucas palavras dona Mariana passou-nos as imagens que ela e seus familiares alimentavam de Sobral antes do deslocamento, e a correspondência que essas impressões encerravam com os possíveis recursos urbanos que esta cidade disporia, esclarecendo os motivos da “procura do giro”.

Acreditamos que havia uma idealização do que significava deslocar-se para Sobral, no sentido do que esta cidade proporcionava em termos de trabalho e de moradia, em correlação com o que essa senhora e seus familiares já conheciam, considerando, mormente, o diálogo com parentes, amigos e conhecidos, migrantes também ou não. Porque o irmão de dona Mariana veio residir com primos e um amigo, o “Fernando”: propôs-se a ajudar com o comércio no mercado.

Portanto, deslocar-se para Sobral representava estar em uma cidade que dispunha de um mercado público considerável, onde poderiam negociar produtos do domínio cultural da família como farinha e carvão, morar em bairros como o “Pedrinhas”,²¹¹ situado em uma das praias do Rio Acaraú (segundo maior rio do Ceará),²¹² onde havia garantia de água para o consumo doméstico, de onde a população sobralense, inclusive, dos grupos privilegiados, abastecia-se pelo menos até a década de 1960, já que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) foi fundado em 1961.

Ou ainda para morar em bairros como o Expectativa, (segundo bairro onde residiu dona Mariana), núcleo habitacional que se desenvolveu em torno da Lagoa da Fazenda, outro reservatório de água, então, importante para o uso da população residente naquele perímetro, sobretudo, para a manutenção de animais

²¹¹ O Pedrinhas com 10.309 habitantes é um dos bairros mais antigos da cidade, não sendo possível datar o início de seu núcleo habitacional, contudo, representava um dos mais importantes bairros por margear o Rio Acaraú, somando-se nesse sentido com o Tamarindo, outro bairro procurado pelos migrantes, com o Dom Expedito, o Santa Casa, o Sumaré e o Tubiba.

²¹² “O rio Acaraú é o maior do Ceará depois do Jaguaribe. Desagua no mar, entre as pontas do Itapagé e Jeriquaquára, formando um pequeno delta, em frente do qual se estende o grande banco ou coroa do mesmo nome, onde o mar é extremamente piscoso. [...] Em 1574, no conhecido ‘mapa das capitâneas’, o rio Acaraú tem a denominação de ‘r. Grande’, e o cronista Gabriel Soares na sua ‘notícia do Brasil’, em 1587 lhe dá o nome de ‘rio da Cruz’ confundindo-o com o rio Camucim. A posição geográfica consignada por Soares, porém, não permite dúvidas sobre a identificação.” (FROTA, 1995, p. 11-12). Essas denominações são importantes porque alguns entrevistados que nasceram em cidades como Acaraú e Santana do Acaraú banhadas pelo Rio, o conhecem como **Rio Grande**.

domésticos, preservados com muito zelo pelas necessidades comerciais da família de dona Mariana Sousa (2014).²¹³

Pelo que foi possível apurar com algumas migrantes que relataram suas labutas no Rio Acaraú como veremos mais adiante, a população trabalhadora demorou a dispor de água potável nas torneiras de suas residências, porque o serviço de água e esgoto era muito dispendioso, assim sendo, foi se estendendo de forma morosa pela periferia da cidade.

Outro ponto importante de morar em Sobral seria a possibilidade de permanecer achegado e aconchegado de/por pais, irmãos, avós, como observamos no primeiro trecho da narrativa de dona Mariana: “[...] aí disse assim, Mariana vamo trazer o papai mais a mamãe? E eu vamo, ave Maria! O papai precisa muito de nós, e ele num pode ficar acolá só não! Aí devagarim, nós trouxemo.”.

Portanto, o que fica dito nesta passagem é que os camponeses que almejavam morar em Sobral não abstraíam os parentes de suas vivências nesta cidade, ao contrário, escolhiam velar por eles assim como a serem velados, isto de forma objetiva, já que dona Mariana emigrou para “ajudar” seu irmão e juntos, fizeram o que foi possível para reunir toda a família e seguirem unidos. Embora possamos observar situação análoga com Maria das Graças da Silva e Maria da Conceição Aguiar, entretanto, como refletimos, estas preferiam ter continuado no sertão.

Nesse sentido, podemos perceber algumas estratégias de sobrevivência dos sertanejos, algumas possibilidades estudadas durante as dificuldades vivenciadas em família. Por conseguinte, as soluções encontradas parecem ter sido tateadas não no escuro, mas no diálogo ou mesmo nos embates em família. Porque não estamos querendo dizer que, as decisões eram consensuais, talvez houvesse mais dissenso que consenso, senão no caso de dona Mariana, todavia, talvez no caso de dona Maria das Graças Silva (2014), analisado antes.

No correspondente à migração para Sobral, a decisão mesmo em conformidade com o período da estiagem no relato de dona Mariana, não nos pareceu que foi uma decisão impensada, antes, pareceu-nos perscrutada nas

²¹³ “Aí nossa casinha, era uma assim e a outra assim, [explica gesticulando] e aqui no meio tinha uma cancela, que a gente podia guardar os jumentos ali dentro sabe? Guardava os jumento nesse tempo, e as coisa, os carvão, que nessa época era carvão. O comboio; nós botava tudo abaixo, carregava as carga, tudo pra dentro lá, aí botava os jumentim prá dentro, botava as comida, eles iam comer milho, água pra beber, tirava as carga, tirava tudo, passava água neles pra esfriar mais, a gente cuidava bem direitim [...]”. (SOUSA, M., 2014).

passagens por essa cidade através do olhar observador, reflexivo, e junto aos conhecidos, amigos, parentes, como já salientamos.

Assim como podemos entender melhor o que fugitava os agricultores pobres do sertão, o que gerava crises e era considerado mortificador, podendo ocasionar como solução a migração, como as secas e seus efeitos canalizadores da rotina dos agricultores. Outro ponto que causava crise seria entrar em conflito com vizinhos, representado nos atendimentos às parturientes, por não estar mais em condições de fazê-lo, melhor mudar do lugar que cometer esse ato desumano.

Outro seria “trabalhar de aluguel”, deixado dito à insatisfação que essa condição acarretava, pois consoante L. Santos (2009, p. 256),²¹⁴ o trabalho de aluguel remete-nos ao período da escravidão quando os “senhores” alocavam seus escravos. Importante esclarecer que dona Mariana não era filha de proprietários, mas morava com parentes que eram possuidores da terra: “– A terra onde a senhora morava era da senhora? – Era de um tio meu, era de um tio meu, nós morava lá” (SOUSA, M., 2014).²¹⁵

Ela não explicou detalhes dessa relação de moradia e trabalho, apesar disso, para que seu irmão se ressentisse da categoria de trabalhador de aluguel em outra terra, podemos pensar que a relação não se distinguia de outras realizadas por moradores de fazendeiros sem vínculos de parentesco. Visto que alguns acordos abrangiam a prestação de serviços que fossem solicitados sem remuneração. Se objetivassem recompensa outra, excedendo a moradia, dependeria das necessidades da propriedade, uma vez não havendo, podiam procurar a alternativa de laborarem alugados noutra terra.

No entanto, algumas circunstâncias poderiam causar descontentamento: como a extensão que separava as fazendas, o tempo disponível do morador para

²¹⁴ Trabalhar de aluguel é uma expressão herdada da escravidão, de quando um cativo era alugado pelo seu proprietário. O sertanejo ainda se refere à condição de trabalho remunerado temporário como “trabalhar de aluguel”, vejamos esse autor: “Como se depreende da análise dos anúncios dos classificados do Jornal do Comércio, o valor do aluguel pago a um escravo também dependeria do tipo de atividade que o mesmo viria exercer.” SANTOS, L. F. dos. Os níveis salariais. *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, BA., v. 9, n.1, p. 256, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/568/565>>. Acesso em: maio 2016.

²¹⁵ Vasconcelos (2013) já citado nesse capítulo igualmente relatou maneira de morar semelhante com parentes no sítio da família em Meruoca: “[...] – O sítio era da sua família seu João? – Era dos meus avô, era! Morava todo mundo, trabalhando junto, tudo unido, trabalhando junto. Tinha outros mais velho lá, morando lá, tinha um tio do velho que morava lá, o tio Venâncio, morava lá mais nós, em baixo das nossas casa, porque as casa lá, o lugar era muito alto, pra fazer as casa precisava fazer em lugar mais em baixo [...]”.

procurar e realizar essa alternativa de trabalho, e a recompensa abischoitada, todas no campo da suposição, porém, indicam os motivos do cansaço do irmão de dona Mariana.

Em face dessa circunstância, defendemos que Sobral emerge como saída para moradia, porque não parecia tão distinta das comunidades sertanejas onde moravam, ou melhor, os bairros investigados para moradia não pareciam tão diferentes, não pareciam exigir culturalmente falando, mais do que os agricultores pudessem dar de si mesmos. A cidade pretendida parecia bastante plausível para morar: com bairros servidos de água natural em plena seca, e seu mercado apto a negociar produtos ao alcance dos lavradores.

Procurar o giro em Sobral, além de tudo, poderia significar criar um “percurso” próprio, seguindo aqui Certeau (1994, p. 204-207), que indicasse a liberdade de se dirigir por aqui e não por ali. Isto se avaliarmos que, não foi o pai de dona Mariana quem propôs o deslocamento, mas seu irmão que não queria prosseguir, com efeito, é presumível pensar, seguindo a trajetória de seus pais: pu seja, subordinando-se a um emprego de aluguel em uma propriedade qualquer, ou sujeitando-se às contingências emergenciais das secas.

Nessa perspectiva, o irmão de dona Mariana poderia estar ambicionando muito mais, poderia estar ambicionando um percurso próprio, livre dos impedimentos suportados por seus genitores. Nesse sentido, podemos presumir que ele tenha refletido essa possibilidade com sua irmã, também insatisfeita com aquela situação, também revoltada com a seca, com o trabalho de seu pai, com o trabalho de sua genitora, com os vizinhos inconvenientes, e assim sendo, concordou em ajudá-lo naquela empreitada arriscada.

Afinal, praticamente de uma só vez, deixavam a casa paterna os dois filhos mais velhos, desse modo, coagindo seus pais a se deslocarem também. Decisão que pode ter causado conflitos e desacordos familiares não relatados por dona Mariana. Todavia, sinalizados nessa passagem: “[...] porque lá ele já trabalhava, vivia de aluguel nas casa, trabalhando de agricultura mas nas casa, e ele já tava abusado daquilo, ele queria vir negociar, que ele via os primo já negociando, e ele sentiu aquele prazer, aquela força que queria vir trabalhar com os primo.” (SOUSA, M., 2014).

Nesse sentido, o irmão de dona Mariana almejava trabalhar com os parentes em Sobral negociando no mercado público, portanto, não mais trabalhar e

morar com os pais nas circunstâncias relatadas. O que traz vestígios de que pode ter havido discórdância familiar nesse primeiro momento.

Claro que estamos falando de uma hipótese, não obstante, é mais uma forma de analisar a questão trazida por essa migrante, de tentar ler o texto narrado por ela por outro viés, o do dissenso, da discórdia. Ou por outro lado, de tentar ler a atitude do irmão dessa senhora e mesmo a dela como textos, e textos refeitos depois de tantos anos, porque narrados no presente, lembrando aqui Bakhtin (2011, p. 311-312),²¹⁶

Porque não se trata apenas de um contexto como diria esse autor, mas de contextos que se implicam formando diálogos, ou talvez fique melhor, de diálogos que se implicam formando contextos. Porque a decisão de emigrar tomada pelo parente de dona Mariana e que teria ocasionado a dela, pode ter gerado desarmonia familiar, ou noutro sentido, confronto geracional, na tentativa de criar um entendimento do que seria melhor para todos.

No entanto, importa dizer que, dona Mariana hoje é quem relata e interpreta o passado, e sua narrativa, como propôs Lowenthal (1998, p. 74), corresponde a uma “urdidura contemporânea de gerações anteriores”. E esse intrincado conjunto de lembranças trazidas ao presente, pelo diálogo que conseguimos realizar, indica mais responsabilidades para com os mortos, porque se houve conflitos não mais lhe caberia relatá-los. E quanto ao nosso trabalho, podemos restringi-lo ao que ela nos trouxe ou procurar sinais que indiquem outras verossimilhanças, como estamos tentando fazer.

A despeito disso, essa urbe no período em estudo como já salientamos, parecia corresponder à realização dos desejos daqueles que para ela recorreram com o forte propósito de exceder suas posições adversas.

4.3 “Ele sentiu aquele prazer, aquela força”

A afirmação dessa senhora de que seu irmão aspirava negociar com seus parentes em Sobral, atesta um desejo de vencer nesta cidade, de seguir outro

²¹⁶ Para Bakhtin (2011, p. 311-312) “Todo texto verdadeiramente criador é sempre, em certa medida, uma revelação do indivíduo livre, e não predeterminada pela necessidade empírica. Por isso ele (em seu núcleo livre) não admite nem a explicação causal nem a previsão científica. Mas isso não exclui a necessidade interior, a lógica interior do núcleo livre do texto (sem isso ele não seria compreendido, reconhecido e eficaz).”.

caminho como já assinalamos, de deixar aquelas circunstâncias adversas, humilhantes, aquele modo de viver mortificado, aquele trabalho que não satisfazia, àquelas relações indesejáveis.

Deste modo, superar aquela conjuntura familiar e social abstrusa, repleta de “revolta” e de insatisfação. O plano era tomar o exemplo dos primos; era arriscar-se fora da agricultura, fora da zona sob o abrigo paterno, sob a dependência de patrões, de secas e seus empregos temporários, era negociar no mercado público dessa cidade e construir outro espaço de sociabilidade, outra temporalidade, era, portanto, fazer o futuro nessa urbe.

E o que parecia melhor, realizar essas possibilidades podendo contar com a experiência de parentes já radicados nesse centro, com o suporte amigo e necessário que abrangia conhecimentos das coisas da cidade, de como se encaminhar ao mercado, de como adquirir posteriormente uma casinha, de como encaminhar o projeto de vida.

Essa solução para os problemas vivenciados por dona Mariana, de emigrar para Sobral e trabalhar no mercado público com seus primos, levou-nos a estudos como o de Fontes (2008, p. 55),²¹⁷ o qual refletiu a respeito das “rede[s] de comunicação entre os migrantes e seus locais de origem”, ou dizendo de outro modo, refletiu a respeito das ligações já existentes entre parentes e amigos que permanecem vinculados mesmo distanciados pela migração, apoiando-se mutuamente. E isto se manifesta em quem já emigrou e se estabeleceu colocar sua experiência à disposição para amparar outros deslocamentos.

Esses liames que se formaram antes e depois da mobilidade estão presentes em outros estudos: Durhan (1973), Taube (1986), Sayad (1998), Lucena (1999), Estrela (2003) e Moya (2004), quando objetivando auxiliar a comunidade de origem, ou porque são procurados ou para abrandar a solidão que experimentam, maiormente nos primeiros anos, os deslocados prontificam-se a acolher e encaminhar no que for preciso novos migrantes.

E uma das armas de convencimento à migração quando há dúvida é a narrativa de sucesso, de facilidades muitas e até de enriquecimento fácil. De possibilidades que se multiplicam em enunciados que ocultam as dificuldades de

²¹⁷ Fontes (2008, p. 55) defendeu que: “O estabelecimento de uma rede de comunicação entre os migrantes e seus locais de origem freqüentemente orientava o processo migratório. Correspondências, fotos, cartões-postais tinham papel importante para o fornecimento de dados e criação de um ‘imaginário cultural do local de destino’”.

moradia, de emprego, de adaptação e aprendizado dos referenciais da vida urbana para quem vem do campo, como advertiu Durhan (1973, p. 147), chamando atenção para a assimilação de novos “padrões culturais” ligados não apenas aos postos de trabalho, e aos perigos sugeridos por dona Mariana: “eu muito novinha, cheio de bicho velho, pilantra velho, né, nas passagem dos beco”.

Porque para essa autora (*Ibid.*, 1973, p. 147): “[...] a qualificação, no seu sentido amplo, consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho.” Possibilidade que pode incluir, reportando-nos a observação dessa senhora, aprender a conviver com vizinhos indesejáveis, ou com pessoas estranhas a sua convivência que encontrava na ida ao trabalho, ou mesmo, no próprio espaço de trabalho.

A alteração cultural sentida por Antônio Sousa (2015), Maria das Graças da Silva e Maria da Conceição Aguiar (2014), ou por dona Mariana, representa também como advertiu Lucena (1999, p.65), um estágio “de ruptura” com o passado, com aquilo que era familiar, conhecido, amigo, que assegurava continuidade. A cidade, neste sentido, representa descontinuidade temporal e espacial, trata-se de um novo padrão cultural e representa, portanto, ruptura não apenas temporal, mas espacial, com o futuro que já parecia certo, natural de acontecer.²¹⁸

E os problemas não ventilados iniciam com as nem sempre bem-sucedidas tentativas de morar em associado com os parentes ou amigos, de forma provisória enquanto a nova vida ganha apurmo. Esse rompimento com a cultura sertaneja e estranhamento com a cultura urbana, ou as implicações das novas circunstâncias levam o migrante a estágios não previstos que causam sofrimentos não refletidos, como os já analisados noutros pontos deste trabalho.²¹⁹

Quanto às dificuldades não refletidas pelos migrantes, não planejadas, dona Mariana nem relembra detalhes dos primeiros tempos em Sobral, justificado

²¹⁸ Para Lucena (1999, p. 65), “Na mudança do rural para o urbano, o migrante administra diversas perdas. A Sensação de perda pode estar, por exemplo, na representação do tempo regido pela natureza no campo, [...] A lembrança da casa e das terras da família também revela o sentimento de perda e de ruptura pelos afazeres do trabalho.”

²¹⁹ A propósito ver a questão trazida por dona Mariana, inclusive, com alguns excertos de sua entrevista transcritos neste trabalho: ADRIÃO, Maria Antônia Veiga. A Escola nas Narrativas de Migrantes. *Revista de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 193-211, jan./jun. 2016b. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=636&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

pelo esquecimento dos primos, pela perda de contato com esses familiares com o passar dos anos, como ela deixa dito no último excerto: “já moravam aqui, nem me lembro mais, já morreram uma parte”. Modo estranho de se colocar já que seu irmão viera para morar com eles.

No entanto, esse distanciamento todo, somado à insatisfação de seu irmão na residência desses primos no primeiro trecho da entrevista, traz-nos indícios da distância entre a idealização e a realidade vivida. Isso porque morar com os parentes parece que não foi uma opção tão exitosa como parecia ser antes do deslocamento. Considerando a superficialidade das informações obtidas anteriormente, não exclusivamente às chegadas de fora, dos parentes, todavia, as próprias, adquiridas nas eventuais passagens por essa cidade tencionando esse escopo.

Apesar desses prováveis desenganos na morada inicial em Sobral: “ai, achava ruim tá nas casa, arrumou um cantim, me trouxe”; o apoio que o irmão dessa senhora recebera do amigo Fernando e de seus primos pode ter sido decisivo para sua permanência nessa cidade.

Lucena (1999, p. 50-51) ao analisar a migração de famílias do interior de Minas Gerais para São Paulo defendeu que: “[...] a organização familiar da vida rural leva o processo migratório a ser realizado como projeto familiar”, no sentido de que familiares comprometiam-se a dar sustento na saída e na chegada ao destino, garantindo, portanto, base material e psicológica enquanto as coisas se arranjavam.

Essa possibilidade de haver um projeto familiar de sustentação do deslocamento pode ser percebida na experiência de dona Mariana, não necessariamente que tenha partido de todo o conjunto familiar que veio em seguida, porque como já refletimos, é possível que o plano tenha sido uma iniciativa meramente de dona Mariana e de seu irmão. Contudo, importa dizer que, eles desejaram vencer em Sobral a situação adversa à qual passavam, e encaminharam seu futuro nessa direção.

E esse suporte acordado antes e depois, com dona Mariana e com seus primos, e mesmo se foi o caso, com seus pais e outros parentes, já que veio toda a família até a avó, corroborou para que o irmão dessa migrante uma vez nessa cidade pudesse assegurar suas pretensões de forma mais tranquila, para que já de forma independente dos primos, pudesse se unir à dona Mariana, enquanto juntos organizaram o deslocamento do restante da família de Bartolomeu.

E de tal modo, procuraram permanecer conectados aos objetivos iniciais de reconstrução da vida, de realização do futuro em Sobral, trabalhando no mercado, enfrentando as dificuldades de moradia e adaptação com resiliência, apoiando-se mutuamente: “até que se apulume, fiquemos trabalhando pra ir comendo”.

A proposição de a mobilidade acontecer correspondendo a um planejamento familiar, não se aplicou pelo que observamos a todos os sertanejos, contudo, como já ressaltamos, aplicou-se a dona Mariana. Ela trouxe sinais de que houve senão um plano com seus pormenores esboçados, mas um entendimento de que em Sobral a família poderia progredir; que nesta cidade seu irmão poderia encontrar o “giro” desejado.

E isso nos traz uma questão: o que se coloca entre o desejo, a pretensão e a realidade? Ou entre as representações idealizadas a partir do que o agricultor conhecia de passagem nas tarefas cumpridas nessa cidade, do tatear com amigos e parentes sobre o futuro, sobre a realização da moradia?

Como sabemos, o irmão de dona Mariana “achava ruim tá nas casa” e logo que foi possível adquiriu um “cantinho” e a chamou. Acreditamos que essa situação estava ligada ao plano já sugerido, de passar com os parentes de Sobral tão-somente o tempo necessário para organizar sua situação.

Sem desejar sugerir uma natureza comum aos camponeses, ou seja, de a recusa em morarem distantes das famílias nucleares consistir em uma particularidade intrínseca, ou representar uma essência da natureza humana dos camponeses, e que, portanto, não poderiam viver de outro modo, podemos acreditar que, unir-se aos pais, irmãos, avós, fazia parte das suas táticas de sobrevivência, a família significava espaço de apoio indispensável aos migrantes do campo.

Porque podemos pensar no simples fato de ser menos dispendioso ficarem sob os cuidados recíprocos de irmãos, pais, avós, com quem poderiam dividir a solidão, o aprendizado, as dificuldades do trabalho, da luta cotidiana. Os familiares constituíam a base doméstica necessária à permanência em Sobral, eram indispensáveis à superação dos enfrentamentos iniciais e para continuarem à empreitada. Observamos que os inquiridos, não apenas dona Mariana, mesmo estando há apenas poucas dezenas de quilômetros de seus lugares de origem, preferiam reconstituir o núcleo familiar quando possível.

Desse modo, esperando não fugir de nosso objetivo, vamos abrir um parêntese para apresentar algumas experiências de alguns dos inquiridos que reverberam essa questão, não obstante, daqueles que tiveram vivências em centros distantes e que não conseguiram desligar-se dos familiares, ou não resistiram tempo suficiente para que isto acontecesse.

Nessa perspectiva, podemos citar Luís Carlos Arruda (2013) que morou em Brasília e Rio de Janeiro-RJ, Raimundo Romão Sousa (2013) esteve igualmente em Rio de Janeiro-RJ por “dois anos e seis meses”;²²⁰ dona Maria das Graças da Silva (2014) passou uma temporada em Parnaíba-PI.²²¹ Do mesmo modo, Raimundo Bernardino Mendes (2015) residiu três anos em Alagoas, dona Benedita Nésia Magalhães Félix (2014) passou alguns anos em Minas Gerais enquanto seu esposo prestava serviço em uma construtora, e dona Teresinha Felismino Sales (2014) percorreu alguns estados brasileiros demorando-se por “17 anos”.²²²

Somando-se a estes, temos a experiência de dona Neusa Ripardo da Silva (2013)²²³ que não se deslocou para outro estado, contudo, entre idas e vindas passou um período morando em Fortaleza a trabalho: “[...] Ai fui pra Fortaleza ser domestica, passei seis ano lá, como domestica, ai depois vim embora pra cá passar um tempo. Ai, fui de novo pra lá, ai assim morei duas vezes em Fortaleza, trabalhando de domestica.”. E ainda a narrativa de dona Raimunda Paiva (2013) que não ela, mas seu esposo emigrou para Rio de Janeiro e passou apenas um ano trabalhando de porteiro, tempo suficiente para conseguir a importância do retorno.²²⁴

É relevante o fato que todos estes migrantes regressaram alegando saudades de suas famílias, ou mesmo o compromisso assumido com elas, ou ainda porque preferiam morar na sua terra natal que não era Sobral.

²²⁰ “[...] Quando eu era rapaz, eu passei dois ano e seis mês morando no Rio de Janeiro [...] lá trabalhei de servente de obra, trabalhei em fundação de prédio, fundação de prédio alto! Lá no Rio de Janeiro, arranjei uns emprego lá, numas firma, arrumei lá, [...], assinaram minha carteira ainda [...]” SOUSA, Raimundo Romão. *Raimundo Romão Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²²¹ A propósito da experiência dessa senhora ver Adrião (2015, p. 327).

²²² SALES, Teresinha Felismino. *Teresinha Felismino Sales*. Transcrição manuscrita, Sobral, jul. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²²³ SILVA, Neusa Ripardo da. *Neusa Ripardo da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²²⁴ Não conseguimos entrevistar o esposo dessa senhora porque é doente com “ateestado de Esquizofrenia.”. (Paiva,R., 2013).

Esses deslocamentos responderam a necessidades distintas, entretanto, os motivos apresentados podem ser observados entre as justificativas da migração a Sobral. Em termos objetivos buscaram se empregar e atender ou acompanhar familiares. Como já advertimos não vamos nos prolongar nessa questão, todavia, é importante assinalar que, esses migrantes não sustentaram planos de permanecer porque o desejo de vencer as dificuldades encerrava no desejo de retroceder.

Não obstante, não podemos romantizar essas vivências e pensar que se resumiam à afeição familiar exacerbada, ou às saudades inexoráveis das paisagens sertanejas. Os confrontos no centro urbano, o estranhamento cultural, as dificuldades com moradia e empregos almejados ampliavam a nostalgia das coisas e pessoas conhecidas, e o desejo de regressar aos cuidados dos entes queridos.

Dona Neusa, por exemplo, ao relatar-nos sucintamente nesse pequeno trecho de sua entrevista como foi sua experiência em Fortaleza, apresentou-nos vestígios dessas circunstâncias e dos motivos de sua estadia ter durado apenas o período necessário para que ela se convencesse de que, não queria se aposentar em Fortaleza, mesmo contando com emprego de doméstica assegurado.

Sua temporada entre um e outro emprego perdurou por nove anos:

– [...] Aqui a cidade é muito hospitaleira [refere-se a Sobral], agora eu nunca gostei de Fortaleza não! Morei lá esse tempo todo, mas aquela violência de cidade grande é muito difícil. E pra quem não sabe se dirigir pras parte como eu [...], porque a pessoa que não sabe ler é cega! Cê sabe disso, porque a pessoa que não sabe nem onde tá, é difícil! Minha vida foi muito difícil, muito! [...]. Mas não sei nada em Fortaleza, tive em Fortaleza, tive patrão e tudo, mas não sei nem ir lá. (SILVA, N., 2013).

Mais adiante vamos apresentar essa aposentada de 78 anos. Agora, trouxemos esse excerto de seu relato de modo mesmo ilustrativo ou, melhor dizendo, elucidativo, para percebermos as formas diferenciadas de enfrentamento com os problemas no centro urbano. Uma delas é retroceder e reiniciar a partir da aprendizagem obtida. Nesse sentido, a permanência aconteceu até ser possível prescindir àquela situação, ou seja, enquanto encontrava meios para o retorno.

Essas questões são importantes para observamos como alguns escolheram trajetórias nem sempre óbvias, nem “lineares” como igualmente constatou Weimer (2005).²²⁵ Porque é verdade que a maior parte de agricultores que

²²⁵ Conferir Weimer (2005, p. 177; 179) especialmente o tópico: “Os que voltaram: ‘ela indo prá lá e nós indo pra cá’”, porquanto, esse autor analisa situações de migrantes que retornaram

realizou o movimento para fora do campo, independentemente se ao interior do Estado, ou ao seu exterior, não retornou, não para morar.

Todavia, esse movimento de retorno acontece e vamos arriscar dizer que é intrínseco ao movimento de saída. Nesta perspectiva, é importante ressaltar estudos como o de Ribeiro de Oliveira (2005, p. 352) o qual advertiu que, os deslocamentos “inter-regionais” de “longa distância” (Região Nordeste), e de “média distância” (Região Sudeste) à “Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (RMRJ), apontaram para movimentos populacionais desiguais, na perspectiva do imprevisível das ações humanas.

Desse modo, este autor concluiu que, entre “*Os fluxos migratórios nos anos 70*”, a região Nordeste pode ser vista como “o principal espaço de trocas”, isto porque “Se por um lado, a RMRJ continuou sendo uma importante área de atração de nordestinos, trazendo para cá 348 mil pessoas, por outro, 86 mil migrantes partiram da metrópole em direção ao Nordeste, boa parte deles retornando à ‘terra natal’.”(OLIVEIRA, R., 2005, p. 352, grifo do autor).²²⁶

Trouxemos apenas a título de observação contextual as conclusões desse autor no respectivo à migração inter-regional da década de 1970, mesmo sabendo da complexidade dessa questão porque sem nos dirigirmos aos sujeitos que se deslocaram de ida ou de volta, não podemos fazer afirmações mais seguras.

No entanto, enquanto neste período entre os imigrantes que chegaram a RMRJ o maior número veio do Nordeste, também é verdade que foi bastante significativo o número de pessoas que se deslocou ao Nordeste vindo daquela região, “parte deles retornando à ‘terra natal’”. De tal modo, o Sudeste quase se nivela na emigração para a “RMRJ” com o Nordeste, e, por outro lado, o número que regressou ou que se deslocou saindo da RMRJ ao Sudeste ainda foi maior. (OLIVEIRA, R., 2005, p. 352).²²⁷

considerando que “Esse exemplo é importante para não tomarmos a urbanização como uma lógica irresistível e linear.”. (WEIMER, 2005, p. 177; 179).

²²⁶ Este autor analisa outros fluxos e reflexos que corroboram mais ainda com essa questão, deixando claro que, independentemente dos motivos, as pessoas refazem os itinerários. OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Fluxos Migratórios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: _____. NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 352.

²²⁷ Para Ribeiro de Oliveira (2005, p. 353) já na década de 1980, “Verificou-se no Censo Demográfico de 1991 que os fluxos migratórios interestaduais que tiveram lugar na metrópole fluminense apresentaram como volume um total de 385,6 mil imigrantes, contra 425,6 mil emigrantes. [...] Eles vieram, em sua maioria, de Minas Gerais, Paraíba, São Paulo e Ceará, diversificando-se

Podemos recordar neste sentido, o que levou Matias dos Santos (2013) ao movimento migratório que realizou estudado no primeiro capítulo, e concluir que, a insatisfação com requisições como escolaridade, as decepções com empregos malogrados e relações com pessoas com quem o migrante não se identificava, ou com padrões não cumpridores dos compromissos de cunho salarial ou de outro tipo, contribuíram com seu recuo ao ponto de partida, ou com sua experimentação em outro lugar.

Voltando a dona Neusa, é relevante o fato de ela refletir a respeito de coisas que não lhe satisfaziam: “aquela violência de cidade grande é muito difícil. E pra quem não sabe se dirigir pras parte como eu [...] porque a pessoa que não sabe ler é cega!”. Portanto, é relevante observar como esta senhora defendeu-se das coisas que a agrediam, ou que agrediam seu corpo e sua sensibilidade, e assim, não é difícil estender essa possibilidade a outros migrantes, observando a solução que propuseram ou se autoimpuseram esta senhora e Matias dos Santos.

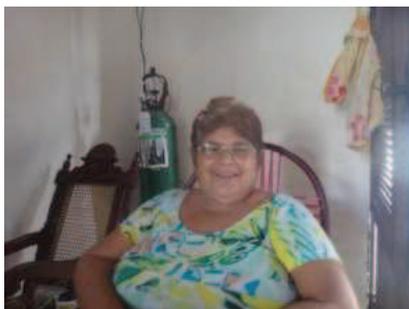
Considerando ainda que, dona Neusa preferiu regressar a Sobral e colocar uma “banca de café”. Ou seja, negociar na porta de um “armazém” vendendo “café com pão” aos funcionários, foi sua alternativa. Alternativa que deu certo é importante frisar. Isso porque não sabia ler, nem tinha “uma profissão”. Quando é importante salientar que, ela não considerou seu aprendizado de doméstica em Fortaleza como profissão, para continuá-la nessa cidade, optando pelo comércio. (SILVA, N., 2013).

Para encerrarmos essa digressão, precisamos chamar atenção ainda, para a experiência de dona Teresinha Sales (2014), porquanto, de todos os citados, foi a que mais procrastinou seu regresso, período em que residiu em alguns estados como Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. E assim, morando nestes Estados distintos, demorou-se por dezessete anos principalmente porque se casou. No entanto, deixou seu esposo e retornou ao Ceará.²²⁸

Imagem 9 – Teresinha Sales – Interior de sua residência

regionalmente, se comparados ao comportamento da emigração, onde a hegemonia fora das trocas no âmbito da própria região Sudeste.”.

²²⁸ Essa senhora de 70 anos, aposentada, “separada”, nasceu em Jordão distrito de Sobral, mas foi criada no Sítio Desterro Alcântaras-CE., onde permaneceu até o deslocamento para Sobral década de 1970, morou e trabalhou por “muitos ano” nessa cidade de “auxiliar de cozinha na Santa Casa” e depois de “costureira numa firma de chapéu” até emigrar para “fora”. (SALES, 2014).



Fonte: Arquivo da autora

– [...] morei 17 anos fora, [...] morei no Paraná, morei em São Paulo, morei em Minas e Mato Grosso [...] porque meu marido tinha sangue de cigano na veia, gostava de mudar, aí eu achava bom porque eu tinha vontade de conhecer os lugares, mas aí, até que eu cansei, cansei, e num quis ir mais de jeito nenhum! Aí foi onde nós separou, porque ele também não quer morar aqui, ele é de lá, quer morar aqui não! [...] É de São Paulo [...]. Ele formava aqueles chapéus caro, que vem do Equador! Ele mexia com aquilo lá! Então ele era chamado nas firma pra, sabe, aí a gente ia [...]. – Aí a senhora se aborreceu, não quis mais? – É que eu tive um problema de doença, aí quase num ficava mais em casa, mais era internada mesmo, por causa da asma né? Frio né? Aí eu, quer saber, que eu vou me aquietar no meu canto! E ele andava muito, aí eu já tava perdendo a coragem de viajar. Aí parei! Até hoje ele, ele chama, 'olhe você vai, se quiser voltar me diz, que eu vou aí lhe buscar!' Ah! Eu prefiro ficar aqui mesmo só, se ele quisesse vir pra cá, tudo bem, mas ele num vem! (SALES, 2014).

Essa senhora de 70 anos, sorriso largo, também deixou-se fotografar e entrevistar sem embaraço. Reside sozinha com uma sobrinha, jovem e solteira, mais sua cadela. Não tem filhos e talvez isso tenha contribuído com o distanciamento de seu cônjuge e seu regresso ao Ceará, ao tempo em que ele permaneceu em São Paulo.

Possui poucos parentes vivos nesse Estado, mas não veio por eles. Veio porque determinou-se: “cansou de morar fora” e seu esposo não se propusera a acompanhá-la, apesar de passados os anos separados ainda manterem contato, e ele prosseguir em seu esforço de ela refazer o caminho e tornar a São Paulo onde reside com sua mãe. Eventualmente vem visitá-la, mas até então ela não havia retrocedido em sua decisão. (SALES, 2014).

A narrativa de dona Terezinha chama atenção pela sua experiência diferenciada, mas não menos que as demais apresentadas, daqueles que ensaiaram morar em outros Estados do Brasil, ou em Fortaleza, e regressam com poucos anos.

Sendo as tentativas mais delongadas essas que trouxemos em destaque: de dona Neusa Silva (2013), que morou em Fortaleza, e a dessa senhora.

Antes de retornarmos ao ponto anterior, precisamos conjecturar que, caso tivéssemos investigado essa perspectiva migratória, poderíamos ter encontrado respostas às indagações que não fizemos, para assim, compreendermos as circunstâncias que levaram esses deslocados ao movimento inverso de forma tão rápida e segura.

Isso porque com exceção de Sr. Luís Arruda (2013), o qual retornou algumas vezes ao Rio de Janeiro e, na ocasião da entrevista, ainda lamentava ter precisado retornar de vez ao Ceará, os demais se fixaram em Sobral sem queixas. Por outro lado, entenderíamos por que dona Neusa Silva (2013) ao recuar de Fortaleza não se encaminhou para um trabalho doméstico, ou por que dona Terezinha Sales cansou-se de uma vida aparentemente pouco monótona e satisfatória, pelo que destacou de seu casamento, para vir morar praticamente sozinha em Sobral.

Embora sua justificativa seja considerável, afinal com sua saúde abalada regressar parecia à melhor saída, ainda que seja estranho, porque afinal, sem filhos e distante dos parentes há tantos anos, seu esposo insurge aos olhos do espectador como a melhor companhia para os dias difíceis.

Em que pese às possibilidades observadas na decisão de dona Neusa Silva (2013), e no silêncio de dona Terezinha Sales, porque podemos cogitar que esta senhora não deixaria seu esposo e seu trabalho em São Paulo se estivesse satisfeita com sua situação, não obstante, Pacelli Ferreira (2005, p. 157)²²⁹ advertiu que, pode ocorrer uma “desarticulação do eu” com o deslocamento, considerando o estágio de “isolamento” social ao qual o migrante fique submetido, somando-se à “incerteza” com o futuro, ao ponto de provocar uma crise psíquica ou o que denominou de “explosão psicótica”.

²²⁹ Pacelli Ferreira observou que: “Os migrantes que vinham construir a cidade eram totalmente estranhos a ela. Mantinham-se separados da circulação no espaço pelos próprios canteiros de obras, onde moravam e trabalhavam por longas jornadas. Além de se manterem sem laços afetivos no novo espaço, eram também destituídos de lazer e de relações familiares. O que seus olhares podiam contemplar fora da obra era alheio à sua realidade e à sua vida afetiva.” FERREIRA, Ademir Pacelli. A Psicanálise no terreno do outro. In: NETO, Helion Póvoa. FERREIRA, Ademir Pacelli. (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 157.

Não obstante, para este estudioso, a ruptura psíquica do “eu” pode acontecer em situações extremas, quando o migrante ver-se distante “de tudo que faz sentido”, por exemplo, quando encontra-se em condições especiais de emprego, aludindo-se neste caso, aos migrantes nordestinos “trabalhadores da construção civil”. Isto porque estes ficavam insulados da/na cidade Rio de Janeiro, morando no próprio espaço onde laboravam – disjuntos de “laços afetivos” e por sua vez, “destituídos de lazer e de relações familiares” – condição, portanto, provocadora de adoecimento (FERREIRA, Pacelli, 2005, p. 157).

Sem desejarmos voltar a questões já refletidas neste trabalho no concernente à subjetividade dos migrantes, todavia, essa perspectiva da psiquiatria pode contribuir igualmente, à compreensão dessas experiências malogradas, até como uma forma de estratégia de sobrevivência.

O retorno pode ser considerado uma fuga, antes de um colapso psíquico? Pois, como já refletimos com Charles Santana (2009), a adaptação à nova realidade tornava-se o grande problema do migrante.

Porque para àqueles que não conseguiram ou que se recusaram ao estágio inicial de persistir no lugar até o ajustamento ocorrer, circunstância que pode perdurar mais para uns do que para outros, além das explicações plausíveis no respectivo as saudades da família, estava à relação com o próprio eu e a recusa de lidar, ou de seguir lidando com as agressões sofridas, (lembrando que agressão tem um sentido totalmente subjetivo, o que transgredia os sentidos de um, podia não transgredir os sentidos de outro, ou transgredir menos). E uma vez que o migrante concluísse que não daria certo, voltava sem vontade de retorno.

As questões levantadas por Pacelli Ferreira (2005) podem explicar a melancolia dos migrantes, o apego ao passado, à família, aos amigos, e os motivos de assim que admissível, procurarem reconstituir de volta, senão tudo, mas parcela do que deixaram para trás, reunindo-se aos parentes novamente, trazendo para junto de si, a segurança de continuidade temporal que eles representam.

Retornando à narrativa de dona Mariana Sousa (2014), mas, ainda refletindo a respeito das necessidades afetivas e sociais que corresponderam a todos os inquiridos, trouxemos a perspectiva analisada por Mello (1956, p. 44), que ressaltou em seu estudo sobre a migração de nordestinos à Amazônia, os benefícios que seus familiares, sobretudo as “mulheres” levavam aos deslocados.

Porquanto, para esse autor (1956, p.44): “Além da benéfica influência espiritual que o contacto da família proporcionava, os encargos domésticos do seringueiro diminuían.” Isto porque as atividades referentes à alimentação, aos cuidados necessários com as roupas, com o roçado e outras ocorrências ligadas ao âmbito da moradia, ou consideradas do domínio feminino, passavam às mãos das mulheres (esposas e filhas solteiras).²³⁰

Por outro lado, Taube (1986, p. 126) ao estudar a “recomposição familiar” de migrantes nordestinos em “favelas” situadas em Campinas-SP observou que, o costume de “viver em conjunto, devido às condições de vida e de trabalho no campo”, foi levado à cidade ante a necessidade de criar “estratégia frente às condições de vida” encontradas.

Desse modo, as famílias de migrantes do “estudo de caso” dessa autora, mantinham-se unidas formando “um grupo doméstico extenso” de parentes; “quase fechado em torno das atividades de seus membros”. No entanto, não devido a sua origem rural ou porque não pudessem apreender novas formas de comportamento social, contudo, porque isso possibilitava atenuar os estágios da adequação ao cotidiano da cidade. (TAUBE, 1986, p. 142-144).

Voltando a perspectiva de Mello (1956, p. 44), certamente que as atividades domésticas assumidas pelas mulheres das famílias estudadas por este autor, abrandavam a solidão dos homens, no entanto, a sobrevivência partilhada, dentro do que todos e todas, homens e mulheres entendiam como certo e errado, é que pareceu-nos a grande questão implicada na migração, não, as necessidades dos homens.

Contudo, isso não quer dizer que não houvesse conformação ou questionamento desses papéis considerando que, algumas migrantes colocaram-se numa postura de contestação de seus papéis sociais, como foi o caso de dona Teresinha Sales (2014) que escolheu regressar a Sobral e morar sozinha, ao passo que seu esposo optou por permanecer em São Paulo. A despeito de ele não ter proposto esta situação, não podemos dizer que sua posição foi diferente da dela.

²³⁰ Conferir MELLO, Alcino Teixeira de. O seringueiro e a barraca. In: _____. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 44 “[...] o tempo que outrora era forçado a despender com esses misteres, e a agulha, que desajeitadamente manejava remendando a roupa que os espinhos de taboca rasgavam, era transferida definitivamente para as mãos da mulher e das filhas solteiras.”

Igualmente, dona Maria Soares dos Santos (2013) empregou-se como lavadeira de roupas, enquanto seu esposo Matias dos Santos (2013) contrapunha-se, defensor que era da mulher circunscrita ao lar e aos filhos.²³¹ Todavia, independentemente de sua posição, esta senhora seguiu com seu trabalho e se envaidece pela contribuição financeira que deu na criação dos filhos, mesmo sem o reconhecimento de seu consorte.

Por outro lado, para não tratar essa possibilidade de forma unilateral, não nos pareceu que as mulheres prescindissem da contribuição dos homens nos diversos campos em que atuavam. Ao contrário, dona Mariana deixa essa questão explicada porque enquanto ela e as outras mulheres da família tomaram para si alguns encargos do negócio que constituíram conjuntamente – “Aí ficou eu e ele, e a mulher dele. [...]. Aí nós trabalhando em costura, aí trazendo pro mercado, eu ia buscar, ia deixar, [...] até que se apulumemo, fiquemo trabalhando pra ir comendo, né?”

Os homens tomavam outras incumbências. E quando seu genitor adoecera e não pôde continuar com a tarefa árdua da “venda do carvão”, quem prosseguiu foi seu irmão, o que pareceu óbvio por ser o mais velho: “O Gerardo ficou por lá, também num quis, acabou com essa venda.” Não obstante, novamente, não nos pareceu que essa migrante desejasse ocupar o espaço do irmão que tomou frente no negócio do carvão de seu genitor, nem que não houvesse um entendimento mútuo, quando seu irmão não quis dar continuidade ao referido comércio.

No que pese às questões em análise, da separação familiar e da solidão enfrentada pelos migrantes, somada a opção de viverem de forma combinada com familiares, apoiando-se reciprocamente, não nos esqueçamos que essa possibilidade atingiu homens e mulheres. A narrativa de dona Mariana evidencia essa questão: “Mariana, vamo trazer o papai mais a mamãe? E eu, vamo, ave Maria! O papai precisa muito de nós, e ele num pode ficar acolá só não!”.

Esta senhora pode ter assumido sua jornada doméstica, mas seu irmão a convidou para realizarem um negócio em consórcio. Um convite que pode ter sido apenas confirmação de uma proposição precedente como analisamos acima. E foi isso que eles fizeram ao se encontrarem morando em Sobral. O objetivo de sua

²³¹ Conferir em Adrião (2015, p. 331).

vinda foi trabalharem e vencerem os obstáculos de forma associada. Havia um plano de ascenderem socialmente e esquecer as desventuras vivenciadas no campo, ou seja, as dependências que os subjogavam, e assim, orientaram seu escopo.

4.4 “Levando, levando, até que o tempo passou né, e nós tamo aqui”

Continuemos com dona Mariana:

– **Aí viemos, moramo junto, nunca houve confusão não! Tudo era unido, todo mundo trabalhava, amanhecia** o dia todo mundo já sabia qual era o serviço, na hora da comida tava tudo junto, tudo amigo, aí saía de novo pra trabalhar, era assim! Levando, levando, até que o tempo passou né, e nós tamo aqui, já tudo... [parou reticente]. [...] Quando amanhecia o dia, a gente ia procurar trabalhar né? O outro que tomava de conta dos jumento, que voltava de novo com o combóio pra traz que pra começar, que **era 2ª, 4ª e sábado, eram três viagem que a gente dava pro sertão pra trazer as coisa pra vender aqui.** [...] Era carvão num tinha em que trazer, trazia num combóio, surrãozim [...] era 12 alqueire [...] que era o comércio do papai, que ele tinha um depósitozim de carvão, e a gente trazia era assim! [...] mas isso foi enquanto nós se apulumemo aqui, em tudo que nós se apulumemo, nós afrouxemo, muito trabalhoso! [...]. Mas aí fomos morar tudo numa casa só, era eu, era a mamãe, o papai, o Gerardo, o Luís, o José, aí era a Manhinha, a Terezinha, eu, a Sebastiana, são quatro mulher, mas a Sebastiana, antes de nós vir pra cá, ela já morava com um tio meu, **foi na época que a mamãe veio se operar aqui,** aí a mamãe foi e deu: **‘se falecesse, aquela menina era do padrinho dela’**, que’ra o tio Joaquim irmão da mamãe, que’le num tinha família, sabe? Era pra ele, mas que nada, em tudo que a mamãe voltou, ela voltou no mesmo dia! [...]. (SOUSA, M., 2014, grifo nosso).

É significativo observar como essa senhora narra o passado dando um sentido favorável, harmonioso e feliz a uma situação que pelos sinais que ela deixa escapar, deve ter sido muito complicada de superar cotidianamente: “O outro que tomava de conta dos jumento, que voltava de novo com o combóio pra traz que pra começar, que era 2ª, 4ª e sábado, eram três viagem que a gente dava pro sertão pra trazer as coisa pra vender aqui.”

Portanto, é interessante observar como ela reelabora suas lembranças e interpreta o vivido, dando um sentido pragmático ao que, ao que tudo indica, não foi. Ou por outro lado, como ela elabora suas recordações silenciando as tensões que não precisam ser relatadas. Neste sentido, sua narrativa ganha um caráter coeso, formando um conjunto resolutivo entre lembrança e esquecimento, do que sucedera no convívio com seus familiares, na luta cotidiana pela superação dessas circunstâncias.

Noutro sentido, essa parte de sua narrativa revela mais a respeito da cidade do desejo, e da vontade de superação que imbuía àqueles que planejaram fincar seus pés em Sobral. Assim como revela, como essa possibilidade realizava-se na rotina da família, do trabalho árduo diuturno, da divisão de tarefas, da compreensão e disposição que precisavam existir entre os membros da família para vencerem os empecilhos, para seguir: “Levando, levando, até que o tempo passou né, e nós tamo aqui.”.

Revela por exemplo, a razão de manter os animais de carga coabitando no quintal da casa, já que certamente não era possível deixá-los em um curral separados da residência, estes que eram grandes parceiros da labuta. Deixando dito como era morar na periferia dessa cidade, ou como se organizava essa paisagem humana, maiormente, nas áreas próximas de lagoas e do Rio Acaraú. Além disso, deixa mais claro os motivos destas áreas serem requisitadas pelos migrantes e contribuírem com suas aspirações, com suas permanências nessa urbe.

O Bairro Alto da Expectativa, hoje um dos mais populosos da cidade com uma população estimada em 12.515 moradores,²³² no período em que dona Mariana se mudou, tratava-se de um “punhado” de casas tendo a Lagoa da Fazenda,²³³ o antigo Seminário Diocesano²³⁴ e ainda o também antigo Campo de Aviação,²³⁵ como grandes vizinhos quase absolutos.²³⁶

A Lagoa da Fazenda Macaco presentemente está praticamente morta, apesar de algumas tentativas de revitalização. Dessa maneira, bastante reduzida se comparada com o passado, considerando os aterramentos realizados no decorrer do século XX, inicialmente: “para dar acesso à antiga casa de campo da Diocese”, posteriormente, ao Seminário Diocesano, e atualmente, ao campus principal da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).²³⁷

²³² PREFEITURA Municipal de Sobral. *Relatório de Territorialização* 2016: Bairro da Expectativa. 2016. Sobral, CE: Secretaria de Saúde de Sobral, 2016, s/p.

²³³ Ver a propósito outro relatório da PREFEITURA, Municipal de Sobral. *Análise da situação da área do Alto da Brasília*, Betânia, Coração de Jesus e Pedra Branca. Sobral, fev. 2000, p. 3.

²³⁴ Inaugurado em 1925, hoje o *Campus* da Betânia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

²³⁵ Hoje “Aeroporto de Sobral”.

²³⁶ Presentemente, essa região está dividida em vários bairros que ocupam o que deve ter sido o leito da lagoa: Coração de Jesus, Alto da Brasília, Betânia e Pedra Branca, este, considerado área rural; e o Alto da Expectativa avizinha-se e confunde-se com o bairro Alto da Brasília. Deste modo, o local sugerido por dona Mariana onde teria sido sua residência hoje pode ser o Alto da Brasília, ou, a área da lagoa ainda era maior do que podemos supor. Porque desses bairros o mais distante é o Expectativa. (SOBRAL, Prefeitura Municipal de, 2000, p. 4).

²³⁷ Conforme observara Frota (1995, p. 23) no Capítulo “Aspectos da Terra” da “História de Sobral”: “**A Lagoa da Fazenda** Macaco era muito mais profunda e as suas águas conservavam-se de um

O mapeamento realizado em 1956 pelo Serviço Especial de Saúde Pública,²³⁸ corrobora com a ideia de que o bairro Alto da Expectativa onde residiu dona Mariana, era muito distante do centro urbano da cidade, com uma população rarefeita, onde era possível transitar com animais de cargas e deixá-los salvaguardados no quintal de casa.

Do mesmo modo, o relatório do IBGE (1951, p.19) apresenta a zona urbana de Sobral com uma população bem menos palpável se comparada com sua população rural, trazendo indícios de que era possível realizar o trânsito livre de animais de carga nesses arredores, como podemos ver na Tabela a seguir:

Tabela 2 – População Presente no Município de Sobral e Distritos Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio.

Sobral	População	Homens	Mulheres
População Total da Sede	28.328	13.129	15.199
População do Centro Urbano		6.094	7.888
População Suburbana da Sede		4.161	4.485
População Rural da Sede		2.874	2.826
População dos Distritos Dividida em Urbana, Suburbana e Rural	41.683	20.781	20.902
Total Geral	70.011	33.910	36.101

Fonte: IBGE, Censo demográfico Ceará 1950. Organizado pela autora.

Nesta perspectiva, as pessoas que moravam na sede deste município, se cotejadas com a população total, ficavam em torno de pouco mais de 32% (22.404), deduzindo-se deste percentual os 5.700 residentes da zona rural desta sede. A ênfase é importante porque o IBGE subdividiu todo o território municipal em zonas urbana, suburbana e rural. Portanto, a subtração da população rural da sede é necessária pela dificuldade de distinguirmos aonde findava o centro urbano, e aonde iniciava a sua parte rural, e como esta se diferenciava dos outros distritos que lhe circundavam.²³⁹

É interessante perceber neste sentido que, essa orientação executada pelo IBGE apresentou um rural dentro do urbano, com todas as áreas subdivididas

inverno a outro, sendo aquele sítio preferido pela rapaziada do tempo para os deliciosos banhos. A lâmina d'água, ainda no começo do século XIX, era de mais de dois metros, conforme ouvimos de vários velhos que por experiência conheciam aquelas amenas paragens, tão aprazíveis pelos seus juncos, pacovais, e água-pés."

²³⁸ SOBRAL, Serviço Especial de Saúde Pública. *Centro de Engenharia Sanitária e Pesquisas Hidrogeológicas*. Cidade de Sobral, 1956: Nomenclatura das Ruas. Sobral, jul.1962. Desenho de José Leal Fernandes.

²³⁹ Segundo o IBGE, foi necessário apresentar "[...] os dados relativos à população presente nos Municípios e Distritos, segundo a situação dos domicílios (urbana, suburbana e rural), em obediência aos dispositivos sistematizadores consubstanciados no Decreto-Lei n.0 311, de 2 de março de 1938, e à legislação municipal existente a respeito." (IBGE, 1951, p. V).

em centro, subúrbio e rural. Com efeito, a mesma disciplina administrativa para todos os distritos municipais. O que designamos na Tabela de “sede” corresponde ao distrito Sobral, o qual apresentou como já assinalamos uma população total menor que a soma da população de todos os distritos (28.328).

Na sequência, reproduzimos a Tabela do IBGE (1950, p. 19) que discriminou essas informações para melhor compreendermos o mapeamento realizado, e como se distribuía esse contingente populacional:

Tabela 3 – População Total Dos Distritos do Município de Sobral Subdividida em Urbana, Suburbana e Rural.

"POPULAÇÃO PRESENTE NOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS, SEGUNDO O SEXO E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO"									
		TOTALS		QUADRO URBANO		QUADRO SUBURBANO		QUADRO RURAL	
MUNIC	TOT.	HOM.	MUL.	HOM.	MUL.	HOM.	MUL.	HOM.	MUL.
Sobral	70 011	33 910	36 101	7 002	8 880	5 117	5 433	21 791	21 788
Sobral	28 328	13 129	15 199	6 094	7 888	4 161	4 485	2 874	2 826
Aracati açú	2 030	988	1 042	172	182	57	59	759	801
Caraca rá	1 630	828	802	20	26	12	9	796	767
Forquil ha	7 561	3 834	3 727	226	228	272	237	3 336	3 262
Jaibara s	7 906	3 999	3 907	171	180	50	54	3 778	3 673
Jordão	5 885	2 953	2 932	34	29	101	104	2 818	2 799
Meruo ca	10 994	5 317	5 677	58	113	305	327	4 954	5 237
Patriar ca	1 958	955	1 003	95	110	48	38	812	855
Taperu aba	3 719	1 907	1 812	132	124	111	120	1 664	1.568

Fonte: Censo IBGE 1950. Transcrito do Próprio Relatório Deste Órgão.

Essa forma do IBGE disciplinar os territórios municipais traz sinais de que as cidades apresentavam racionalidades, ou espacialidades que coadunavam com as narrativas já acentuadas, e neste sentido, com as questões que estamos analisando no que respeita a moradia almejada em Sobral por dona Mariana. E por

outro lado, traz vestígios das comunidades invisíveis e indizíveis do mapa, às quais só tomamos conhecimento pelas narrativas.²⁴⁰

E o que estamos querendo dizer? Que esse órgão apresentou zonas urbana, suburbana e rural para cada distrito, sendo que em alguns deles as zonas urbanas constituíam-se de povoações de apenas 67 moradores, somando-se aí homens e mulheres distribuídos entre urbano e suburbano, como era o caso do distrito de Caracará na sinopse acima, com uma minúscula população combinada talvez com comerciantes e agricultores, como notamos na comunidade de Maria das Graças da Silva (2014) trazida no Capítulo 3, onde os homens eram agricultores e comboieiros.

Igualmente era a posição de Bartolomeu, em Santana do Acaraú onde residia dona Mariana. Podemos pensar num sertão salpicado de acanhadas povoações em situações análogas, que, portanto, não aparecem no registro governamental, visto que, nem esta comunidade em Santana do Acaraú, nem Riacho dos Bois de Gracinha situada em São Vivente, Jaibaras – Sobral, surgem na sinopse, – porquanto, apenas Jaibaras consta neste relatório.

Não obstante, Milton Santos (2009, p. 73) advertiu que diante da “evolução contemporânea da economia e da sociedade”, as categorias urbano e rural precisam ser deslocados para “espaços agrícolas e espaços urbanos”, isto porque estes espaços estariam contidos um no outro. Para este autor: “as regiões agrícolas (e não as rurais)”, estão dentro das cidades ou “contém as cidades”, e doutro modo, as cidades constituem-se de áreas agrícolas também.

Certamente que as maneiras como a população se distribui não pode ser simplificada, como podemos perceber também com Costa Santana (2011) quando defendeu que: “[...], essas condições não estão apenas no plano da materialidade, pois o urbano também exige um sistema de valores e preceitos que ele mesmo vai tecendo em um processo de relações entre as pessoas e destas com o seu entorno e para além deste.”²⁴¹

²⁴⁰ Uma informação que pode ser relevante é que entre os distritos de Sobral encontra-se Meruoca (10.994) onde residia Sr. João Emílio Vasconcelos que emigrou em 1958. Meruoca no seu nascedouro ainda no XIX compunha o município de Sobral, emancipou-se em 1911, entretanto, em 1920 perdeu o *status* político independente e passou à jurisdição de Massapê, adjacente e em 1931, retorna a orientação de Sobral até 1953.

²⁴¹ Para Costa Santana: “O conceito de urbano se faz necessário à compreensão das condições materiais e não materiais que formam as práticas de vida nas cidades.” SANTANA, Antônia Neide Costa. Meruoca e Groaíras no (des)encontro das urbanidades e das ruralidades: a urbanização no campo das possibilidades. In: _____. *Pequenas cidades do Ceará no (des) encontro do urbano e*

Portanto, como podemos refletir com esta autora, o IBGE racionaliza o território considerando a parte fisiográfica, no entanto, a maneira como as pessoas racionalizam os espaços não pode ser apreendido com o olhar, ou mensurado apenas com números e estatísticas, porque a parte material abrange a imaterial que constitui do mesmo modo, o espaço habitado.

Assim sendo, percebemos que a divisão administrativa apresentada pelo IBGE (1950) não comporta as práticas culturais dos habitantes das áreas urbanas e rurais, (às quais para Milton Santos (2009) ficariam mais bem divididas em urbanas e agrícolas), refutando a forma como esses limites (rural e urbano) se inter-relacionam, ou como se organizam.

Para este autor se assim fosse: “[...] o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural.”²⁴²

Com efeito, emigrar para Sobral para dona Mariana Sousa significou ao que nos pareceu, acomodar a forma de viver sertaneja ou camponesa à cidade, criando um território próprio, ou recriando sua espacialidade à medida que fosse possível, aproveitando-se das áreas suburbanas e rurais dessa cidade, o que vai de encontro às experiências de outros entrevistados como Antonio Sousa (2015).

Portanto, no que diz respeito ao Censo (1950), se por um lado é necessário observar os estágios da população através dos indicadores apresentados, todos importantes, por outro, precisamos atentar para como a população concretizava seu desejo de vencer, de superar os problemas cotidianos, suas necessidades “materiais e não materiais” como assinala Costa Santana (2011, p. 162).

Independentemente dessas questões, os caminhos construídos pelos migrantes constituíram-se de muito trabalho como eles enfatizam, mas provavelmente, mais até, de sentimentos, ideais, desejo de realização como sinalizou dona Mariana: “Ele Sentiu Aquele prazer, aquela força”, de que as coisas poderiam dar certo em Sobral. Para tanto, precisariam transformar “espaços opacos”

do rural: Groaíras e Meruoca em discussão. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em Geografia Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011, p. 161-162.

²⁴² Conforme SANTOS, Milton. Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil rural. _____. In: *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 75.

em “espaços inteligentes” parafraseando Milton Santos (2009, p. 73), ou transformar a parte da cidade onde se fixaram no lugar almejado para a moradia.

Voltando à narrativa de dona Mariana e a sua moradia no bairro da Expectativa, acreditamos que este bairro teve como elemento aglutinador a Lagoa da Fazenda, a qual corroborou para derrotar as dificuldades nessa cidade, assim como o bairro Pedrinhas avizinado do Rio Acaraú, onde residiu antes. Ambos facilitaram os cuidados com os animais de carga e porventura, com outros animais domésticos, embora ela não tenha ressaltado essa questão, mas todos necessários à sobrevivência da família.

Se atentarmos para alguns trechos de sua narrativa a respeito do tráfego de carvão entre Santana do Acaraú e Sobral, viabilizado pelo comboio de jumentos, vamos perceber que sua residência se localizou num lugar apropriado para que esse negócio desse certo. Isso nos leva de volta a possibilidade de um plano para a moradia nesta cidade, diante da necessidade da racionalização dos problemas e da realização de um negócio em família.

Não obstante, a cidade cobiçada tornou-se paulatinamente plausível porque as idealizações foram sendo esquecidas nos enfrentamentos diários. E isto parece ambíguo, mas entendemos que o desejo foi racionalizado como “tática” de sobrevivência, tomando aqui a noção de Certeau (1994, p. 46).²⁴³

Porque para sobreviver aos obstáculos do dia a dia, cada um abraçava uma tarefa penosa, incansável, com hora para começar e para terminar porque o comércio exigia disciplina, os objetivos a serem realizados também. Por conseguinte, trazemos outra vez a citação de dona Mariana: “[...] quando amanhecia o dia, a gente ia procurar trabalhar né? O outro [...] voltava de novo, com o combóio pra traz [...] era três viagem que a gente dava pro sertão pra trazer as coisa pra vender aqui.”. Tratava-se, portanto, de um cotidiano que demandava dedicação aos objetivos e a recompensa principal era permanecer na cidade.

A despeito disto, como surgem os migrantes pobres para o olhar observador que perscruta a cidade? Interessante que é como se a migração de

²⁴³ Para Certeau (1994, p. 46), tática é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.”

camponeses para uns, de trabalhadores rurais para outros,²⁴⁴ fosse eufemismo para espoliados indesejáveis, porque vinculados a eles sucedem problemas ligados à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança, sendo todos problemas que correspondem aos centros urbanos, no entanto, surgem como se fossem ligados apenas aos pobres moradores das fronteiras da urbe.

Logo, outro lado dessa narrativa é que passa o entendimento de que, quem morava no campo não vivenciava falta de moradia, de trabalho, de educação, de saúde, de segurança, é como se estes fossem problemas somente das cidades e direitos dos cidadãos, não dos camponeses.

Sendo que, os centros urbanos nunca comportam essa população migrante, ela é sempre considerada deslocada, excedente, marginal. É como se essa população não se deparasse com esses problemas urbanos, ou seja, pré-existentes. É como se eles insurgissem com ela e, de certa forma, tenderiam a desaparecer sem ela.

Portanto, é como se uma vez moradores do espaço urbano, os migrantes de forma até imperativa, assim sendo, sem o desejar, não incorporassem os problemas estruturais às suas vivências, revelando-os até, nas suas experiências cotidianas de moradores deslocados, desempregados, que precisam se arranjar provisoriamente, enquanto divagam procurando, procurando, tentando, tentando, fustigando e sendo fustigados.

De tal modo, na condição de desempregados não podem chegar bem instalados em bairros estruturados e onerosos onde não chamem atenção, como acontece com outros tipos de deslocados. Pois nesses logradouros possivelmente vamos encontrar migrantes, contudo, de outro segmento social. Dessa forma, é como se os migrantes pobres conduzissem os problemas urbanos consigo profanando a civilização, questão à qual ainda retornaremos.

Neste Capítulo concluímos que Sobral oferecia soluções para quem se percebia extenuado dos problemas vivenciados no campo, inerentes à moradia, ao desemprego, à seca, à vizinhança, a dissensões diversas.

Foi importante perceber que, a moradia nesta cidade oferecia condições de adquirir uma “casinha” e instalar-se nos arredores, próximos de uma lagoa ou do

²⁴⁴ A respeito dessas categorias sociais e de como na perspectiva dessa autora podem se diferenciar ver MENEZES, Marilda de. Itinerários migratórios e trajetórias sociais. In: _____. *Rede e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, p. 45-86.

Rio Acaraú, e construir uma vida exigente de trabalho infatigável para atingir os objetivos e superar os empecilhos dos primeiros anos, numa relação de alteração planejada, embora com surpresas.

Outro ponto de caráter prático de morar em Sobral foi poder conjugar-se com esses parentes, que asseguravam a estabilidade e a concretização do projeto inicial, porque todos cumpriam uma tarefa sem a qual a jornada se tornaria mais complicada e até impossibilitada.

Para essa população, residir nessa cidade não incluía pleito de empregos nas fábricas. O propósito primeiro era o comércio no mercado público. Essas alternativas de tentar estabelecer-se nesta praça comercial ou em uma esquina, como dona Neusa fizera, fizeram parte das estratégias de sobrevivência. Entretanto, à medida que a cidade se organizava ou se modernizava, exigia mais adaptação e alterava as condições de moradia dessas pessoas. Questões que vamos abordar no quarto e último capítulo.

5 A CIDADE SE TRANSFORMA

5.1 “Umás taperinhas! Num tinha casa não!”

Imagem 10 – Representação dos arredores de Sobral [entre 1950 e 1980]



Fonte: Arquivo do jornal Correio da Semana

A cidade de Sobral no período em estudo, nomeadamente entre as décadas de 1960 e 1980, conheceu mudanças na sua estrutura urbana em decorrência da política econômica do regime militar que alvitrava a modernização do Brasil, e uma das estratégias foi à criação de polos de desenvolvimento industrial,²⁴⁵ possibilidade à qual esta cidade foi beneficiada diretamente, considerando sua posição na região do Sertão Norte do Ceará.

Estas proposições, centralizadoras de recursos públicos nas áreas consideradas estratégicas²⁴⁶ para o desenvolvimento do Estado do Ceará, chegaram, maiormente, através dos incentivos fiscais²⁴⁷ que sustentaram o escopo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Contudo, somaram-se a outros projetos estatais indicados no período, os quais operaram

²⁴⁵ Para uma crítica a essas proposições: FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-Milagre*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²⁴⁶ Contel explica que uma das proposições da política econômica do regime militar foi realizar uma nova divisão regional a qual: “[...] buscou ‘demarcar **espaços homogêneos e espaços polarizados**’ no território brasileiro [...]”. CONTEL, Fabio Betioli. As Divisões Regionais do IBGE no Século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis*: (nova série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Rio de Janeiro, v. 3, 2014, p. 8. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/990-3-document-sans-titre.pdf>>. Acesso em: fev. 2016. (grifo nosso).

²⁴⁷ No respectivo ver Furtado (1989, p. 121) quando explica a criação do “[...] artigo 34da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprovou o Plano Diretor” da SUDENE e porque ocorreu a “legislação posterior (lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprovou a continuação do Plano Diretor).”.

também noutras áreas polos, criadas na mesma época neste Estado, portanto, não apenas em Sobral, é bom lembrar.²⁴⁸

Não vamos nos deter no organograma governamental do período, lembrando que algumas dessas questões já foram analisadas no Primeiro Capítulo deste trabalho. Interessa-nos refletir agora, a respeito das alterações urbanas que chegaram a essa cidade, sobretudo, as que foram percebidas pelos migrantes, que, portanto, deixaram sinais em suas ruas, bairros, ou que passaram a compor seus pleitos, suas necessidades, suas experiências, que contribuíram com sua alteração cultural, observando deste modo, como aconteceram e como foram assimiladas?

Importante ressaltar também que, perscrutamos vestígios dessas alterações e dessa política nos relatos dos migrantes, mas igualmente na narrativa jornalística, em fotografias, entre outras fontes.

A fotografia acima guarda um recorte da cidade conhecida de migrantes como dona Mariana, embora as informações que conseguimos não confirmem que seja de seu tempo de chegada a Sobral, isso consoante o que foi possível apurar com sobralenses que indagamos a respeito. Alberto Dias Lopes (2015)²⁴⁹ por exemplo, acredita que seria bem anterior à chegada dessa senhora, talvez década de 1930.

Podemos observar que há bastante área desabitada e o centro urbano surge sinuoso, distante, com suas torres. Torres estas que foram colocadas em destaque por Olímpio (2008), como referência da cidade do século XIX.²⁵⁰

Contudo, a mulher que aparece com uma “trouxa” na cabeça está com uma saia pouco abaixo dos joelhos e as duas outras também estão vestidas de um modo que, apresentam sinais de um período bem mais contemporâneo, da chegada mesmo de dona Mariana Sousa (2014), década de 1950.

Esse retrato revela uma cidade desalinhada, sem ruas definidas, cingida por cercas de paus e arame. Revela a cidade do não-desejo descrita por dona Maria da Conceição Aguiar (2014), despovoada: “era coisa pouca, só assim, de gente

²⁴⁸ Conferir nota 20 pág. 27 da Introdução.

²⁴⁹ LOPES, 2015.

²⁵⁰ “A formosa cidade intelectual, a casaria branca alinhada em ruas extensas e largas, os telhados vermelhos e as altas torres dos templos, rebrilhando em esplendores abrasados [...]” assim descrevera Olímpio (2008, p. 13).

passando”. Ou no outro polo, a cidade cobiçada por dona Mariana e seu irmão: “Aí ele comprou uma casinha pro lado da Expectativa assim, na beira da lagoa”.

Representa, portanto, esses arredores da cidade já descritos por estes e por outros inquiridos como veremos neste capítulo: ora satisfazendo por situarem-se em uma cidade que oferecia condições aos camponeses viverem sem requisições urbanas que não pudessem cumprir – como a locação de uma casa que precisava ser a custo muito pequeno – e de preferência onde pudessem criar ou manter animais que contribuíam com seu orçamento doméstico. Ou, que oferecessem condições à aquisição de um terreno e mesmo de uma casa, que igualmente, precisavam ser em um bairro, onde pudessem transportar alguma particularidade de seu modo de viver, inclusive, cultivar um roçado como veremos.

E ora desagradando: porque alguns como Mariazinha almejavam mais que uma cidade com aspectos rurais. Pelo seu relato, rural por rural preferia voltar para seu “sertãozim”, já que o centro da cidade lhe aparecia, como aparece na imagem, distante, coisa para avistar no horizonte.

A respeito desta questão, temos uma pequena passagem da narrativa dessa senhora: “Eu sempre tinha medo né, mas eu não ia só não, pra gente comprar palha, [...] a gente comprava no mercado, fazia umas compras, olhava tudo, olhava o movimento, nós ia de pé mesmo lá pro mercado, olhava as coisas, aí comprava as palha [...]”. (AGUIAR, M., 2014).

A despeito de a fotografia representar a ideia de subúrbio trazida pelo IBGE (1950), ou até mesmo da zona rural de Sobral, importante perceber que Mariazinha neste excerto de seu relato levanta a possibilidade de os moradores dos arredores, ou neste caso, de moradoras como ela, que residiam nas fronteiras da cidade e não eram sobralenses, (sem podermos afirmar se era uma situação exclusiva das migrantes), não frequentavam o centro urbano, não se não houvesse uma necessidade doméstica.

Nesse sentido, essa senhora via essa cidade furtivamente ante os imperativos do cotidiano, quando precisava realizar algum negócio no mercado público. A cidade palpável, aquela que ela conhecia, ou seja, o bairro da Santa Casa onde residia e sua circunvizinhança, era-lhe bem diferente. Deste modo, entendemos que, Mariazinha que não trabalhava fora do âmbito doméstico, e de tal modo, só comparecia ao centro urbano quando surgia uma emergência, recorda à

cidade como algo distante de sua realidade. A cidade neste caso aparece assustadora: “Eu sempre tinha medo né, mas eu não ia só não.”.

Esta cidade era-lhe assustadora, distante, e deve ter permanecido assim por algum tempo, o que não quer dizer que fosse o mesmo para todos os migrantes. Dona Mariana, por exemplo, que trabalhava confeccionando e comercializando roupas, e assim sendo, precisava dirigir-se ao centro comercial todos os dias, não devia sentir esse estranhamento, ainda que possa ter sentido no início se consideramos sua referência aos “pilantras velhos” que encontrava na sua diligência diária.

Já Mariazinha, se atentarmos para o fato de que, nem os templos das torres sinuosas que aparecem na imagem, faziam parte de seu itinerário religioso, pois não ia às missas com frequência e quando ia, segundo seu relato supracitado no Capítulo 2, dirigia-se às capelas das adjacências de sua residência localizadas no hospital Santa Casa e no bairro Sumaré.

Observando ainda a fotografia: as pessoas que aparecem caminhando despreocupadas sem trânsito de nenhuma espécie, quebrando a monotonia apenas elas próprias e as poucas residências, dessa forma, essa paisagem poderia ser de qualquer época entre 1950 e 1980, dependendo do bairro de onde falasse o migrante, porque o subúrbio de Sobral pelas narrativas correspondia a espaços vazios, despovoados, abertos à elaboração ou a construção.

A senhora que surge com uma trouxa na cabeça poderia estar indo ou regressando do Rio Acaraú, ou de uma lagoa, para higienizar a própria roupa, ou a de uma “patroa”, (situação relatada pelas migrantes donas de casa e pelas lavadeiras de roupas), um dos ofícios procurados por mulheres que entrevistamos.²⁵¹

É uma imagem sem dúvida representativa de uma cidade que se fazia lentamente no cotidiano de seus moradores, migrantes ou não, sem preocupação com nenhuma ordenação urbana ou burguesa. Portanto, sem preocupação com estética pessoal ou social. Diversamente, do outro lado, vemos a outra cidade, a que

²⁵¹ Além de dona Maria Soares dos Santos supracitada, inquiremos: SOUSA, Rosa Soares de. *Rosa Soares de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

confere à imagem da Sobral que conquistou projeção política, econômica e literária no cenário cearense ainda no século XIX.²⁵²

É possível perceber que a intenção do fotógrafo o qual não conseguimos sua biografia, nomeadamente nessa tiragem, era representar os contrastes: uma cidade costurada por cercas, onde de um lado se podia ver o casario rico e do outro, “casinhas” em completo desalinho, com aparência até de abandono. No entanto, sem destoarem de suas localizações, pela situação da rua ou de todo o espaço circundante.

Considerando que, para Granet-Abisset (2002, p. 15) “Diferentemente de outras categorias de imagens, a fotografia, apesar de seu caráter intrinsecamente subjetivo, só pode existir, só pode ser impressa se o modelo existiu realmente diante da objetiva.”²⁵³

Portanto, percebemos uma cidade com muitos terrenos vazios, desabitada inclusive, se comparada com os dias atuais quando não mais seria possível um desenho do mesmo ângulo de sobre a Ponte Othon de Alencar (Rio Acaraú),²⁵⁴ local onde o fotógrafo teria realizado a captura pelo que verificamos, o qual expusesse a cidade desnuda de sua roupagem urbana atual.

Essa representação coaduna com as contagens demográficas do IBGE de 1950 e 1960 conforme inventários supracitados, porque pelo que examinamos a população total do município de Sobral aumentou em apenas 3% (três por cento) entre estas décadas, ou seja: de 70.011 em 1950 passou a 1960 para um total de 72.511 pessoas. Por conseguinte, tanto um recenseamento como o outro justificam os espaços desabitados na área suburbana da cidade.

Essas perspectivas imagéticas da cidade, considerando aqui tanto a fotografia supracitada, como os relatórios demográficos, são bastante eloquentes e reverberam as recordações de inquiridos como dona Mariana Sousa, no que pese a sua moradia à Rua das Pedrinhas, hoje bairro homônimo, dessa cidade.

²⁵² A propósito BARBOSA, Marta Emília Jacinto. *et al.* Ocupação e Expansão do Espaço urbano de Sobral nos séculos XIX e XX. Barbosa, M.; *et. al.*(2000, p. 21-30).

²⁵³ Para Granet-Abisset quando se trata de fotografias: “Não há criação mediada pela memória em laboratório ou em ateliê, como em certas pinturas.” GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Trad. Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História: artes da história & outras linguagens*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC, São Paulo, n. 24, jun. p. 15, 2002.

²⁵⁴ Na interpretação de Jose Alberto Dias Lopes (2015) essa foto foi tirada de sobre essa ponte inaugurada em 1935.

– Assim, nesse tempo, aquele bairro ali tinha poucas casas, né? As Pedrinha, nesse tempo nós vivia nas Pedrinha, quando chovia, que o rio [Acaráú] enchia mesmo, que botava água por todo canto, entrava água até lá em casa, ficava água perto do canto, mas, ainda bem que a passagem era ligeiro, no outro dia já tava seco. [...] A gente sofria muito, muito sofrimento, era muito sofrido! Nós morava lá nas Pedrinha, e a venda do Gerardo era ali no mercado, aí as vezes ele nem vinha almoçar em casa, eu ia deixar a comida. A gente trabalhava muito, mas tudo novo, uma esperteza medonha [sorri]. (SOUSA, M., 2014).

Este trecho do relato de dona Mariana pode ser considerado também um retrato, um retrato de uma paisagem menos pacífica como a que aparece na imagem exposta acima, questão que pode parecer ambígua cabendo à pergunta: por que pacífica se a foto expõe uma paisagem contrastante despindo os bairros dos recalques da cidade, em comparação com seu centro urbano?

Percebemos como pacífica exatamente porque condensa espacialidades contrastantes como se quisesse conciliá-las, proporcionando um diálogo estranho. É como se houvesse uma naturalização, naturalização de espaços e de temporalidades que se afrontam, mas ao mesmo tempo se harmonizam compondo um conjunto de coisas possíveis que não deveriam causar estranhamentos, passando a ideia de que as cidades são assim mesmo, e de que nem havia confrontos entre os segmentos sociais, ou sofrimento do tipo trazido por dona Mariana.

Seu relato representa assim, uma rotina mais real, mais contundente da moradia dos trabalhadores, de como era morar à margem, na margem do rio, usufruindo de suas águas e concomitante, combatendo-as, lutando contra sua exaltação.

É como se seu relato contribuísse para que a imagem acima se contorcesse como montagem refletida, revelando o desejo do fotógrafo ao realizá-la. É como se o fotógrafo nos dissesse que seu objetivo não foi acusar as ambiguidades da cidade, ao contrário, desejou naturalizá-las, apaziguá-las, mostrar sua beleza, que nessa cidade até sua pobreza urbana era bela, ou podia ser vista com beleza.

No entanto, dona Mariana levou-nos à sua fealdade sem objetivar fazê-lo, ou como o fotógrafo, intencionalmente, porque ela poderia ter relatado sua realização de morar próximo ao rio Acaráú, sem entraves para a higienização da roupa e consumo d'água em geral. Ao contrário, ela escolheu mostrar-nos o problema de residir à margem, morando na margem, esclarecer como era viver

arriscando a vida, submetendo-se as intempéries: “[...] quando chovia, que o rio enchia mesmo, que botava água por todo canto, entrava água até lá em casa, ficava água perto do canto [...]”.

Essa imagem que ela nos passou justifica o motivo de sua mudança para o bairro Alto da Expectativa. Lembrando que o Pedrinhas é tão distante do centro urbano quanto o outro, todavia, a casa ficava melhor situada, num alto, sem enchentes e igualmente próxima de um reservatório d’água: a lagoa da Fazenda.

Agora observemos esse retrato de família que compõe o acervo pessoal de Raimundo Bernardino Mendes (2015) de junho de 1986 como podemos verificar no canto à direita, a qual foi capturada na Rua das Pedrinhas, a mesma rua onde fora residir dona Mariana. Isso porque segundo esse senhor, antes de se constituir como um bairro de forma organizada, tratava-se apenas de uma rua, à qual ele se encontra reunido com seus parentes.

Imagem 11 – Sr. Raimundo Mendes com familiares, Sobral, jun.1986



Fonte: Arquivo pessoal.

Raimundo Mendes encontra-se à direita, e seu avô e pai de criação à esquerda, somando-se a diversas crianças da família. Não tivemos a oportunidade de entrevistar seu progenitor já falecido, nem conseguimos apurar ao certo quem realizou a captura, porque tratava-se de um “conhecido” seu. Contudo, esse senhor não residiu à Rua das Pedrinhas, talvez por essa razão tenha se preocupado com esse registro tão perspicaz. Já referendamos no Capítulo 2 sua originalidade no que pese ao seu gosto por coleções.

É importante perceber que, essa rua/bairro das Pedrinhas tornou-se um referencial de memória e de esquecimento, não apenas por compor o conjunto urbanístico da cidade de Sobral, contudo, por representar independentemente de qualquer nomenclatura, conceito ou orientação administrativa, espaço das vivências de migrantes como Raimundo Mendes e Mariana Sousa.

Por essa razão, podemos concluir que, essa rua tornou-se um “monumento” coletivo, conforme as questões assinaladas por Le Goff (1996, p. 545) quando defendeu que: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” Logo, podemos concluir que, o monumento está em conformidade com os interesses do presente vivido.

Ainda podemos refletir que, não apenas o lugar, a rua, o bairro, mas sua representação, ou seja, o que a fotografia nos indica, também pode ser percebido como um monumento, porque todos aqueles que se interessam por essa representação de passado, conforme Granet-Abisset (2002, p.16): “compartilham da mesma lógica, da memória e do esquecimento, da presença e da ausência”. Assim sendo, é um monumento aberto à “interpretação”, a conjecturas tanto quanto a representação concreta.

A fotografia deste migrante autentica a narrativa uníssona de quem chegava a Sobral e só encontrava “mato”. E veja que estamos falando de épocas distintas, porque dona Mariana e João Emílio Vasconcelos que igualmente foram residir nessa rua chegaram à década de 1950, enquanto o avô de Raimundo Mendes mudou-se na década de 1980.

Esses indícios corroboram com nossa defesa de que a opção de “procurar o giro” nesta cidade estava ligada à identificação com o tipo de urbanidade existente, aos espaços livres para o migrante elaborar sua moradia segundo suas noções de bem-viver, portanto, seguindo o padrão já assinalado da economia doméstica, de como suprir as necessidades culturais ao menor custo. E no caso específico da Rua das Pedrinhas, também por margear o Rio Acaraú como já enfatizamos, mesmo que ficasse submetido às inconveniências das inundações recordadas por dona Mariana.

Importante também foi observar esse momento da fotografia de família, hoje mais popular que nos anos oitenta do século passado, quando fica evidente que havia uma intenção de capturar aquele instante e nessa perspectiva, havia uma intenção de memória, havia uma intenção de futuro.

Entretanto, a exemplo do retrato de família de dona Mariana, ele não apenas capturou o momento, mas congelou a experiência de uma família numerosa que estava iniciando a vida em Sobral. Aparentemente congelou também o lugar escolhido para sua realização, revelando às proposições da família de como morar em Sobral, e ainda revelou as disjunções de uma cidade repleta de fronteiras de exclusão.

Com efeito, apenas aparentemente o momento ficou congelado, porque esse instante apreendido na vontade de memória de Raimundo Mendes, palpável nessa representação de família, indica também um todo, não apenas a rua ou o bairro, entretanto, um tipo de família migrante e sua condição étnica, cultural e social, e ainda indica o período vivido, a migração, a cidade que não se reconhece mais, e talvez hoje, nem mesmo a família se autorreconheça, mas a fotografia está lá, aberta à perspectiva.

Essa captura imagética tornou-se prenhe de futuro, logo, um registro aberto não apenas à lembrança e ao esquecimento, ou aos desvios do tempo, mas à interpretação que abrange o silêncio e os objetivos de quem analisa. Aberta, deste modo, à reflexão da situação vivida, porque trata-se agora de uma “memória transformada por sua passagem em história” e de tal modo: “voluntária e deliberada” conforme Nora (1993, p. 14).

Quando indagamos a Raimundo Mendes como era a cidade de Sobral no período de sua chegada, década de 1980, questão que levamos a todos os inquiridos objetivando observar suas impressões sobre a cidade encontrada, consecutivamente ele foi buscar suas fotografias.

Interessante porque elas passaram a ser evidências, provas, testemunhas de sua vivência, e ganharam *status* diferenciado. Logo, foi-lhes agregado outra intenção, a do presente vivido de quem as observa e chama à observação de outrem. O retrato de família deixou de ter esta finalidade, ou seja, de ser um retrato de família, para ser um retrato da cidade, uma representação de seu passado, e não mais somente uma representação da família daqueles dias.

Ao apresentar suas fotografias com esse fim, agregando valores outros ou intenções outras que não eram as do passado, servindo agora de evidência ao pretérito da cidade e especificamente, a um de seus bairros que então se resumia a uma rua, desalinhada, sem aparentemente nenhum projeto arquitetônico, portanto, sem estética urbana, tendo dessa forma, tão apenas a arte de continuar que se fazia

sem assombros e preocupações que não as do acaso, ele as transformou e as subverteu como diria Nora (1993) ao movimento espontâneo de memória e, por conseguinte, de escrita e de história.²⁵⁵

O hábito desse senhor de colecionar e produzir fotografias de suas experiências, de momentos vivenciados em família, trouxe-nos sem que ele desejasse fazê-lo como resposta ao futuro: o passado, representado nos aspectos do bairro Pedrinhas no seu nascedouro. Observemos que por trás da família, à direita, dá para notar duas casas de taipa e mais duas já aparentemente concluídas mais adiante.

Ainda que, todo o espaço mostrado passe a impressão de desbravamento e de improvisação, corroborando por sua vez, com a defesa de ruas constituídas ou tomadas de “mato”, destacada nos relatos, entretanto, ao mostrar algumas residências, a fotografia evidencia que aquele logradouro era habitado por mais famílias, talvez porque já se tratasse da metade da década de 1980.

5.2 “Eu mesmo fiz aquela casinha, só com a coragem e a vontade!”

Já Sr. José Valmir Moura (2014)²⁵⁶ de 71 anos, casado, natural do município de Itapipoca, uma espécie de ativista político apertado e filantropo,²⁵⁷ envolvido com sua comunidade, propusera e ajudara a fundar, assim como fora o primeiro diretor da “Associação Comunitária Monsenhor Arnóbio” do bairro Parque Silvana I. É um dos três migrantes que conseguiu graduar-se pela Universidade

²⁵⁵ Nora defendeu que precisamos perceber a “[...] diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante.” NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo, vol. 10, p. 7-28, dez. 1993.

²⁵⁶ MOURA, José Valmir. *José Valmir Moura*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²⁵⁷ Segundo Sr. Valmir Moura “[...] o primeiro posto policial foi feito pela associação comunitária Monsenhor Arnóbio, a frente que eu fazia parte, era o presidente e a gente conseguiu fazer um bocado de coisa pra colaborar com o desenvolvimento da nossa cidade e principalmente do nosso bairro. [...], sem pensar em pedir nada em troca, na própria hora que u me candidatasse, eu passasse a chegar na porta daquelas pessoas que u ajudei e pedir um voto, então aquilo dali pra mim já tava tendo um outro sentido da vida, que u já tava fazendo aquilo dali pensando em me beneficiar, ser vereador, uma coisa a mais entendeu? Eu pretendo dentro das minhas possibilidades continuar ajudando a minha comunidade do jeito que u puder sem envolvimento nenhum com político [...]”.

Estadual Vale do Acaraú (UVA) em Sobral, e por este motivo, aposentou-se como “engenheiro do DAER”.²⁵⁸

Colocou-se bastante agradecido pelas conquistas pessoais, nisto seguindo o padrão dos demais inquiridos, tema que priorizou em sua entrevista explicando-nos bem ao estilo autobiográfico,²⁵⁹ minúcias de sua ascensão pessoal e social desde seu deslocamento em 1969 para Sobral, como “operário” do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Ceará (DAER), até sua formação universitária. (MOURA, 2014).²⁶⁰

Entretanto, fez questão de enfatizar que “não queria mudar de Itapipoca”, “não conhecia Sobral” e, por conseguinte, nunca desejara emigrar para esta cidade nem para outra. Assim, encarou a entrevista como uma oportunidade de deixar seu “exemplo para os jovens”, “pela determinação e fé” que o moveram à posição que se encontra presentemente. (MOURA, 2014).

Trouxemos uma fotografia dele discursando em uma das sessões do grupo Alcoólicos Anônimos ao qual participa, porque outra situação que o envaidece, foi ter superado o alcoolismo. Após conquistar uma posição de destaque no órgão aonde trabalhava, passou uma fase “desorientado”, e seguiu por esse caminho autocensurável até a superação, que veio quando passou no vestibular para Tecnologia da Construção de Edifícios, concomitante ao seu ingresso nesse grupo de terapia. Neste sentido, na segunda fotografia, ele exhibe uma réplica da placa de sua formatura (MOURA, 2014).

²⁵⁸ Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Ceará, hoje Departamento Estadual de Rodovias (DER).

²⁵⁹ No estilo autobiográfico “A base da autoridade é diferente [...]” segundo Portelli, (2001, p.18). Para um exemplo interessante de trabalho autobiográfico e de legitimação-autorização de contextos e textos próprios ver: LE, GOFF, Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

²⁶⁰ Após dois anos de serviços prestados recebeu um aviso que se desejasse prosseguir trabalhando nesse órgão, teria que se deslocar para Sobral. As sessões com ele aconteceram sempre na residência de sua irmã a qual também entrevistamos, no entanto, fomos ao bairro Parque Silvana I conhecer a sede da associação e participamos de uma das reuniões, e desse modo, fomos apresentados a sua família, parentes e amigos. A residência de seus pais é conservada como uma espécie de memorial.

Imagem 12 – Sr. Valmir Moura em reunião/Sobral-CE.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 13 – Sr. Valmir Moura exibindo sua placa de formação universitária



Fonte: Arquivo pessoal.

Estes registros fotográficos e autobiográficos de suas experiências nos foram ofertados generosamente. São fotografias que também cumprem sua função pessoal e social de lembrar, no entanto, podemos considerá-las de “natureza espiritual” (BOSI, 2003, p.27), porque não são retratos de família tirados para expor à sala de visitas ou para ostentar os contextos maiores que consagraram essas posições. Representam grandes circunstâncias, mas foram-nos apresentadas no nível pessoal, portanto, de suas aquisições pessoais, representam alguns de seus combates superados.

Nesta perspectiva, para Bosi (2003, p. 28-29): “Um olhar inibe o outro: são abordagens qualitativamente excludentes. O objeto ou é biográfico, ou é signo de *status*, e, como tal, entraria para a esfera de uma ‘intimidade’, entre aspas, ostensiva e publicável [...]”. No entanto, podemos ir mais além, porque as fotografias na nossa interpretação podem apresentar simultaneamente várias “abordagens” considerando que, estamos sempre interrogando o passado e tensionando o presente.

A despeito de ele priorizar sua biografia, esses registros imagéticos não deixam de exteriorizar os dois contextos: o de dentro e o de fora, tomando aqui

Frotscher (2012, p. 264), como afirmação de identidade. A ação do grupo ao qual participa religiosamente e sua formação profissional estão em correlação com situações públicas. No entanto, as circunstâncias sociais confundem-se com as pessoais, mas ambas são importantes e simbolizam espaços de lutas e de conquistas pessoais, representam para essa autora “afirmação de identidade” e de alteridade.²⁶¹

Não é sem motivo que Sr. Valmir fez esse retrato na rua onde reside desde que chegou a Sobral e onde moram seus parentes e amigos, trazendo-nos aspectos não apenas deste logradouro, ou do bairro ao qual “viu nascer e ajudou no seu desenvolvimento” urbano, mas é uma espécie de registro do significado dessas coisas todas, porque não “existia nada” quando ele chegou, nem ele, nem o bairro como veremos logo abaixo. Ele partiu da invisibilidade à visibilidade, assim como o bairro (MOURA, 2014).

Portanto, tratava-se de um migrante de mãos calejadas do trabalho na agricultura e do trabalho na construção de estradas, que não podia pagar aluguel, nem possuía parentes nem amigos em Sobral com quem pudesse morar, e que precisou construir não apenas sua moradia com as próprias mãos, mas sua espacialidade, vital para sua estadia, porque aos poucos conseguiu que sua família se juntasse a ele. Dessa maneira, passou de “operário a engenheiro”. Aquela fotografia representa sua vitória desde que chegou nessa cidade.

Permitir ou encaminhar a captura dessas fotografias, assim como apresentá-las como parte de sua narrativa biográfica, foi uma forma de exaltar suas realizações.

Vejamos:

– Você conhece o Parque Silvana? Hoje num é realmente tudo bonito, tudo cheio de casa boa, tudo de muita coisa? Em 69, a primeira casa do Parque Silvana foi feita por mim, de taipa, tirado a madeira ao redor da casa. [...] Eles fizeram um loteamento lá e eu fui um dos primeiros a comprar um pedacinho de chão lá, cinco metros por três, fiz uma casinha, e nunca paguei aluguel! Eu mesmo fiz aquela casinha, só com a coragem e a vontade!

– Esse loteamento que o Sr. está dizendo era um loteamento feito pela prefeitura?

²⁶¹ Segundo Frostscher: “As fotografias são um meio para a afirmação de identidades, através de performances e, muitas vezes, de exibicionismos. [...] Sabemos que as imagens são sempre abertas à interpretação. No caso [...] nos interessa captar os sentidos dados a ela pelo próprio entrevistado.”. FROSTSCHEER, Méri. Imagens de si e do outro: interpretação de fotografias e fontes orais em estudos migratórios. In: LAVERDI, Robson; *et al. História oral*, desigualdades e diferenças. Recife: Editora da UFPE; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012, p. 266.

– Não, era não, era particular! Era do Berito! Aqueles terrenos todos eram do Berito, ali aonde tem a Colina [bairro vizinho] ali tudo era dele! [...]. Então hoje Parque Silvana é um dos maiores bairros provavelmente pela Grendene que tem 20 mil funcionários. Ai já é uma potência! O bairro que'u vi nascer e ajudei no desenvolvimento do início até hoje né? (MOURA, 2014).

É interessante essa reivindicação de Sr. Valmir, de colocar-se como um dos construtores do bairro. É como se sustentasse reconhecimento público por ter contribuído com o desenvolvimento da cidade a partir de sua atuação no Parque Silvana. Isso nos conduz a outras narrativas que afirmaram igualmente ter encontrado bairros pouco povoados ou despovoados. Estariam todos pleiteando uma espécie de reconhecimento pela contribuição que deram ao se deslocarem a essa cidade e ajudar na sua povoação e construção?

No que pese à questão de ter sido o primeiro morador do Parque Silvana, a narrativa desse senhor apresenta-nos uma imagem muito fecunda que nos conduziu de volta às paisagens analisadas acima, às imagens e aos relatos. Porque igualmente esclarece como se configurava essa cidade entre urbano e rural, em como eram as cercanias do centro urbano e em como foram rateadas pelos proprietários.

Porque até podemos ter passado a ideia de que Sobral nesse período em estudo era terra de ninguém, ou de quem chegasse. Na verdade, as casinhas eram alugadas ou vendidas e os terrenos ermos, loteados para quem tivesse algum pecúlio para adquiri-los.

Onde atualmente localizam-se alguns bairros “bonitos” como assinala esse senhor, para quem chegasse sedento de uma moradia, mas sem pecúlio para adquirir uma ou mesmo para pagar uma locação, porém, com disposição de construí-la, poderia aportar e fazê-lo como ele nos esclarece, porque pelos indícios, não havia impedimentos.

Ainda que, já em “1824” segundo Frota (1995, p. 446) “A Câmara” municipal desta cidade já “ocupava-se com o urbanismo”, ocasião em que este autor transcreve um ofício dessa instituição com este fim, contudo, a questão residia em torno da “simetria” das ruas centrais “de aspecto bem desagradável pela tortuosidade” que apresentavam.

Na verdade, o empecilho para quem chegasse para residir nas cercanias dessa urbe seria o custo do imóvel, como já assinalamos, ou a medida da “coragem

e vontade” como sublinhou Valmir Moura, para construir a residência com o que tivesse ao seu alcance de imediato, tendo dessa forma à disposição e “ao redor”: argila para o preenchimento das paredes e madeira, situação que não o intimidou, ao contrário: “Em 69, a primeira casa do Parque Silvana foi feita por mim, de taipa, tirado a madeira ao redor da casa.”.

Jucá (2003, p. 53), que estudou os problemas de infraestrutura de bairros adjacentes ao centro urbano de Fortaleza-CE e suas ocupações pelos “pobres” no período de 1930 a 1950, os quais construíam: “casebres”, “palhoças ou arranjos híbridos ou heterogêneos de madeira” – percebeu que havia descaso governamental na solução desses problemas, sobretudo, no que se referia às ocupações, ou às expulsões, fossem estas realizadas por proprietários vários, fossem por alagamentos nas áreas litorâneas, ou por deslizamentos dos morros.²⁶²

Os trabalhadores não possuíam os terrenos ocupados mesmo que cumprissem com todas as exigências legais, nem as residências construídas sobre os terrenos podiam ser consideradas próprias, isto porque os terrenos ou eram de propriedade da “prefeitura”, ou da “Marinha”, ou da “Igreja”, ou de outros que se dissessem proprietários com “capital político” para reclamá-los, lembrando aqui Bourdieu (2000). Sendo que “os despejos” recebiam aparato da polícia e da prefeitura consecutivamente, em detrimento dos reivindicantes que assim sendo, não detinham nenhuma posse, nem garantia de onde morar. (JUCÁ, 2003, p.51-52).

Interessante que este autor chama atenção para o fato de que: “o afluxo de migração para Fortaleza” contribuía com a ampliação desse problema. Os deslocamentos de pobres trabalhadores podiam acelerar a criação de novos bairros sem “as condições básicas”. (JUCÁ, 2003, p. 52).

Contudo, os problemas analisados faziam parte da constituição da cidade pelo que este estudioso analisou. Sugerir que a migração de trabalhadores expropriados viesse aprofundar tais problemas, como se estes problemas não fossem pré-existentes pela forma como a cidade foi se organizando, ou seja, girando em torno da área central sem a precaução com sua extensão para além deste

²⁶² Outra pesquisa importante a respeito das formas de ocupação da cidade pelos pobres a partir do loteamento de propriedades nas áreas rurais da cidade, e como a legislação passou a disciplinar esses espaços ver: ROLNIK, Raquel. Mercados: legislação urbana e valorização imobiliária. In: _____. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1999, p. 114-122.

território privilegiado, pareceu-nos incompleta, sobretudo porque ficou no campo da sugestão.²⁶³

Voltando a Sobral, não percebemos esses problemas na ocupação dos bairros situados nos contornos do centro urbano, onde os migrantes foram chegando e elaborando suas residências. Talvez porque não foi nosso objeto de investigação e voluntariamente não foi relatado. Portanto, não podemos afirmar que não aconteceram conflitos entre moradores, administração pública e proprietários, ou que não houve disputas territoriais nas áreas que foram se valorizando, ou que foram sendo organizadas urbanisticamente falando, pela prefeitura.

No entanto, é interessante perceber no respectivo ao grupo entrevistado, que boa parte veio dos seus sertões e aonde chegou ancorou, ou fincou suas forquilhas (para utilizar uma metáfora que corresponda às casas de taipa habitadas inicialmente). Podemos citar vários exemplos: Sr. Valmir é um deles, ainda que, uma particularidade dessa parte de migrantes que fincou forquilha e não saiu mais, seja a propriedade privada da casa. Dona Mariana Sousa representa uma das exceções, porque residiu antes em dois bairros para situar-se finalmente no Campo dos Velhos, onde se encontra há décadas.

Charles Santana (2009, p. 159) que estudou o processo de migração de “lavradores” entre 1960 e 1980 à cidade de Salvador–Bahia, ressaltou que, a instabilidade da moradia e “a luta pela casa própria por grupos familiares” caracterizaram as tentativas de fixação desses migrantes.

Todavia, esta instabilidade ligada às áreas de “invasão” por um lado, de “valorização e especulação imobiliária” por outra, e doutra forma, à fuga de áreas que independente de quaisquer ações públicas ou privadas precisavam ser provisórias pela localização ou pela condição de precariedade, situadas em terrenos “alagados”, somando-se àqueles que se encontravam acomodados por amigos ou conhecidos, que também não podiam fixar residência demoradamente.

²⁶³ Vejamos como a reflexão de Jucá fica no campo da sugestão e da criação de memória, inclusive aparece deslocada: “A Floresta era um bairro ocupado em sua maioria por operários da Rede de Viação Cearense e trabalhadores da indústria. Predominavam casebres e tudo estava por ser concluído. **Com o afluxo de migração para Fortaleza, diversos bairros proliferavam em as condições básicas.** Situado ao redor de uma estação ferroviária, entre São Gerardo e Carlito Pamplona, ex-Brasil Oiticica, sua proximidade da ferrovia e da zona fabril impulsionava seu crescimento. Diariamente casebres eram construídos em terrenos de posse duvidosa. Em geral, eram levantados à noite, à luz de lamparinas. [...]” JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Ocupação e evolução do espaço urbano de Fortaleza. In: _____. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo, Annablume, 2003, p. 52. (grifo nosso).

Nesse sentido, este autor enfatiza que: “Qual ciganos citadinos, rolaram por inúmeros cantos na tentativa de descobrir uma morada mais permanente.” (SANTANA, C., 2009, p. 159; 160-171).²⁶⁴

Todos esses pontos que dificultaram ou impediram o acesso à moradia de migrantes relatados por esse autor, principalmente, o acesso à casa própria, não quer dizer que agricultores sem-posses que pleitearam residência em Sobral dependendo da época, e das condições que chegaram, não tenham sofrido também. Embora que Salvador assuma uma posição urbana que a exemplo de Fortaleza, apresenta problemas de moradia de dimensões bem maiores e diferenciadas.

No entanto, pelas questões já levantadas, os deslocados que entrevistamos foram procurando estabilidade onde conseguiram residência (própria), e mesmo aqueles que cresceram aos salários suficientemente para buscar outros bairros como Sr. Valmir Moura, todavia, permaneceram com a primeira moradia, apenas quando foi possível realizaram reformas consoante suas necessidades. Necessidades estas que à medida do movimento urbano da cidade como veremos, foram-se alterando e adicionando novos valores.

Não obstante, a narrativa abaixo reflete a luta pela consolidação da residência em Sobral, em que pese à situação daqueles que não conseguiram a casa própria:

- Quer dizer que o primeiro bairro que a senhora morou foi o Bairro da Saúde? [hoje central].
- Foi, no Bairro da Saúde! [...]
- Era, era só aquela igreja, e num tinha aquelas casa que hoje têm, né? Era taperinha! Era umas taperinha! Num tinha casa não! [...]
- Mas a senhora lembra o ano que veio?
- Não, lembro não! Eu tinha, eu tinha 19, ia fazer 20 ano em Sobral, fazer 20 ano! [...].
- A senhora chegou a tentar algum emprego em alguma fábrica dona Rosa?
- Não! Não senhora! [...] só fiquei trabalhando mesmo de doméstica e de areia de rio e ferro de brasa, e ia, plantava e colhia feijão, plantava e ia apanhar algodão, ia quebrar milho, apanhar feijão! [...]
- A senhora chegou a plantar um roçado aqui em Sobral?
- Aqui, foi lá no Renato Parente! Foi lá! Lá no Seu Renato! [hoje bairro Renato Parente].
- Quer dizer que a senhora lavava roupa, engomava e ainda dava pra plantar o seu roçadinho?
- Ainda dava pra plantar, pra gente comer, porque quando o inverno era bom, quando chegava janeiro, em dezembro, a gente plantava e ainda

²⁶⁴ “[...] toda narrativa recorta uma infinita trajetória de criação de lugares de moradia junto a suas irmãs. Especialmente Adalice, com quem residiu, durante os primeiros anos na cidade, numa casa ao lado das palafitas dos Alagados, residência da família de um conhecido chamado Francisco, no Caminho de Areia, freqüentemente invadida por águas da chuva.” (SANTANA, C., 2009, p. 167).

chegava a colher alguma coisa! Ainda chegava ter milho, feijão! Ainda dava pra gente quebrar um galho! [...] ajudava muito, criava uns bicho né? Criava uns bichim! [...] Dona Maria, aqui em Sobral eu criei muito pato, pombo, galinha! Tudo eu criei, capote! Pronto! [...]. (SOUSA, R., 2014).

Imagem 14 – Rosa Sousa – Interior de Sua Residência



Fonte: Arquivo da autora

Dona Rosa tem 83 anos, é viúva, e uma pessoa que conquista pela atenção desmesurada que dedica a uma causa nem sempre dela, como o atendimento ao convite que a fizemos para participar de nossa pesquisa. Demonstra ainda muita disposição e saúde, embora esta já esteja abalada porque sente “muita dor nas costas”, questão que ela debita ao trabalho de lavadeira de roupas, da condução da trouxa na cabeça diariamente. (SOUSA, R., 2014).

Embora aposentada, trabalha “nas casas cuidando” – com a ajuda de uma filha também viúva – de duas idosas doentes graves, uma inclusive com Alzheimer, sendo que todas moram próximas à sua residência. Afirmou-nos ainda que, aposentou-se como “lavadeira de roupas”, profissão que dedicou 56 anos de sua existência. (SOUSA, R., 2014).

Importa dizer que, essa senhora tomou como profissão a arte de lavar roupas e engomá-las, primeiramente no Rio Acaraú, posteriormente, no âmbito das residências, à medida que estas foram sendo reformadas oferecendo condições de ela exercer seu ofício, somando-se às noções de higiene que foram ganhando credibilidade: “porque deixava micróbio na roupa”, “eu abandonei o rio, num fui mais”. (SOUSA, R., 2014).

No entanto, no decorrer “do inverno”, aproveitava para fazer seu “roçado”. Assim como dedicava-se à criação de aves: “criei muito pato, pombo, galinha! Tudo eu criei, capote!”. Outra questão importante é que não recorda a data exata de seu

deslocamento para Sobral, apenas que chegou com dezenove anos, e como nasceu em 1934, acreditamos que também emigrou na década de 1950 (SOUSA, R., 2014).

Sua narrativa à semelhança das citadas acima, indicou-nos a cidade daqueles que chegavam totalmente despossuídos, moradores das “casinhas” de taipa e das “taperinhas” situadas em bairros nos seus nascedouros, nas fronteiras da cidade, entre o subúrbio e o rural, sem os cuidados públicos necessários: sem pavimentação, sem saneamento, sem iluminação, entregues aos especuladores que alugavam as casinhas ou vendiam os terrenos (“um pedacinho de chão lá, cinco metros por três”) como assinalou Valmir Moura acima.

Questões que se ataviam e se imbricam às apresentadas nas fotografias trazidas acima. Embora, como atenua dona Mariana Sousa (2014), todos eram jovens e havia muita disposição para vencer as dificuldades.

Essa cidade encontra-se hoje adormecida nas lembranças e nas fotografias, assim como nos artigos do Jornal Correio da Semana como veremos mais adiante, ou podemos reencontrá-la nas ruas e bairros aonde chegaram: Santa Casa, Pedrinhas, Expectativa, Tamarindo, Junco, Parque Silvana, Saúde, Terrenos Novos. E nos edifícios que ainda sobrevivem apesar de reformados com suas atuais atividades, dos quais podemos citar: o Hospital Santa Casa, a fábrica Chapéus Artesanato de Palha S/A (CAPASA), a CIDAO (parte ocupada pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) e parte pela UVA), a Fábrica de Cimento, a Moageira Serra Grande, o acesso ao campus da Betânia (UVA), porque entrada dos comboios de dona Mariana.

O Mercado Público, a Praça da Meruoca, agora de Cuba, as capelas da Santa Casa, do Sumaré, a Maternidade Manuel Marinho, hoje Hospital Unimed onde residiu e trabalhou como “parteira” dona Maria Eleni Martins (2014),²⁶⁵ o Hospital Dr. Estêvão onde trabalhou como “enfermeira” dona Conceição Moura de Lima (2015),²⁶⁶ o Rio Acaraú, a lagoa da Fazenda. Somando-se às residências, todas reformadas, contudo, conservadas a maior parte no mesmo terreno, algumas com o mesmo tamanho.

²⁶⁵ MARTINS, M^a Eleni Ferreira. *Maria Eleni Ferreira Martins*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²⁶⁶ LIMA, Maria Conceição Moura de. *Maria Conceição Moura de Lima*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Encontramos resquícios de memória também quando passamos pelas ruas adjacentes ao Mercado Público, é como se encontrássemos com os carregadores de carros como Antônio Sousa (2015), com verdureiros como Raimundo Mendes (2015) com seus carrinhos e seus enunciados: “feijãozim verde dona Maria?”, com as bancas de café da genitora de dona Neusa da Silva (2013). Os migrantes continuam labutando, caminhando pelas ruas da cidade, e com eles, caminhamos também sem nos darmos conta, todos os dias eles estão lá trabalhando, pelejando, tentando.

A cidade se transforma em alguns momentos em resquícios de memória (ou relíquias)²⁶⁷ de seus moradores, restos adormecidos no silêncio, no esquecimento dos caminhos conjugados por quem nela viveu ou conviveu. E se pararmos para pensar como viveram os migrantes, ainda é possível ver seus rastros, suas pegadas, seus tropeços, seus temores, seus sustos. Conseguimos vê-los em suas elaborações diárias refletindo acerca dos próximos passos, desejando superação, exorcismando arrependimentos, planejando o futuro. Ainda podemos vê-los trabalhando “duro”, sem trégua, para aplacar a fome (ressaltada por quase todos), e de tal modo, perseguindo seus objetivos.

Cidade esta onde as alternativas de empregar o tempo e aumentar o orçamento doméstico eram sempre bem-vindas, porque como relatou dona Rosa Sousa (2014): “pra gente comer, porque quando o inverno era bom, quando chegava janeiro, em dezembro, a gente plantava e ainda chegava a colher alguma coisa! Ainda chegava ter milho, feijão! Ainda dava pra gente quebrar um galho!”.

Uma questão que gostaríamos de retornar abordada no final do último capítulo, isto a partir do relato dessa senhora de mãos calejadas e ainda ativas, apesar de seus 83 anos de idade, portanto, tendo suas vivências como parâmetro, foi indagar novamente: **como surgem os migrantes pobres para o olhar observador que perscruta a cidade?**

Olhar este que vamos atribuir aos observadores dos deslocamentos realizados por trabalhadores sem-posses, porque fazem reflexões a respeito desses atores e de suas experiências, no entanto, considerando pelo que notamos, uma espécie de consenso acadêmico elaborado no decorrer dos séculos XIX e XX,

²⁶⁷ Ver Lowenthal (1998, p. 156) “As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre comportamentos e convicções; para demonstrar razões e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências.”.

mormente com a dicotomia que se formou entre o par rural e urbano, quando os valores culturais desses espaços passaram a ser vistos como inconciliáveis.²⁶⁸

Não obstante, Pereira de Queiroz (1978, p. 58) adverte cuidado em opor campo e cidade ou rural e urbano no Brasil, atentando para a dificuldade de separarmos as temporalidades e espacialidades, tanto no campo econômico considerando a industrialização tardia mesmo em São Paulo e Rio de Janeiro, como no cultural, pois as práticas urbanas e rurais se fundem ou se confundem dependendo do período, da área, ou da cidade em estudo, sendo necessário analisar todas essas circunstâncias.²⁶⁹

No que pese a questão, lembremos que Jucá (2003) supracitado, sugeriu que os trabalhadores migrantes fossem responsáveis não pela povoação e construção da cidade como reivindicam nossos inquiridos, contudo, por salpicar ou por macular a cidade de Fortaleza de bairros que nasciam resistindo às autoridades, aos proprietários e à ordem dominante do centro urbano. Dessa forma, os migrantes despossados aparecem como abjetos da urbanização.

Manuel Correia de Andrade (2005, p.62) ao referir-se à migração de nordestinos “para as próprias cidades do Nordeste, sobretudo para as capitais”, assinala o fato de os migrantes estabelecerem-se “[...] em barracos, mocambos e favelas, passando a formar a grande massa de mendigos e de subempregados.”. Adverte ainda para o fato de que se tornam: “[...] pessoas que vivem de um trabalho avulso e esporádico – que perambulam e congestionam ruas e pontes das grandes cidades nordestinas.”.

Interessante perceber que, os trabalhadores chegam disputando espaço na cidade, diligenciando suas moradias e trabalho, e enquanto racionalizam essas questões em cotidianos difíceis, considerando os problemas todos que precisam enfrentar até conseguirem a estabilidade desejada, como estamos observando com

²⁶⁸ A respeito Rolnik (1999, p. 27, grifo da autora): “Há um detalhe importante quanto às edificações urbanas que muda o sentido de todas essas prescrições. Em primeiro lugar, a definição de urbano ou rural não dependia da localização da construção, mas do tipo de edificação: precária ou rústica, denominada *casa*, ou permanente e sólida, chamada de *edifício*. As casas são rurais, os edifícios, urbanos. [...]”.

²⁶⁹ Essa autora sugere alguns romances de autores brasileiros que contribuíram para o entendimento de como essa questão foi se estruturando no Brasil: “Em *A Moreninha*, porém, e mais claramente em *O Moço Loiro*, toda a estratificação de uma sociedade burguesa já está presente, os ricos se distanciando inteiramente de seus cabeleireiros, modistas e fornecedores; os níveis sócio-econômicos estão plenamente existentes.” QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: _____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*: ensaios. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 57, (grifo da autora).

os relatos, ficariam na interpretação deste autor, a “perambular” pelos logradouros públicos.

Podemos perceber que, a referência é de suspeição, logo, pejorativa e disjunta das vivências dos trabalhadores. Em matemática, dir-se-ia que “a interseção é vazia” e neste sentido, divide-se sem comunicação ou, por outra, a comunicação acontece distorcida da realidade.

A mensagem que os migrantes observados passam a esses observadores, a redundância é necessária, não é a de trabalhadores elaborando seus cotidianos, diligenciando trabalho, moradia, família, escola dos filhos ou as suas próprias, como quaisquer outras pessoas. Não, de algum modo eles não passam despercebidos, portanto, chamam atenção.

Porque os migrantes não caminham pelas ruas, eles perambulam, e o trabalho é “avulso”, “esporádico”, passando a ideia de indesejável à ordem estabelecida da cidade. É como se o tipo de trabalho exercido não fosse sério, importante, necessário. E as residências não são casas de moradia são barracos, os bairros residenciais são favelas.

Lembrando que “Favelas rurais”, noção desenvolvida por Pereira de Queiroz (1978, p. 224), seriam aglomerados de barracos de migrantes subempregados e desempregados encontrados não “nas grandes cidades”, mas na “[...] periferia das cidadezinhas, das vilas, [onde] formam [...] conjuntos miseráveis de ranchos em terras devolutas, ou em glebas abandonadas de solos muito ruins”; compondo o que lhe pareceu ser imperativo aos deslocados do campo: a deterioração dos bons costumes e da condição de trabalhador.

Portanto, para esta autora, o agricultor expropriado que emigra das áreas rurais às cidades não viveria estágios que escolheu viver, ou que foi compelido por circunstâncias várias, numa perspectiva transitória como qualquer outro migrante, considerando que a cidade não comporta somente os pobres. Deste modo, estes não são vistos com disposição de manterem o equilíbrio pessoal e familiar enquanto superam as fases de adaptação e fixação, como podemos perceber com dona Rosa Sousa e Sr. Valmir Moura, por exemplo.

Tornar-se esse migrante não obstante, é tornar-se vulnerável às consequências nunca desprezíveis dessas fases do deslocamento, que abrangem discriminação e preconceito. Deste modo, os deslocados pobres não são vistos a procura de um estabelecimento seguro de direitos e deveres onde possam

reconstituir o lar desfeito, a família, conseguir as condições de trabalho e de ascensão social e cultural desejadas. De tal modo, esses estágios são negados enquanto são ressaltados seus ranchos ou barracos em favelas, e sua “perambulação congestionando” espaços públicos.

Entretanto, essa desordem trazida pelos migrantes às cidades, representa uma ambiguidade da ordem estabelecida, porque esta permite trabalho avulso, esporádico, precário, e permite consumo autônomo independentemente da posição social, porque o consumo justifica a inserção criando uma ordem ubíqua, universal, e, ainda que, sem o reconhecimento da importância de todos os seus moradores, a disciplina da cidade moderna comporta essa diversidade de participações e elaborações em colisão. Permite, portanto, que os “resíduos” resistam, lembrando neste sentido Martins (2000).²⁷⁰

Esta disciplina faz-se heterogênea conservando formas urbanas e formas rurais como observamos até agora, e como refletimos com Matias e dona Maria Santos (2013), que chegaram à década de 1970 em Sobral e foram residir “próximo do Estádio do Junco” “numa casa emprestada: morei lá seis ano”. E um dos ofícios que este casal conseguiu à época foi “criar porcos”: “quando foi à noite ele chegou! ‘Boa noite!’ Boa noite! ‘O senhor sabe o que é? Vou botar uns porco prá você tomar de conta aí.’”

Logo, quando essa parte de trabalhadores não consegue se acomodar em fábricas ou em outros postos respeitados pelos outros cidadãos, e por eles próprios, porque avaliados como mais seguros, mais recompensados, encaminha-se a ofícios menos requisitados: Antônio Sousa (2015) tornou-se carregador dos caminhões da fábrica onde empregou-se nessa cidade, justificado por não possuir escolaridade para outros cargos. Com efeito, adquiriu consciência de seu nível de expropriação com as pejejas malogradas, e quando se via desempregado nas entressafras da fábrica, procurava outros carregamentos pela cidade.

Maria das Graças da Silva (2014) empregou-se inicialmente na confecção de surrões e chapéus de palha, enquanto acumulava pecúlio para sua “banca de confecção” “na Praça da Meruoca” dessa cidade. Dona Rosa Sousa (2014) limpava e engomava roupas e ainda encontrava espaço para plantar seu roçado e criar

²⁷⁰ A respeito das formas observáveis na cidade moderna: MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-54.

animais domésticos. Sr. Raimundo Mendes (2015) tentou colocar uma “banca de verduras” no Mercado Público, não conseguindo, passou a vender diretamente nas “portas”.

E por que esses posicionamentos são importantes? Porque morar/permanecer em Sobral abrangeu sobreviver com “coragem e vontade”, ressaltando novamente o enunciado de Valmir Moura (2014) supracitado. Não havia como ser diferente. Incluir-se nesta cidade como morador correspondeu a encontrar estratégias para matar a fome, a sede, e para bem-viver, morando onde fosse mais adequado às suas posições.

5.3 “Trabalhei 56 ano de areia de rio e ferro de brasa!”

Sobral diversificou seu “Distrito Industrial” com os incentivos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) década de 1960 e 1970. Até então contava com “indústrias extrativistas de produtos vegetais e minerais”, “[...] cuja matéria-prima era comum na região, como: oiticica, palha e cera de carnaúba, mamona, argila (olarias), calcário, etc.”, conforme observou Aguiar Junior (2005, p. 36). Entre os modelos mais expressivos estava a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano fundada em 1895 e a Companhia Industrial de Algodão e Óleo (CIDAÓ) (1924), onde se empregou Antônio Sousa.²⁷¹

As fábricas de chapéus,²⁷² também estão entre as empregadoras mencionadas por alguns entrevistados que trabalharam direta ou indiretamente nelas: Sr. Luís Arruda (2013) como “porteiro” e em seguida, como corretor (vendendo chapéus para algumas delas). Dona Teresinha Sales (2014) como costureira; Maria das Graças Silva (2014) na confecção dos chapéus de palha, e Raimunda Paiva (2013) como “cortadeira da Capasa” na sua própria residência

²⁷¹ As mais expressivas para este autor: “[...] Casa Quirino Rodrigues (1916), – exportação de castanha de caju, couros e oleaginosas; Fábrica Santa Catarina (1916) – guaraná, cidra, champagne, conhaque de alcatrão, vinhos e xaropes de morango; Fábrica Hermanos (1929) – indústria de guaraná.” AGUIAR JUNIOR, Paulo Rocha. O Rio Acaraú e a Cidade de Sobral – Ce. *In: _____*. *A cidade e o Rio: produção do Espaço urbano em Sobral-Ceará*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005, p. 36.

²⁷² LIRA (1971, p. 91-96) designou de “indústria chapeleira” e defendeu ser Sobral a “capital do chapéus de palha” acentuando “26 firmas compradoras, beneficiadoras e exportadoras de chapéus de palha”. E acrescenta a lista de Aguiar Junior (2005) entre outras: a “Fábrica de Mosaico Sobral” “fundada em 1917” e a “Fábrica Randal” “fundada em 1924” (beneficiamento de algodão, extração de óleo e confecção de sabão).

(corte do excesso de palha dos chapéus antes da modelação e da costura na fábrica).

Deste modo, os migrantes elaboravam seus espaços de sobrevivência e onde foi possível, empregaram-se e aprenderam novos ofícios. Mas estas seriam posições apenas de migrantes? Acreditamos que não. A população trabalhadora sem qualificação profissional e sem pecúlio para colocar um negócio, independentemente de sua origem vivia dependente de empregos alternativos que podiam ser buscados nos lugares sombrios e silenciados da cidade.

E o que estamos querendo dizer? Que aprendemos a lidar com a diversidade de trabalhadores ignorando na maior parte das vezes suas origens e suas trajetórias, talvez como resquícios do período escravocrata. Um sinal desta questão que se soma às experiências dos migrantes são as experiências dos seus cônjuges: o esposo de dona Rosa Sousa (2014) trabalhava: “botando madeira pras padaria. Cortava madeira nos mato, né, lá no Renato Parente, e botava nas padaria aqui em Sobral.” E a esposa de João Emílio Vasconcelos (2013) também mantinha uma “banca de café” no mercado público: “vendia café com pão, fruta, verdura, tudo ela vendia, ela era trabalhadeira”. E assim, vamos encontrando as várias especialidades importantes para a manutenção da cidade.

Retornando à questão das noções preconcebidas em relação às práticas dos migrantes, Rosa Sousa demonstrou ter assimilado os preconceitos da ordem burguesa no decorrer dos anos morando em Sobral, possivelmente pela sua situação de trabalhadora doméstica, de lavadeira e engomadeira de roupas.

Do contrário, por que ela diria que não havia casas no Bairro da Saúde, apenas taperinhas? Entendemos que essa observação se distingue dos enunciados daqueles que se colocaram como primeiros moradores de casinhas em ruas que nem existiam, possui, portanto, uma conotação distinta.

Três situações nos ocorreram a respeito: a primeira, que se trata de uma interpretação da atualidade, avaliando sua configuração urbana no presente que em nada se compara com o que ela conheceu e morou. A segunda, é que pode estar em correspondência com a sua convivência com seus ex-patrões ou ex-patroas nas residências privilegiadas da cidade, em nada comparáveis à que ela residia e assim, passou a perceber a sua como uma “taperinha”. A terceira está conjugada à segunda, pressupondo que seus patrões nomeassem as residências dos trabalhadores de taperinhas, ela assimilou e passou a fazer uma espécie de

autocrítica: “e num tinha aquelas casa que hoje têm, né? Era taperinha! Era umas taperinha! Num tinha casa não!”.

Ainda é preciso refletir sobre essas noções: casinha, taperinha e casa. Lembremos que Sr. Valmir nomeia de casa: “a primeira casa no Parque Silvana foi feita por mim, de taipa, tirado a madeira ao redor da casa”. E o que podemos refletir a partir dessas posições? Deparamo-nos com três migrantes com vivências distintas e que em Sobral trabalharam com coisas diferentes, e assim sendo, não podemos estranhar que suas visões demarcassem espaços diferentes na cidade.

Nessa perspectiva, Sr. Valmir não se viu morando numa casinha ou tapera, menos num “barraco”, noção não trazida por eles, com efeito, morou em uma casa de taipa.²⁷³ Ele, que se fôssemos medir numa escala social chegou ao topo de seu pleito porque hoje reside no que se pode chamar de mansão, inclusive no mesmo bairro e local da casa de taipa, no entanto, obviamente num lote maior.

Já dona Mariana, também se imbricou pelos caminhos difíceis da ascensão social almejada, conseguiu seu próprio negócio em consórcio com seus familiares, posteriormente, com seu esposo, e assim, ela residiu numa casinha que por sua vez, nos padrões da semântica e da semiótica, casinha é diminutivo de casa, portanto, ela morou numa casa pequena. E por que dona Rosa foi à única que residiu numa taperinha?

Tapera a exemplo de barraco, traz uma ideia pejorativa de moradia. O termo tem origem na língua tupi ²⁷⁴ e quer dizer: “aldeia abandonada; habitação em ruínas”.²⁷⁵

²⁷³ Taipa foi introduzido pelos portugueses na colonização indicando parede preenchida com barro, engenharia ainda utilizada e que deu origem aos “lusismos”: “*Taipara* ou *taipaba* [...] tupinização do português *taipa*, para a qual o tupi tem dois participios muito descritivos: *yby-sosokepyra barro pilado*, *taipa de pilão*, e *yby-apeetekepyra- taipa (jogada) de mão*. Não há dúvida que ambos são um tanto compridos para conseguirem firmar-se.” Ver em: EDELWEISS, Frederico G. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Brasilianna Editora: Rio de Janeiro, 1969, p. 178; 182. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/edelweiss-1969-estudos/edelweiss_1969_estudos.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

²⁷⁴ “povo indígena que habita(va) o Norte e o Centro do Brasil, até o rio Amazonas e até o litoral”. E ainda “um dos principais troncos lingüísticos da América do Sul. No Brasil existem 2 troncos lingüísticos principais: o Tupi, onde estão todas línguas da família Tupi-Guarani e o tronco Macro-Jê.” FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). *Dicionário Ilustrado Tupi Guarani*. Fundação Nacional do Índio (FUNAI): [S.L.], Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tupi-1/>>. Acesso em: 05 jul. 2016. A respeito da língua brasileira e sua constituição histórica a partir da chegada dos jesuítas e seus estudos da linguística indígena ver: EDELWEISS, Frederico G. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Brasilianna Editora: Rio de Janeiro, 1969. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/edelweiss-1969-estudos/edelweiss_1969_estudos.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

Podemos cogitar neste sentido mais duas possibilidades: que esse termo já faria parte do vocabulário de dona Rosa antes do deslocamento para Sobral e, neste caso, estaríamos lidando apenas com um problema de interpretação, portanto, de glosa. Mesmo assim ainda não justificaria já que habitação em ruínas ou abandonada é o oposto de casa habitada, embora pauperizada e pequena.

E a outra possibilidade poderia estar ligada à posição social e cultural em que vivera dona Rosa em Sobral, aquela que se ataria à tática de sobrevivência, porque nomear sua residência de taperinha, lendo-se nesse sentido, a mais pobre possível, poderia ajudá-la nas relações de trabalho considerando que, seus honorários compreendiam presentes das patroas.

–Lavava roupa, trabalhei 56 ano de areia de rio e ferro de brasa! Aí depois, eu comecei a trabalhar na roça, plantar, colher, né? E plantando e colhendo legume, pra alimentar meus filho! Quando vi que não deu mais, que’u já tava mais cansada de trabalhar tanto, eu passei a trabalhar de casa de família [...]. E aí eu pegava, quando a casa das minha patroa eram muito boa pra mim, a mulher do Dr. Arimatéia me dava as coisa tudo. Eu trabalhei dona Maria muito, pra viver! [...] La eu trabalhava o dia todim na cozinha! Quando era 5 hora eu tava em casa, mas eu trazia o arroz, eu trazia massa vitaminada, eu trazia leite ninho, que’la me dava, e me dava meu dinheiro! Que’u trabalhava o dia! Todo dia eu recebia, todo dia eu recebia [...]. (SOARES, R., 2014).

Neste seguimento de sua narrativa, dona Rosa sintetiza suas alternativas de sobrevivência em Sobral que incluíram longos: “56 ano de areia de rio e ferro de brasa”, e as alternativas que buscou quando cansou deste ofício. Quando não suportou mais a fadiga de lavar e engomar roupas, duas atividades exaustivas por certo. Sem embargo, ela precisou assumir outra profissão: “eu passei a trabalhar de casa de família” “pra alimentar meus filho”.

As alternativas no campo do trabalho dessa senhora evidenciam sua posição de trabalhadora que precisava de remuneração diária e contar com a “bondade” de patroas para completar seu orçamento doméstico. Também porque essa remuneração não seria suficiente, não conseguimos saber em termos atuais o que significava, porque a trabalhadora doméstica ainda vivencia uma situação de expropriação e tratamentos que não são padronizados, e que abrangem esse tipo de negociação. No entanto, podemos conjecturar que alguns complementos como os citados fizessem parte de seu salário.

Em que pese essas possibilidades, acreditamos que as condições sociais e culturais dos migrantes nas peijas iniciais nessa cidade podem reverberar na forma de nomear as residências. Ou a forma de nomear suas moradias traz indícios dos combates nessa urbe. Aqui caberia a proposição de Ginzburg (1991, p. 177), porque esses nomes se conectam as vivências, por assim dizer não são apenas nomes, são noções trazidas dos estágios em Sobral, portanto, “[...] funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral não deixa transparecer.”.

Essa “arte de sobreviver no campo do outro” leva-nos também ao estudo de Certeau (1994, p. 101-104), à ênfase que ele deu as “táticas cotidianas” de sobrevivência²⁷⁶ que se assemelhavam às “artes das guerras”, porque é sempre oportuno estar preparado para a defesa e para o ataque. Mas para este autor, numa perspectiva artística, mesmo poética de viver sem susto e inventando.

E os migrantes aprendiam a se defender e a atacar com astúcia e com disposição, como já observamos até aqui, o que compreendia muito trabalho disciplinado e não o oposto.

No entanto, não podemos idealizar as vivências, certamente que depois de tantos anos as recordações chegam filtradas pela idade, pela satisfação até de contar uma história de sofrimento superado: “foi bom dona Maria, a minha vida, eu sofri, mas também tive vitória!”, enfatizou dona Rosa Sousa (2014) quase no finalzinho de sua entrevista.

Ressaltando a exemplo dos demais, a união familiar que ela vivenciou quando morava com sua família e parentes em uma mesma residência, nos primeiros anos em Sobral: “Eu gostava, gostava que meus irmão eram muito unido, nós toda vida fomo unido, meus filho, eles nunca brigaram mais meus irmão!”. (SOUSA, R., 2014).

Importante perceber que, os migrantes vivenciaram cada um a sua maneira esta cidade, representada por cada logradouro novo que surgia na periferia, habitado à revelia, de improviso, em espaços adquiridos com o mínimo de gasto

²⁷⁶ Para Certeau (1994, p. 102) “[...] as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder.”.

admissível, onde as habitações podiam ser construídas com o que circundava o terreno gratuitamente, como fizera Sr. Valmir Moura.²⁷⁷

Sobral como toda cidade, constituía-se de bairros em elaboração, ainda nem nominados porque nem mapeados, porque germinando, pois tanto o bairro (rua) das Pedrinhas, como a rua da Saúde, o bairro do Junco (este a área aparece desenhada no mapeamento de 1956, mas como lagoa do Junco), o Parque Silvana que hoje está dividido em dois: Parque Silvana I e Parque Silvana II, (sem contar bairros citados que passaram a ser ocupados mais recentemente como o Campo dos Velhos, o Terrenos Novos, o Padre Palhano), todos estes não surgem no desenho já mencionado de 1956. Neste mapeamento aparecem concretizados como bairros apenas o Alto da Expectativa, o Centro, o Alto do Coração de Jesus, o Sumaré, o Tamarindo, o Estação e o Santa Casa.²⁷⁸

5.4 “Foi a cidade que mais eu aturei!”

Imagem 15 – Reportagem “Sobral se Transforma e Cresce”



Fonte: Jornal *Correio da Semana*.

‘Sobral Crescerá Mais em 1968’

Jamais num só ano, NOSSA cidade anunciou ao mesmo tempo tantos investimentos e realizações, que somados, representam força suficiente para impulsionar de uma vez por todas a economia local. Fábrica de Cimento – Indústria de Laticínios – Companhia de Material de Construção e Beneficiamento da Castanha do Caju, somam NCr\$ 9.995.316,50. Teremos

²⁷⁷ Para Martins (2000, p. 43) “[...] esses diferentes âmbitos se desenvolvem desencontradamente e quanto mais o capitalismo cresce globalmente e se amplia espacialmente mais autonomia as formas sociais parecem ganhar. Ao mesmo tempo, mais força tais formas ganham na captura do real e do imaginário.”

²⁷⁸ SOBRAL, SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA DE. Centro de Engenharia Sanitária e Pesquisas Hidrogeológicas. *Cidade de Sobral*, 1956: Nomenclatura das Ruas. Sobral, jul.1962. Desenho de José Leal Fernandes.

Energia de Paulo Afonso – Agência Banco da Bahia e inaugurações de Grupos Escolares. Um cinturão de Asfalto fará sensível alteração na Periferia da cidade quando da realização da Avenida do Contorno que desviará o tráfego de carros pesado do Centro. [...] Teremos dezenas de oportunidades de empregos e as nossas estradas nos ligarão com outras cidades mais longinquoas e comercializáveis. Somos, portanto, uma cidade do futuro promissor. Sobral será mais Sobral. (EDITORIAL, 1968, p.1, grifo do autor).

Esta matéria do jornal *Correio da Semana* traz sinais de que no final da década de 1950 e primeira metade dos anos de 1960 do século XX, as populações migrantes recorriam ao aprendizado no comércio na periferia de Sobral e no mercado público, porque as oportunidades de empregos neste setor somando-se à prestação de serviços eram mais favoráveis, e por outro lado, as oportunidades de trabalho nas fábricas eram menores que no período seguinte, como já assinalamos acima.

Entretanto, a questão é mais complexa porque alguns agricultores já emigraram com a proposição de comercializar, inclusive, seguindo parentes já radicados nessa cidade. Ou buscaram acompanhar iniciativas já conhecidas que decorriam de gerações de agricultores acostumados a negociar suas produções agrícolas, ou as sobras delas, no mercado público de Sobral, como foi à posição de Sr. João Emílio Vasconcelos.²⁷⁹

Isso valendo também para quem descendia de comboieiro como dona Maria das Graças da Silva (2014), que já percebia Sobral como referência de negócios da família onde seu pai e companheiros de jornada revendiam produtos como “rapadura”, “cachaça”, entre outros adquiridos na Serra da Ibiapaba, ao tempo em que se reabasteciam. Ou daqueles que aprenderam a ver esse tipo de possibilidade como viável por estar no ramo como esposa de comboieiro, situação da mãe desta senhora, que se encontrando viúva, buscou como alternativa de sobrevivência antes do deslocamento para essa cidade, o comércio das sobras de seu roçado.

Ou porque não se dispuseram à prestação de serviços como algumas migrantes que ao se encontrarem desempregadas nessa urbe, lançaram-se como

²⁷⁹ “A gente vinha vender, vender coisa, farinha aqui em Sobral, precisa vir de comboio, acordava de madrugada, descia, botava as carga nos animal, trazia pra Sobral pra vir vender aqui. [...] Vendia aqui em Sobral, deixava só pro gasto lá, pra comer todo o tempo verão e inverno, pra fazer só no outro verão na frente, [...] eu ainda acompanhei depois, depois de mais grandim, o papai me botava pra mode acompanhar eles, aí vinha. A gente descia aquela ladeira com uma luz, quando não tinha lua, descia aquela ladeira com uma luz, pegava o baixo, aí a gente vinha pra cá, pra Sobral, de comboio [...]” (VASCONCELOS, 2013).

comerciantes de “verduras” ou de “café”, posição da genitora de dona Neusa Silva (2013) e dela própria, que após desistir da profissão de empregada doméstica em Fortaleza, assentou uma “banca de café”.

Outro ponto interessante daqueles que pretendiam conquistar espaço no comércio de Sobral, senão todos, mas Mariana Sousa (2014), Raimundo Romão (2013), Luís Arruda (2013), foi à manutenção do vínculo campo e cidade, porque o abastecimento de gêneros como farinha e carvão, para quem tomou como alternativa negociar com esses produtos, deste modo, a aquisição dos mesmos acontecia no “sertão” com viagens recorrentes.

Voltando à matéria do semanário, esta anunciava mudanças na sistemática ocupacional da cidade para 1968, por conseguinte, alteração na economia desta urbe que a faria projetar-se para um “futuro promissor”, acompanhando neste sentido, as propagandas do regime militar e as políticas colocadas à disposição.²⁸⁰

Interessante que a reportagem traz três narrativas: uma correspondendo ao texto que citamos em parte, a outra correspondendo à imagem que se segue de uma das praças da cidade, a então “Barão do Rio Branco” hoje Dr. José Sabóia, e a última correspondendo ao enunciado: “Sobral se Transforma e Cresce”. Publicação de primeira página, seguida da matéria “Sobral Crescerá mais em 1968”, desta forma, uma sobrepondo à outra e todas representativas da ênfase que precisava ser dada à conjuntura política em voga.

Colocada logo após o texto escrito, a imagem da praça com seu enunciado propõe-se a ser maior que a matéria escrita referida. É como se sugerisse ao interlocutor uma interpretação inequívoca. Oferecia aos leitores o brilho dos novos tempos, por se tratar de uma das praças mais bonitas da cidade. Uma representação não somente das “transformações” esperadas, porém, da Sobral que seus filhos se envaideciam de ter construindo e então reformando, por sua vez, inserida na conjuntura nacional.

Essas narrativas disseminavam a ideia de uma cidade digna de seguir se diferenciando e se exaltando ao seu entorno: “Sobral será mais Sobral”. Contudo,

²⁸⁰ “Sobral, já dispõe de várias indústrias porém ainda temos muito a expandir nêsse campo [...] O Pudine projetou e está ajudando a instalar mais três, Lassa, Cosmac e Incassa. – Indústria de lenços é pioneira [...]. Segundo estamos informados, outros grupos estão interessados em instalar novas indústrias na Princesa do Norte e para isso, já solicitaram estudo do mercado ao Projeto Morris Asimov. [...]” CORREIO da Semana. 'Indústria'. *Correio da Semana*. Sobral, ano 50, n. 42, 13 jan. 1968, p. 3.

excedendo a propaganda política expressa nesta edição do jornal, surge a foto da praça inaugurada na década de 1940 quando cabe a pergunta: por que a fotografia não é da época da reportagem, porém, do período inaugural? Isto indicado pelo tamanho da vegetação. Assim, sugere um centro urbano “opulento”²⁸¹ exibindo um passeio público onde de forma nenhuma daria para conjugar às dificuldades vivenciadas pela população da periferia, que traria indicadores não tão positivos como era o desejo.

Não obstante, essas narrativas jornalísticas revelam um paradoxo nada inextrincável, porque se Sobral reivindicava custeio público para sua modernização, exibir praças públicas que mais pareciam tiragens para cartões postais não provocaria efeito inverso? As circunstâncias vivenciadas pelas populações dos arredores não persuadiriam mais os governos estadual e federal?

Na verdade, essas conexões eram realizadas de forma concomitante e consecutiva. Lembremos do artigo trazido no Capítulo Nos Caminhos do Sertão deste trabalho, que representava outro aspecto das campanhas realizadas no jornal Correio da Semana, denunciando de forma indireta as condições vivenciadas pelos lavradores, e de forma bem objetiva, a posição dos fazendeiros que reclamavam financiamento público para o incremento de suas produções.

Podemos dizer que havia várias frentes propondo solução para o desemprego urbano e rural e uma narrativa que prevalecia, era a que defendia a modernização do trabalho e da produção agrícola, e a criação de empregos urbanos concomitantes, os quais juntos evitariam o “êxodo” de trabalhadores aos centros urbanos, como podemos acompanhar com Humberto Andrade (1965) no Correio da Semana.

“[...] Por toda parte observa-se o despontar da era industrial inclusive ao Nordeste semiárido e pobre [...]. É de se lamentar, entretanto, que correspondente movimento não se verifique em relação a agricultura, ainda entregue a própria sorte, empregando métodos rotineiros. Esquecemos que nessa atividade repousa o bem-estar social como também a segurança das demais riquezas. [...] O proprietário rural não pode oferecer salários iguais aos percebidos nos centros urbanos. A agricultura não permite, pelos poucos lucros que propicia. E dá-se o êxodo [...]”.

É preciso enfatizar que, simultâneo a estes expedientes dos grupos dominantes e da administração pública, que se utilizavam do

²⁸¹ FREITAS, Nilson Almino de. *Sobral: opulência e tradição*. Sobral: Edições UVA, 2000.

Semanário sobralense, para divulgar suas proposições ou realizar suas defesas em prol de incremento nos financiamentos públicos para Sobral e proprietários situados na região norte do Estado,²⁸² esta cidade já se colocava no futuro com os migrantes, moradores da periferia que também arquitetavam não somente suas moradias nos novos bairros criados por eles, mas planejavam incluir-se nos tempos hodiernos.

Ora atraídos pela possibilidade da produção de uma nova espacialidade para a cidade, explicitada em vários artigos: “Sobral, pêlo privilégio de sua localização geográfica e econômica, tornou-se o maior pólo de desenvolvimento do Ceará tendo portanto a maior renda ‘per capita’ do Estado” (AGUIAR, L., 1967, p. 2),²⁸³ ora atraídos para colocar os filhos na escola ou para eles próprios estudarem²⁸⁴ como Luís Arruda (2013), Raimunda Paiva (2014), Antônio Fernandes (2013),²⁸⁵ ora engodados pelos empregos nas novas fábricas como Antônio Elói (2013), ora combatendo as estruturas do campo ou fugindo delas, como Matias Santos (2013) e Antônio Sousa (2015).

Deste modo, as narrativas e experiências dos migrantes estão em correlação com essa “cultura política”²⁸⁶ em movimento de alteração, conforme os desígnios políticos se apresentavam. E o que estamos dizendo? Referimo-nos ao capital político sempre renovável e sempre em negociação dos segmentos dominantes que naquele momento, sofria alterações a partir das propostas apresentadas pelo regime através da SUDENE (já analisados).

²⁸² “Temos aqui vários entroncamentos de rodovias e também de ferrovias; as Serras da Meruoca e Grande nos abastecem e fazem de nossa Sobral, o centro comercial da região norte [...]”. (AGUIAR, L., 1967, p. 2). A respeito das questões políticas do período, conferir: SILVEIRA, Edvanir Maia da. O Projeto Urbano do regime militar em Sobral-CE. In: SANTANA, Antônia Neide Costa. *et al.* (Orgs.). *Espaço, Cultura e Memória: integrando visões da cidade*. 1 ed. Fortaleza, Ce., Editora da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), 2016, p. 178-222. Disponível em: <[HTTP://www.uece.br/educe/dmdocuments/Espaço,%20cultura%20memoria%20-%20EBOOK.pdf](http://www.uece.br/educe/dmdocuments/Espaço,%20cultura%20memoria%20-%20EBOOK.pdf)>. Acesso maio 2017.

²⁸³ Na verdade, em 1967 antes desses enunciados, o semanário apresentou outro capítulo dessa reforma urbana, talvez o primeiro: o “Plano de Desenvolvimento” do então prefeito Jerônimo Medeiros Prado (1967-1971). Esse “plano diretor” foi proposto em quatro segmentos ou “4 setores de desenvolvimento urbano”: “Setor Social, Setor Econômico, Setor Urbano, e infra-estrutura e setor da administração municipal”. (EDITORIAL, 1967, p. 1).

²⁸⁴ “O prefeito Jerônimo Medeiros Prado [...] inaugurou festivamente domingo último, mais dois estabelecimentos de ensino: - Grupo Escolar Dona Moça Prado, no Bairro do Sumaré e Grupo Escolar Dona Maria do Carmo Andrade no Bairro das Pedrinhas. [...] Amanhã o chefe do executivo municipal estará entregando ao tráfego a estrada Sobral – São José.” (SOARES, 1970, p. 6).

²⁸⁵ FERNANDES, Antônio Rodrigues. *Antônio Rodrigues Fernandes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

²⁸⁶ Apropriamo-nos da noção de “cultura política” observada em ABREU, Martha; (*et al.* Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, onde é possível perceber, nos diversos textos desta coletânea, a prática política como algo que não está pronto, que está dado nas fontes.

No entanto, que se somavam às reivindicações dos trabalhadores que igualmente desejavam ingressar em novos tempos, representado neste sentido pela migração para estudar, para empregar-se com garantias de direitos que até então lhes escapavam, e para deixar a dominação latifundiária e criar os filhos de forma dessemelhante da que foram criados.

Com efeito, foi importante observar como os inquiridos vivenciaram este momento, ou o que chegou até eles no respectivo à nova política urbana.²⁸⁷

Vejamos este trecho do relato de Luís Carlos Arruda (2013):²⁸⁸

– Aí foi, um cunhado meu, meio irmão, me arranjou um emprego numa fábrica aqui que chama CAPASA, lá no bairro do Junco! Aí trabalhei lá uns sete a oito ano numa portaria! Pra botar os filho, os filho já tavam crescendo, pra botar os filho no colégio. Então desse tempo pra cá, de 1976 até hoje, eu ainda estou aqui em Sobral. Foi a cidade que mais eu aturei! [...].

– É qual foi a diferença em relação a Sobral, por que para Sobral o senhor veio com sua família?

– Pra ganhar o mesmo salário! Mas porque a empresa me emprestou uma casinha! Foi por isso que o salário ajudou um pouco, porque o empresário disse: não, vou te dar uma casinha pra tu morar, enquanto tu pode, pode construir a tua! Aí o empresário, o meu patrão, me dava o salário e me dava uma casinha pra eu morar! Aí foi como eu melhorei mais, né? Aí depois eu trouxe umas vaquinha de leite pra cá, tudo isso houve! [...]. É porque na época, na época que eu morava, no começo que eu cheguei aqui, lá tinha pouca casa! Aí tinha muito espaço pra botar as vaca de leite, muito pasto!

– Aonde o senhor foi morar Seu Luís?

– Detrás da, no Junco, perto do Cemitério São Francisco! [...] aqueles terreno num tinha casa não, tudo era terreno limpo, era campo de gado! [...]. É, próximo da CAPASA! A CAPASA foi construída num local que num tinha casa perto, não! Só o cemitério que era o mais próximo! [...] vendia o leite e no período do inverno num precisava de trato, tinha o pasto né! [...]. Depois que a prefeitura começou a retirar o gado do meio da cidade. Aí tive que tirar o gado daqui! [...]. Eu acho que já foi quase no final de 80! Tá com quase 20 ano isso! [...]. (ARRUDA, 2013).

²⁸⁷ “Foram iniciados os trabalhos de asfaltagem do Boulevard Pedro II, cuja obra vem atraindo a atenção de todos os sobralenses [...] muito em breve o centro da cidade estará totalmente asfaltado porque a artéria iniciada vai até a linha férrea onde se encontrará com a parte já concluída. [...]. As ruas paralelas à grande avenida que está em obra foram também calçadas e as águas interiorizadas em bueiros adequados.” (EDITORIAL, 1977, p. 1).

²⁸⁸ ARRUDA, Luís Carlos. *Luís Carlos Arruda*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Imagem 16 – Luís Arruda – Residência de uma das filhas



Fonte: Arquivo da autora.

A narrativa deste aposentado, viúvo de 75 anos de idade, que emigrou para Sobral em 1976 foi repleta de lições de vida, de dedicação à família, de gratidão pela vida. Tomou conhecimento através de uma vizinha de nossa pesquisa e sem que o solicitássemos, colocou-se à disposição para participar. Desta forma, como um bom narrador, também do tipo reclamado por Benjamin (1994), iniciou sua narrativa interessado em colocar sua experiência como lição de vida aos filhos.

Trouxemos esse pequeno trecho de sua entrevista porque contribui para percebermos como em plena década de 1970, este senhor ainda pode trazer suas “vaquinhas” e completar seu orçamento doméstico indiferente aos projetos governamentais em desenvolvimento nesta urbe e no país.

Antes de nos voltarmos a esta questão, gostaríamos de assinalar três pontos que marcaram a narrativa deste senhor: o primeiro diz respeito a sua experiência fora do Ceará, especialmente em Rio de Janeiro onde tentou se estabelecer antes de deslocar-se para Sobral. Cidade da qual conserva boas lembranças dos momentos que lá residiu, assegurando-nos que não se radicou neste centro como seus irmãos o fizeram, porque diferentemente deles, não se alfabetizou. Defendeu que a falta de educação escolar fez muita diferença em sua vida de trabalhador, deixando-o circunscrito a empregos de salário mínimo, posição que o impossibilitava de fixar-se com sua família naquela cidade. (ADRIÃO, 2016a, p. 90-91).

Outro ponto de destaque foi sua determinação em instruir formalmente os filhos, consequência dessas pelejas sem sucesso, de seu aprendizado “pelo mundo”, nomeadamente, pela sua falta de formação escolar. Posição que o levou a

refletir com sua esposa sobre a possibilidade de emigrarem para Sobral com a finalidade de educarem os filhos. E por esta razão, considera-se realizado porque na sua avaliação, seu objetivo foi alcançado. (ADRIÃO, 2016a, p.93-94).

Outra situação que chama atenção na narrativa de Luís Arruda é seu apego ao sertão e aos parentes e amigos lá deixados, questão recorrente, no entanto, ao contrário da maioria dos perquiridos que lutou para que familiares se acertassem em Sobral, este senhor asseverou-nos que nunca se esforçou para que emigrassem também. Ele ia até eles quando precisava de apoio nos momentos de dificuldades, de maneira especial, nas temporadas de desemprego:

– Todo aperreio que u tinha em cidade voltava pro sertão! Porque no sertão era mais assim, por um lado, você num pagava água, num pagava luz, num pagava aluguel né? Já tinha as casa da família, dos meus avô, do meu sogro, entendeu? Ai, quando a gente melhorava, quando a gente via que aqui melhorava, a gente voltava de novo. A gente ficava naquele negócio, no vai e vem! (ARRUDA, 2013).

O sertão para este migrante pelo que notamos, assemelhava-se à comunidade onde Maria das Graças da Silva (2014) e sua irmã moraram: um lugar para regressar com “todo gosto” e para “chorar de saudades” sempre que recordava. E mais, era o lugar onde se assegurava nos momentos de inquietude: “num pagava água, num pagava luz, num pagava aluguel”. Era o lugar onde encontrava solidariedade e refúgio para refazer-se dos problemas da cidade, onde podia mitigar as tensões e “melhorar” sua economia doméstica.

Não se pode dizer que Luís Arruda apenas idealizou o sertão numa fala atualizada de suas lembranças, porque sua questão está em correspondência com necessidades cotidianas básicas geradas por momentos de desemprego e até de desesperança, quando o sertão passava a ser esse lugar: da racionalização de seu “aperreio”, e onde encontrava forças para continuar.

E nesse “vai e vem” entre sertão e cidade ele aprendeu outro caminho, aquele que muitos agricultores tomaram na cidade, o do comércio no mercado público de Sobral revendendo chapéus de palha, castanhas, algodão, peles de animais, entre outros produtos que adquiria pelos bairros da cidade e pelo “interior”, com viagens diárias depois da feira. (ARRUDA, 2013).

Contudo, voltando ao trecho anterior da narrativa deste senhor, e sua relação com a cidade de Sobral, foi interessante perceber que, no espaço onde a

CAPASA foi construída na década de 1970,²⁸⁹ proporcionou que pudesse manter por alguns anos seu emprego de porteiro e uma criação de gado que contribuiu sobremaneira com sua estabilidade nessa urbe nos primeiros anos. Situação que nos leva de volta a forma como os migrantes arquitetavam seu espaço de moradia nas fronteiras dessa cidade.

Ele não falou o motivo de ter deixado o emprego na fábrica, no entanto, continuou morando vizinho: “morei lá muitos anos depois que deixei meu emprego de porteiro”, com sua criação de animais, até o momento em que a gestão pública voltou-se para disciplinar o bairro e não mais permitiu que seu gado circulasse livremente, condição basilar para sua criação. Entre uma gestão e outra, passaram-se muitos anos, pois em suas lembranças isso aconteceu no final da década de 1980. No entanto, quando adquiriu pecúlio para uma casa própria optou por outro bairro, portanto, reside atualmente no Campo dos Velhos com uma das filhas casada.

Nessa área da cidade onde esse senhor assentou seu gado e deitou-o a pastar, acreditando-se que os animais caminhavam livremente sem admoestação, contudo, no presente podem ser observados alguns bairros: Domingos Olímpio, Vila União, Terrenos Novos e Junco,²⁹⁰ neste, onde a empresa se estabeleceu. Seus vizinhos à época além da CAPASA constituíam-se do Cemitério São Francisco, algumas lagoas (extensões da Lagoa do Junco), e a “Vila Popular”: um pequeno conjunto habitacional construído pelo prefeito Cesário Barreto Lima (1963-1966).

Este conjunto é plausível pensar, compunha as “poucas casas” às quais Sr. Luís refere-se e que ainda compõem o lote urbano onde jaz a CAPASA, à qual fechou as portas na década de 2000 com uma proposta bem distante do projeto original, porque mudou de fábrica de chapéus para fábrica de jeans.

Na verdade, quando esta fábrica foi fundada, a zona suburbana findava no Junco. O restante era terreno ermo somado a lagoas e talvez a detritos urbanos, porque encontramos reclamação no jornal Correio da Semana a este respeito, não

²⁸⁹ “Entre os dez projetos cearenses que serão apreciados na próxima reunião da Sudene figuram dois sobralenses com enquadramento para financiamento pelo BNB: Chapéus Artesanato de Palha S/A - Capasa, pertencente ao grupo Arruda, e Sobral Agro-industrial S/A [...]” (EDITORIAL, 1971, p. 1).

²⁹⁰ Total da população do bairro do Junco 12.397 pessoas: SOBRAL, Prefeitura Municipal de. *Relatório de Territorialização*: 2016. Sobral, Secretaria de Saúde, 2016, [s.p.], impresso. População.

exatamente citando este bairro, contudo “os subúrbios”.²⁹¹ Com efeito, podemos imaginar que, esse senhor realizou um empreendimento criatório e criativo: “É porque na época, na época que eu morava, no começo que eu cheguei aqui, lá tinha pouca casa! Aí tinha muito espaço pra botar as vaca de leite, muito pasto!”.

Em 1982 é que foi criado o bairro “Cidade Prefeito José Euclides” posteriormente, nomeado de Terrenos Novos, que dá prosseguimento ao Junco. Bairro este onde reside Elias Gomes de Souza (2007) que trouxemos na Introdução, que a exemplo dos demais citados, igualmente “abriu o mato” para sua residência: “Abri o mato né? Encostei o mato e fiz, fiz o lugar pra casa.”.

Este bairro, por ter sido proposto como “lotes a serem doados a pessoas reconhecidamente pobres” – apresentou mais sinais de como as administrações públicas da cidade atuavam no sentido de criar espaços para os trabalhadores que chegavam à cidade. O “terreno” desse bairro “medindo vinte (20) hectares” foi “dividido em 1320 (Hum mil e trezentos e vinte) lotes”.²⁹²

Não obstante, pelo relato desse migrante e pela configuração atual das ruas e localização das casas, a despeito de muitas dessas questões iniciais já terem sido corrigidas com o saneamento de parte desse bairro, dá para perceber que os terrenos foram entregues à população sem nenhuma orientação inicial, inclusive, de demarcação das ruas e dos próprios lotes.

Neste sentido, enquanto as administrações atuaram entre uma década e outra apresentando demandas como a criação de novos espaços para os trabalhadores,²⁹³ e também para os estratos privilegiados pelo que fica dito no Semanário, saneando o centro urbano, mas desta feita, sugerindo incluir o subúrbio como o bairro do Sumaré, conforme notamos no artigo citado logo abaixo de 1972, e assim sendo, procurando educar a população para evitar hábitos não mais condizentes com o “crescimento da cidade”. No entanto, enquanto isto, os terrenos

²⁹¹ “Quem se der ao trabalho de um passeio pelos subúrbios de Sobral, e tiver a curiosidade de observara denúncia aqui formulada, irá constatar o que afirmamos, e não é preciso ir muito longe. Basta começar pelo bairro Dom Expedito, onde o carro da limpeza pública não se dar ao trabalho de por ali passar.” (MORAIS, 1972, p. 3).

²⁹² Lei n. 013/82 de 01 de dezembro de 1982 autorizou o loteamento e divisão em pequenos lotes (6 por 16 metros (96m²)) da área de 20 hectares onde se localizava a fazenda Mucambinho, criando assim o bairro. Contudo, a Lei 107/89 de 07 de novembro de 1989 oficializou de “Bairro Terrenos Novos.” MESQUITA, Adalberto Mendes de. *Terrenos Novos: Breve Histórico*. Associação dos Moradores dos Terrenos Novos: Benedito Tonho. Sobral, ago. 1993. Mimeografado.

²⁹³ Antes do bairro Terrenos Novos foi criado outro bairro doado a “flagelados” da enchente e 1974 de “seiscentos e trinta lotes [que] serão distribuídos aos flagelados” [...] fica localizado, nas proximidades do matadouro em Sobral, ou mais precisamente em frente a auto-estação da Coelce na saída de Sobral, para o vizinho estado do Piauí.” (EDITORIAL. 1974, p. 1).

periféricos prosseguiram acessíveis a quem chegasse sem nenhuma disciplina, e isto valia para fábricas como a CAPASA construída concomitante.

Assim,

[...] Com o crescimento da cidade, não há lugar para a instalação de indústrias em seu centro, e estas estão surgindo nos subúrbios, onde as condições sanitárias são as mínimas possíveis, e tendem a piorar. No bairro do Sumaré, por exemplo, surgiu uma salgadeira de couros, em pleno centro, no meio das residências. Ali, além do cheirinho tão apreciado pelos urubus, as águas usadas em seus tanques escorrem pelas ruas, propagando-se deste modo, o odor insuportável e os couros, são expostos a secar na via pública, numa autêntica ameaça a saúde de seus moradores. (MORAIS, 1972, p. 3).

Este artigo evidencia que os planos urbanos precisavam da adesão da população. Os desapossados que chegavam a Sobral como Elias Souza (2007) que emigrou “no final da década de 1970” – poderiam ser diligenciados facilmente às novas fronteiras como os Terrenos Novos, onde inclusive, viveriam agradecidos como esse senhor ainda vive, pela oferta municipal. Contudo, o que fazer com proprietários que instalavam suas empresas sem observarem o impacto ambiental à vizinhança e à cidade?

Essa questão levantada no artigo dá mostras de que a instalação da CAPASA no bairro do Junco se foi ponto pacífico no início, com o passar do tempo deixou de ser, o mesmo podemos dizer da vacaria de Luís Arruda. Portanto, além das indústrias precisarem ser direcionadas a um local específico e seguro à população, o que de fato nunca aconteceu, não com as criadas no período e que ainda resistem mesmo que algumas, apenas como edifícios em declínio, as políticas de modernização abrangeram campanhas de conscientização que tocavam não apenas nos cuidados à saúde da população, entretanto, na estética urbana.

“Sobral já é uma metrópole e não mais uma província [...]. Assim sendo, não se pode admitir que uma cidade que ostenta o título honroso de princesa, abrigue em seu seio, coisas provincianas, e tenha como vassalos, vacarias, pocilgas, salgadeiras de couros e granjas em seu centro urbano, ou mesmo muito próximos. Não é raro, vermos em plena luz do dia, animais perambulando pela via pública, estragando os jardins das praças e pondo em perigo a vida de pedestres, em virtude do trânsito de carros.” (MORAIS, 1972, p. 3).

Apesar do exposto pelo jornalista, da necessidade de reeducar a população para os novos tempos em Sobral, onde não mais caberiam: “vacarias,

poçilgas, salgadeiras de couros e granjas em seu centro urbano, ou mesmo muito próximos”, no cotidiano desta cidade como observamos na narrativa de Luis Arruda, no acordo realizado entre ele e seu patrão para que sua permanência fosse possível, construíam-se sensibilidades e espacialidades que ultrapassaram as políticas urbanas, porque como advertiu Corbin (1987, p.10-11): “É inútil pretender estudar tensões e confrontos desprezando a diversidade dos modos de sensibilidade, tão fortemente implicados nesses conflitos.”.

Portanto, se essas campanhas datam da primeira metade da década de 1970, e o gado deste senhor chegou com ele em 1976, permanecendo em campo livre até o final da década de 1980, podemos concluir que a reeducação à população tinha sua própria temporalidade, não condizente por sua vez, com o desejo daqueles que como Moraes (1972), percebiam que as reformas urbanas precisavam vir em conjunto com alterações nas mentalidades, e dessa maneira, ansiavam por uma cidade isenta desses velhos usos.

5.5 “Aqui a cidade é muito hospitaleira”

Com efeito, os migrantes nos relataram mais evidências de como as diferentes sensibilidades se imbricavam e construíam seus espaços de sociabilidade, de trabalho, de sobrevivência nessa cidade. E por outro, como essa urbe renovou-se não apenas do ponto de vista do desenvolvimento urbano, contudo, a partir das percepções de quem residia e ainda reside em seus bairros periféricos.

Vejamos Sr. Antônio Elói (2013) que chegou a Sobral em dezembro de 1978.²⁹⁴

– O que o senhor lembra de Sobral Seu Elói de quando o senhor chegou?
 – Era muito diferente do jeito que tá hoje, era muito bom Sobral. Quanto eu cheguei eu pegava uma lata, lá onde eu morava e ia buscar água lá pra cima do alto [...], tinha era um chafariz, eu descia oito hora da noite num tinha nada pra olhar pra gente! Hoje não pode nem sair de casa, cabra quer matar a pessoa mesmo sem ter nada, nada. Hoje tá desse jeito, antigamente não tinha isso! Era melhor essa Sobral! [...] Hoje tá muito diferente, lá o Alto do Cristo [bairro], pelo menos água tem, onde eu morava antigamente não tinha nem casa, era mato! [...]. (ELÓI, A., 2013).

²⁹⁴ ELÓI, Antonio Otacílio. *Antonio Otacílio Elói*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2013. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Imagem 17 – Antonio Elói – Interior de sua residência



Fonte: Arquivo da autora.

Este senhor é casado, nasceu no Sítio São João – Meruoca – Ceará em 1949, portanto, tem 68 anos de idade. Emigrou “para procurar trabalho” porque onde morava “não tinha”. Relatou-nos que trabalhou como “lavrador” até o deslocamento para Sobral em 1978, onde além de “operário” aprendeu a ser “pedreiro e pintor de parede”. Entretanto, aposentou-se como operário da Fábrica de Cimento à qual trabalhou por 18 anos. (ELÓI, A., 2013).

Ele nos afirmou que depois de aposentado surgindo oportunidade, atende aos chamados de “conhecidos” para ganhar “um extra” como pintor ou pedreiro. A primeira conversa que agendamos não foi possível porque estava cumprindo um desses chamados, e a segunda ficou marcada pelas suas mãos e roupas com restos de tinta. (ELÓI, A., 2013).

Essa fotografia reflete sua espontaneidade e modéstia. Sempre bem-humorado e aberto à conversação, apesar disto, um tanto introvertido no atinente a relatar suas lembranças gravadas. De tal modo, não se apresentou como aquele que tinha algo a dizer aos filhos ou aos jovens, ao contrário, foi mais do tipo que respondia apenas as indagações e com comedimento nas palavras. Talvez, essa precaução se deva à desconfiança nos propósitos da pesquisa, questão que alguns explicitaram sem ressalvas.

Sr. Elói deslocou-se aos 12 anos de idade do Sítio São João onde nasceu na Serra da Meruoca, porque essa propriedade “foi vendida pelo dono”, situação que provocou o movimento que realizou com seus familiares para o município de Santana do Acaraú (vizinho), para morar na “fazenda Capivara” de um “padrinho”. (ELÓI, A., 2013).

E foi nesse “sertão”, mais precisamente na “fazenda Chocalho”, onde

conheceu dona Ideuzuite sua esposa,²⁹⁵ a quem igualmente entrevistamos. Para este senhor, morar em Sobral foi difícil, mormente no início, considerando os “trabalhos pesados e salários baixos” que arranjou. No entanto, sente-se realizado porque conquistou o espaço almejando: o emprego na “fábrica” (de cimento), nomeadamente pelo “salário” que ganhava, o qual ele enfatiza com satisfação. (ELÓI, A., 2013).

Em relação à cidade vivenciada pelos migrantes, existe como já sublinhamos uma retórica que se reproduz e que se opõe à cidade noticiada no Correio da Semana, porque esse senhor também assinala que quando chegou em 1978, o bairro Alto do Cristo “não tinha nem casa, era mato!”. (ELÓI, A., 2013).

Em todas as entrevistas, tomando como parâmetro de chegada qualquer década entre 1950 e 1980, os sertanejos atestaram uma Sobral que não se confundia com a atual, para eles era uma não-cidade, como já acentuamos. E um dos pontos destacáveis era o consumo d’água de chafariz ou diretamente do Rio Acaraú.

A água era abiscoitada nos chafarizes que configuravam a paisagem de um conjunto urbano que não mais existe, ou chegava diretamente do Rio Acaraú nas diversas cabeças, sobretudo das donas de casa, como veremos.

Contudo, antes de prosseguirmos com essa questão, gostaríamos de destacar esse ponto que pode ser importante para uma interlocução entre os migrantes, em que pese à afirmação desse senhor: “eu descia oito hora da noite num tinha nada pra olhar pra gente”. Poderíamos aí tirar o ponto de vista dos homens migrantes que transitavam pelas ruas e becos desta cidade em contraste com as tensões ressaltadas pelas mulheres?

Lembrando que as migrantes anteriormente citadas, não refletiram objetivamente a respeito de uma urbe perigosa no passado, não exatamente nesses termos ou com essas palavras. No entanto, a narrativa de Sr. Elói traz um contexto que se objeta as preocupações relatadas pelas senhoras, e ainda chega acompanhado de um saudosismo, não do sertão, mas da cidade que conhecera ao chegar, porque “Era muito diferente do jeito que tá hoje, era muito bom Sobral”.

Não podemos esquecer que as recordações contemporizam com o presente vivido, tempo este que reflete por sua vez o oposto do que essa cidade já

²⁹⁵ ELÓI, Idelzuite Silva. *Idelzuite Silva Elói*. Transcrição manuscrita, Sobral, fev. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

fora para este migrante. Quando ele defende que hoje “não pode nem sair de casa, cabra quer matar a pessoa mesmo sem ter nada” situação que não teria ocorrido no passado, ao contrário, pois a cidade “era boa”, suas ruas e becos denotavam confiança, circunstância que o levava a viver sem assombros, sem sustos, sem temer perder sua vida para um desconhecido agressor qualquer. (ELÓI, A, 2013).

Apesar da afirmação deste senhor: “antigamente não tinha isso! Era melhor essa Sobral”, a representação pretérita que ele traz é respectivamente negativa. A cidade não é a mesma porque “lá o Alto do Cristo pelo menos água tem”. Esses aspectos materializam uma urbe que se transformou nos últimos anos não apenas para o conforto dos seus residentes, mas ambigualmente para seu desconforto.

A cidade se altera e altera a relação com seus moradores que passaram a vê-la de forma diferente, passando a estranhá-la. Não é mais a Sobral desabitada que conheceram e que gostavam pela tranquilidade de transitar pelo bairro a qualquer hora, no entanto, também não é a mesma dos chafarizes.

Questão semelhante foi certificada por dona Neusa Silva:

Imagem 18 – Dona Neusa Silva – Espaço onde acontecem os encontros do grupo de idosos ao qual participa



Fonte: Arquivo da autora.

– Aqui em Sobral era bom, não era com essa violência de hoje não! Aqui a gente; éramos pobres, mas era uns pobre, nós era uns pobre sossegado, sossegado! E hoje a gente tem até mais condição de viver assim, que não vive com fome e nem pedindo; mas a violência é muito grande. A gente vive trancado, posso nem sair, eu só abro a porta quando as menina tão aqui. Mas quando não tão, eu abri assim pra senhora. Eu não gosto de abrir a porta com medo, a gente tem medo de tudo. Mas aqui, num foi ruim pra nós não, foi bom. Aqui a cidade é muito hospitaleira [...]. (SILVA, N., 2013).²⁹⁶

²⁹⁶ SILVA, Neusa Ripardo da. *Neusa Ripardo da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

Dona Neusa é essa senhora de aspecto sereno de 79 anos, viúva, aposentada, que nasceu em Palestina – Serra da Meruoca. Chegou a Sobral em 1951 com apenas 13 anos de idade depois de sua genitora separar-se de seu pai. As dificuldades enfrentadas pela família nessa cidade objetivando reconstruir a vida, assim como as recordações das motivações da dissensão familiar: “Papai era muito ruim, açoitava ela!”, marcaram intensamente essa agricultora e sua narrativa. (SILVA, N., 2013).

Outra circunstância que assinalou a experiência desta migrante foi sua curta demora nessa urbe depois do deslocamento. Como filha mais velha e diante da posição periclitante da família, sua mãe a enviou à Fortaleza para trabalhar como doméstica. Ainda muito jovem, sem prática nesse campo de trabalho, seu cargo anterior era ajudar na lida doméstica, na colheita de frutos do sítio onde morava de propriedade de seu avô paterno, além de fazer chapéus e cuidar dos irmãos. Dessa forma, ela não guarda boas lembranças de Fortaleza, principalmente porque “vivía trancada”, menos da forma como foi despachada para morar com desconhecidos:

– A mamãe me entregou a um homem, pra você ver, antigamente tinha gente honesta! Hoje não tem mais, o povo estrangula as menina, mas nesse tempo tinha! Mamãe me entregou ao maquinista, pra ele me entregar a uma mulher em Fortaleza, como é que eu ia conhecer esta mulher? (SILVA, N., 2013).

Ficamos imaginando as circunstâncias de desconforto absoluto, de temor, de agonia diante de todo o desconhecimento daquele presente e daquele futuro: “como é que eu ia conhecer esta mulher?” E como seria a viagem com aquele maquinista e sozinha? Essa deve ter sido outra indagação que lhe ocorreu seguramente dirigida a sua genitora, se pudesse.

Contudo, esses são estágios superados. Ela cumpriu com sua obrigação de filha ajudando financeiramente como era o objetivo, enquanto economizava para adquirir sua “casinha” em Sobral onde ficava nas visitas de férias, até retornar definitivamente para essa urbe. (SILVA, N., 2013).

E, como não se tratava de um conto de fadas, ela não encontrou um príncipe encantado e voltou triunfante em sua carruagem, ou não encontrou o matrimônio dos sonhos em Fortaleza para do mesmo modo, retornar casada e feliz. Nem mesmo ficou neste centro até sua aposentadoria. Não, dona Neusa regressou

antes e a exemplo de outros migrantes e até de sua genetriz, na falta de opção ante a impossibilidade de se empregar noutra espaço, considerando sua condição de “analfabeta”, questão ressaltada também por ela, decidiu-se por explorar o pequeno comércio. (SILVA, N., 2013).

Isto porque quando encontrava-se de férias em Sobral, ou entre um emprego e outro em Fortaleza, para não “ficar parada”, colocava uma “banca de café” (ramo de sua mãe), de tal modo, concluiu que era melhor trabalhar como autônoma do que permanecer nessa capital. (SILVA, N., 2013).

Essa senhora conserva uma atitude confiante, de quem aprendeu a esperar pelo amanhã sem desespero. Uma confiança que nos surpreendeu porque enquanto seus companheiros do grupo de idosos refletiam sobre o convite que fizemos para participarem da pesquisa, ela aceitou de pronto. Acreditamos que ela consegue repassar nessa fotografia essa confiança que se tornou própria de sua individualidade, bem como certa complacência com as situações.

No entanto, se Fortaleza tornou-se uma carrasca que empregava garotas púberes sem aquiescência, Sobral ao contrário passou à trajetória de dona Neusa como a boa cidade: “aqui, num foi ruim pra nós não, foi bom. Aqui a cidade é muito hospitaleira”.

Por que hospitaleira? Talvez porque por algum tempo ela tenha se sentido hóspede, de passagem, de férias em Sobral, e, nesses momentos sentia a liberdade que lhe era subtraída na capital do Estado. Portanto, nessas passagens ela construiu sua residência, primeiro temporária, depois permanente. E também em Sobral casou-se e criou seus filhos, embora estes não sejam de seu matrimônio.

Acreditamos que seu relato está em analogia não apenas com o presente de superação, mas com o decorrido, com o passado o qual Sobral representa, onde desfrutava de seu livre-arbítrio furtado em Fortaleza. Logo, sua narrativa está medida por parâmetros do que representaram Fortaleza e Sobral em sua experiência de trabalhadora, de mulher e de migrante.

Voltando às questões levantadas por Sr. Antônio Elói, consideramos necessário por em relevo essas diferenças. Dona Neusa e ele não compartilham da ideia de uma Sobral que castigava seus moradores pobres migrantes, e embora salientem as contradições percebidas no passado, como a falta d’água e o desemprego, não ressaltaram uma cultura sertaneja que prevalecia sobre a cidadina, e que gerava nostalgia, menos ainda um desejo de retorno. Na afirmação deste

migrante “era muito bom Sobral”, que se conjuga com as impressões desta senhora: “Aqui em Sobral era bom”.

Essas narrativas vão descortinando além da cidade, os migrantes, seus anseios e os combates que enfrentaram antes da migração, e após, como moradores de Sobral, que, portanto, foram dessemelhantes.

Esses dois senhores demonstraram não ter lugar no tempo hodierno de suas vivências para saudades do sertão. Aprenderam que essa cidade é boa, é hospitaleira, é transigente com seus moradores pobres, apresentando-os oportunidades negadas em outros lugares.

Essas narrativas se encontram também quando ressaltam o problema da falta de escolaridade que vivenciaram e que impactou suas experiências de trabalhadores, nas dificuldades encontradas até a segurança de uma residência própria, na luta para superar o desemprego, neste sentido, pode-se observar uma geração de comerciantes varejistas os mais inusitados, questão interessante porque assinala os caminhos perseguidos, inventados, inventariados, dominados com novos conhecimentos, diante daquilo que se tornou um ideal de vida: **vencer os obstáculos e enraizar-se em Sobral.**

Porque se não era possível uma situação tentavam outra, ou tentavam duas ao mesmo tempo: a fábrica e ser pintor, ou pedreiro; doméstica ou comerciante, ou os dois, lavadeira de roupas ou agricultora, ou os dois, e assim sendo, essas formas de estar no campo de luta distanciam ou aproximam suas impressões, suas interpretações, a satisfação maior ou menor depois que tudo passou.

A transformação que o deslocamento trouxe à vida desses agricultores, porque mesmo que no início tenha sido muito difícil, como todos sublinharam, o deslocamento para Sobral é reconhecido senão como opção, que na posição de dona Neusa não foi, mas como necessária e importante para superarem problemas que os forçaram a esse movimento sem retorno. E para atingirem as conquistas materiais que aos poucos chegaram as suas vidas, a ascensão social almejada, como o emprego na “fábrica” ressaltado por Antônio Elói.

Desse modo, percebemos que não há conformidade no ato de emigrar, e por isto, não há conformidade na interpretação. Nem há linearidade nos ensaios ou nas tentativas de exceder as dificuldades da luta diária. A cidade de Sobral e o sertão são representados conforme as expectativas e as experiências mais e menos

marcantes num ou noutro lugar, e se somam às vivências de outros lugares onde também alguns tentaram morar, como notamos. Oportunidade em que confrontaram suas expectativas à realidade, não dando certo, regressaram e permaneceram tentando em Sobral, pelejando e conjurando o tempo: “[...] e foi essa luta toda viu? [...] Levando, levando, até que o tempo passou né? E nós tamo aqui”, como concluiu dona Mariana Sousa (2014).

5.6 “Nada disso a gente tinha na casa da gente”

Retornando à cidade que se transformou com o passar dos anos alterando as expectativas dos migrantes, vamos refletir como as alterações urbanas reverberaram nas suas vivências, como foram percebidas e o que lhes chegou como emblema dessas alterações.

Vejamos à narrativa de dona Nésia Félix:

Imagem 19 – Dona Nésia Félix – Interior de sua residência



Fonte: Arquivo da autora

– Nesse tempo, há quarenta anos atrás a gente num tinha água na torneira, pegava em chafariz né? Aqui nesse bairro eu me lembro tinha dois chafariz, [...] nem toda casa tinha água nas torneiras, o pessoal tudo pobre, como é que ia botar água né? Então a gente pegava água de chafariz, quando não tinha no chafariz, ou a fila de lata tava enorme né? Aquelas lata, aqueles balde, a gente ia pro Rio [Acarau], buscar água na cabeça, é, nós lavava roupa no Rio! [...]. Hoje ninguém pode mais fazer o que nós fazia antigamente né? [...] Quando eu cheguei aqui em Sobral, a gente lavava roupa no Rio, podia passar a manhã todinha no rio lavando roupa, à tarde você ainda ia, se faltasse água nos pote, nesse tempo era pote, [...] cansei de botar 7 caminhos d’água daqui pros [explica] que chamavam-se os Torrões. [...] Se juntava duas três donas de casa e ia lavar roupa no rio [...]. É a gente já teve muita dificuldade de tudo, muita, muita mesmo! Falta de água nas torneira, falta de comida em casa, e tudo isso a gente tinha que

trabalhar forte, pra dá conta, pois é [...]. (FÉLIX, 2014).²⁹⁷

Essa senhora tem 69 anos de idade, é viúva e aposentada. De espírito fácil e gentil, do tipo que aprendeu a enganar os problemas sorrindo e fazendo gracejos sem se deixar abater, sente-se agradecida por suas conquistas materiais principalmente por ser resultado de sua disposição para “aprender e trabalhar”. Entre outras atividades, aprendeu a costurar e “costurando pra fora” levou boa parte de sua existência. (FÉLIX, 2014).

No entanto, quando as costuras diminuíram ao ponto de não ser mais possível continuar, porque “as pessoas não mandam mais fazer roupa como antes”, ela decidiu com sua companheira de jornada e única filha, que “estava na hora de mudar”, e ambas lançaram-se como cabeleireiras. A filha apenas nas horas de folga porque assume a função de assistente de enfermagem na Santa Casa de Misericórdia de Sobral, outra grande empregadora da cidade. Dessa forma, elas mantêm o “salão” em casa intercalando, além disto, com a confecção de “redes sol a sol”, um tipo de artesanato muito bonito e bem vendido na região. (FÉLIX, 2014).

Ela recebeu-nos em sua residência no bairro onde reside desde que chegou (Santa Casa), ainda que não na mesma casa, porque no início foi como “convidada de uma senhora conhecida”, ajudá-la nas tarefas domésticas. Muito articulada, essa senhora relatou seus deslocamentos para outros Estados, porque seu “esposo era chefe de obras”. Em uma das vezes para Minas Gerais (onde morou em várias cidades), momentos que recorda com nostalgia porque se dependesse de seu desejo, teria permanecido neste Estado. (FÉLIX, 2014).

A propósito de morar em Sobral, ressaltou uma questão que se tornou lugar-comum entre os entrevistados, comparar as dificuldades existentes no passado no concernente ao consumo d’água, com o presente. Porque quando se tratou de recordar das dificuldades enfrentadas nessa cidade, destacou o consumo d’água, fosse para beber, fosse para o dispêndio geral da casa que provinha ou de chafarizes, ou diretamente do Rio Acaraú. No que se refere ao consumo de água diretamente desse reservatório natural, a facilidade com que as donas de casa compareciam diariamente ao Acaraú mesmo à tarde, pode ser explicada pela distância ou proximidade que moravam dele.

²⁹⁷ FÉLIX, Benedita Nésia Magalhães. *Benedita Nésia Magalhães Félix*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

O Bairro da Santa Casa onde reside essa senhora, a exemplo de outros bairros como Pedrinhas e Tamarindo onde residiram Mariana Sousa, Zenite Soares e João Emílio Vasconcelos, localiza-se às margens deste Rio. Contudo, os relatos do uso desse manancial correspondem a outros bairros como o Junco, o qual fica bem afastado. Isto porque as lavadeiras de roupas igualmente utilizavam-se de suas águas para seu trabalho, e neste caso, independia da distância. E o consumo d'água para a maior parte da população como já assinalamos, provinha diretamente dele em boa parte do período estudado. Por conseguinte, a necessidade impelia as senhoras a cumprirem suas tarefas no Rio Acaraú, independentemente da distância.

A fotografia abaixo evidencia como a população que residia às margens do Acaraú convivia com este rio de forma imperativa. Neste caso, quem residia no bairro Dom Expedito, atravessava-o de canoa se precisasse dirigir-se ao lado esquerdo de seu curso, direção ao centro da cidade. E no movimento inverso, quem precisasse dirigir-se a esse bairro, precisava necessariamente fazer o mesmo, notadamente na temporada chuvosa quando o rio ficava impossibilitado de ser transposto de outra forma.

Imagem 20 – Canoeiros “atravessando” de uma margem à outra do Rio Acaraú



Fonte: Arquivo do jornal Correio da Semana.

Por muitas décadas, os canoeiros perseveraram na praia desse reservatório, explorando esse serviço sem perda de continuidade, compondo uma paisagem ainda existente. Contudo, menos habitual, sem que possamos refletir sobre o quanto essa situação se modificou, se considerarmos que o serviço de transporte coletivo da cidade é muito precário, não abrangendo todos os bairros

inclusive, não compreende o bairro dom Expedito de onde os canoieiros partem ou aportam.

As pessoas que não possuem transporte impetram possibilidades diversas, e é por este motivo que as canoas, ainda podem ser vistas à disposição de quem precisar cruzar o rio, especialmente se ele estiver recebendo água.

Não obstante, podemos ser indagados: mas por que essa fotografia e essa questão se o tema era lata d'água na cabeça, fila nos chafarizes e a corrida das senhoras ao Rio Acaraú? É verdade, essa imagem não traz indícios dessas atividades, não corrobora com o que dona Nésia nos trouxe de sua experiência. Também é verdade que não conseguimos fotografias que evidenciassem essas atividades, o que não quer dizer que não existam.

Com exceção da imagem que trouxemos acima que apresenta uma senhora com uma trouxa na cabeça que indica estar indo, ou regressando de alguma limpeza de roupa, não conseguimos um retrato desse cotidiano das donas de casa, excedendo suas próprias narrativas.

Algumas entrevistadas rememoraram as filas nos chafarizes e a falta d'água, impelindo às entrevistadas a buscarem alternativas nas cacimbas, lagoas ou barragens que compunham a paisagem da cidade no período estudado. Assim como rememoraram como acontecia à higienização das roupas, e até de seus corpos e os de seus filhos no rio. Neste sentido, a foto que trouxemos acima apenas reverbera a relevância desse patrimônio natural no dia a dia dos moradores da cidade.²⁹⁸

Importante salientar, no entanto que, a política de distribuição de água na cidade modificou-se paulatinamente alterando os hábitos dessa população, incluindo o desejo e a luta por inclusão social. Quanto ao Rio Acaraú, a poluição e assoreamento consomem-no de forma impiedosa, a exemplo de outros reservatórios naturais brasileiros, o que pode ser notado sem muito esforço em fotografias como a que trouxemos abaixo, assim como a urbanização avançou para dentro do leito, questão que não cabe analisar aqui.

²⁹⁸ Diz o hino que celebrou os 130 anos da cidade em 1971: "Nasceu Sobral entre sobreiros verdejantes à margem esquerda do lendário Acaraú [...] no farfalhar das carnaubeiras que te rodeiam, ouve-se a voz do Acaraú a murmurar [...]". (GONDIM, 1971, p.1).

Imagem 21 – Leito do Rio Acaraú – Sobral, jul. 2016



Fonte: Correio da Semana.

A finalidade desta fotografia foi registrar uma operação policial que pode ser observada a partir do meio da ponte, portanto, sua captura não objetivou exibir o leito do rio. No entanto, através dela é possível vislumbrarmos além do leito do Acaraú, parte da margem esquerda da cidade, quando dá para perceber o centro novo se sobrepondo ao centro velho.

Importante neste sentido que, essa imagem apresenta indicativos de que a população aprendeu a utilizar-se do rio, mas não aprendeu a cuidar dele, menos ainda os gestores públicos e privados da cidade. E um rio que outrora servira ao cotidiano de seus moradores independentemente da camada social, assim como ao trabalho das lavadeiras de roupas, e, portanto, à economia doméstica, do mesmo modo, ao lazer dessa população, isso para falar apenas do período ao qual nos referimos, presentemente encontra-se nessa situação.

Embora algumas tentativas de revitalização e conscientização pudessem ser acentuadas, não vamos adentrar nesta questão. Não esquecendo que o Acaraú não é um rio perene, é considerado inclusive “o segundo maior rio seco do Mundo”.

299

²⁹⁹ “[...] o rio Acaraú, possuindo uma extensão de 315 Km, [...] Ocupa uma área da ordem de 14.423,00 Km², que corresponde a 10% do território cearense. A bacia do Acaraú drena 28 (vinte e oito) municípios, 10 integralmente: Cariré, Catunda, Forquilha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Massapê, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba e Varjota e os demais, parcialmente, Acaraú (27,85%), Alcântara (19,48%), Bela Cruz (23,73%), Cruz (13,11%), Ibiapina (2,10%), Ipu (90,91%), Ipueiras (31,04%), Marco (48,32%), Meruoca (83,84%), Monsenhor Tabosa (13,80%), Morrinhos (53,00%), Mucambo (71,38%), Nova Russas (92,40%), Santa Quitéria (96,84%), Santana do Acaraú (69,71%), Sobral (45,01%) e Tamboril (35,19%).” ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Conselho de altos Estudos e Assuntos Estratégicos (org.). Pacto das

E a cidade dos casarões que se insinuava à margem do rio, como nos indica o retrato anterior, ficou para traz da cidade nova, que sem tradição a preservar, passou-lhe à frente. Uma mudança que pode ser atestada nas notícias do jornal *Correio da Semana* como no artigo de Lira (1980, p. 2): “A Nova Sobral de 1980”,³⁰⁰ porque parte de um dos bairros citados, o Tamarindo, aparece na fotografia acima, e a rodoviária, um dos monumentos celebrados por este autor, igualmente surge no panorama à esquerda: sendo o primeiro edifício de um pavimento com telhado marrom.

Precisamos ressaltar desse modo que, a vitalidade e utilidade do Acaraú agora residem nas recordações de seus moradores antigos, em destaque àqueles que entrevistamos, os quais se serviram deste rio sem preocupação de futuro. Assim como podem ser notadas na memória escrita do jornal *Correio da Semana*, evidenciadas, portanto, nesta crônica:

Um dos grandes problemas da cidade de Sobral, e o mais importante dentre todos, é, sem dúvida nenhuma, o da água. [...] o Dr. Lister Ibiapina Parente, [...] Instalou [...] ali à margem de cá do rio, no prolongamento da rua Cel. José Sabóia, logo atrás do armazém da firma Peri Frota, um serviço de água potável, higiênico, limpo, perfeito. São duas tomadas d’água que fornecem 80.000 mil litros do precioso líquido por hora, retirado de um poço profundo, cavado no leito do rio. Ali poder-se-iam abastecer todas as carroças que fornecem água à cidade, e nós, os consumidores, iríamos tomar a preciosa linfa sem receio de que a mesma viesse contaminada [...]. No verão, os aguadeiros tiram o líquido de cacimbas abertas no rio, à superfície da terra, e onde muita gente toma banho altas horas da noite e as primeiras da madrugada. Nestas cacimbas levam-se animais e os próprios jumentos e burros, que transportam a água, ali depositam os seus dejetos. A maioria da população bebe água do rio [...]. (RAMOS, 1950, p.4).

Este registro jornalístico de 1950 é emblemático da época em que a população utilizava-se desse serviço de distribuição das águas do Acaraú, ou seja, de água retirada de “cacimbas abertas no rio, à superfície da terra” conduzida em “carroças” e puxadas por “jumentos e burros”, que desta maneira, chegava às

Águas: aspectos Gerais. In: *Caderno Regional da Bacia do Acaraú*, v. 1. Fortaleza-CE., 2009, p. 17. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Bacia%20do%20Acara%C3%BA.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

³⁰⁰ “Três arrojadas iniciativas transformaram por completo a parte urbana de Sobral [...]. A primeira foi a construção da Estação Rodoviária no Bairro Tamarindo, [...]. Contra todos os prognósticos o terminal rodoviário foi edificado num bairro alagadiço, onde vivia o submundo do meretrício. Desaparecendo este grande desafio para a prefeitura de Sobral, imediatamente toda a área é saneada. Ruas asfaltadas dão amplo acesso à Rodoviária. Belas residências, Estabelecimentos Comerciais, Apartamentos são construídos em tempo record onde outrora era uma região condenada pela Saúde Pública [...]” (LIRA, 1980, p. 2).

residências sem os cuidados sanitários necessários. Período em que os chafarizes citados pelos migrantes ainda não faziam parte do cenário da cidade, quando a “maioria da população” como assinala o autor, servia-se diretamente do rio para as mais diversas necessidades.

Corroborando com esse contexto passado, a obra “Luzia-Homem” – quando Olímpio (2003) traz indícios de que o modo como a população de Sobral se apropriava das águas do Acaraú nas décadas de 1950 e 1960 em Sobral, era um aprendizado de data mais remota e não mudara da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX – a não ser pela introdução talvez, das carroças transportadoras de água. Vejamos como esse escritor apresenta essa situação: “Uma vez, estando ela a banhar-se, depois de cheio o grande pote, na cacimba aberta no leito de areia do rio, em sítio distante dos caminhos e aguadas mais frequentadas [...]” (OLÍMPIO, 2003, p. 27).

Esta cena teria ocorrido em 1878, durante o verão, período que normalmente não chove no sertão cearense. É interessante perceber ainda que, no decorrer de uma seca que persistia já há dois anos, ainda assim, o rio supria as necessidades da população local e “retirante”. O que nos deixa pistas de que, quem chegava em Sobral pelos idos dos anos de 1950 e 1960, deparava-se com esses costumes de longas datas.³⁰¹

Assim sendo, lavar roupa, tomar banho, tomar água, dar de beber aos animais da família, poluir o rio enquanto se servia de suas águas era parte da rotina da população, independentemente de sua origem.

Contudo, levou-nos a concluir que, esses usos facilitaram a estabilidade daqueles que se deslocaram tendo como objetivo morar nas adjacências do Acaraú, ou de outros reservatórios d’água que, como já exemplificamos, compunha a paisagem urbana dessa cidade. Sem contar a contribuição à economia doméstica. Sr. Luís Arruda como exemplo, chegou à década de 1970 e conseguiu manter seu curral de gado por anos a fio, sem que fosse importunado pela gestão municipal, em uma área que utilizou como pasto livre, inclusive, por ser circundada por duas lagoas.

³⁰¹ “A cacimba transbordava. Os potes estavam cheios. Luzia torcia em rodilha um trapo de antiga toalha, para equilibrar o seu sobre a cabeça, esperando que Terezinha lhe restituísse a cuia com que se banhava.” (OLÍMPIO, 2003, p. 29).

Logo, serve para percebermos como a cultura sobralense pelo menos nesse quesito, aproximava-se da cultura camponesa, levando-nos a reiterar que o deslocamento para essa cidade em épocas que não demandava excepcional alteração no que se refere a esses usos, contribuiu com a permanência dos entrevistados que planejaram morar como vizinhos de seus reservatórios d'água.

Por outro lado, esforços no sentido de resolver os problemas reclamados pelo jornalista acima, e ressaltados nas narrativas dos inquiridos, no que pese ao consumo d'água, procrastinaram mas chegaram à perspectiva da cidade que se modernizava nos idos de 1970: “Água – a Fundação Sesp órgão subordinado ao Ministério da Saúde, acaba de concluir a monumental obra do Novo Sistema de Abastecimento de Água de Sobral, considerado o mais moderno do Nordeste [...]”. (SOARES, 1971, p. 4).³⁰²

Não podemos dizer seguramente que, o projeto conseguiria atender à população moradora do distrito Sobral (ou seja, da sede), caso esta população solicitasse o serviço, que na década de 1970 totalizava 58.214 residentes (IBGE, 1973, p. 496).

É interessante perceber a título mesmo ilustrativo porque não vamos analisar os fatores que fizeram crescer esta população, todavia, que o contingente urbano residente na sede do município de Sobral de 1950 a 1970 mais que dobrou, porque em 1950 perfaz 22.328 indivíduos e em 1970 conforme Tabela abaixo completou 58.214, ainda que, no total geral o crescimento não seja tão grande, porquanto de 70.011 passou para 102.197 residentes.

Tabela 4 – População Residente Segundo o Município e a Situação de Domicílio

Sobral	Total	Urbano	Rural
População da Sede do Município Sobral	58.214	51.835	6.379
População dos Distritos	43.983	8.375	35.608
Total Geral	102.197	60.210	41.987

Fonte IBGE Ceará 1970 – Organizado pela autora

Ao passo que, a população dos distritos de certa forma esteve em movimento contrário, isto se nos ativermos apenas a estes números, pois em 1950 perfaz 41.683 e em 1970 43.983 moradores. Embora este total grosso modo,

³⁰² “[...] com capacidade de fornecer 3 milhões e 600 mil litros de água com tratamento. A adutora de água bruta tem 19 quilômetros em tubos de ferro fundido, compreendendo o trajeto do Distrito de Jaibaras à Sobral [...] modernamente instalada no Bairro do Sumaré [...]”. (SOARES, J., 1971, p. 4).

represente ganho, no entanto, esta população pode ser considerada estagnada se comparada ao contingente urbano, o qual mais que duplicou.

No respectivo à matéria do Semanário, essa alteração no serviço de água da cidade paulatinamente deixou de ser promessa, e chegou à periferia, embora não de forma satisfatória como nos relataram os migrantes, sobretudo pelo custo da instalação da água potável diretamente nas residências. De tal modo, suas narrativas descortinaram a cidade não difundida, bem conhecida deles, erguida por eles, mas sem a infraestrutura do centro da cidade.

Ao tempo em que, seus relatos trouxeram vestígios do quanto esta infraestrutura chegava onerosa, como recorda dona Nésia Félix, acima mencionada: “nem toda casa tinha água nas torneiras o pessoal tudo pobre, como é que ia botar água né?”. Portanto, essa modernização do sistema de abastecimento de água não estava ao alcance de todos os moradores da cidade, não exatamente porque não pudesse se estender a todas às residências da cidade, mas por estes não estarem em condições de financiá-lo.

Retomando aos migrantes, e as maneiras como vivenciaram esse contexto de alterações nos paradigmas urbanos da cidade, que crescia e irrompia com novos parâmetros, com novos códigos de conduta às relações cotidianas, os quais sugeriam por sua vez, novos desejos e novas sensibilidades. Nesta perspectiva, trouxemos novamente a contribuição de Maria das Graças da Silva que nos apresenta sua interpretação dessas coisas todas, sobretudo, sua experiência em relação à vida orgânica da cidade:

– Muitas vezes eu digo assim: eu sou feliz, por viver, mesmo doente, mesmo sacrificada, e mesmo um pouco sofrida com o marido, eu num tenho um marido que faz muito os meus gosto, e eu digo bastante, minha irmã se queixa muito da vida, deixa de se queixar, ‘mas porque num é tu!’ Não, não é por isso não, hoje nós temo tudo nas nossas mãos, por que cê tá chorando a toa? A gente tem um telefone! Quer um remédio? A farmácia vem deixar, né? Quer tomar um banho? Tem um banheiro que a gente num tinha não! Fazia o serviço era, no vaso e ia rebolar na beira da linha, e a gente tem tudo isso aí hoje né? [...] Mesmo quando a gente chegou a ter água aqui dentro de casa que podia lavar um paninho, a torneira era lá [aponta à entrada da casa], a primeira torneira que foi botada era só na frente, eu trabalhando lá né, no comércio, como eu tava lá na Praça da Meruoca, o meu compadre que trabalhava no SAAE, [...] meu compadre amigo do Sílvio, trabalhando lá no SAAE, eu louca pra botar água na minha casa e num tinha condição ainda, não dava pra botar né, aí ele disse assim: ‘comadre, vamo fazer o seguinte, vamo falar com o Sílvio pra você pagar a sua água junto, quando o papel vier, você pagar aquela quantiazinha será que vai dar certo?’ [...] Aí eu disse assim, vai dar, dá sim compadre, vai dá certo! ‘Mas comadre ele só pode botar uma torneirinha lá na entrada!’ Aí eu

concordei, ficasse feliz, quando chegamos ao ponto de ter uma torneirinha na nossa sala, lá pertim da primeira porta, foi dessa forma! Que'ra o valor mais curto né? [...] Aí quando tinha essa água que a gente podia lavar um paninho, tinha que ser de cócora né? Num tinha uma pia dentro de casa, num tinha uma lavanderia, num tinha nada disso! E hoje por que chorar? Por que se reclamar, a gente tem a lavanderia, tem banheiro, tem o chuveiro né? E pra que tanto choro por a vida que nós leva já de idade? [...] A gente tem que agradecer a Deus, eu acho [...]. (SILVA, M., 2014).

Portanto, essa senhora relembra que mesmo quando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral (SAAE) instalara água em sua residência, considerando todas as circunstâncias dispendiosas e constrangedoras da lida diária com a falta d'água, ainda foi intermediado pelo compadre funcionário e amigo, que encaminhou uma situação de certa forma privilegiada, utilizada como estratégia para que as ligações de água pudessem ser realizadas de forma a dar condições orçamentárias àqueles que, como ela, não dispunham de recursos para este conforto doméstico.

Por conseguinte, como recorda Gracinha, tratava-se apenas de uma torneira que só chegava até a sala mais próxima da rua, objetivando reduzir os custos de uma instalação que saía onerosa de todo modo, pois: "quando tinha essa água que a gente podia lavar um paninho, tinha que ser de cócora né?".

O que deixa dito que, nem sempre a água chegava às torneiras e sua instalação era desconfortável por estar à altura do custo menor, como já salientado. Logo, seguia o padrão já conhecido nas filas dos chafarizes, porque a população residente nos bairros distantes que contratava o serviço do SAAE, tendo como referência esta senhora, não dispunha dele todo o tempo que precisava. Todavia, quando havia água nas torneiras evitava a viagem ao Rio Acaraú para lavar apenas algum "paninho", porque a limpeza da roupa como já acentuado, acontecia neste reservatório.

É uma leitura possível dessa narrativa, porque certamente que a ida ao rio também era prazerosa como ressaltaram dona Nésia Félix e dona Rosa Soares, não se tratava apenas de trabalho doméstico. A ida e a estadia na praia do Acaraú representavam também espaços de sociabilidade, momento em que as donas de casa ou as trabalhadoras dividiam suas intimidades, suas rotinas. E além da água e da limpeza das roupas, tomavam banho, situação em que extravasavam em comparação com os chafarizes, ou com a água regradada nos potes na intimidade doméstica, transportada nas cabeças.

Não obstante, uma vez que já existia esse serviço público na cidade, da água ser assentada à disposição dos diferentes domicílios, este passou a ser objeto de desejo e de consumo, e na avaliação de Gracinha, era necessário sacrificar-se para usufruir dessa possibilidade por precária que fosse, pelos benefícios que trazia.

Entretanto, essa senhora também sublinhou outras dificuldades do dia a dia, da condição de risco em que vivera, conduzindo-nos de volta à questão anterior de seu relato, dos motivos do viver infeliz em Sobral, porque a exposição a que se submetiam os moradores pobres da periferia ficava nos limites do suportável, socialmente falando.

Acreditamos que fazer “o serviço no vaso e rebolar na beira da linha” não significava o mesmo no espaço camponês, onde este tipo de circunstância não entrava em confronto com outras temporalidades e espacialidades, como acontecia na cidade de Sobral.

Lembremos da parte que ela explica como as “amigas” de infância que nasciam e cresciam juntas se agrupavam na limpeza da roupa, na limpeza dos legumes, não deveriam se reunir nas horas sugeridas na questão, no entanto, é plausível pensar que, esse tipo de situação não causasse constrangimento como causava na cidade, considerando mesmo a forma como a cidade especialmente no seu entorno se organizava, ou seja, com residências exíguas que dividiam paredes e quintais indiferentes a normatizações de interesse privado, e mesmo público.

Considerando também que, mesmo na cidade poderia haver compartilhamento das necessidades cotidianas de modo mais profundo, todavia, exigia tempo para que se construíssem relacionamentos recíprocos entre vizinhos, como essa senhora tentou explicar no que correspondia a sua irmã doente.

“Na beira da linha” a que se refere Gracinha, é referência de um lugar de uso comum que se situa há algumas dezenas de metros de sua residência, contudo, comparativamente próximo, o que incluía pensar nessa via como travessia de pessoas desconhecidas e de veículos cotidianamente, e possivelmente o dia inteiro.

Porque para dirigir-se ao Rio Acaraú ou a bairros já existentes à época como Sumaré e Tubiba, para alguns distritos, ou até aos municípios situados na Serra da Ibiapaba dependendo da posição de partida, precisava-se atravessar a linha referida. De forma voluntária como opção de itinerário, ou involuntariamente, portanto, havia um trânsito inevitável, somando-se ao trem que realizava horários em alguns dias da semana conduzindo passageiros à Fortaleza e a outras localidades.

Gracinha hoje é feliz pelo que nos levou a acreditar, ao analisar as conquistas tangíveis citadas nesta sequência de sua narrativa, as comodidades domésticas que atualmente estão a sua disposição, e ainda que, lhe falte saúde, mais atenção de seu cônjuge e mais compreensão de sua irmã, chegou à velhice satisfeita, grata pelos combates vencidos.

Por outro lado, essas possibilidades evidenciam as alterações na vida orgânica da cidade, a partir da atualização dos serviços ligados ao saneamento público como o fornecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, e o disciplinamento das ruas que chegou com a pavimentação, questões reclamadas em plena década de 1980 quando segundo Barroso (1983) em artigo no Correio da Semana, tratava-se de um problema até então deixado para segundo plano pelas administrações municipais.³⁰³

A atualização e extensão do saneamento de água e esgoto foram prolongadas por décadas até chegar à residência de Gracinha, para que na atualidade ela relembre sem pesar daquelas circunstâncias. No entanto, isso não impediu que algumas áreas, passando primeiramente por ruas centrais da cidade e por alguns bairros como o Junco, recebessem esses serviços de forma privilegiada, questão que podemos acompanhar também pelo Semanário (LIRA, 1980, p. 2).

Situação fácil de perceber dando uma olhada na cidade como um grande arquivo de gestões públicas sobrepostas. Salta à vista as zonas que mereceram mais atenção e que tomaram formas urbanas privilegiadas entre 1960 e 1980, indicando como evidência as placas das inaugurações que rememoram os processos realizados pelas várias administrações.

[...] Outra decisiva iniciativa que determinou o nascimento de uma 'Nova Sobral' foi a Construção do 'Complexo Prefeitura, Mercado Público e Avenida do Contorno'. [...] A Nova Prefeitura, orgulhosamente plantada onde outrora era uma parte da lagoa do Junco criou condições para a abertura de novas ruas, levou a Prefeitura a sanear grande parte do Bairro, a estender o serviço de água e esgoto até a Escola de 1º Grau Jarbas Passarinho, a eletrificar toda a área fazendo, assim, nascer uma nova cidade. Em pouco tempo residências luxuosas apareceram, bares,

³⁰³ “[...] Mas é certo que Sobral não pode esperar mais pela solução do seu magno problema, embora saiba o seu povo que as obras dos seus esgotos sanitários demandam muitos anos para sua conclusão, mesmo que preservados do perigo de descontinuidade administrativa.” Antes, ele salienta: ‘Refiro-me às obras dos esgotos sanitários de Sobral, cada vez mais reclamadas, sem que um Prefeito tome a si o empenho de mandar atualizar o projeto dessa urgente obra de seu saneamento básico.’” (BARROSO, 1983, p. 2).

restaurantes surgiram ocasionando um fluxo de veículos sem precedentes. [...]. (LIRA, 1980, p. 2).

Sem querer naturalizar a questão, é importante perceber que, práticas políticas que privilegiaram espaços urbanos em prejuízo de outros, fizeram parte das reformas urbanas que atingiram as principais cidades do Brasil no decorrer do século XX, em diferentes períodos – embora algumas tenham sido recomendadas já no século XIX – como atestou Rolnik (1999).

Além de zoneamentos urbanos, e em Sobral não foi diferente como percebemos no excerto do artigo acima, da criação ou recriação de bairros, o que pode ser observado de comum em todas essas práticas administrativas é a “segregação tanto social quanto espacial”, como adverte Caldeira (2000, p. 211), assim como uma tentativa de “controle sobre o cotidiano” dos moradores pobres, posição política que, para Resende (1996, p. 23) fez parte das características “das modernizações nas cidades”.³⁰⁴

Independentemente dos interesses públicos e privados na produção do espaço urbano, importa lembrar o que parece óbvio, essas produções alteraram as sensibilidades, e práticas antes nem pensadas foram incorporadas ao cotidiano dos moradores, como os locais de cuidar do corpo e da roupa. Portanto, o que contribuiu para que muitos dos camponeses se deslocassem a Sobral como o Rio Acaraú, ficava no passado. Agora ter água encanada, “luz elétrica” – questão que Gracinha não abordou, mas sua irmã Maria da Conceição Aguiar sim, quando rememorou que: “por muito tempo a gente não podia sair de casa à noite”, “só se levasse uma “lamparina”.

Usufruir dos serviços oferecidos, mesmo que fossem dispendiosos, mesmo que fossem precários, incluiu-se como desejo de presente e de futuro, colaborando para que a infelicidade ressaltada na chegada e nos primeiros anos em Sobral, mormente nos momentos mais difíceis de adaptação, passasse ao tempo do esquecimento.

Por último, gostaríamos de trazer à transformação da cidade por outro viés cultural, o recordado e defendido com nostalgia por dona Zenite Soares:

³⁰⁴ Para uma atualização do tema em relação a Sobral: ASSIS, Lenilton Francisco. Especulação Imobiliária e segregação socioespacial na Cidade de Sobral. In: HOLANDA, Virgínia C. C. de; AMORA, Zenilde B. (Org.). *Leituras Saberes sobre o Urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 165-187.

– Aqui em Sobral tinha tanto doido no meio da rua! Tinha as três Motoras, tinha as Mutambas, tinha as Formigas, na Rua do Patu tinha a Piranha e o Coró, tinha o Bola Sete, tinha o Sete Bandas, [...] e hoje ninguém vê mais isso, hoje se acabaram tudim [...], tinha as Palmeiras! As Palmeiras também eram da Rua do Patu, hoje não têm mais! E os apelidos? Acabou-se tudo! Eu tenho uma lista cheia de apelidos [...]. A tradição de Sobral, pra que coisa mais bonita que as nossas quadrilhas? Hoje, uma arremessa de quadrilha num é nunca as nossas quadrilhas, nunca! A festa do Cristo Redentor que tinha todos os anos, lá em cima, nunca mais houve [...] ninguém sabe nem o que é! Aqui tinha uma procissão [...] saía daqui da Igreja do Coração de Jesus para o Cemitério lá [vizinho] da minha casa, saía de madrugada, quatro horas da madrugada, quando passava em frente a minha casa quase cinco horas, aí eu corria ia cantar, [...] todo mundo com o terço: “Santa Mãe de Deus, mãe do Salvador” [entoa a voz] aqueles que estavam dentro de casa se levantavam depressa, corriam pra acompanhar a procissão! Eu acompanhei muito essa procissão! Foi logo quando eu casei, eu corria mais o Fransquim [esposo], depois monsenhor Domingos morreu, acabou-se essa procissão, eu acho que tem pai que nem sabe se existia [...]. Aqui também tinha o sino do rico e do pobre! O do rico era “DAM, DAM, DAM” [aumenta a voz e interpreta com voz grave], a gente sabia que’ra o rico, e o do pobre [reduz a voz: “tem, tem, tem, tem” em tom agudo], aí todo mundo dizia: morreu um rico, morreu um pobre! Acabou-se isso! Tinha muito negro, aqui tinha, tinha o clube do negro e o clube do branco! O Artista era dos brancos pobres, pobre assim, médio! Os Vinte, o Ideal e o Iracema eram dos negros, pois é! (Soares, Z., 2014).

Dona Zenite presenteou-nos com este relato revelador, as idiossincrasias das práticas sociais e culturais da cidade de Sobral em tempos idos. Deste modo, trouxe-nos parte da memória imaterial desconhecida como ela acredita: “que tem pai que nem sabe”. Trouxe-nos situações que distinguiam ricos e pobres, brancos e negros, e que, portanto, dividiam o corpo social dessa urbe.

Uma memória silenciada na sua interpretação pelos novos costumes vinculados ao esvaziamento da formação familiar e religiosa, e até pela formação escolar e universitária que teriam contribuído para distanciar as pessoas e, nomeadamente, afastá-las dessas tradições da cidade. Sendo que os mais jovens nem teriam tomado conhecimento das particularidades que caracterizaram as vivências de seus antepassados. Lembrando que, dona Zenite preferia palestrar antes da entrevista, a propósito do que elegia como importante para relatar.

Sem dúvida, essa senhora trouxe-nos de volta um cotidiano esquecido ou silenciado: de celebrações religiosas que não mais acontecem, de discriminações entre os segmentos sociais pela cor da pele e pela posição que ocupavam na pirâmide social, e a caracterização de pessoas pelos seus comportamentos culturais, consideradas “doidas”, as quais eram execradas pelas ruas da cidade. Uma questão interessante de ser observada é que, dona Zenite não citou pessoas

privilegiadas que se destacassem pela conduta considerada insana, todas as citadas eram moradoras do subúrbio.

Essas práticas que representavam sinais de distinção entre ricos e pobres, brancos e negros, entre quem possuía sanidade mental ou não, formavam essa intrincada cidade de muitas faces. Algumas dessas faces ainda à mostra considerando a naturalização de preconceitos étnico-raciais, sociais e culturais. No entanto, são práticas que ingressaram no tempo imemorable, eclipsadas ao movimento ora do esquecimento, ora da alteração ou ressignificação.

Essas mudanças nas tradições religiosas perdidas às novas gerações, que nem chegaram a conhecê-las como essa migrante acredita, e as mudanças que ocorreram para que, os “doidos” desaparecessem do cenário da cidade, ou deixassem de ser afrontados pelas ruas com seus “apelidos”, essas alterações não são bem vistas por essa senhora que participava da vida orgânica privilegiada da cidade e que, portanto, não acompanhou de bom grado sua modificação.

Contudo, ela nos apresentou sensibilidades que se colocam sempre renováveis no viver na cidade, correlativas à vida cultural e social que por sua vez, diferenciam-se consoante o espaço que o morador ocupa ou deseja ocupar, o qual, no caso dela, representa uma escolha consciente: “meus filhos, vocês são daqui, nasceram aqui, mas procurem a raiz de seus pais, de seus avôs” (SOARES, Z., 2014).

Esta sua sugestão aos filhos renovam essas sensibilidades a que nos referimos, do seu viver em Sobral. Ela que reside nesta cidade há décadas, não obstante, escolhe ocupar um lugar de migrante.

E essas sensibilidades igualmente renovam as lembranças das experiências de moradora da cidade de Sobral, porque também inevitavelmente acompanham as alterações palpáveis na materialidade das edificações e proposições urbanísticas diversas, mas que também podem ser percebidas na significação que assumem no cotidiano, provocando alterações na perspectiva, como já assinalamos.

Para Orlandi (2012, p. 189; 193) há um “discurso urbano” que é político, científico e social, o qual separa as pessoas e produz sensibilidades ao tempo em que desconstrói outras. Para esta autora, “as relações sociais estão sobredeterminadas” por essas produções de sentido que desorganizam os sujeitos na cidade, porquanto: “No espaço público que é a cidade, não há consenso que não

seja imaginário: o discurso social não é homogêneo e dá lugar a diferentes movimentos de discursos que se cruzam no espaço urbano.” (*Ibid.*, p. 187).

Observando por outro lado, as sensibilidades estão sempre susceptíveis a novas interpretações se considerarmos igualmente que, os grupos sociais se alteram conforme se altera a cidade, e neste sentido, se a cidade se modifica, modificam-se os lugares que seus moradores ocupavam abrangendo aí, suas relações sociais, de trabalho, culturais. E à proporção que essas relações se alteram, incluem novos hábitos modificando costumes e até tradições as mais diversas.

Desse ponto de vista, demos lugar a vozes que se atravessaram no movimento cotidiano da cidade, distintas, dissonantes, também convergentes considerando que, cada entrevistado apresentou relatos de experiências que correspondiam à vivência em Sobral e à vivência no seu lugar de origem, que deste modo, compreendiam noções e práticas familiares, de trabalho, de aprendizado geracional, social, de tradições. Sociabilidades e sensibilidades diversas que se assemelharam e se distanciaram correspondendo a movimentos distintos e descontínuos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos a migração realizada por camponeses moradores de municípios circunvizinhos da cidade de Sobral para esta cidade, procurando observar esta mobilidade como ação política pensada no cotidiano, como forma encontrada para combater a dominação latifundiária, o desemprego, as secas e suas consequências, as dissensões familiares, o analfabetismo, entre outras circunstâncias que causavam insatisfação e sofrimento, que forçaram, portanto, tomadas de posição no sentido de procurar solução noutra lugar.

Contudo, essa possibilidade de observar suas determinações como ações políticas, estendeu-se às vivências nessa cidade, porque assim como precisaram refletir a respeito da migração, precisaram de estratégias para suas permanências. No entanto, como essas decisões não foram transformadas em diários de viagem, em atas de reuniões realizadas para discutirem tais proposições, em quaisquer outros registros contrários às suas posições culturais, considerando que em sua maior parte não eram escolarizados, optamos pela oralidade como fonte primeira, para observar nas suas narrativas, nas interpretações das vivências, essas estratégias políticas.

Essa perspectiva de pensar os deslocamentos como ação política refletida e, por outro lado, como desvio da conduta esperada não é novidade neste campo de estudos. Menezes (2002, p. 76-77), por exemplo, analisou a migração temporária como estratégia de luta de camponeses para permanecerem no campo, situação que aparece paradoxal: emigrar para permanecer. No entanto, o assalariamento noutras zonas de trabalho reverberava em pecúlios para manter suas pequenas propriedades ou adquirir alguma.

Estas possibilidades levaram-nos a perceber, não somente a obstinação destes atores para alterarem seus destinos, mas também para alterarem a conjuntura a que estavam expostos. Eles não possuíam muitos argumentos para redargüir sobre sua situação, nem propostas que pudessem rebater as decisões governamentais, ou patronais, neste caso, referimo-nos aos moradores, rendeiros, mas se muniam de vontade e determinação para seguirem arriscando, para enfrentar a situação.

Desse modo, percebemos a luta política desses camponeses silenciada e silenciosa, representada nos deslocamentos: na procura por trabalho assalariado,

por moradia digna, por escolaridade para seus filhos, ou para eles próprios, por um lugar na cidade que correspondesse aos seus ideais de bem-viver, uma vez que, desistiram do sertão como espaço de suas tensões. E estas possibilidades abrangiam a todos eles.

Sobral ingressou nas trajetórias e apareceu como opção porque pelos indícios, nas décadas de 1950 a 1980 os arredores desta cidade se assemelhavam às povoações rurais familiares, e até roçados foram praticados por aqueles que perscrutavam um lugar, uma saída, uma nova espacialidade nessa urbe. Essas formas de luta, de ação política calculada, podem ser estendidas a muitos que emigraram para esse centro no período, pelo modo como se estabeleceram e viveram, sem contar a obstinação e disposição para vencerem os empecilhos, tentando, procurando, conjurando o tempo.

Por outro lado, esse estudo oportunizou-nos perceber que, morar em Sobral representou encarar problemas que se assemelharam aos percebidos por quem morou por algum tempo nos grandes centros urbanos do país (Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro), no que diz respeito à moradia, ao trabalho, à economia doméstica, à qualificação profissional, ao distanciamento de familiares e amigos, e à adaptação à nova espacialidade.

A despeito da cidade de Sobral não apresentar um código explícito de conduta urbana no período da pesquisa (1950-1980), no sentido de delimitar a condição das moradias ou disciplinar a ocupação de áreas desabitadas, no entanto, morar no subúrbio dessa cidade não foi fácil dependendo, sobretudo, do bairro onde o agricultor se instalou, e de sua posição anterior: se pequeno produtor, porque este chegou com algum pecúlio, ou se trabalhador.

No entanto, chegou com vantagens quem se planejou e antes do deslocamento observou onde gostaria de morar, ou qual região da cidade correspondia às suas expectativas e necessidades. Porque se por um lado alguns não conseguiram manter seus “bichinhos” que ajudariam sobremaneira no orçamento doméstico, outros já conseguiram, mormente porque foram residir nas praias do Rio Acaraú, ou vizinho a uma lagoa, onde a vizinhança era mais escassa, importunava menos e ainda podiam dispor de água para os imperativos domésticos.

Porque os problemas com os códigos urbanos é que diziam mais de exigências, intransigências ou acanhamentos com vizinhos, assim como do estágio da residência, do que da disciplina municipal. Portanto, morar em residências

mínimas, com quintais exíguos e sem distanciamento de vizinhos, contribuiu com a insatisfação daqueles que vieram sem desejar fazê-lo, sem um plano de moradia e adaptação, e que, dessa forma, terminaram habitando na cidade do não-desejo, como concluímos, vivendo em um tempo pretérito-mais-que-perfeito, ou no futuro do pretérito, no sentido da convivência nessa cidade ter sido repleta de ressentimento e nostalgia, recordando do sertão que deixaram chorando de saudades e onde tudo teria sido melhor.

Por outro lado, havia a cidade do desejo, almejada por aqueles que ao contrário, organizaram-se para morar onde pudessem criar uma espacialidade própria. Importante perceber, por outro lado que, tanto os que vieram porque se planejaram como aqueles que vieram conduzidos pelas circunstâncias, não prescindiram da família extensiva. Mesmo quando já estabelecidos, pais, irmãos, avós, não foram abstraídos ou esquecidos. Ao contrário, morar conjuntamente com várias famílias foi uma opção para ambos os grupos.

A moradia conjunta foi um dos aspectos da economia doméstica porque os poucos recursos conseguidos não somavam o suficiente para pagar mais de uma locação residencial, e deste modo, impunha-se pela necessidade de juntar forças, dos membros se apoiarem mutuamente. No entanto, quem pôde adquirir um terreno e construir sua casa, ou adquirir uma já finalizada mesmo que em condições pouco satisfatórias, também optou por morar contíguo aos parentes, reputando-se às mesmas possibilidades: à economia doméstica e ao apoio necessário aos enfrentamentos diários.

Nomeamos essa economia migrante de “**economia de fome**” porque foi recorrente a ideia de que o custo de morar nessa cidade era bastante oneroso, que os rendimentos da família nunca eram suficientes e que nos primeiros anos a fome foi componente imprescindível da luta pela permanência na cidade.

Pode-se dizer também que, essa economia de fome se devia à outra condição de morar em Sobral correspondente às colocações no mercado de trabalho. Observamos os agricultores subempregados em atividades como confecção de chapéus e surrões, limpeza ou corte de palha de chapéus, costureiras, cabeleireiras, parteiras e auxiliares de enfermagem, na prestação de serviços: engomadeiras e lavadeiras de roupas, cozinheiras, pedreiros, servente de obras, pintor, vigia, posições que induziam alguns a completar o orçamento voltando-se à

criação de animais e à agricultura novamente, em roçados cultivados nos arredores de Sobral.

Uma opção para a superação destes estágios foi o mercado público, espaço onde tanto pequenos proprietários (estes com mais facilidade por contarem com algum pecúlio), como os trabalhadores, procuraram comercializar produtos de seus domínios culturais como farinha, carvão, banana, cachaça, roupas, verduras, carne, café (a bebida). Aqueles que apostaram nessa praça e não obtiveram sucesso, optaram pela venda diretamente nas residências como Raimundo Mendes (2015), ou em “esquinas” consideradas apropriadas, como fizera dona Neusa Silva (2013) com sua “banca de café”.

Poucos agricultores tentaram empregar-se nas fábricas em Sobral, porque o aprendizado de que este tipo de emprego não era para analfabetos –, de que estes conseguiam apenas “serviço pesado” –, era lição aprendida por quem tentara emprego em Fortaleza, Rio de Janeiro e outras cidades. Não obstante, embora os empregos nessa cidade também fossem avaliados como “pesados”, importava conservar o vínculo pelo valor que encerrava ganhar um salário estável e com “carteira assinada”.

Essas vivências na cidade de Sobral levaram-nos a algumas conclusões: a primeira é que morar neste centro foi mais complicado do que o esperado tanto no respectivo à moradia, como em relação aos empregos nas fábricas ou no comércio, porque uma situação que até então não havia causado apreensão, como a falta de escolarização, compeliu alguns camponeses a estudar nessa cidade como aconteceu com dona Mariana Sousa (2014), ou a desejar a aprender o básico, posições adotadas por Antônio Sousa (2015) e Raimundo Mendes (2015), remetendo-lhes ao constrangimento de colocarem o dedo em lugar de suas assinaturas.

Foi interessante perceber ainda a obstinação de alguns para estudar sendo que, do grupo entrevistado três conseguiram chegar a um curso universitário. Um deles, Valmir Moura (2014) pronunciou uma frase de suas reflexões que marcou seu relato: “ou eu estudo, ou vou me acabar nessa picareta!”. Isto porque seus empregos transitaram do roçado, para “servente de obras” ajudando na construção de estradas, tendo como ferramenta principal a picareta.

Outra questão polariza com esta porque morar em Sobral foi menos complexo do que em centros mais distantes, por oportunizar permanecer próximo

aos familiares assegurando a tranquilidade necessária aos estágios iniciais nessa cidade, e à estabilidade ao longo do tempo. Permitia também recorrer aos roçados como complemento salarial, à criação de animais, ou até a regressar ao sertão nas ocasiões de desemprego para ser assistido por familiares.

Outro ponto observado é que, a maioria não desejava morar em uma cidade maior, nem mesmo Fortaleza. A pequena parte que tentou se radicar em outros centros voltou atrás. Arriscamos dizer que, mesmo aqueles que se conduziram pelos caminhos da cidade de Sobral desejando os caminhos do sertão, mesmo este grupo se realmente tivesse tido a oportunidade de retornar não teria feito. Logo após o deslocamento talvez sim, mas não há indícios de que o fariam, ao contrário, porque os compromissos assumidos com familiares não podiam ser abandonados de última hora para o regresso.

Posteriormente, passados os anos pareceu-nos que, embora não tenham admitido não teriam retomado. Paradoxalmente falando, a estabilidade em Sobral, por instável que fosse, era libertadora, sobretudo para as mulheres como Maria das Graças da Silva (2014) que se tornou comerciante e conduzia o orçamento familiar sozinha “por muito tempo”, segundo suas palavras, até a aposentadoria de sua genitora.

Por fim, à medida que a cidade alterou seu espaço urbano, reformando não apenas o centro urbano, mas também o subúrbio, fazendo chegar às fronteiras onde moravam os inquiridos serviços como saneamento básico, essa possibilidade alterou seus códigos de conduta. Estes passaram a desejar essas mudanças e se esforçaram para acrescentá-las aos seus orçamentos e as suas necessidades, questão que corroborou para alteração de suas sensibilidades, quando o que antes parecia absolutamente plausível, como suprir as necessidades domésticas no Rio Acaraú, passou a ser percebido como um problema.

Com efeito, foi importante estudar o ponto de vista desses camponeses a respeito dos deslocamentos e de suas escolhas, das suas lutas para superação dos problemas que vivenciavam no sertão, e das lutas para superação dos problemas vivenciados na cidade de Sobral. Importante também ressaltar que, suas narrativas encaminharam-nos à perspectiva governamental e a dos grupos patronais, de como estes estratos viam os deslocamentos de seus empregados, seguido de suas reivindicações para financiamento de seus negócios, que por sua vez, serviria à geração de empregos e evitaria o movimento campo-cidade.

Possibilidade que, não obstante, contribuiu com a criação de “regiões pólo de desenvolvimento”, política adotada pela ditadura militar que beneficiou aos proprietários desta região os quais obtiveram financiamento para seus projetos empresariais via SUDENE, e neste sentido, esta cidade passou ao posto de polo de desenvolvimento regional a partir dos anos de 1970, fortalecendo seu pleito de estar à frente oficialmente do conjunto de cidades da região Norte do Estado, que pelo que percebemos, datava do século XIX.

Todavia, essas conjecturas governamentais criaram outras microrregiões nessa região como: Sertões de Canindé; Baixo-Médio Acaraú, Ibiapaba, quando seria importante conhecer as alterações que essas áreas sofreram de forma concomitante, do ponto de vista econômico, cultural, demográfico.

Por outro lado, investigar se as proposições do DNOCS noticiadas no *Correio da Semana*,³⁰⁵ corroboraram com a fixação ou atração de populações para além do que os projetos previam, ou na sua “expulsão”, refletindo neste sentido a desapropriação das áreas atingidas, questão que nos chegou através dos relatos de Maria das Graças da Silva (2014), Raimundo Mendes (2015) e Maria Rita Rodrigues (2014)³⁰⁶ que residiram nas proximidades do açude Aires de Sousa (Jaibas), município de Sobral. Assim, as ações da SUDENE e do DNOCS, este também com assistência técnica da USAID,³⁰⁷ a exemplo desse outro órgão, chamaram nossa atenção para estudos futuros.

Outro ponto de relevo atina à migração para outros estados ou outras regiões brasileiras, porque se entrevistamos camponeses que tentaram estabelecer-se fora do Ceará e não se demoraram por longos períodos, ou não permaneceram, ou agricultores que nunca tentaram exceder a cidade de Sobral, estes mesmos

³⁰⁵ Ao projeto de irrigação da área de abrangência do Jaibas, some-se o projeto realizado nas áreas de Forquilha e Araras, todas da década de 1970. “Novo projeto de irrigação será implantado no Ceará, na próxima terça-feira. Trata-se do perímetro irrigado de Forquilha [na época também situado no município de Sobral] nas proximidades de Sobral, que será ocupado, inicialmente, por 39 trinta e nove famílias para desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias”. (CORREIO da Semana, Sobral, 1977, p. 6).

³⁰⁶ RODRIGUES, Maria Rita Silva. *Maria Rita Silva Rodrigues*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião. Gravação realizada em audiovisual, editada em DVD-R.

³⁰⁷ “A Direção Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vem desenvolvendo esforços junto ao Governo Federal no sentido de conseguir uma renovação de contrato com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional USAID que desde 1966 presta serviços de assistência técnica aos programas e projetos de pesquisa ictiológicas executados pelo órgão ministerial. [...]”. (CORREIO da Semana, 1977, p. 6.)

agricultores possuem parentes e conhecidos que residem em outras regiões e em Fortaleza, há décadas.

Seguinte situação de relevância é o problema da posse da terra. A experiência de posseiro trazida por Antonio Sousa (2015), mas também as experiências trazidas por outros agricultores que se colocaram como pequenos proprietários nos deixaram desejosos de estudar: como aconteceu a divisão social da terra nessa região após a abolição do cativeiro, ou mesmo antes, atentando-nos neste caso, à Lei sobre as terras devolutas de 1850.

As influências políticas, as reivindicações das populações livres e libertas, entre outras questões que poderiam ser investigadas. Porque José Alberto Lopes (2015) (proprietário sobralense que entrevistamos), afirmou-nos que os grandes fazendeiros podem ter deixado herdeiros, contudo, não vendiam pequenos lotes de terras, se existem pequenos proprietários, estes seriam resultado de apropriação indevida.

Também os relatos levaram-nos a desejar realizar uma pesquisa a respeito da educação formal a qual como notamos, tornou-se uma ideia predominante na experiência dos agricultores que foram instruídos para o trabalho na agricultura por seus genitores desde crianças, no entanto, ao se deslocarem para centros como Fortaleza, Rio de Janeiro e outros, ou para Sobral, viram-se acossados a estudar, uma vez que, essa formação geracional não era suficiente para se manterem formalmente empregados, pelo menos, não nos postos desejados.

Posição que motivou deslocamentos para Sobral tanto para estudarem, como para colocar os filhos na escola. As narrativas dos entrevistados a esse respeito, as políticas que resultaram no século XX na ampliação da educação escolar, as campanhas em prol da alfabetização de jovens e adultos que chegaram ao interior do Estado, certamente que precisam de aprofundamento.

Ainda gostaríamos de assinalar as relações de “racialização” ocorridas no pós-abolição (RIOS e MATTOS, 2005) nessa região, percebidas nas narrativas de alguns dos entrevistados, e que, portanto, igualmente, importantes de serem perscrutadas, porque fizeram parte da educação geracional de agricultores que se colocaram como brancos ou descendentes de proprietários de escravos, de forma que trazem indícios da discriminação social a que ficaram contidas as populações emancipadas.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTADOS:

AGUIAR, M^a da Conceição. *Maria da Conceição Aguiar*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

ARRUDA, Luís Carlos. *Luís Carlos Arruda*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

ELÓI, Antonio Otacílio. *Antonio Otacílio Elói*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2013. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

ELÓI, Idelzuite Silva. *Idelzuite Silva Elói*. Transcrição manuscrita, Sobral, fev. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

FÉLIX, Benedita Nésia Magalhães. *Benedita Nésia Magalhães Félix*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

FERNANDES, Antônio Rodrigues. *Antônio Rodrigues Fernandes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

FERNANDES, Terezinha Sousa. *Terezinha Sousa Fernandes*. Transcrição manuscrita, Sobral, fev. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

LIMA, Maria Conceição Moura de. *Maria Conceição Moura de Lima*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

LOPES, José Alberto Dias. *José Alberto Dias Lopes*. Transcrição manuscrita, Sobral, maio. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

MARTINS, Maria Eleni Ferreira. *Maria Eleni Ferreira Martins*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

MENDES, Raimundo Bernardino. *Raimundo Bernardino Mendes*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

MOURA, José Valmir. *José Valmir Moura*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

PAIVA, Raimunda. *Raimunda Paiva*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

RIPARDO, Francisco José Trindade. *Francisco José Trindade Ripardo*. Transcrição manuscrita, Sobral, fev. 2015. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

RODRIGUES, Maria Rita Silva. *Maria Rita Silva Rodrigues*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

SALES, Teresinha Felismino. *Teresinha Felismino Sales*. Transcrição manuscrita, Sobral, jul. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SANTOS, Manuel Matias dos. *Manuel Matias dos Santos*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SANTOS, Maria Soares dos. *Maria Soares dos Santos*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago.2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SILVA, Maria das Graças Aguiar da. *Maria das Graças Aguiar da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

SILVA, Neusa Ripardo da. *Neusa Ripardo da Silva*. Transcrição manuscrita, Sobral, set. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOARES, Zenite Carneiro. *Zenite Carneiro Soares*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUSA, Ana Maria Gomes de. *Ana Maria Gomes de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, dez. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUSA, Antônio Lopes de. *Antônio Lopes de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, jan. 2015. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUSA, Mariana Ximenes de Melo. *Mariana Ximenes de Melo Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, jun. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUSA, Raimundo Romão de. *Raimundo Romão de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUSA, Rosa Soares de. *Rosa Soares de Sousa*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2014. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

SOUZA, Elias Gomes de. *Elias Gomes de Souza*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2007. Entrevista concedida a [Paulo Henrique de Souza Martins](#); Samara Costa Silva; Lucicléa Diogo de Sousa; Maria Erbênia Gonçalves da Costa; Maria Jociane Vasconcelos Freire; [Benedita Marcela Santos Nascimento](#).

SOUZA, Raimunda do Nascimento. *Raimunda do Nascimento Souza*. Transcrição manuscrita, Sobral, out. 2014. Entrevista concedida a Maria Antonia Veiga Adrião.

VASCONCELOS, João Emílio. *João Emílio Vasconcelos*. Transcrição manuscrita, Sobral, ago. 2013. Entrevista concedida a Maria Antônia Veiga Adrião.

FOTOGRAFIAS:

ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. *Antônio Lopes de Sousa*, Sobral, 2015. Fotografia: Color, 5 x 8,97 cm.

ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. *Manuel Matias dos Santos*, Sobral, 2013. Fotografia: Color, 5,7 x 7,01cm.

_____. *Maria das Graças Aguiar da Silva*, Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5,3 x 7,07cm.

_____. *Raimundo Bernardino Mendes*, Sobral, 2015. Fotografia: Color, 5,93 x 5,00 cm.

_____. *Maria da Conceição Aguiar*, Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5,5 x 7,33 cm.

_____. *Zenite Carneiro Soares*, Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5,5 x 7,33 cm.

_____. *Teresinha Felismino Sales*. Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5,8 x 7,86 cm.

_____. *Rosa Soares de Sousa*. Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5 x 9,52 cm.

_____. *Reportagem 'Sobral se Transforme e Cresce'*, 2013. Fotografia: Color, 6 x 8 cm.

_____. *Luís Carlos Arruda*. Sobral, 2013. Fotografia: Color, 5,5 x 8,45 cm.

_____. *Antonio Otacílio Elói*. Sobral, 2013. Fotografia: Color, 5 x 9,04 cm.

_____. *Neusa Ripardo da Silva*, Sobral, 2013. Fotografia: Color, 5 x 8,87.

_____. *Benedita Nésia Magalhães Félix*. Sobral, 2014. Fotografia: Color, 5 x 8,93 cm.

CORREIO da Semana. *Representação dos arredores de Sobral* [entre 1950 e 1980]. Fotografia: preto e branco, 6,5 x 10,74 cm.

_____. *Canoeiros atravessando o Rio Acaraú*, Sobral, [19-]. Fotografia: Preto e Branco, 6,5 x 9,48 cm.

_____. *Leito do Rio Acaraú*, Sobral 2016. Fotografia: Color, 6,8 x 9,0 cm.

LIMA, Maria Conceição Moura de. *Turma Mobra 1973*, Itapipoca-CE. Fotografia: color, 5 x 8,67cm.

MENDES, Raimundo Bernardino. *Raimundo Bernardino Mendes com familiares*. Sobral, 1986. Fotografia: Color, 6,8 x 7,52 cm.

MOURA, José Valmir. *José Valmir Moura*: Associação dos Alcoólicos Anônimos, Sobral, [1980?]. Fotografia: Color 5 x 7,67cm.

_____. *José Valmir Moura*: celebrando sua graduação. Sobral, [1980?]. Fotografia: Color 5 x 7,67.

SOUSA, Mariana Ximenes de Melo. *Mariana Ximenes de Melo Sousa*, Sobral, [entre 1960 e 1970]. Fotografia: Color, 7,8 x 5,65 cm.

ARTIGOS E MATÉRIAS DE JORNAL:

AGÊNCIA Nacional. 'Governo vai desenvolver Pecuária no Nordeste'. *Correio da Semana*, Rio de Janeiro; Sobral, ano 53, n. 7, 16 maio 1970, p. 6.

AGUIAR, Lima. "Chapéu de Palha foi Campeão da Exportação de 67". *Correio da Semana*, Sobral, ano 50, n. 42, 13 jan.1968, p. 1.

ANDRADE, Humberto R. de. "Situação Crítica". *Correio da Semana*. Sobral, ano 48, n. 43, 12 fev. 1966, p. 3.

_____. 'Agricultura sem Assistência'. *Correio de Semana*. Sobral, ano 48, n. 3, 1 maio1965, p. 4.

BARROSO, Parsifal. 'Descontinuidade Administrativa'. *Correio da Semana*. Sobral, ano 65, n. 39, 08 jan.1983, p. 2.

CETRESO, Coluna do. Despertando para o Campo. *Correio da Semana*, Sobral, ano 48, n. 2, 8 abr. 1965, p. 4.

_____. Despertando para o Campo. *Correio da Semana*, Sobral, ano 48, n. 5, 15 maio 1965, p. 5.

_____. Despertando para o campo. *Correio da Semana*, ano 48, n. 17, Sobral, 07 ago. 1965, p. 3.

CORREIO da Semana. USAID: Assistência a Pequena e Média Empresa via BNB. *Correio da Semana*, Sobral, ano 54, n. 13, 29 jun. 1971, p. 2.

_____. 'Indústria'. *Correio da Semana*. Sobral, ano 50, n. 42, 13 jan. 1968, p. 3.

_____. "Novo Projeto de Irrigação...". *Correio da Semana*, Sobral, ano 59, n. 39, 15 jan. 1977, p. 6.

_____. "'DNOCS tenta renovar contrato com USAID'". *Correio da Semana*, Sobral, ano 60, n. 28, 15 out. 1977, p. 6.

EDITORIAL. 'SAAE Construiu Adutora e Estação de Tratamento de Água em Sobral'. *Correio da Semana*. Sobral, ano 54, n. 9, 29 maio 1971, p. 1.

_____. 'Leigos e Padres Estudam a Realidade'. *Correio da Semana*, ano 50, n. 45, Sobral, 03 fev. 1968, p. 1.

_____. 'Banco do Nordeste fará análise de solos para a Zona Norte'. *Correio da Semana*, Sobral, ano 50, n. 30, 21 out. 1967, p. 1.

_____. "Ministro da Educação Considera Sobral Pólo de Desenvolvimento". *Correio da Semana*. Sobral, ano 55, n. 42, 13 jan. 1973, p. 1.

EDITORIAL. Plano Asimow “Seis Indústrias em Sobral”. *Correio da Semana*. Sobral, ano 48, n. 13, 10 jul. 1965, p. 1.

_____. Sobral Crescerá mais em 1968. *Correio da Semana*. Sobral, ano 50, n. 42, 13 jan. 1968, p. 1.

_____. Asfalto em Sobral e construção da Praça do Bosque. *Correio da Semana*. Sobral, ano 60, n. 30, 29 out. 1977, p.1.

_____. Sobral tem plano de desenvolvimento. *Correio da Semana*. Sobral, ano 50, n. 22, 26 de ago.1967, p.1.

_____. Irrigação Será Apoiada pela Eletrificação Rural. *Correio da Semana*. Sobral, ano 54, n. 1, 03 abr. 1971, p.1.

_____. “Dois Projetos Sobralenses estarão na Pauta da Sudene”. *Correio da Semana*. Sobral, ano 54, n. 16, 24 jul. 1971, p.1.

_____. ‘Prefeitura entrega terreno aos flagelados’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 57, n. 7, 22 jun. 1974, p.1.

GONDIM, Antonio. ‘Sobral, 130 anos’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 53, n. 40, 12 jan.1971, p.1.

JUSTIFICATIVA apresentada pelo Prefeito Municipal de Sobral – Joaquim Barreto Lima ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento para aplicação do Fundo de Participação dos Municípios. *Correio da Semana*, Sobral, ano 54, n. 47, 04 mar. 1972, p. 4-5.

LIRA, Padre João Mendes. Nossa História. *Correio da Semana*, Sobral, ano 54, n. 1, abr. 1971, p. 2.

_____. “A Nova Sobral de 1980”. *Correio da Semana*. Sobral, ano 63, n. 31, 29 nov. 1980, p. 2.

MORAIS, Francisco Oliveira de. ‘Princesa...’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 55, n. 22, 1972, p. 3.

RAMOS, R. ‘A água existe e boa...’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 32, n. 91, 01 mar. 1950, p.4.

SOARES, José Maria. ‘Coluna da Cidade’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 54, n. 28, 16 out.1971, p. 4.

_____. ‘Inaugurações’. *Correio da Semana*. Sobral, ano 53, n. 6,9 maio 1970, p.6.

LEGISLAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO:

BRASIL, Presidência da República. “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. *IN: Lei* Nº 601 de 18 set. de 1850. Império do Brasil: Rio de Janeiro: 18 set. 1850. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument>. Acesso em: jun. 2015.

_____. “Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente”. *IN: Lei* Nº 601 de 18 set. de 1850. Império do Brasil: Rio de Janeiro: 18 set. 1850. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument>. Acesso em: jun. 2015.

_____. *Estatuto do Trabalhador Rural*. In: Lei N. 4.214. Brasília, mar. de 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm#art183>. Acesso em: Dez. 2016.

RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS:

SOBRAL, Prefeitura Municipal. *Análise da situação da área do Alto da Brasília*, Betânia, Coração de Jesus e Pedra Branca. Sobral, [s.n], fev. 2000.

_____. *Relatório de Territorialização*: 2016. Sobral: Secretaria de Saúde de Sobral, 2016, impresso.

RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS EM MEIO ELETRÔNICO:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Conselho de altos Estudos e Assuntos Estratégicos (org.). Pacto das Águas: aspectos Gerais. *In: Caderno Regional da Bacia do Acaraú*, v. 1. Fortaleza-CE., 2009, p. 17. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Bacia%20do%20Acara%C3%BA.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FUNDAÇÃO IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População: resultados segundo as zonas fisiográficas e os Municípios. Censo Demográfico de 1960 Ceará: VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, GB: 1960, p. 79-93. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Introdução. Censo Demográfico de 1960, Ceará: VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, GB: 1960, p. VII. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Parâmetro b de regressão, segundo o Estado, mesorregiões e microrregiões homogêneas. Censo Demográfico Ceará: Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade. IX Recenseamento Geral do Brasil: 1980. Rio de Janeiro, RJ: 1982, p. XXVI.

_____. “Brasileiros natos por sexo e naturalidade segundo as microrregiões e os municípios”. Censo Demográfico Ceará: VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, GB: 1973, p. 187-193. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/720/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Grupos e subgrupos ocupacionais e ocupações. Censo Demográfico de 1960 Ceará: VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, GB: 1960, p. XXXIII; XXXV. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Relação dos municípios do Estado do Ceará, com indicações das microrregiões a que pertencem. Censo Demográfico Ceará: VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, GB: 1973, p.LXXIII-LXXVI. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/720/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Resultado segundo as zonas fisiográficas e os municípios. Censo Demográfico de 1960 Ceará: VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, GB: 1960, p. 119-121. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. População: resultados segundo as microrregiões, os municípios e os distritos. Censo Demográfico Ceará: VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, GB: 1973, p. 279-523. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/720/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). XII Recenseamento Geral do Brasil: Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, RJ, 2011, p. 127-130. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_ceara.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. População presente nos municípios e distritos, segundo o sexo e a situação do domicílio. VI Recenseamento Geral do Brasil: Censo demográfico 1950 Estado do Ceará. Rio de Janeiro: 1951, p.12-19. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. IBGE Cidades. Ceará. Biblioteca Digital, 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_EN&coduf=23&search=ceara>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Nota Prévia. VI Recenseamento Geral do Brasil: Censo demográfico, 1950 Estado do Ceará... Rio de Janeiro: 1951, p. III-VII. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Ceará-2006. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar; primeiros resultados; Brasil, grandes regiões, unidades da federação. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso maio 2017.

CERTIFICADOS:

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Movimento Brasileiro de Alfabetização: Fundação MOBRAL. Caucaia, 1972;

_____. *Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Maio 1974.

_____. *Certificado*: Maria Conceição Moura de Lima. Itapipoca, CE: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), nov. 1974.

CAPÍTULOS DE OBRAS LITERÁRIAS:

OLÍMPIO, Domingos. Capítulo V. In: _____. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 31-36.

_____. Capítulo III. In: _____. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 22-25.

_____. Capítulo XXVIII. In: _____. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 191-197.

_____. Capítulo IV. In: _____. *Luzia-Homem*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 26-30.

RAMOS, Graciliano. Fabiano. In: _____. *Vidas Secas*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p.17-25.

_____. Fuga. In: _____. Vidas Secas. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 115-128.

LIVROS DE REGISTROS:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SOBRAL. *Registro de Associados*: Livro 1. Sobral, n. 01, ago.1965.

MESQUITA, Adalberto Mendes de. *Terrenos Novos*: Breve Histórico. Associação dos Moradores dos Terrenos Novos Benedito Tonho. Sobral, ago. 1993. Mimeografado.

MAPA CARTOGRÁFICO:

SOBRAL, Serviço Especial de Saúde Pública. *Centro de Engenharia Sanitária e Pesquisas Hidrogeológicas. Cidade de Sobral*, 1956: Nomenclatura das Ruas. Sobral, jul.1962. Desenho de José Leal Fernandes.

MAPA CARTOGRÁFICO EM MEIO ELETRÔNICO:

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ceará em Mapas: População absoluta 1970. Fortaleza, 2007. Disponível em:<<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo2/21/211x.htm>>. Acesso em: jun. 2017.

DISCOGRAFIA EM MEIO ELETRÔNICO:

TEIXEIRA, Humberto; GONZAGA, Luiz. *Asa Branca*. In: TEIXEIRA, Humberto; GONZAGA, Luiz. [S.L.]: Gravadora Victor, 1947. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/luiz-gonzaga/discografia>>. Acesso em mar. 2017.

DICIONÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO:

FARIA, E. (org.); (et. al.). *Dicionário Escolar Latino*: Português. 3ª ed. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1962, p. 32; 245. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). *Dicionário Ilustrado Tupi Guarani*. Fundação Nacional do Índio (FUNAI): [S.L.], Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tupi-1/>>. Acesso em: jul. 2016.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Introdução. In: _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999, p.19-37.

_____. Espaços da Saudade. In: _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999, p. 65-182.

_____. A invenção do patriarcalismo. In: _____. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 /1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003, p. 135-148.

ANDRADE, Manuel Correia de. Estado: reestruturação ou reforma agrária. In: _____. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p.59-89.

_____. Latifúndio, expropriação e miséria. In: _____. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 15-56.

_____. O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no sertão e no litoral setentrional. In: _____. *A terra e o homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed., São Paulo: Cortez, 2005, p. 183-235.

_____. O Semi-Árido e a Problemática da Modernização. In: _____. *As Alternativas do Nordeste*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1983, p. 111-123.

_____. Ascensão e Queda de Arraes. In: _____. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989, p. 37-51.

_____. O Nordeste no limiar do século XXI. In: _____. *A Terra e o Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 263-278.

_____. A seca e as estruturas econômicas, políticas e sociais do Nordeste. In: _____. *As Alternativas do Nordeste*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1983, p. 85-92.

_____. O Nordeste: Região e Contrastes. In: _____. *A Terra e o Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-70.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão*

sensível. 2 ed., trad. Jacy Alves de Seixas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.

ARAUJO, Pe. Francisco Sadoc de. 1950. In: _____. *Cronologia Sobralense: 1911-1950*. 2 ed., v. 5. Fortaleza, Ce., Edições ECOA, 2015, 227-232.

ARAUJO, Pe. Francisco Sadoc de. 1933. In: _____. *Cronologia Sobralense: 1911-1950*. 2 ed., v. 5. Fortaleza: Edições ECOA, 2015, p. 161-166.

_____. 1935. In: _____. *Cronologia Sobralense: 1911-1950*. 2 ed., v. 5. Fortaleza: Edições ECOA, 2015, p. 170-175.

ASSIS, Lenilton Francisco. Especulação Imobiliária e segregação socioespacial na Cidade de Sobral. In: HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; (et al.,orgs). *Leituras Saberes sobre o Urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 165-187.

AUGÉ, Marc. O lugar antropológico. In: _____. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, S.P: Papirus, 1994, p. 43-70;

_____. Dos lugares aos não-lugares. In: _____. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, S.P: Papirus, 1994, p.71-105.

BAKHTIN, Mikhail. O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em Outras Ciências Humanas. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. 6ª ed., trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 307-335.

_____. *Os Gêneros do discurso*. 1ª ed., trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; (et al.) Introdução. In: _____. *Sobral Patrimônio Nacional*. Sobral, CE: Prefeitura Municipal de Sobral. 2000, p. 7-10.

_____. A Ocupação do Vale do Acaraú. In: _____. *Sobral Patrimônio Nacional*. Sobral, CE: Prefeitura Municipal de Sobral, 2000, p. 10-12.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. Experiência e pobreza. In: _____. *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo. In: _____. *Apologia da História*, ou, o ofício de historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 51-68.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do Território. Trad. Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p.83-131.

BOSI, Ecléa. O tempo de lembrar. In: _____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 73-92.

_____. A Substância Social da Memória. In: _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 13-48.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder Simbólico*. 3 ed., trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 163-207.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder Simbólico*. 3 ed., trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 107-132.

_____. Sobre o Poder Simbólico. In: _____. *O poder Simbólico*. 3 ed., trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 7-16.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 3reimp., trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 7-37.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: _____. *Cidade de Muros: crime, segurança e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira; Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000, p. 211-340.

CANDAU, Joël. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: _____. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia ferreira. São Paulo, 2011, p. 137-179.

CANDIDO, Antonio. A situação presente. In: _____. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2001, p. 117-205.

_____. A vida caipira tradicional. In: _____. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9 ed. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 45-114.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas*. 4 ed., trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.17-48.

_____. A operação historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. 2 ed., trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002, p. 65-117.

_____. Uma cultura muito ordinária. In: _____. *Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de Fazer. 2 ed., trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 59-106.

_____. Práticas de Espaço. In: _____. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994, p. 169-217.

_____. Artes de fazer. In: _____. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Trad. Ephraim F. Alves. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 33-53.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique; (org.). *Passados Recompuestos*: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 233-242.

CHAUNU, Pierre; (et al.). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

CHARTIER, Roger. Línguas e leituras no mundo digital. In: _____. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. Loretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p. 11-32.

_____. A história na era digital In: _____. *História ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 59-63.

CORBIN, Alain. Preâmbulo. In: _____. *Saberes e Odores*: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. Trad. Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9-15.

DELEUZE, Gilles. Os Signos. In: _____. *Proust e os Signos*. 1 ed., trad. Antonio Carlos Piquet; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.3-100.

_____. A Máquina Literária. In: _____. *Proust e os Signos*. 1 ed., trad. Antonio Carlos Piquet; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 103-170.

DUARTE, Renato Santos (org.). A Seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE. In: _____. *A Seca de 1958*: uma avaliação pelo ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 11-21.

_____. A Seca de 1958: conseqüências e sugestões para se minimizarem os seus efeitos – relatório 1. In: _____. *A Seca de 1958*: uma avaliação pelo ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, p. 27-49.

DURHAN, Eunice Ribeiro. *A Caminho da Cidade*: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

_____. O migrante rural na cidade. In: _____. *A Caminho da Cidade*: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 145-181.

ESTRELA, Ely Souza. O cotidiano dos sampauleiros em São Paulo. In: _____. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo, EDUC, 2003, p.145-208.

FACCHINETTI, Luciana. Recomeço de Vida em São Paulo. In: _____. *PARLA! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara Editora e Livraria Ltda, 2004, p. 123-126.

FERREIRA, Ademir Pacelli. A Psicanálise no terreno do outro. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 155-161.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. História oral: um inventário das diferenças. In: _____. (et al.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 1-13.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista, (1945-66)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. 'Mala de papelão e patuá nas costas': migrações nordestinas nos anos 1950 em São Paulo. In: _____. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista, (1945-66)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 41-88.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do Poder*. 13ª ed., trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 243- 276.

FREITAS, Nilson Almino de. *Sobral: opulência e tradição*. Sobral: Edições UVA, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. Prefácio à primeira edição. In: _____. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. XLV-LXXVIII.

FROSTSCHER, Méri. Imagens de si e do outro: interpretação de fotografias e fontes orais em estudos migratórios. In: LAVERDI, Robson; (et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012, p. 259-286.

FROTA, Dom José Tupinambá da. Origem dos nomes Acaraú, Mundaú, Camocim. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza, CE: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE),1995, p. 11-24.

_____. As Missões do Pe. José Antonio Pereira Ibiapina, Missionário Apostólico. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza, CE: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE),1995, p. 256-270.

_____. A estrada de ferro de Sobral. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza – CE. Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1995, p. 479-486.

FROTA, Dom José Tupinambá da. Aspectos da terra. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza, CE. Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1995, p. 23-24.

_____. A Câmara ocupava-se com o urbanismo, já em 1824. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza, CE: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1995, p. 446-447.

_____. Alguns Edifícios de Sobral. In: _____. *História de Sobral*. 3 ed. Fortaleza, CE: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1995, p. 455-460.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste (1959). In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 29-71.

_____. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 81-151.

_____. A Operação Nordeste. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 33-56.

_____. O Nordeste: Alicerces do Subdesenvolvimento. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 15-23.

_____. Para o Nordeste: quinze anos perdidos. In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 179-182.

_____. O Conselho de desenvolvimento do Nordeste. In: _____. *A Fantasia Desfeita*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 57-80.

_____. Discurso na Cerimônia de instalação da Operação Nordeste (1959). In: _____. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 79-80.

_____. *O Brasil Pós-‘Milagre’*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Trabalho Familiar no Roçado. In: _____. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 101-158.

_____. Situação do grupo estudado. In: _____. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 21-100.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. Imagens de Papel. In: _____. *Migrantes Mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)*. Franca: UNESP/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 105-137.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

_____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Águiar; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A Micro-História e outros ensaios*. Trad. Ayala Monteiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

GUÉDES, Roberto. A Todos é permitido empregar-se naquele ministério que a condição de cada um tem adotado. In: _____. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 69-125.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio – 1963. In: STEDILE, João Pedro; (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-77.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro – 1960. In: _____. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 89-110.

HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir. (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.

HALBWACHS, Maurice. Memória Individual e Memória Coletiva. In: _____. *A Memória Coletiva*. 2 ed., trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.

_____. Memória Coletiva e Memória Histórica. In: _____. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71-111.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Boa Vista até 1972. In: _____. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29-48.

_____. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric. J. A história de baixo para cima. In: _____. *Sobre a História*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.

_____. Os Camponeses e a Política. In: _____. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2 ed., trad. Irene Hirsch; Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 215-239.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence; (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 2 ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

HOBBSAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Trad. Maria T. L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Ocupação e evolução do espaço urbano de Fortaleza. In: _____. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo, Annablume, 2003, p. 27-54.

KOLTAI, Caterina. Migração e Racismo: um sintoma social. In: Neto, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 175-181.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 97-188.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: _____. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991, p. 103-117.

_____. Continuidades e descontinuidades. In: _____. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991, p. 51-57.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Trad. Suzana Ferreira Borges. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996, p. 535-549.

_____. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEITE, Miriam Moreira. A imagem através das palavras. In: _____. *Retratos de Família: Leitura da fotografia histórica*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 23-51.

LEITE, Sérgio; (Coord.; et al.). A questão Agrária no Brasil e o Histórico dos Assentamentos nas áreas estudadas. In: _____. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 37-59.

LIRA, Padre João Mendes. As Fábricas de Sobral. In: _____. *De Caiçara a Sobral*. Sobral, 1971, p. 91-96.

LOPES, Marcos Antonio. Um tempo para a história. In: _____. (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 81-100.

LUCENA, Célia Toledo. *Artes de Lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: arte & Ciência, 1999.

_____. Introdução. In: _____. *Artes de Lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: arte & Ciência, 1999, p. 17-31.

_____. A trajetória de mineiros: São Paulo, 'lugar de aventuras'. In: _____. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999, p.33-78.

MAIA, Rui Leandro Alves da Costa. *O Sentido das Diferenças: migrantes e Naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. Para uma abordagem das migrações internas. In: _____. *O sentido das Diferenças: migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 19-131.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES; (et al.; org.s). *O Fenômeno Migratório no Limiar do 3º Milênio: desafios pastorais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 19-34.

_____. O tempo da Fronteira. In: _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 145-203.

_____. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-54.

MELLO, Alcino Teixeira de. O seringueiro e a barraca. In: _____. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 41-57.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Nos caminhos da pesquisa. In: _____. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, p. 19-44.

_____. Itinerários migratórios e trajetórias sociais. In: _____. *Rede e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, p. 45-86.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MOYA, José C. *Primos y Extranjeros: La inmigración española em Buenos Aires, 1850 – 1930.1 ed., trad. Maria Teresa La Valle*. Buenos Aires: Emecé, 2004.

_____. La adaptación a la nueva tierra. In: _____. *Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires, 1850–1930.1 ed., trad. Maria Teresa La Valle*. Buenos Aires: Emecé, 2004b, p. 139-402.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens da Unidade*. In: _____. *Imagens do Nordeste: A Construção da Memória Regional*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará (SECULT), 1994, p.53-87.

_____. *Imagens da Seca*. In: _____. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará (SECULT), 1994, p. 21-52.

_____. *Novos homens, velhas estruturas*. In: _____. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p.170-180.

_____. *A força da tradição*. In: _____. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce., Secretaria de Cultura e desporto, 2000, p. 180-197.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, vol. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. *Fluxos Migratórios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 349-363.

OLIVEIRA, Francisco de. *As Condições de Criação da SUDENE*. In: _____. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.99-133.

_____. *Depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Sudene*. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p.193-222.

_____. *Expansão Capitalista no Brasil*. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 73-97.

OLIVEIRA, Paulo Rebello M. de. *O migrante, seu drama psíquico e a percepção das diferenças*. In: NETO, Helion Póvoa e Ferreira; PACELLI, Ademir (orgs.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 163-174.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A cidade como espaço político – simbólico: textualização e sentido público*. In: _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p.185-202.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil Moderno (1930 – 1950)*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. *O período 1946/1958: primeiras iniciativas oficiais de âmbito nacional*. In: _____. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987, p.175-202.

_____. O período 1958/1964: novas idéias em matéria de educação de adultos. In: _____. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1987, p. 203-258.

_____. A Educação dos Adultos. In: _____. *Educação popular e educação de adultos*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1987, p. 165-298.

POMIAN, Krzysztof. De Iacomparación em la historia. In: _____. *Sobre La Historia*. 2 ed., trad. Magali Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007, p.107-124.

_____. De La Historia, Parte de La Memoria, a La Memoria, Objeto de Historia. In: _____. *Sobre La Historia*. 2 ed., trad. Magalí Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007, p. 171-219.

PORTELLI, Alessandro. 'O Momento da Minha Vida': Funções do tempo na História Oral. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Houry. In: FENELON, Déa Ribeiro; (et al., orgs). *Muitas Memórias*, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 296-313.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. O estado atual do debate sobre etnicidade. In: _____. *Teorias da Etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 123-140.

_____. O domínio da etnicidade: as questões-chave. In: _____. *Teorias da Etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 141-172.

PRADO JUNIOR, Caio. A questão Agrária. In: STEDILE, João Pedro; (org.). *A Questão Agrária no Brasil*: o debate tradicional 1500 – 1960. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 79-87.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter; (org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. 3reimp., trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 163-198.

PROST, Antoine. Os tempos da história. In: _____. *Doze Lições Sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 95-114.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Sítio Tradicional Brasileiro e o Problema do Campesinato. In: _____. *O Campesinato Brasileiro*: Ensaios sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil. Petrópolis, R.J: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973a, p. 7-32.

_____. A definição dos bairros rurais. In: _____. *Bairros Rurais Paulistas*: dinâmica das relações bairro rural - cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973b, p. 3-9.

_____. Relações entre bairros rurais e zona urbana... In: _____. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973b, p. 31-53.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: _____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 46-67.

_____. Favelas urbanas, favelas rurais. In: _____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 209-230.

RADÚNZ, Roberto; LIA, Cristine Fortes. Tensões entre os indesejáveis: a campanha de nacionalização e seu impacto entre alemães e judeus. In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.). *E/Imigrações: questões, inquietações*. 1. ed. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2013, p. 279-292.

RAGO, Margareth. O historiador e o tempo. In: ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas, SP: Alínea, 2003, p. 25-48.

RESENDE, Antonio Paulo de Moraes. O Recife na década de vinte: modernidade e identidade. *Clio: Revista de Pesquisas Históricas*. Recife, n. 16, p. 17-28, 1996.

REVEL, Jacques. (org.). Microanálise e Construção do Social. In: _____. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

RICCEUR, Paul. A Condição Histórica. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 303-462.

_____. Da Memória e da Reminiscência. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 25-150.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – o ‘pós-abolição’ como problema histórico. In: _____. RIOS, Ana Lugão; (org.). *Memórias do Cativoiro: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-34.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Eunaudi* Enciclopédia: Região. Trad. Irene Gil. V. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 409-239.

ROLNIK, Raquel. Mercados: legislação urbana e valorização imobiliária. In: _____. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1999, p.101-143.

_____. Gênesis: nasce uma nova ordem urbanística. In: _____. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1999, p.15-58.

SANTANA, Charles d'Almeida. *Linguagens Urbanas*, memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes: São Paulo: Annablume, 2009.

SANTANA, Charles d'Almeida. Primeira Parte: Aprendizizes do Trabalho. In: _____. *Linguagens Urbanas*, memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes: São Paulo: Annablume, 2009, p. 53-63.

_____. Quarta Parte: lugares de morar. In: _____. *Linguagens Urbanas*, memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes: São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-183.

SANTOS, Milton. A Evolução Recente da População Urbana, Agrícola e Rural. In: _____. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 31-36.

_____. A pobreza urbana no terceiro mundo: marginalidade ou bipolarização? In: _____. *Pobreza Urbana*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 35-55.

_____. Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil rural. In: _____. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 73-76.

SQUET, Marcos Aurélio. O Conceito de Território: movimento, processualidades e multiescalaridades. In: _____. *Abordagens e concepções de Território*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-74.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 23-44.

SCHAEFER, José Renato. Aspectos quantitativos da questão. In: _____. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do mato grosso*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 17-53.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo "subjetividade" na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson; (et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012, p.83-96.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998.

_____. O que é um imigrante. In: _____. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998, p. 45-72.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil – 1962. In: STEDILE, João Pedro; (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.111-125.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Escravos do Sertão: índios e negros do Acaraú. In: _____. *Irmandade e Festa: Rosário dos Pretos de Sobral (1854-1884)*. Fortaleza: Edições NUDOC; Expressão Gráfica e Editora, 2006, p.23-57.

TAUBE, Maria José de Mattos. *De Migrantes a Favelados: um estudo de um processo migratório*, v I. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas (Unicamp), 1986.

_____. De migrantes a favelados. In: _____. *De Migrantes a Favelados: estudo de um processo migratório*, v I. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 108-141.

_____. Com o pé na estrada: história da migração do grupo doméstico dos Gomes. In: _____. *De Migrantes a Favelados: estudo de um processo migratório*. V. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 142-181.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costumes e cultura. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: 1 a árvore da liberdade*. 3 ed., trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

THOMPSON, Paul. A Entrevista. In: _____. *A voz do Passado: História oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 254-278.

_____. Evidência. In: _____. *A voz do Passado: História oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 138-196.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Geração de Migrantes. In: _____. *Felisberta e Sua Gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 137-182.

_____. Mapa do Livro In: _____. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 29-60.

WILLIAMS, Raymond. Campo e Cidade. In: _____. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. 1ª imp., trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11-20.

WOORTMANN, Ellen F. Os Sítiantes do Nordeste. In: _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília (EDUNB), 1995, p. 217-239.

_____. O Sítio: descendência e lugar. In: _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília (EDUNB), 1995, p. 24-256.

VINHAS, Moisés. Problemas Agrário-Camponeses no Brasil – 1968. In: STEDILE, João Pedro; (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127-168.

LIVROS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM MEIO ELETRÔNICO:

ADERALDO, Mozart Soriano. Colonização das Terras Devolutas do Ceará: subsídios para a solução de um problema. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, p. 296-315, 1948. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-aresentacao/RevPorAno/1948/1948-ColonizacaodasTerrasDevolutasdoCeara.pdf>>. Acesso em dez. 2016.

ADRIAO, Maria Antonia Veiga. “Pra botar os filhos no colégio”: educação escolar na perspectiva de um migrante. *Cadernos do CEOM: Acervos para História da Educação*, Chapecó (SC), v. 29, n. 44, p. 89-97, Jun. 2016a, disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. A Escola nas Narrativas de Migrantes. *Revista de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 193-211, jan./jun. 2016b. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=636&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em ago. 2016.

_____. ‘Lá onde eu tava num tinha futuro’: migração sertão – cidade de Sobral 1950 – 1980. *AEDOS: Revista do Corpo Discente do PPG – História Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 322-341, dez. 2015. <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/61077>>. Acesso em: dez. 2015.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. Origens da organização camponesa no Ceará. In: _____. *Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015, p. 25-46. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19648/1/2015_liv_blrbeserra.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

_____. Movimentos sociais no campo do Ceará: 1965-1990. In: _____. *Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)*. Fortaleza: Imprensa

Universitária, 2015, p. 49-93. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19648/1/2015_liv_brlbeserra.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

CONTEL, Fabio Betioli. As Divisões Regionais do IBGE no Século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis*: (nova série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Rio de Janeiro, 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/990-3-document-sans-titre.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Brasileira Editora: Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/edelweiss-1969-estudos/edelweiss_1969_estudos.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

SANTOS, L. F. dos. Os níveis salariais. *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, BA, v. 9, n.1, p. 239-269, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/568/565>>: Acesso em maio 2016.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. O Projeto Urbano do regime militar em Sobral-CE. In: SANTANA, Antonia Neide Costa; (et al., orgs.). *Espaço, Cultura e Memória*: integrando visões da cidade. 1. ed. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), 2016, p. 178-222. Disponível em: <<HTTP://www.uece.br/educe/dmdocuments/Espaço.%20cultura%20memoria%20-%20EBOOK.pdf>>. Acesso maio 2017.

CAPÍTULOS DE PERIÓDICOS:

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: artes da história & outras linguagens*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, n. 24, p. 9-26, jun. 2002.

KHOURY, Iara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

LOWENTHAL, David George Perkins Marsh. Como conhecemos o passado. *Projeto História*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Católica de São Paulo. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, v. 17, p. 63-20, nov. 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*: Representações, São Paulo, v 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PORTELLI, Alessandro. História oral como Gênero. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História: História e Oralidade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Católica de São Paulo São Paulo: n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

_____. A Bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: v. 9, n. 1, p. 69-89, jan-jun. 2006.

TESES, DISSERTAÇÕES E CAPÍTULOS DE TESES E DISSERTAÇÕES:

ADRIÃO, Maria Antonia Veiga. Por que Morar no Sertão. In: _____. *Memórias do Sertão: a migração sertaneja entre imagens e discursos literários*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 160-188.

AGUIAR JUNIOR, Paulo Rocha. O Rio Acaraú e a Cidade de Sobral – Ce. In: _____. *A cidade e o Rio: produção do Espaço urbano em Sobral-Ceará*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005, p. 25-59.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

BEZERRA, Viviane Prado. Caminhar lado a lado: escolarização, evangelização e promoção humana no MEB. In: _____. *‘Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo’*: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008, p. 64-13.

_____. Na Conquista da Palavra: MEB e o Dia do Senhor. In: _____. *‘Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo’...* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008, p.15-63.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Nos Caminhos da História e da Literatura – Introdução. In: _____. *Sertão: um lugar-incomum*. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 1-25.

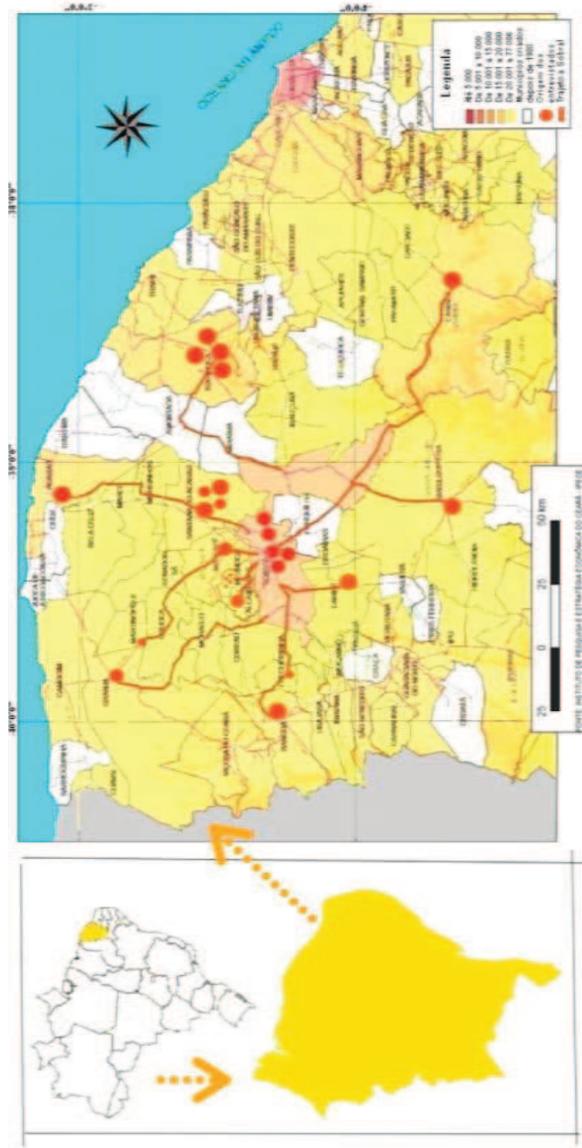
_____. Sertão: o espaço do outro. In: _____. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p.27-55.

CHAVES, José Olivenor Souza. *Atravessando Sertões: memórias de velhas e velhos camponeses do baixo-Jaguaribe-CE*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. Primeira parada: o camponês e as secas. *In*: _____. *Atravessando Sertões*: memórias de velhas e velhos camponeses do baixo-Jaguaribe-CE. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 151- 200.

SANTANA, Antonia Neide Costa. Meruoca e Groaíras no (des)encontro das urbanidades e das ruralidades: a urbanização no campo das possibilidades. *In*: _____. *Pequenas cidades do Ceará no (des) encontro do urbano e do rural*: Groaíras e Meruoca em discussão. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação Doutorado em Geografia Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011, p. 158-206.

ANEXO – MAPA INDICATIVO DOS PERCURSOS REALIZADOS PELOS MIGRANTES ATÉ A CIDADE DE SOBRAL ENTRE 1950 E 1980.



FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (2007).
Elaborado por MONTEIRO, N. V. A. Sobral, jun. 2017.

**More
Books!** 



yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.get-morebooks.com

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.es

SIA OmniScriptum Publishing
Brīvības gatve 1 97
LV-103 9 Rīga, Latvia
Telefax: +371 68620455

info@omniscrptum.com
www.omniscrptum.com

OMNI Scriptum



